



integra^{3G}

Integração de Migrantes

2020-2022

- PlanoMunicipal -

Odemira
MUNICÍPIO

Ficha Técnica

Título

ODEMIRA INTEGRA_3G, Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Conceção Geral

Comissão Local para a Interculturalidade

Coordenação e Supervisão

Deolinda Seno Luís, Presidente da Comissão Local para Interculturalidade

Natália Correia, Dirigente da Divisão de Desenvolvimento Sociocultural/Câmara Municipal de Odemira

Ana Paula Correia, Coordenadora do Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Design gráfico e Execução Técnica

Setor de Informática e Setor de Comunicação e Informação da Divisão de Gestão Interna/Câmara Municipal de Odemira

Período de Vigência

De 1 de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2022

Índice Geral

Nota de Abertura e Agradecimentos

1. Enquadramento	1
1.1. Âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes	1
1.2. Objetivos do Projeto “ODEMIRA INTEGRA_3G”	2
1.3. Estrutura do Plano Municipal para a Integração de Migrantes(PMIM)	3
1.4. Metodologia	4
1.5. Processo Conducente à Aprovação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes	10
1.6. Apresentação Pública	10
2. Diagnóstico	12
2.1. O Território	12
2.2. A População	17
2.3. Fluxos Migratórios e a População Migrante em Odemira	21
2.4. Diagnóstico por Área de Intervenção	30
2.4.1. Serviços de Acolhimento e Integração	30
2.4.2. Urbanismo e Habitação	46
2.4.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	51
2.4.4. Educação e Língua	64
2.4.5. Capacitação e Formação	80
2.4.6. Cultura	87
2.4.7. Saúde	96
2.4.8. Solidariedade e Resposta Social	112
2.4.9. Cidadania e Participação Cívica	127
2.4.10. Media e Sensibilização da Opinião Pública	134
2.4.11. Racismo e Discriminação	137
2.4.12. Relações Internacionais	141
2.4.13. Religião	144
2.4.14. Igualdade de Género	147

3. A Dimensão Estratégica.....	154
4. Dimensão Operacional	159
4.1. Serviço de Acolhimento e Integração	160
4.2. Urbanismo e Habitação	162
4.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	163
4.4. Formação e Capacitação	164
4.5. Educação e Língua	165
4.6. Cultura	169
4.7. Saúde	171
4.8. Solidariedade e Resposta Social	174
4.9. Cidadania e Participação Cívica	175
4.10. Media e Sensibilização da Opinião Pública	177
4.11. Racismo e Discriminação	180
4.12. Relações Internacionais	182
4.13. Religião	183
4.14. Igualdade de Género	184
5. Modelo de Monitorização e Avaliação.....	185
6. Acompanhamento e Modelo de Governação	187
Referências Bibliográficas e Digitais	189
ANEXOS	191
ANEXO 1 - Resultados do inquérito por questionário aplicado a cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	
ANEXO 2 - Resumo dos resultados das audições efetuadas junto de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	
ANEXO 3 - Inquéritos utilizados na recolha de dados junto das entidades locais	
ANEXO 4 - Inquérito por questionário aplicado a cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	

Índice de Figuras

<i>Figura 1 - Imagem identitária do Projeto ODEMIRA INTEGRA_3G</i>	7
<i>Figura 2 - Audição aos cidadãos Migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)</i>	9
<i>Figura 3 - Portugal Continental, Alentejo (NUTS II) e Alentejo Litoral (NUTS III)</i>	12
<i>Figura 4 - Concelhos do Alentejo Litoral (NUTS III)</i>	12
<i>Figura 5 - Mapa do concelho de Odemira</i>	13
<i>Figura 6 - Mapa do distrito de Beja</i>	13
<i>Figura 7 - Freguesias do concelho de Odemira, 2000 e 2014</i>	14
<i>Figura 8 - Distância, em Quilómetros, em percurso de automóvel, entre as sedes de freguesia e a sede do concelho de Odemira</i>	15
<i>Figura 9 - Distância em minutos, em percurso automóvel, entre as sedes de freguesia e a sede do concelho de Odemira</i>	16
<i>Figura 10 - Evolução da população residente do concelho de Odemira nos anos de 1960, 1991, 2001, 2011, 2014, 2017 e 2019</i>	17
<i>Figura 11 - Evolução percentual da população de Odemira, por freguesias, segundo os Censos entre 1991 e 2011</i>	18
<i>Figura 12 - Evolução da densidade populacional (indivíduos/Km²) no concelho de Odemira nos anos de 2011, 2014, 2017 e 2019</i>	19
<i>Figura 13 - Densidade populacional (indivíduos/Km²) por freguesias de Odemira segundo os censos 2011</i>	19
<i>Figura 14 - Nº de residentes no concelho de Odemira, segundo o grupo etário, nos anos de 2011, 2014, 2017 e 2019</i>	20
<i>Figura 15 - Nº de residentes no concelho de Odemira, segundo o género, nos anos de 2011, 2014, 2017 e 2019</i>	21
<i>Figura 16 - Saldo Migratório, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	23
<i>Figura 17 - Nº de cidadãos estrangeiros residentes com estatuto legal de residente, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	23
<i>Figura 18 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	24
<i>Figura 19 - Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, nos anos de 2014 e 2019</i>	25
<i>Figura 20 - População estrangeira, segundo a sua origem por grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente, em % do total da população estrangeira de cada concelho do Alentejo Litoral, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	25
<i>Figura 21 - Trabalhadora migrante na colheita de frutos vermelhos numa empresa agrícola do concelho de Odemira</i>	27
<i>Figura 22 - Nº de migrantes, segundo as principais nacionalidades representadas no concelho de Odemira, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	27
<i>Figura 23 - População estrangeira com estatuto legal de residente (em nº) no concelho de Odemira, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	28
<i>Figura 24 - População estrangeira com estatuto legal de residente (em %), no concelho de Odemira em %, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	28
<i>Figura 25 - Distribuição etária da população estrangeira no concelho de Odemira, em 2011</i>	29
<i>Figura 26 - Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo o seu país de origem (as mais representativas), durante os anos de 2015, 2017 e 2019</i>	31

Figura 27 - Nº total de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), nos anos de 2015, 2017 e 2019..... 32

Figura 28 - Variação percentual do nº total de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), nos anos de 2015, 2017 e 2017, 2019 32

Figura 29 - Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo o género, nos anos de 2015, 2017 e 2019 33

Figura 30 - Variação percentual do nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo o género, nos anos de 2015-2017 e 2017-2019 33

Figura 31 - Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo grupos etários, nos anos de 2015, 2017 e 2019... 34

Figura 32 - Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo o local de atendimento, durante os anos de 2015, 2017 e 2019 35

Figura 33 - Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo o motivo da sua deslocação, nos anos de 2015, 2017 e 2019 36

Figura 34 - Variação percentual do nº de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo o motivo da sua deslocação, nos anos de 2015-2017 e 2017-2019..... 37

Figura 35 - Nº de requerentes e de beneficiários do programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVR) do concelho de Odemira, por país de origem, durante os anos de 2015, 2017 e 2019..... 38

Figura 36 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, nas Juntas de Freguesia nos anos de 2014, 2017 e 2019 39

Figura 37 - Variação percentual do nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, por Junta de Freguesia, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019..... 41

Figura 38 - Nº e % de Atestados de Residência emitidos a cidadãos migrantes nas Juntas de Freguesia do Litoral e do Interior do concelho, segundo grandes zonas mundiais, nos anos de 2014, 2017 e 2019 42

Figura 39 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos migrantes, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2020 43

Figura 40 - Variação percentual do nº Atestados de Residência emitidos a cidadãos migrantes, segundo o género, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019 43

Figura 41 - Levantamento de dados qualitativos na área de Serviços de Acolhimento e Integração 44

Figura 42 - “Principais Indicadores apurados nas Visitas às IATA”, durante os meses de junho e julho de 2020..... 48

Figura 43 - Nº de alojamentos nas empresas visitadas, em junho e julho de 2020, segundo as características das suas infraestruturas 48

Figura 44 - Levantamento de dados qualitativos na área de Urbanismo e Habitação 50

Figura 45 - Nº de cidadãos migrantes inscritos no Centro de Emprego de Sines, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nos anos de 2014, 2017 e 2019..... 51

Figura 46 - Variação percentual do número de cidadãos migrantes inscritos no Centro de Emprego de Sines, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019 52

Figura 47 - Nº de cidadãos migrantes inscritos no Centro de Emprego de Sines, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2019 53

Figura 48 - Variação percentual do número de cidadãos inscritos no Centro de Emprego de Sines, segundo o género, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019 53

Figura 49 - Nº de colocações de emprego entre os cidadãos inscritos no Centro de Emprego de Sines, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nos anos de 2014, 2017 e 2019 54

Figura 50 - Variação percentual do número de colocações de emprego entre os cidadãos inscritos no Centro de Emprego de Sines, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019..... 55

Figura 51 - Nº total de cidadãos migrantes inscritos no Centro de Emprego de Sines e de colocados, nos anos de 2014, 2017 e 2019..... 55

Figura 52 - Nº total de cidadãos migrantes desempregados nos anos de 2014, 2017 e 2019 56

Figura 53 - Percentagem de cidadãos migrantes desempregados, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nos anos de 2014, 2017 e 2019..... 56

Figura 54 - Variação da percentagem de cidadãos migrantes desempregados, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019 57

Figura 55 – Percentagem de cidadãos migrantes desempregados, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2019..... 58

Figura 56 - Nº total de trabalhadores migrantes nos anos de 2014, 2017 e 2019, nas empresas agrícolas Driscoll’s Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal 58

Figura 57 - Nº de trabalhadores migrantes nos anos de 2014, 2017 e 2019, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nas empresas agrícolas Driscoll’s Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal 59

Figura 58 - Variação percentual do número de trabalhadores migrantes nos anos de 2014, 2017 e 2019, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nas empresas agrícolas Driscoll’s Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal 59

Figura 59 - Percentagem de trabalhadores migrantes, segundo grupos etários, nos anos de 2014, 2017 e 2019, nas empresas agrícolas Driscoll’s Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal..... 60

Figura 60 - Percentagem de trabalhadores migrantes, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2019, nas empresas agrícolas Driscoll’s Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal..... 61

Figura 61 - Levantamento de dados qualitativos na área de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo..... 62

Figura 62 – N.º total de crianças e alunos matriculados nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário..... 67

Figura 63 – N.º total de crianças e alunos matriculados, por nível de Educação e Ensino, nos Estabelecimentos do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021 . 68

Figura 64 – N.º total de crianças e alunos matriculados, por nacionalidade nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021 68

Figura 66 - Percentagem de crianças e alunos estrangeiros matriculados nos Estabelecimentos de Educação e de Ensino do concelho de Odemira, por ano letivo 69

Figura 65 - Variação percentual do número de crianças e alunos estrangeiros matriculados nos Estabelecimentos de Educação e de Ensino do concelho de Odemira, por ano letivo 69

Figura 67 – Distribuição do n.º. total de crianças e alunos estrangeiros matriculados, segundo grandes zonas mundiais de proveniência, nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário..... 70

<i>Figura 68 – Distribuição da percentagem de crianças e alunos estrangeiros matriculados, por nível de Educação e Ensino, nos Estabelecimentos Escolares do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021</i>	<i>71</i>
<i>Figura 69 – Percentagem de crianças e alunos estrangeiros matriculados, por nível de Educação e Ensino, nos Estabelecimentos Escolares do concelho de Odemira, em função da totalidade de matriculados no sistema educativo concelhio, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021</i>	<i>71</i>
<i>Figura 70 - Percentagem de crianças e alunos estrangeiros matriculados, segundo o género, nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário</i>	<i>72</i>
<i>Figura 71 – N.º de alunos retidos nos Ensinos Básico e Secundário, nos Estabelecimentos de Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2017/2018 e 2019/2020</i>	<i>73</i>
<i>Figura 72 – N.º de alunos estrangeiros matriculados na disciplina ou em apoio de Português Língua Não Materna (PLNM), nos Estabelecimentos de Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021</i>	<i>74</i>
<i>Figura 73 – N.º de docentes e de horas semanais da disciplina/apoio de Português Língua Não Materna (PLNM), nos Estabelecimentos de Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021</i>	<i>75</i>
<i>Figura 74 - Levantamento de dados qualitativos na área de Educação e Língua</i>	<i>76</i>
<i>Figura 75 - N.º de cidadãos estrangeiros inscritos na formação Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), segundo o seu país de origem e género, nos anos letivos de 2017-2018 e 2020-2021</i>	<i>81</i>
<i>Figura 76 - Percentagem de cidadãos estrangeiros inscritos na formação Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), segundo o seu país de origem, nos anos letivos de 2017-2018 e 2020-2021</i>	<i>82</i>
<i>Figura 77 - Percentagem de cidadãos estrangeiros inscritos na formação Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), segundo o género, nos anos letivos de 2017-2018 e 2020-2021</i>	<i>83</i>
<i>Figura 78 - N.º de cidadãos estrangeiros residentes no concelho de Odemira, que obtiveram o certificado do nível de proficiência A2 na formação de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), segundo o seu país de origem e género, nos anos letivos de 2017/2018 e 2019/2020</i>	<i>83</i>
<i>Figura 79 - N.º de cidadãos estrangeiros inscritos na ação “Português para Tod@_ST”, segundo o seu país de origem e género, nos anos letivos de 2017-2018 e 2020-2021</i>	<i>84</i>
<i>Figura 80 - Percentagem de cidadãos estrangeiros inscritos na ação “Português para Tod@_ST”, segundo o seu país de origem, nos anos letivos de 2017-2018 e 2020-2021</i>	<i>84</i>
<i>Figura 81 - Percentagem de cidadãos estrangeiros inscritos na “Português para Tod@_ST”, segundo o género, nos anos letivos de 2017-2018 e 2020-2021</i>	<i>85</i>
<i>Figura 82 - Levantamento de dados qualitativos na área de Capacitação e Formação</i>	<i>86</i>
<i>Figura 83 - N.º de cidadãos estrangeiros que participam no Projeto Giramundo, segundo o seu país de origem, entre junho de 2017 e maio de 2020</i>	<i>89</i>
<i>Figura 84 - N.º de cidadãos estrangeiros que participam no Projeto Giramundo, segundo o género, entre junho de 2017 e maio de 2020</i>	<i>90</i>
<i>Figura 85 - N.º de cidadãos estrangeiros que participam no Projeto Giramundo, segundo a sua faixa etária, entre junho de 2017 e maio de 2020</i>	<i>90</i>
<i>Figura 86 - N.º de cidadãos estrangeiros que participam no Projeto Giramundo, segundo o tipo de ação, entre junho de 2017 e maio de 2020</i>	<i>91</i>
<i>Figura 87 - Cartaz de divulgação da atividade “Dias Nacionais” (Dia Nacional da Índia) realizada em 2019</i>	<i>91</i>
<i>Figura 88 - Atuação da Banda ST All Stars na Conferência “Pensar Interculturalidade: Gentes e Cenários realizada em 2019, na localidade de Odemira</i>	<i>92</i>
<i>Figura 89 - Festival Holi, celebrado em 2019, na localidade de Zambujeira do Mar</i>	<i>93</i>

Figura 90 - Comemoração do Dia da Interculturalidade em 2019, na localidade de S. Miguel	94
Figura 91 - Comemoração do Dia da Interculturalidade em 2019, no Colégio N. Sra. da Graça, na localidade de Vila Nova de Milfontes.....	94
Figura 92 - Levantamento de dados qualitativos na área de Cultura	95
Figura 93 – Quantidade de Números de Utente atribuídos a cidadãos migrantes no concelho de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....	97
Figura 94 - Variação percentual da quantidade de Números de Utente atribuídos a cidadãos migrantes no concelho de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019	99
Figura 95 - Nº de cidadãos migrantes com médico de família atribuído no Centro de Saúde de Odemira, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....	100
Figura 96 - Variação percentual do nº de cidadãos migrantes com médico de família atribuído no Centro de Saúde de Odemira, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019	100
Figura 97 - Nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Planeamento Familiar no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....	101
Figura 98 - Variação percentual do nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Planeamento Familiar no Centro de Saúde de Odemira, nos anos de 2014- 2017 e 2017-2019	101
Figura 99 - Nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Saúde Materna no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019	102
Figura 100 - Variação percentual do nº de cidadãs migrantes acompanhadas em consultas de Saúde Materna no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....	102
Figura 101 - Nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Saúde Infantil no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019	103
Figura 102 - Variação percentual do nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Saúde Infantil no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019.....	103
Figura 103 - Nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019	104
Figura 104 - Variação percentual do nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019.....	104
Figura 105 - Nº de cidadãos migrantes acompanhados no Serviço de Atendimento Social no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019	105
Figura 106 - Variação percentual do nº de cidadãos migrantes acompanhados no Serviço de Atendimento Social no Centro de Saúde de Odemira, nos anos de 2014- 2017 e 2017-2019	105
Figura 107 - Nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de especialidade/Serviço Social no Centro de Saúde de Odemira, nos anos de 2014, 2017 e 2019	106
Figura 108 - Nº de cidadãos estrangeiros e de admissões ao Serviço de Urgência Básica (SUB) do Centro de Saúde de Odemira, segundo o país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....	107
Figura 109 - Variação percentual do nº de cidadãos estrangeiros atendidos no Serviço de Urgência Básica (SUB) do Centro de Saúde de Odemira, segundo o país de origem, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019.....	108
Figura 110 - Nº de médicos afetos ao Centro de Saúde de Odemira, com vínculo laboral por tempo indeterminado e como prestadores de serviços, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....	109
Figura 111 - Nº de médicos afetos ao Centro de Saúde de Odemira, por 1000 habitantes, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....	109
Figura 112 - Levantamento de dados qualitativos na área de Saúde	110

<i>Figura 113 – Quantidade de Números de Identificação da Segurança Social (NISS) emitidos a cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....</i>	<i>112</i>
<i>Figura 114 - Variação percentual da quantidade de Números de Identificação de Segurança Social (NISS) emitidos a cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, nos períodos compreendidos entre 2014-2017 e 2017-2019.....</i>	<i>113</i>
<i>Figura 115 – Quantidade de Números de Identificação de Segurança Social (NISS) emitidos a cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, originários dos 5 países mais representativos, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	<i>113</i>
<i>Figura 116 - Variação percentual da quantidade de Números de Identificação de Segurança Social (NISS) emitido a cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, originários dos 5 países mais representativos, nos períodos compreendidos entre 2014-2017 e 2017-2019</i>	<i>114</i>
<i>Figura 117 – Nº de cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, com remunerações declaradas à Segurança Social, dos 5 países mais representativos, nos anos de 2014, 2017 e 2019... ..</i>	<i>115</i>
<i>Figura 118 - Variação percentual do nº. de cidadãos migrantes residentes no concelho de Odemira, com remunerações declaradas à Segurança Social, originários dos 5 países mais representativos, nos períodos compreendidos entre 2014-2017 e 2017-2019</i>	<i>115</i>
<i>Figura 119 - Valor das contribuições pagas por cidadãos migrantes residentes no concelho de Odemira, originários dos 5 países mais representativos, e entidades empregadoras à Segurança Social, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	<i>116</i>
<i>Figura 120 - Variação percentual do valor total das contribuições pagas por cidadãos migrantes residentes no concelho de Odemira, originários dos 5 países mais representativos, e entidades empregadoras à Segurança Social, nos períodos compreendidos entre 2014-2017 e 2017-2019.....</i>	<i>116</i>
<i>Figura 121 - Valor das prestações sociais atribuídas pela Segurança Social a cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, originários dos 5 países mais representativos, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	<i>117</i>
<i>Figura 122 - Quadro comparativo entre o valor total das contribuições pagas por cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, dos 5 países mais representativos, e entidades empregadoras, à Segurança Social e o valor total das prestações sociais atribuídas pela Segurança Social nos anos 2014, 2017 e 2019</i>	<i>117</i>
<i>Figura 123 – Nº. de cidadãos migrantes (titulares), residentes no concelho de Odemira, originários dos 5 países mais representativos, a usufruir do abono de família, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	<i>118</i>
<i>Figura 124 – Nº de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), residentes no concelho de Odemira, por zona de proveniência, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....</i>	<i>118</i>
<i>Figura 125 - Variação percentual do nº. de Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), residentes no concelho de Odemira, por zona de proveniência, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	<i>119</i>
<i>Figura 126 – Nº de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira, originários de grandes zonas mundiais, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	<i>120</i>
<i>Figura 127 – N.º de crianças inscritas nas Instituições com resposta de Creche, por nacionalidade, no concelho de Odemira, no ano 2020.....</i>	<i>121</i>
<i>Figura 128 - Nº de crianças e jovens sinalizados à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....</i>	<i>122</i>
<i>Figura 129 - Nº de crianças e jovens estrangeiros com processo aberto na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira, segundo a sua freguesia de residência, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....</i>	<i>123</i>
<i>Figura 130 – Nº de crianças sinalizadas à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira, segundo as problemáticas identificadas, nos anos de 2014, 2017 e 2019</i>	<i>124</i>
<i>Figura 131 - Levantamento de dados qualitativos na área de Solidariedade e Resposta Social</i>	<i>125</i>

Figura 132 - Nº e % de cidadãos recenseados a 14 de setembro de 2013 e a 16 de setembro de 2017- Eleição dos Titulares para os Órgãos das Autarquias Locais (29 de setembro de 2013 e 01 de outubro de 2017).....	127
Figura 133 - Nº total de crianças/jovens que participam no Projeto ST, nos anos de 2014, 2017 e 2019	129
Figura 134 – Percentagem de crianças/jovens que participam no Projeto ST, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019	129
Figura 135 – Percentagem de crianças/jovens que participam no Projeto ST, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....	130
Figura 136 – Percentagem de crianças/jovens que participam no Projeto ST, segundo grupos etários, nos anos de 2014, 2017 e 2019	130
Figura 137 -- Levantamento de dados qualitativos na área de Cidadania e Participação Cívica	132
Figura 138 - Levantamento de dados qualitativos na área de Media e Sensibilização da Opinião Pública.....	136
Figura 139 - Levantamento de dados qualitativos na área de Racismo e Discriminação	139
Figura 140 - Nº de trabalhadores migrantes contratados diretamente no seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019, nas empresas agrícolas Driscoll's Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal	142
Figura 141 - Levantamento de dados qualitativos na área de Relações Internacionais	143
Figura 142 - Religiões mais representadas no concelho de Odemira no ano de 2011	145
Figura 143 - Levantamento de dados qualitativos na área de Religião	146
Figura 144 - Rendimento médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por género, nos anos de 2014, 2017 e 2018 (€).....	147
Figura 145 - Variação do rendimento médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por género, nos anos de 2014, 2017 e 2018 (€)	148
Figura 146 – Nº e percentagem de candidatos e eleitos, por género, nas eleições autárquicas de 2017, à Câmara Municipal de Odemira	148
Figura 147 - Nº e percentagem de candidatos e eleitos, por género, nas eleições autárquicas de 2017, à Assembleia Municipal de Odemira.....	149
Figura 148 - Percentagem de mulheres e homens candidatos e eleitos nas eleições autárquicas de 2017, às Assembleias de Freguesia do concelho de Odemira	149
Figura 149 – Percentagem de Mulheres que participam nos órgãos sociais das Associações do concelho de Odemira, no ano de 2016.....	150
Figura 150 - N.º de cidadãos migrantes no concelho de Odemira, que solicitaram apoio como vítimas de violência doméstica, segundo o seu país de origem e género, nos anos de 2014, 2017 e 2019	151
Figura 151 - Nº de migrantes do concelho de Odemira que solicitaram apoio como vítimas de violência doméstica, segundo o seu país de origem, face à sua situação profissional, nos anos de 2014, 2017 e 2019.....	152
Figura 152 - Levantamento de dados qualitativos na área da Igualdade de Género	153
Figura 153 - Dimensão Estratégica do Odemira Integra_3G.....	154
Figura 154 - Dimensão Operacional da Área dos Serviços de Acolhimento e Integração.....	160
Figura 155 - Dimensão Operacional da Área do Urbanismo e Habitação	162
Figura 156 - Dimensão Operacional da Área do Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	163
Figura 157 - Dimensão Operacional da Área de Formação e Capacitação	164
Figura 158 - Dimensão Operacional da Área da Educação e Língua	165
Figura 159 - Dimensão Operacional da Área da Cultura.....	169
Figura 160 - Dimensão Operacional da Área da Saúde.....	171
Figura 161 - Dimensão Operacional da Área da Solidariedade e Resposta Social.....	174

Figura 162 -Dimensão Operacional da Área da Cidadania e Participação Cívica	175
Figura 163 -Dimensão Operacional da Área de Media e Sensibilização da Opinião Pública	177
Figura 164 - Dimensão Operacional da Área do Racismo e Discriminação	180
Figura 165 - Dimensão Operacional da Área das Relações Internacionais.....	182
Figura 166 - Dimensão Operacional da Área da Religião	183
Figura 167 -Dimensão Operacional da Área da Igualdade de Género	184
Figura 168 - Modelo de Monitorização e Avaliação	186
Figura 169 - Acompanhamento e Modelo de Governação.....	188

Nota de Abertura e Agradecimentos

Apresenta-se aqui o III Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) do concelho de Odemira. Mais do que um documento formal, ele representa uma dinâmica local iniciada em 2014, reunindo 21 entidades à data, mas congregando hoje 45 que, de forma colaborativa e multissetorial, entenderam se aliar para, cumprindo o Princípio da Subsidiariedade, juntar esforços e encontrar respostas para minimizar o impacto de um fluxo intenso e repentino de fluxos populacionais que alterou, substancialmente, a estrutura demográfica e o tecido social do concelho, com as evidentes consequências colaterais nas diversas dimensões da vida comunitária e na qualidade de vida de quem estava, mas também de quem chegava e continua a chegar a este território, que sempre primou pela atratividade.

Num trabalho perfeitamente inovador, sem referências a nível nacional à data face à especificidade desta migração, um caminho foi sendo desenhado por tod@s os que lidavam diariamente com este novo desafio, mas unidos pela convicção que a Interculturalidade é um valor para um território, que a agricultura onde a maioria destes migrantes asseguram a mão-de-obra necessária, trouxe crescimento económico ao concelho e que a vinda de mais contingentes humanos, nos permitiu mitigar a perda de população, condição vital para a subsistência dos territórios de baixa densidade. E assim, com determinação, numa base de confiança, interajuda e respeito interinstitucional, o caminho foi-se fazendo e os efeitos sentidos, ou não, pois, muito do trabalho desenvolvido pelas dezenas de ações desenvolvidas nos Planos anteriores e que também neste se renovam, evitaram e preveniram atitudes, comportamentos, condutas e/ou ações indesejadas, em várias áreas de intervenção social, a favor da paz, da coexistência e harmonia social, mas também da capacitação dos migrantes residentes, levando a que cumpram as regras locais, mas exigindo-se, igualmente, o respeito pela sua cultura, identidade e direitos.

A seriedade e propósitos deste trabalho e os seus efeitos, foram-nos granjeando o reconhecimento de entidades regionais, de outros Municípios do país que nos procuram para partilha de boas práticas, do Governo, através de vários Ministros e Secretários de Estado que localmente nos visitam, bem como de bancadas parlamentares da Assembleia da República, cujo nosso trabalho suscita interesse e que culminou com o convite, em 25 de Junho de 2019, para apresentação da nossa estratégia local de acolhimento e integração, enquanto boa prática, no Comité Europeu das Regiões, organismo da União Europeia, no Seminário "Integração de Migrantes e Refugiados em Pequenos Territórios: um Fator de Desenvolvimento Local".

À semelhança dos anteriores Planos, apresenta-se a dimensão Estratégica e Operacional que se acredita responderem aos problemas diagnosticados no concelho, para período de execução temporal que terminará em dezembro de 2022. Mas é no seu diagnóstico que este documento se assume como documento de trabalho de referência, considerando os dados fornecidos por 33 entidades públicas e privadas locais, a evolução comparativa que realiza em três momentos – 2014/2017/2019 – e as tendências evolutivas, tão importantes para decisores políticos, estudiosos do fenómeno migratório, agentes económicos e comunicação social, cujo fenómeno migratório sempre suscitou muito interesse permitindo-se as mais variadas interpretações e perspetivas, nem sempre reais, justas ou fundamentadas. Depois de concluída a conceção deste III PMIM, não posso deixar de expressar a minha gratidão a tod@s aquel@s que, das formas mais

diversas, têm contribuído para a afirmação da marca ODEMIRA INTEGRA e/ou contribuíram para a conceção deste ODEMIRA INTEGRA_3G, afirmando-se como peças fundamentais na concretização de todo este processo, designadamente:

- ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odemira, Eng. José Alberto Guerreiro por, desde 2014, ter compreendido a necessidade do desenvolvimento de uma estratégia de intervenção social para mitigar os impactos de um fenómeno migratório no concelho, tão expressivo e célere, sempre ter disponibilizado os meios necessários para a sua concretização e se ter revelado facilitador na execução das dezenas de medidas já desenvolvidas no território;

- à Dra. Ana Paula Correia, Coordenadora dos sucessivos Planos Municipais para a Integração de Migrantes que, há sete anos a esta parte dedica, com total empenho, envolvimento e dedicação e responsabilidade, a sua vida profissional e o seu esforço pessoal a esta Missão e que, aliado à confiança, humanismo e relações de proximidade que com os atores locais soube estabelecer, se tem revelado como fator decisivo para a execução da estratégia e para a promoção da interculturalidade no concelho de Odemira;

- ao Alto Comissariado para as Migrações, pelo apoio, incentivo e orientação metodológica prestados e constante interesse em acompanhar a nossa realidade, enquanto entidade governamental;

- a todos os parceiros da Comissão Local para a Interculturalidade, pela disponibilidade e resiliência constantemente demonstradas e pelo envolvimento no processo iniciado em 2014, geradores de uma relação de compromisso, proximidade e confiança, que tem permitido concretizar desta estratégia;

- à TAIPA, Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, da direção aos técnicos, pela permanente articulação institucional com a Câmara Municipal de Odemira, no âmbito dos projetos de intervenção social que dinamizam na área da migração, resultando desta complementaridade uma maior eficácia das políticas locais desenhadas;

- aos diversos serviços técnicos do Município de Odemira, pela colaboração demonstrada, nomeadamente dos setores da Ação Social, Comunicação e Informação e Informática, cuja ajuda se revelou preciosa e fundamental.

- à Empresa The Summer Berry Company Portugal e ao Agrupamento de Escolas de S. Teotónio, pela disponibilidade e colaboração para a aplicação do inquérito por questionário, dirigido aos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT), bem como à Dra Ana Perez, e ao Técnico do Projeto Giramundo II, pelo apoio prestado na dinamização das audições aos cidadãos migrantes, participantes na Assembleia de Mediadores Culturais, no âmbito do Projeto já referido;

A tod@s, BEM HAJAM, pelo exercício de cidadania que praticam a favor do concelho de Odemira!

Odemira, 9 de março de 2021

A Presidente da Comissão Local para a Interculturalidade,
Presidente do Conselho Local de Ação Social e
Veredora do Pelouro da Ação Social,



Dra. Deolinda Seno Luís

1. Enquadramento

1.1. Âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes

A Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD) constitui-se como uma rede pioneira na conceção, implementação e avaliação de políticas locais estruturantes e sustentáveis, tendo por base Planos Municipais transversais ao processo de acolhimento e integração dos migrantes ao nível local, assentes no diagnóstico real das suas necessidades.

Esta rede integra cerca de uma centena de Municípios de norte a sul do país e Regiões Autónomas, estando muitos deles envolvidos na elaboração e implementação dos seus Planos Municipais para a Integração de Migrantes.

A Câmara Municipal de Odemira aderiu a esta rede em março de 2014, reconhecendo o potencial de estratégias territoriais específicas que podem ser melhoradas ou implementadas para uma integração positiva dos migrantes que residem no concelho e, por essa via, uma maior coesão social no território.

Odemira depara-se com muitos dos problemas detetados a nível nacional, frequentemente com indicadores majorados. A diminuição e o envelhecimento da população, principalmente nas freguesias do interior, é uma realidade que preocupa as Autarquias, os agentes económicos e a comunidade em geral. O distanciamento a centros urbanos, a fraca atratividade na área tecnológica e industrial e o insuficiente número de iniciativas empreendedoras não colaboram também para a fixação da população local. Neste contexto, o recrudescimento da agricultura e a migração podem ser considerados fatores facilitadores para a resolução destes problemas, caso existam políticas de acolhimento e integração ajustadas ao território.

Reconhecendo o potencial do fenómeno migratório para Portugal e sendo este um fenómeno irreversível nos tempos atuais, foi aprovado o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, em sede de Conselho de Ministros, através da Resolução nº 141/2019, de 20 de agosto. Este Plano pretende abranger todas as dimensões do fenómeno migratório, com respostas definidas em torno de cinco eixos fundamentais, para os quais o Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), Odemira Integra_3G colabora a nível local. Os cinco eixos são os seguintes:

1. “A promoção de migrações seguras, ordenadas e regulares, como a forma mais eficaz de enquadrar os movimentos de mobilidade humana, gerir as dinâmicas demográficas e valorizar o seu contributo para o desenvolvimento dos países de origem, de trânsito e de destino. (...)”
2. A melhoria dos processos de organização dos fluxos migratórios e da gestão integrada das fronteiras (...).
3. A promoção do acolhimento e integração dos migrantes, assegurando que se encontrem em situação regular, promovendo o reagrupamento familiar, favorecendo o domínio da língua portuguesa, a escolarização das crianças e jovens e a educação e

- formação profissional de adultos, melhorando as condições de acesso a habitação, saúde e proteção social, e estimulando a sua integração e participação cívica. (...)
4. O apoio à ligação dos migrantes ao seu país de origem e aos projetos de retorno. (...)
 5. O incremento das parcerias para o desenvolvimento com os países de origem e trânsito, assim enfrentando as causas profundas das migrações e reduzindo o peso dos fatores ligados à privação material, às desigualdades e discriminações, à ausência de oportunidades de trabalho ou à falta de condições mínimas de bem-estar. (...)

Após a implementação do primeiro e do segundo Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM), a Câmara Municipal de Odemira apresentou novamente candidatura a financiamento ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), no âmbito do Objetivo Nacional 2 “Integração” e do Objetivo Específico “Integração e Migração Legal”, sendo a Autoridade Responsável a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e a Autoridade Delegada, o Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM). É no âmbito desta candidatura, com o Projeto “Odemira Integra_3G”, que se enquadra a elaboração do presente Plano Municipal para a integração de Migrantes.

O “Odemira Integra_3G” é um projeto nascido da necessidade de continuar a trabalhar para a melhoria e acréscimo das medidas de acolhimento e integração de migrantes Nacionais de Países Terceiros, numa forma concertada, participada e estruturada por todos os parceiros, uma vez que a integração dos migrantes é vital para a coesão social e o desenvolvimento económico do território. Para possibilitar aos migrantes sentirem-se parte da comunidade, é preciso tratá-los de forma justa, assim como assegurar que possuem as ferramentas adequadas para participarem plenamente na nossa comunidade e na sociedade em geral. Só assim poderão se assumir como cidadãos e, por essa via, o direito de usufruir mas também o dever de cumprir as normas e cultura locais. A integração é um processo contínuo e recíproco, que se baseia nos direitos mútuos e obrigações correspondentes quer dos migrantes, quer da comunidade que acolhe.

1.2. Objetivos do Projeto “ODEMIRA INTEGRA_3G”

O concelho de Odemira caracteriza-se, ao nível da população, por uma forte presença de cidadãos migrantes. Com eles, chegam hábitos, culturas e línguas muito díspares, que se traduzem, localmente, em dificuldades e constrangimentos, tanto para quem chega, como para quem acolhe. Importa, pois, com a participação e colaboração de todos os atores locais, continuar a alicerçar uma política local de acolhimento e integração.

Terminado o período de vigência do segundo Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), 2018/2020, torna-se necessário analisar e avaliar o trabalho desenvolvido, retirar as aprendizagens e as recomendações a seguir e dar início ao processo de atualização do diagnóstico local, relativo ao contexto migratório do território. Continuar/adequar a estratégia de acolhimento e integração de cidadãos migrantes, tendo em conta o trabalho já desenvolvido, os novos desafios a enfrentar e as particularidades dos cidadãos migrantes no

concelho presentemente, são as premissas do futuro Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), 2020/2022, no âmbito do Projeto ODEMIRA INTEGRA_3G.

Objetivo Geral

Promover o acolhimento e a integração de cidadãos Nacionais de países Terceiros (NPT) a nível local, com o envolvimento dos atores locais, assegurando estratégias que garantam a crescente autonomização e a igualdade de oportunidades destes cidadãos, um processo de socialização que garanta a harmonia e a paz social.

Objetivos Específicos

- a) Assegurar a continuação da intervenção do Centro Local para a Integração de Migrantes (CLAIM);
- b) Desenvolver medidas de capacitação das estruturas e dos seus profissionais, promovendo a melhoria das respostas implementadas;
- c) Facilitar o acesso aos cuidados de Saúde por parte dos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT);
- d) Melhorar a comunicação entre serviços públicos e os cidadãos migrantes;
- e) Promover uma melhor intervenção na comunidade local, dando a conhecer aos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) os seus direitos e deveres;
- f) Promover a integração de mulheres migrantes na comunidade local e o seu papel na sociedade;
- g) Sensibilizar as crianças e os jovens para a riqueza da diversidade cultural, para o respeito e a tolerância pela diferença.

O período de execução do “ODEMIRA INTEGRA_3G” será de 01 de abril de 2021 a 31 de dezembro de 2022.

1.3. Estrutura do Plano Municipal para a Integração de Migrantes(PMIM)

O Plano está estruturado segundo catorze áreas de intervenção, tidas como base metodológica para a atualização do diagnóstico e das delineações estratégica e operacional, a saber:

1. Acolhimento e Integração
2. Urbanismo e Habitação
3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

4. Educação e Língua
5. Capacitação e Formação
6. Cultura
7. Saúde
8. Solidariedade e Resposta Social
9. Cidadania e Participação Cívica
10. Media e Sensibilização da Opinião Pública
11. Racismo e Discriminação
12. Relações Internacionais
13. Religião
14. Igualdade de Género

Inclui uma caracterização enquadradora do território, com as suas principais dinâmicas e um diagnóstico local relativo à realidade vivida pelos cidadãos migrantes Nacionais de países Terceiros no concelho, segundo as áreas de intervenção referidas anteriormente. Sustentadas pelo diagnóstico, foram delineadas uma dimensão estratégica e uma dimensão operacional, na qual se verifica o alinhamento entre objetivos gerais, estratégias, objetivos específicos, as respetivas medidas a implementar até 2022 e as responsabilidades de cada entidade envolvida. Estas dimensões serão orientadas e conduzidas por um sistema de monitorização e avaliação, concebido para acompanhar o período de implementação do Plano. As estratégias/medidas delineadas são direcionadas à população migrante e à comunidade anfitriã, uma vez que não faz sentido só ter enfoque numa das partes.

1.4. Metodologia

Ao ser iniciada a construção deste Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), não se partiu do ponto zero. Existia já uma experiência rica desenvolvida aquando do desenho, conceção e implementação dos anteriores Planos. Assim, optou-se por introduzir a lógica de alguma continuidade, relativamente ao processo anterior, garantindo que a construção do atual Plano integrasse momentos chave de participação de todos os parceiros que constituem a Comissão Local para a Interculturalidade (CLI), de forma a garantir a partilha de informação e troca de experiências, mantendo as parcerias ativas na definição de soluções e construção de compromissos para a implementação do Plano.

A existência e funcionamento da Comissão Local para a Interculturalidade (CLI) são fundamentais em todo este processo, sendo a estrutura que determinou, nas diversas etapas metodológicas, o percurso deste Plano, no que respeita aos conteúdos que o integram.

A Comissão apresenta na sua composição, um conjunto tão alargado e relevante de parceiros como os que a seguir se elencam, por ordem alfabética:

- Agrupamento de Escolas de S. Teotónio
- Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes
- Assembleia Municipal
- Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur
- Atlantic Opportunity
- Autoridade para as Condições do Trabalho
- Berrydelights Unipessoal, Lda
- Câmara Municipal de Odemira
- Centro de Saúde de Odemira
- Colégio Nossa Senhora da Graça
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira
- Driscoll's Portugal
- Fruta Divina - Produção e Comércio de Frutas e Plantas, Unipessoal, Lda
- Guarda Nacional Republicana
- Haygrove Portugal
- Hortipor - Export, Lda
- Instituto da Segurança Social
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Junta de Freguesia de Boavista dos Pinheiros
- Junta de Freguesia de Colos
- Junta de Freguesia Longueira/Almograve
- Junta de freguesia de Luzianes-Gare
- Junta de Freguesia de Relíquias
- Junta de Freguesia de S. Luís
- Junta de Freguesia de S. Martinho das Amoreiras
- Junta de Freguesia de S. Salvador e Santa Maria
- Junta de Freguesia de S. Teotónio
- Junta de Freguesia de Sabóia
- Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha
- Junta de Freguesia de Vale de Santiago
- Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes
- Lusomorango - Organização de Produtores de Pequenos Frutos
- Maravilha Farms - Produção e Comercialização de Frutos, Unipessoal, Lda
- Paróquia de Odemira
- Paróquia de São Teotónio
- Representantes de migrantes (Gergana Krasteva, Helena Loermans, Licínio Silva e Volodymyr Drabovskyy)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

- Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e da Indústria de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal
- Sociedade Recreativa S. Teotoniense
- Sudoberry, SA
- TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira
- The Summer Berry Company Portugal
- Vitacress Portugal S.A.

Sendo uma Plataforma de parceiros permanentes e não ocasionais, estes sentem uma responsabilidade, um envolvimento e um empenhamento intrínseco na abordagem à temática da migração. O objetivo é rentabilizar os seus conhecimentos, as suas experiências e promover momentos de reflexão e análise.

São atribuições desta Comissão:

- Participar na conceção, aprovar, monitorizar e avaliar o Plano.
- Fazer propostas de alteração ao Plano.
- Tirar o melhor partido do fenómeno migratório para o desenvolvimento local da região.
- Discutir temas ligados à temática das migrações no local, em termos de integração.
- Garantir a participação dos migrantes nas políticas locais a respeito das migrações, nas diferentes vertentes.
- Promover a articulação entre parceiros locais, incluindo administração central e local, instituições e empresas.
- Potenciar iniciativas facilitadoras da boa execução do Plano, nomeadamente através da mobilização das pessoas singulares e coletivas que sejam fundamentais para a sua concretização.
- Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório ao nível local.
- Assegurar uma melhor correspondência entre necessidades e oferta migratória.
- Contribuir para a divulgação do Plano e da respetiva implementação, a nível local, seja junto da opinião pública, seja dos profissionais das diferentes organizações públicas e privadas que de uma forma direta ou indireta desenvolvem competências em prol das migrações.

Sentiu-se a necessidade de criar uma imagem identitária (figura 1) à semelhança do que aconteceu nos anteriores Planos, para o projeto “ODEMIRA INTEGRA_3G”, com o objetivo de continuar a sensibilizar e a informar a opinião pública sobre a estratégia local para a integração de migrantes e dar a conhecer aos cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) a existência desta estratégia, na qual podem participar e colaborar na sua própria integração.

Figura 1 -Imagem identitária do Projeto ODEMIRA INTEGRA_3G



Fonte: Município de Odemira

A divulgação do Plano à comunidade de acolhimento, foi desde logo, uma prioridade assumida pela Câmara Municipal de Odemira e concretizou-se através das rádios e jornais locais e veículos de comunicação da própria autarquia. Queremos sensibilizar a opinião pública para a realidade migrante vivida no nosso concelho e para as mais-valias que os cidadãos migrantes trazem ao território, desde a riqueza da diversidade cultural, ao aumento do número de habitantes, até ao desenvolvimento económico do concelho, favorecendo o sentimento de aceitação à sua presença.

Numa primeira fase, para a atualização do diagnóstico local relativo à realidade migrante no concelho de Odemira, procedeu-se à recolha de dados quantitativos e qualitativos, uma vez que os primeiros atuam em diversos níveis de realidade e têm como objetivo trazer à luz indicadores e tendências observáveis, e os segundos, perceber valores, representações, hábitos, atitudes e opiniões, focalizando as particularidades e as especificidades, tanto da comunidade local como da comunidade migrante.

Quanto à recolha dos dados quantitativos, estes foram solicitados a entidades parceiras e não parceiras da Comissão Local para a Interculturalidade (CLI), de acordo com as diversas áreas de intervenção já anteriormente referidas, de modo a obter um retrato alargado e atualizado do contexto da temática da migração no território. (Anexo 1). Simultaneamente, foram consultados dados já publicados por entidades de abrangência regional e nacional, como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o Instituto de Segurança Social (ISS), entre outras. Os dados recolhidos permitiram uma análise comparativa entre os períodos temporais utilizados nos dois anteriores Planos e os atuais, proporcionando assim, informação sobre as principais alterações ocorridas no âmbito das migrações no território e pistas para a definição das dimensões estratégica e operacional do presente Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM). Assume-se, assim, como o registo mais completo, fidedigno e real do fenómeno migratório, pela diversidade de fontes e sua proximidade ao fenómeno e por incluir todas as entidades de cariz público com representação e intervenção no território.

Numa segunda fase, procedeu-se à recolha dos dados de carácter qualitativo junto de cidadãos da comunidade migrante:

A recolha dos dados qualitativos referentes às audições/entrevistas a cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT), foram realizadas em colaboração/articulação com o Plano Estratégico para a Coesão e Integração, promovido pela TAIPA-Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira (daqui por diante, designada como TAIPA), sob a alçada da Secretaria de Estado para a Integração e as Migrações. Este Plano, de abrangência nacional, é desenvolvido por uma equipa de especialistas em migrações, coordenada pela Dra. Ana Pérez, investigadora da Universidade do Porto. Tem como objetivo transversal “Promover a integração da diversidade humana, como forma de melhorar a coesão social e territorial, dando resposta/atendendo aos artigos 1º, 3º, 12º, 22º e 29º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Paris, 10 de dezembro de 1948) assentando na lógica do tripé da sustentabilidade: económica, ecológica e social”, sem perder de vista a necessidade de dar continuidade de forma orgânica, sistémica e organizada, a todas as iniciativas locais do território.

Assim, com o objetivo de submeter uma candidatura ao Programa Bairros Saudáveis, tendo como pano de fundo o contexto da migração no território e sendo necessário previamente conceber um diagnóstico do contexto local, a Câmara Municipal de Odemira aliou-se a este Projeto e assim, os dados recolhidos durante as audições/entrevistas realizadas pela Coordenadora do Projeto, com a sua equipa de especialistas e pelos técnicos da TAIPA, foram partilhados com a Câmara Municipal de Odemira.

Foram ouvidos 13 cidadãos migrantes, 11 do género masculino e 2 do género feminino, dos seguintes países de origem: Índia, Nepal, Bangladesh, Paquistão e Ucrânia (Anexo 2). Questionados sobre o que se poderia melhorar no concelho para que o processo de integração melhorasse, estes elencaram algumas medidas, que, na sua opinião, podem melhorar o referido processo:

- Acesso a aulas de português, em todas as freguesias e a realização das mesmas em horário diferente do pós-laboral, (após um dia de trabalho, os migrantes sentem dificuldade em participar com empenho e com a atenção necessária às aulas de formação de português em horário pós-laboral);
- Acesso ao emprego e melhor partilha de informação dos empregos disponíveis no concelho;
- Atividades extra curriculares para crianças e jovens;
- Melhoria da rede de transportes e expansão de percursos de transportes públicos em horário noturno (Rodoviária do Alentejo).
- Ações de sensibilização sobre a discriminação de género em todas as comunidades do concelho.
- Mais informação sobre o Serviço Nacional de Saúde e como ter acesso aos Cuidados de Saúde Primários (CSP)

Figura 2- Audição aos cidadãos Migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)



Fonte: TAIPA - Projeto Giramundo

A par da realização desta entrevista, foi aplicado *on-line* e em suporte de papel, um inquérito por questionário, traduzido para inglês e hindi, (Anexo 3), com intenção de abranger cerca de 300 trabalhadores agrícolas, com a colaboração da empresa agrícola The Summer Berry Company Portugal e do Agrupamento de Escolas de S. Teotónio, aos cidadãos participantes do curso de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL). Só 136 migrantes Nacionais de Países Terceiros responderam ao inquérito. Os resultados serão incorporados nos Anexos ao presente documento (Anexo 4), não tendo a pretensão que sejam assumidos como muito representativos, mas sim como uma tendência de como os migrantes “vivem e sentem “ o nosso território.

O período de conceção do presente Plano, coincidindo com a atual situação de pandemia causada pela COVID-19, não permitiu a colaboração e a participação dos parceiros da CLI como aconteceu na conceção dos anteriores Planos. Ainda foi considerada a hipótese de promover a participação dos parceiros via reuniões *on-line*. Mas tendo em conta o número elevado de participantes, a complexidade dos conteúdos a tratar (levantamento de problemas e causas de para cada uma das 14 áreas de intervenção, a dimensão estratégica e a dimensão operacional, com todos os itens associados, objetivos, metas, indicadores...), a necessária duração dessas reuniões e a nossa experiência, como participantes e promotores deste género de encontros, longos, em que é exigida uma efetiva participação, reflexão e definição de pontos muito objetivos, demonstrar a sua ineficácia, optou-se por outra abordagem. Foram consultadas atas de reuniões/encontros, nos quais os nossos parceiros estiveram presentes e enumeraram uma série de problemas relacionados com a realidade migratória no concelho, abrangendo as várias áreas de intervenção, os quais vão estar refletidos nas tabelas “Levantamento de dados qualitativos na área ...”.

Quanto à definição das dimensões estratégica e operacional, decidiu-se que a Câmara Municipal de Odemira avançaria com uma proposta a apresentar aos parceiros da Comissão Local para a Interculturalidade (CLI), tendo em conta que, no período de preparação da candidatura financeira ao Fundo para o Asilo, a Migração e a integração (FAMI) do presente Plano, a Comissão Local para a Interculturalidade (CLI) foi chamada a participar na definição das medidas a candidatar, na reunião realizada no dia 15 de junho de 2020, voltando a ser envolvida numa fase de *draft* do documento para recolha de contributos/sugestões finais.

Apesar dos constrangimentos motivados pela pandemia da COVID-19, procurou-se que os parceiros participassem em todo o processo de conceção do III Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), desde o diagnóstico à definição das medidas e que se assumissem como responsáveis por aquelas que se enquadram dentro do seu âmbito de atuação, mantendo-os informados do processo, solicitando-lhes dados e mantendo sempre céleres e ágeis canais de comunicação, metodologia sempre implementada nos dois Planos concebidos.

1.5. Processo Conducente à Aprovação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes

O processo de aprovação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes envolveu várias estruturas locais.

Em primeiro lugar, a Comissão Local para Interculturalidade (CLI) pronunciando-se favoravelmente em reunião agendada para o efeito. De seguida, foi submetida à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, assumindo-se, desta forma, o comprometimento e o compromisso dos órgãos autárquicos nas intenções enunciadas e na execução do Plano perante o Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM) e a entidade gestora do fundo financiador.

1.6. Apresentação Pública

Na medida em que todo este trabalho tem em vista a plena integração dos migrantes na comunidade, e que essa integração se deseja participada, de forma generalizada por entidades e instituições, grupos, cidadãos e pelos próprios visados, será agendada uma sessão pública para apresentação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), em sessão aberta à participação da comunidade do concelho de Odemira, comunidade de migrantes residentes, entidades parceiras que constituem a Comissão Local para a Interculturalidade (CLI) e outras entidades, cujo âmbito da sua intervenção implique a realização de trabalho junto da população migrante.

Para esta sessão de apresentação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), serão convidados a participar os representantes das Embaixadas dos países com maior presença de cidadãos no território, como as Embaixadas da Índia, da Tailândia e do Consulado do Nepal em Portugal, para além, naturalmente, do Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM) e da Secretaria de Estado para a Integração e as Migrações.

2. Diagnóstico

Um diagnóstico tem como finalidade caracterizar o contexto o mais rigorosamente possível e, conseqüentemente, definir relações causais e integrá-las no contexto económico, social, cultural e político local. O diagnóstico é o garante da adequabilidade das respostas às necessidades locais, bem como à eficácia de qualquer projeto de intervenção.

Como critérios para a elaboração deste diagnóstico elegemos a **participação**, a **clareza**, a **pertinência** e a **qualidade**, percorrendo as várias fases da sua estrutura:

1. Recolha de dados qualitativos
2. Recolha de dados quantitativos
3. Pesquisa bibliográfica
4. Tratamento dos dados recolhidos
5. Análise e interpretação dos problemas/constrangimentos

2.1. O Território

O concelho de Odemira localiza-se junto à costa, no sudoeste da região do Alentejo, no sul de Portugal. É limitado a oeste pelo Oceano Atlântico, a sul pelo Algarve (concelhos de Aljezur, Monchique e Silves) e a norte e a Oeste pelos concelhos de Sines, Santiago do Cacém (Alentejo Litoral) e Ourique (Baixo Alentejo). Administrativamente, o concelho pertence ao distrito de Beja e está integrado na região Alentejo (NUTS II), na sub-região do Alentejo Litoral (NUTS III).

Figura 3 - Portugal Continental, Alentejo (NUTS II) e Alentejo Litoral (NUTS III)



Figura 4- Concelhos do Alentejo Litoral (NUTS III)



Fonte: Diagnóstico Social 2015 – Rede Social de Odemira

Odemira é o maior concelho português em extensão territorial, com 1720,6 km², que corresponde a 1,87 % da área de Portugal Continental (NUTS I), 5,44 % do Alentejo (NUTS II), 32,41 % do Alentejo Litoral (NUTS III) e 16,8 % do distrito de Beja. Com 55 km de costa marítima, ocupa boa parte da bacia hidrográfica do Rio Mira.

Figura 5 - Mapa do concelho de Odemira

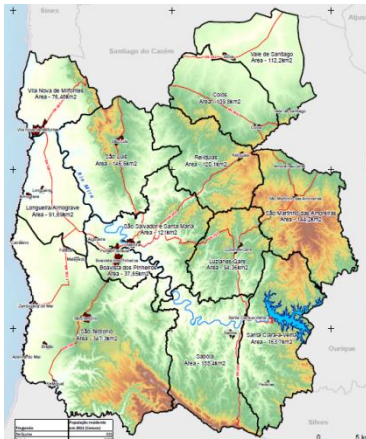


Figura 6 - Mapa do distrito de Beja



Fonte: Diagnóstico Social 2015 – Rede Social de Odemira

A diversidade do território é patente nas suas características geológicas e orográficas. Na conhecida divisão geográfica de Orlando Ribeiro, o concelho de Odemira contém características do “Alentejo litoral com elevações”, da “Serra Algarvia”, da “Depressão do Sado” e do “Alentejo da planície”. (RIBEIRO, Orlando. Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Coimbra Editora, 1945)

Todo o litoral está inserido no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Criado em 1995, após um curto período em que manteve o estatuto de Área de Paisagem Protegida, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) abrange a faixa litoral dos concelhos de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo. A Costa Sudoeste constitui uma das faixas litorais menos afetadas pela intervenção humana e têm características biofísicas e ecológicas únicas no contexto europeu. A natureza diversificada dos fundos da orla costeira, a confluência de três massas de água distintas (mediterrânica, atlântica temperada e tropical) e a ocorrência de fenómenos de afloramento de águas profundas, contribuem para a presença de elevados níveis de biodiversidade. A costa, considerada uma das mais preservadas em toda a Europa, combina a riqueza dos ecossistemas com a prática balnear em praias de grande beleza paisagística e natural.

No litoral situam-se os principais aglomerados urbanos com vocação turística: Vila Nova de Milfontes, Almogrove e Zambujeira do Mar. Estas localidades congregam a grande maioria da oferta turística do concelho e caracterizaram-se por um crescimento urbano expressivo nas últimas décadas.

Os quatro portos de pesca do concelho - Portinho do Canal (Vila Nova de Milfontes), Lapa das Pombas (Almogrove), Entrada da Barca (Zambujeira do Mar) e a Azenha do Mar - suportam a

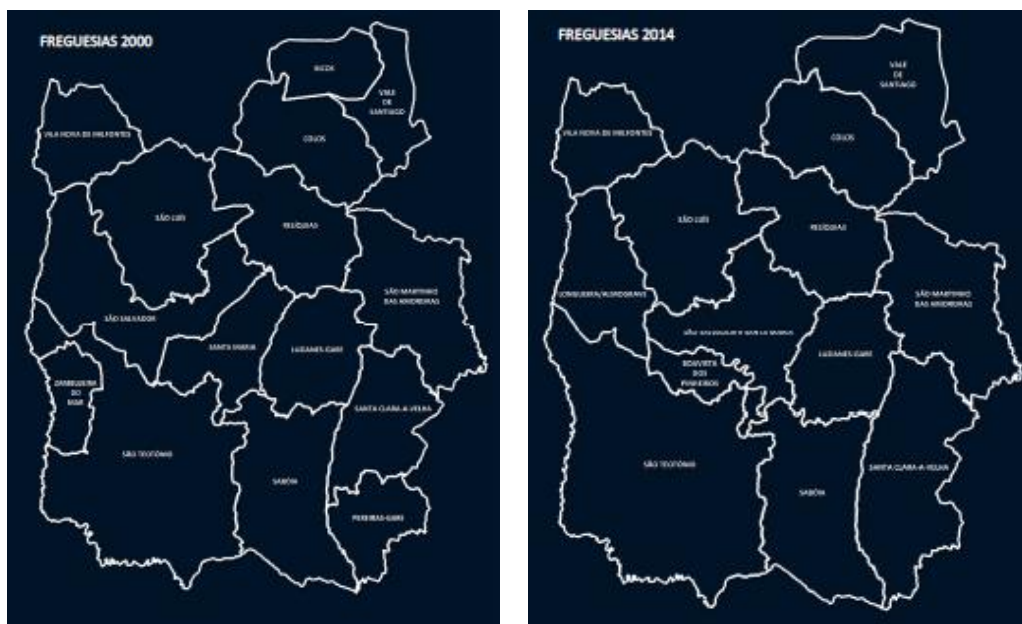
atividade piscatória de mais de uma centena de pescadores, que se dedica à pesca artesanal e mantém as características das embarcações mais antigas.

É também no litoral que ocorre o grosso da produção pecuária (fundamentalmente a produção de bovinos da raça Limousine e de Holstein Frísia), embora esta se registre cada vez menos em prol da produção agrícola do território, designadamente a horticultura, fruticultura e floricultura intensiva. Toda esta área beneficia da infraestrutura de rega do Mira e de um micro clima propício à realização deste tipo de culturas agrícolas.

A faixa central, recortando o concelho de sul para norte, faz a transição orográfica entre a charneca, dominante na faixa litoral, e a serra, dominante na faixa interior. Neste espaço encontramos alguns dos principais aglomerados urbanos do concelho, tais como Boavista dos Pinheiros, Odemira e S. Luís. Esta faixa central corresponde ao espaço dos serviços públicos, de algumas das principais unidades comerciais e dos principais parques de fixação de empresas.

A faixa interior do concelho, marcada por uma orografia bastante acidentada, é palco para a maior mancha florestal do país, seja ela autóctone (sobreiro e azinheira), seja de crescimento rápido (como o eucalipto). Associado a essa mancha florestal, o setor agrícola e pecuário de sequeiro extensivo (bovinicultura, ovinicultura e caprinicultura) marcam a paisagem física e económica de uma grande área do concelho que é estruturada, a sul, pela barragem de Santa Clara-a-Velha e a norte pela integração na tradicional planície alentejana.

Figura 7 - Freguesias do concelho de Odemira, 2000 e 2014



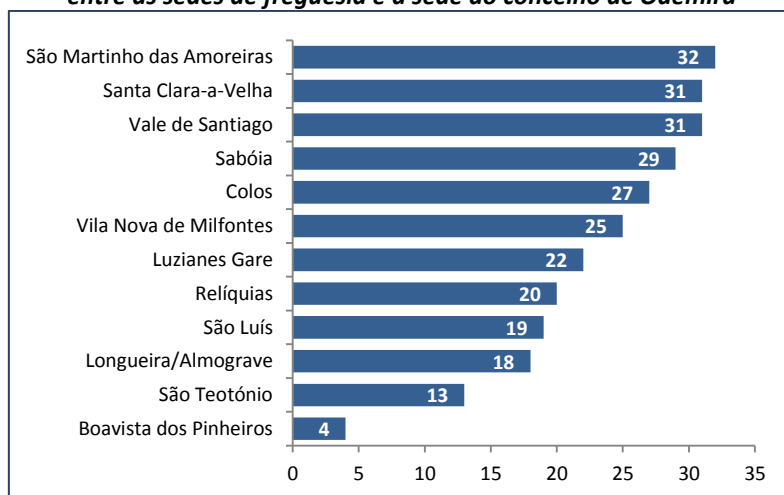
Fonte: Diagnóstico Social 2015 – Rede Social de Odemira

Atualmente existem 13 freguesias: Boavista dos Pinheiros, Longueira/Almograve¹, Luzianes-Gare, Colos, Relíquias, Sabóia, Santa Clara-a-Velha, São Luís, São Martinho das Amoreiras, São Salvador/Santa Maria, São Teotónio, Vale de Santiago e Vila Nova de Milfontes. A reorganização administrativa determinada pela Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, agregou as freguesias da sede do concelho (São Salvador e Santa Maria), de São Teotónio com Zambujeira do Mar, de Santa Clara-a-Velha com Pereiras-Gare e de Vale de Santiago com Bicos².

A enorme dimensão do território e a sua dispersão populacional assumem-se como traços distintivos do concelho de Odemira. As 13 freguesias congregam um total de 137 aglomerados populacionais.

As tabelas das figuras 8 e 9, indicam as longas distâncias que é necessário percorrer entre as sedes de freguesia e a sede do concelho. Dois terços das sedes das freguesias distam a 20 ou mais quilómetros da sede do concelho e três das sedes das freguesias (São Martinho das Amoreiras, Santa Clara-a-Velha e Vale de Santiago) estão a mais de 30 quilómetros. Em um terço das sedes das freguesias, o tempo de viagem é igual ou superior a 30 minutos e apenas uma freguesia (Boavista dos Pinheiros) tem um tempo de viagem inferior a 15 minutos. A extensão e orografia do território e a tipologia e traçado das vias de acesso tornam demoradas as deslocações no concelho de Odemira.

Figura 8 – Distância, em Quilómetros, em percurso de automóvel, entre as sedes de freguesia e a sede do concelho de Odemira

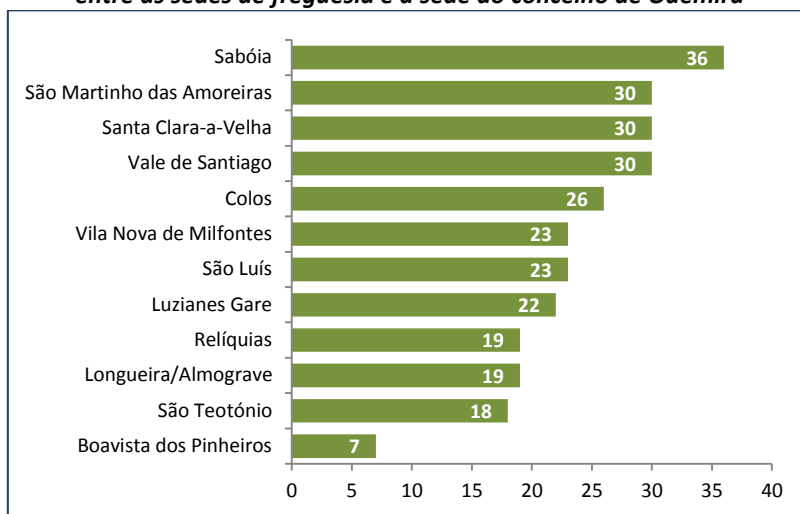


Fonte: Diagnóstico Social 2015 – Rede Social de Odemira

¹ As freguesias de Boavista dos Pinheiros e Longueira/Almograve foram criadas em 2001, a partir das freguesias de São Salvador e Santa Maria.

² A Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, determinou a reorganização administrativa do território das freguesias, através da criação de freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais de acordo com os princípios, critérios e parâmetros definidos na Lei nº 22/2012, de 30 de maio.

Figura 9 – Distância em minutos, em percurso automóvel, entre as sedes de freguesia e a sede do concelho de Odemira



Fonte: Diagnóstico Social 2015 – Rede Social de Odemira

Se na análise das distâncias considerarmos também outros aglomerados que não apenas os correspondentes às sedes de freguesia, constatamos que para os cidadãos que vivem nesses aglomerados, essas distâncias são ainda maiores. Vinte e três dos aglomerados populacionais do concelho de Odemira distam a 40 minutos ou mais da sede do concelho e 49 (35,8%) estão a 30 minutos ou mais.

Odemira, vila sede do concelho, dada a sua localização e os serviços de que dispõe, assume-se como a centralidade do território. Porém, em função da enorme extensão do território, da dispersão geográfica e das dificuldades de mobilidade da população, não é encarado como único polo agregador de suporte. Para contornar estas dificuldades, tem vindo a ser desenvolvida uma estratégia que passa pela criação de subcentralidades, que se constituem como novos lugares centrais, ainda que complementares e em ligação a Odemira para melhor servir a população.

Assim, os aglomerados de S. Teotónio, Colos, Sabóia e Vila Nova de Milfontes, constituem espaços urbanos que agregam e suportam territórios envolventes, gerando assim uma sustentabilidade demográfica mais alargada do que a opção pela centralidade única de Odemira. São lugares que, por via dos serviços de educação (identificados como os espaços de oferta até ao 9.º ano de escolaridade), saúde e segurança, polarizam os fluxos de mobilidade e concentram serviços (públicos e privados).

No contexto sub-regional é evidente o carácter periférico do concelho de Odemira. A sua localização geográfica e as características da rede viária e de transportes, representam um constrangimento considerável na mobilidade e no acesso da população aos principais centros urbanos regionais e nacionais. A dimensão da região e o modelo de povoamento existente têm contribuído para uma exiguidade da rede e dos serviços de transporte público e coletivo, criando uma quase exclusiva dependência do transporte rodoviário individual.

Em Odemira, os transportes públicos rodoviários e ferroviários estão longe de corresponder às necessidades básicas de mobilidade da generalidade da sua população.

Odemira tem em Faro o aeroporto mais próximo, a aproximadamente uma hora e quarenta minutos. Todos os outros concelhos do Alentejo Litoral estão mais próximos do Aeroporto de Lisboa.

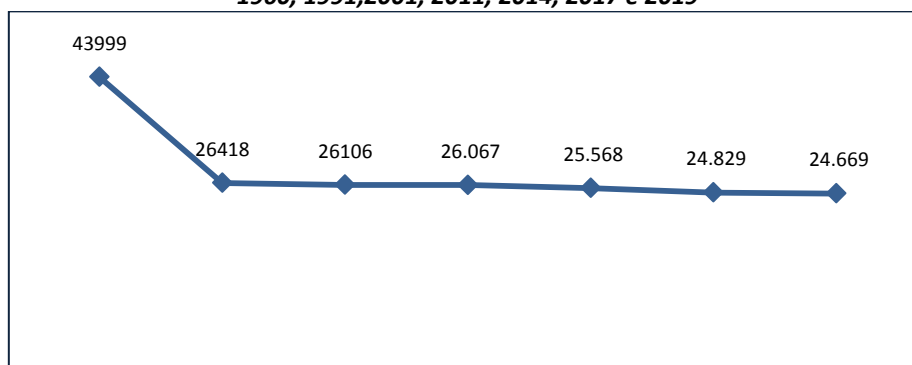
Relativamente ao hospital de referência, o Hospital do Litoral Alentejano (HLA), Odemira é o concelho da região do Alentejo Litoral destacadamente mais distante (58 minutos para percorrer os 67 quilómetros, da sede do concelho), seguido de Alcácer do Sal (50 minutos). Os restantes concelhos apresentam distâncias inferiores a 25 minutos.

A vila de Odemira está a mais de duas horas da capital do país.

2.2. A População

Em 2011, segundo os últimos Censos realizados, residiam no concelho de Odemira 26.066 habitantes (no gráfico da figura 10). Nos últimos 60 anos, é sobretudo entre 1960 e 1991 que se regista o maior decréscimo na população (-40%). Nos anos seguintes, nota-se uma tendência de estabilização da população residente, com uma diminuição muito pouco acentuada, sendo dado como 24.669 o número de habitantes em 2019, segundo a PORDATA.

Figura 10 - Evolução da população residente do concelho de Odemira nos anos de 1960, 1991, 2001, 2011, 2014, 2017 e 2019



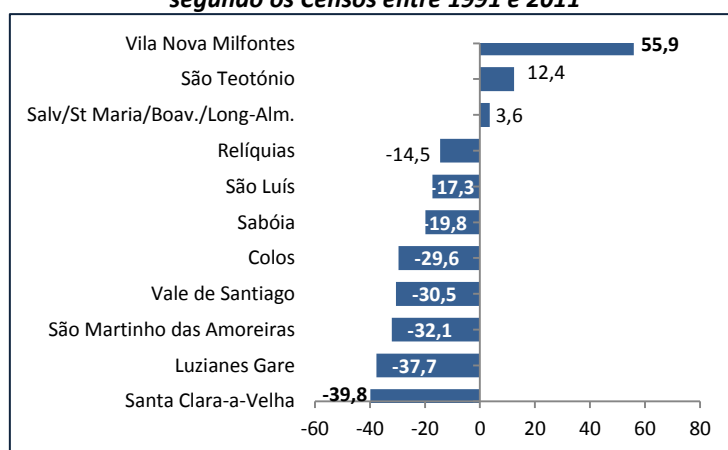
Fonte: PORDATA

Estes dados mostram a capacidade do concelho para conter o decréscimo da população que tem sido comum na generalidade dos territórios rurais de baixa densidade, contribuindo para este facto, o grande fluxo de cidadãos migrantes ao território, essencialmente, por via da migração económica, como mão-de-obra para as grandes empresas de agricultura intensiva, que investem, principalmente, na produção de frutos vermelhos destinada à exportação. No entanto, se o nível de análise da incidência desta implementação recair sobre as freguesias

existentes, observa-se uma considerável assimetria dentro do próprio concelho, sendo que a sua fixação incide exclusivamente na faixa litoral do concelho.

Já entre 1991 e 2011, a figura 11, permite-nos identificar duas realidades muito distintas: as freguesias do litoral e da sede do concelho aumentaram a população e conseguiram atenuar a significativa diminuição da população ao contrário das freguesias do interior do concelho.

Figura 11 - Evolução percentual da população de Odemira, por freguesias, segundo os Censos entre 1991 e 2011

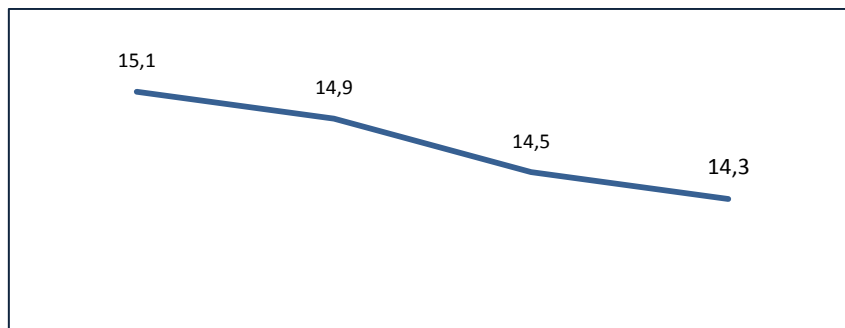


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

A freguesia de Vila Nova de Milfontes destaca-se largamente de todas as outras, com um crescimento populacional de 55,9% entre 1991 e 2011 devido a um forte crescimento e florescimento do turismo. A freguesia de São Teotónio, embora com um crescimento positivo, fica aquém do registo da primeira, com 14,5%. No polo oposto encontramos as freguesias de Santa Clara-a-Velha (-39,8%), Luzianes-Gare (-37,7%), São Martinho das Amoreiras (-32,1%), Vale de Santiago (-30,5%) e Colos (-29,6%).

Nota: Os dados dos Censos de 2011, do Instituto Nacional de Estatística, têm como referência os limites administrativos que antecedem a deliberação de 2012, que reduziu o número de freguesias no concelho de Odemira de 17 para 13. São Teotónio integrou Zambujeira do Mar e Santa Clara-a-Velha integrou Pereiras Gare. São Salvador e Santa Maria tornaram-se uma freguesia única. Vale de Santiago integrou Bicos, mas não na totalidade. Uma parte da anterior freguesia de Bicos (aproximadamente 7 Km2, que corresponde a uma população estimada de 50 pessoas) passou para a freguesia de Colos. Porém, neste documento, no tratamento da informação das freguesias, regista-se um pequeno desvio (sem significado estatístico relevante): os dados relativos à antiga freguesia de Bicos são integralmente considerados na freguesia de Vale de Santiago

Figura 12 - Evolução da densidade populacional (indivíduos/Km²) no concelho de Odemira, nos anos de 2011, 2014, 2017 e 2019

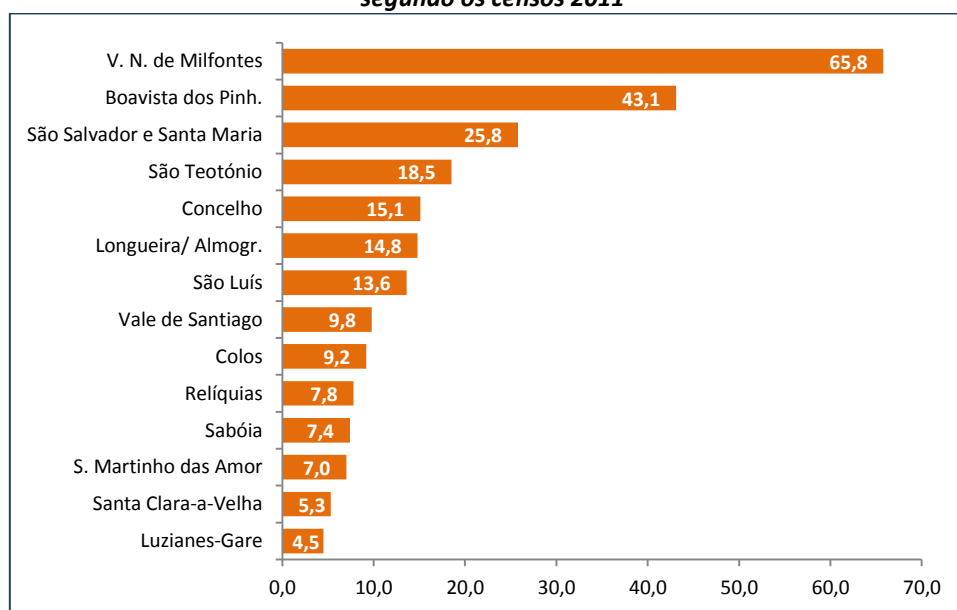


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

O mínimo decréscimo da população tem influência, naturalmente, na evolução da densidade populacional. Nas duas últimas décadas a densidade populacional no concelho de Odemira passou de 15,1 habitantes/km² para 14,3.

Se analisarmos a densidade populacional por freguesia (gráfico da figura 13), constatamos que apenas duas freguesias apresentam valores significativamente superiores à média do concelho em 2011: Vila Nova de Milfontes com 65,8 habitantes e Boavista dos Pinheiros com 43,1 por quilómetro quadrado. No lado contrário, encontramos todas as freguesias do interior com um valor inferior a 10 habitantes por Km². Luzianes-Gare com 4,5 e Santa Clara-a-Velha com 5,3 são as freguesias com menor densidade populacional no concelho.

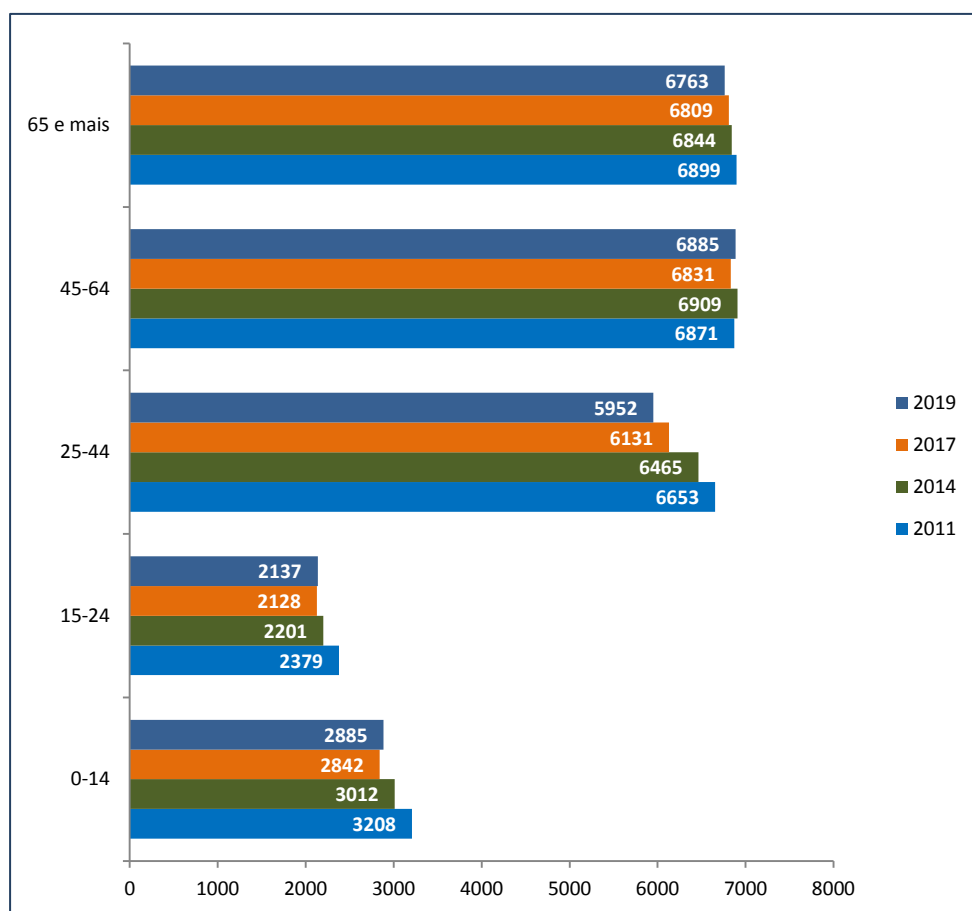
Figura 13 - Densidade populacional (indivíduos/Km²) por freguesias de Odemira, segundo os censos 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Apesar de só possuímos dados relativos a 2011 ao nível da desagregação por freguesia, atualmente, a tendência mantém-se: as freguesias do litoral manifestam uma densidade populacional muito superior às localizadas no interior.

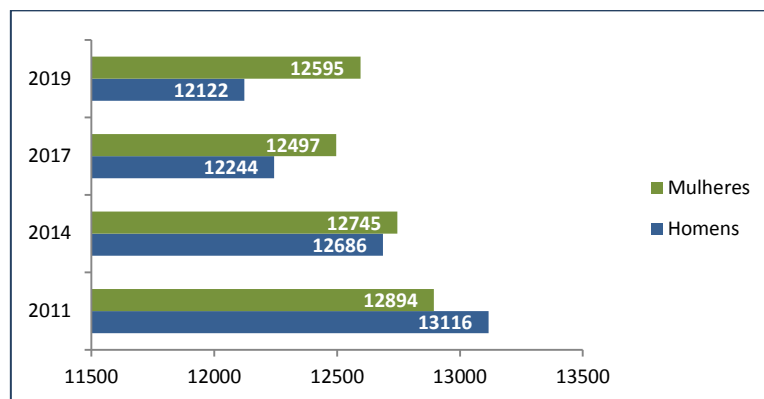
Figura 14 - Nº de residentes no concelho de Odemira, segundo o grupo etário, nos anos de 2011, 2014, 2017 e 2019



Fonte: PORDATA

Como se pode verificar no gráfico da figura 14, a população residente no concelho, segundo os grupos-etários apresentados, não sofreu grande variação na última década. A maior parte da população residente situa-se nos grupos etários dos 45-64 e dos 65 e mais anos. As crianças e jovens representam a menor fatia do universo da população do concelho, revelando assim uma população envelhecida, mas ainda assim com forte contingente humano nas faixas etárias correspondentes à vida ativa.

Figura 15 - Nº de residentes no concelho de Odemira, segundo o género, nos anos de 2011, 2014, 2017 e 2019



Fonte: PORDATA

À semelhança do que acontece quanto à idade da população residente, o número de residentes segundo o género, também não sofreu grande alteração desde 2011. Neste ano, o número de homens era superior ao número de mulheres mas, nos anos seguintes, a população feminina passou a ser ligeiramente superior à do sexo masculino. No entanto, estes dados poderão não refletir a realidade, uma vez que a população migrante no concelho é muito volátil.

2.3. Fluxos Migratórios e a População Migrante em Odemira

Odemira, desde há muitos anos, tem sido um concelho atrativo para muitos cidadãos estrangeiros das mais variadas nacionalidades. A extensão dos terrenos de charneca perto do litoral, o microclima e o sistema de regadio existente, são condicionantes que favoreceram a fixação de empresas hortícolas, que encontraram no nosso território os requisitos ideais para a produção em larga escala de vegetais e frutos. A horticultura é uma das atividades com mais peso na economia do concelho.

O concelho atrai mão-de-obra migrante devido ao facto da oferta local não satisfazer as necessidades das empresas sedeadas no concelho, pela quantidade de mão-de-obra necessária e pela natureza exigente do trabalho. Possuindo uma grande extensão de produção intensiva, estas empresas tornaram-se um polo de atração para quem procura trabalhar em Portugal.

Desde a década de oitenta que o nosso concelho acolhe cidadãos estrangeiros. Nesta década, era procurado, sobretudo, por cidadãos do norte da Europa, que aqui fixaram a sua residência. A boa receptividade da população local, o clima e a natureza foram os principais fatores para que esta comunidade se fixasse, procurando uma qualidade de vida que não possuíam nos seus países de origem.

Analisando a situação das migrações no concelho, faz-nos sentido referir que chegaram ao território quatro grandes vagas de comunidades migrantes.

Na primeira, integram-se os cidadãos do norte da Europa, já referidos anteriormente, e onde se incluem os grandes empresários da bacia hidrográfica do Mira, de nacionalidades inglesa, dinamarquesa e holandesa e os cidadãos reformados que escolheram o nosso concelho para viver. Estes cidadãos acabaram por se fixar, constituir família e estão completamente integrados na comunidade local e muitos dedicaram-se à atividade agropecuária e cultural.

Na segunda vaga, chegaram os jovens estudantes dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), com o propósito de frequentar um percurso de formação profissional na Escola Profissional de Odemira.

Na terceira vaga, podemos dizer que chegaram os migrantes laborais, oriundos, principalmente, da Europa de Leste (na sua maioria de origem búlgara) e do Brasil que vieram satisfazer as primeiras necessidades de mão-de-obra sentidas nas áreas da agricultura e agropecuária.

Por fim, uma quarta vaga, caracterizada pela vinda de migrantes asiáticos, primeiramente tailandeses, seguidos depois por cidadãos de outros países da Ásia, como sejam a Índia, o Nepal, o Paquistão e o Bangladesh. Esta última vaga de cidadãos com o objetivo principal de trabalharem nas empresas de agricultura intensiva existentes no concelho para a produção de frutos vermelhos.

Genericamente, as vantagens da migração verificam-se quando falamos desta em situação legal ou regular. A chegada de migrantes, a curto e a médio prazo, constitui uma solução para a diminuição da taxa de natalidade e para a diminuição do envelhecimento da população, podendo igualmente ser a única forma de assegurar o equilíbrio dos sistemas da segurança social.

Além disso, a necessidade de mão-de-obra em determinados setores da economia não é compensada pelo mercado de trabalho interno sendo vital a vinda de migrantes. Desta maneira, a migração revela-se também crucial para satisfazer as necessidades do mercado laboral, e a um nível mais lato, contribui decisivamente para o crescimento económico.

Como se pode verificar na tabela da figura 16, em 2014, Portugal e o Alentejo Litoral (em todos os seus municípios), apresentavam um saldo migratório negativo. Em 2017, já o concelho de Alcácer do Sal apresentava valor negativo. No ano de 2019, todos os territórios considerados apresentaram um saldo migratório positivo, observando-se um grande aumento comparado com o ano de 2017, só justificado com os fluxos migratórios intensos e repentinos que se assistiram na região, mas, com maior incidência, em Odemira.

Figura 16 - Saldo Migratório, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Região/Concelho	2014	2017	2019
Portugal	-30.003	5.058	44.506
Alentejo Litoral	-541	43	816
Alcácer do Sal	-98	-49	40
Grândola	-51	69	171
Odemira	-108	6	253
Santiago do Cacém	-140	1	215
Sines	-144	16	137

Fonte: PORDATA

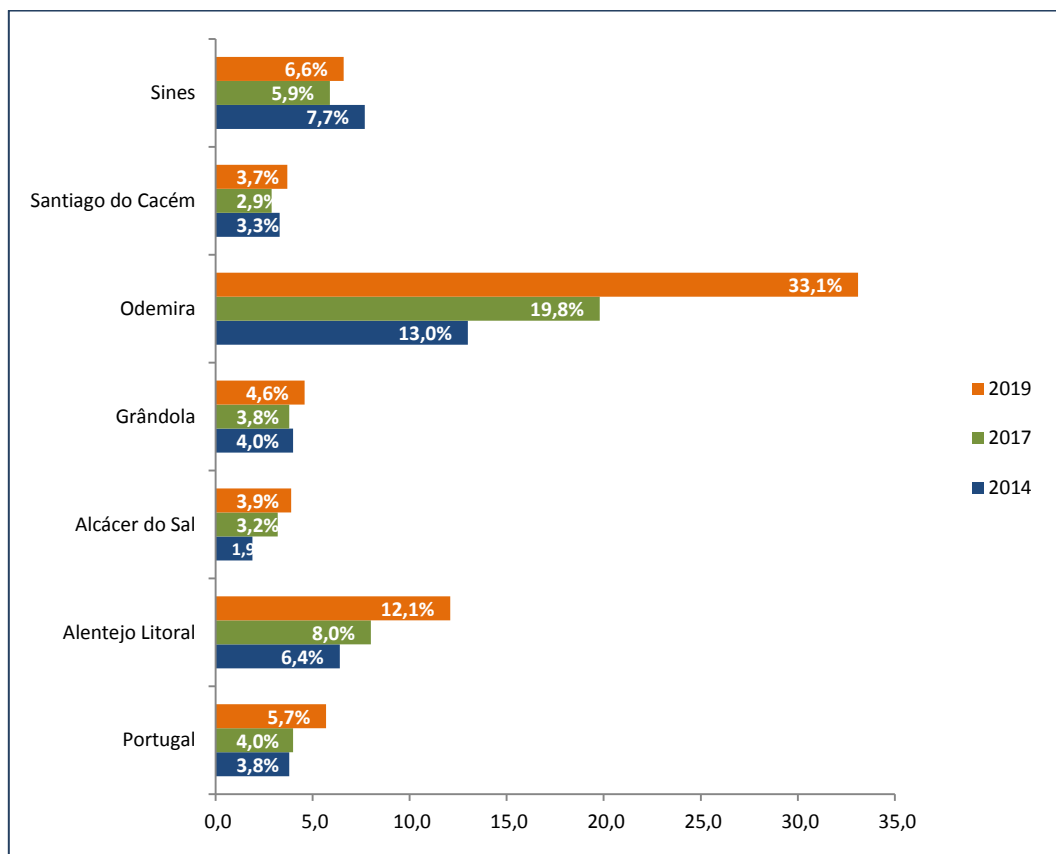
Figura 17 - Nº de cidadãos estrangeiros residentes com estatuto legal de residente, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Região/Concelho	2014	2017	2019
Portugal	395.195	421.711	590.348
Alentejo Litoral	6.198	7.498	11.259
Alcácer do Sal	232	385	458
Grândola	597	550	676
Odemira	3.320	4.912	8.157
Santiago do Cacém	974	843	1.071
Sines	1.075	808	897

Fonte: PORDATA

Como se pode observar na tabela da figura 17, Odemira é o concelho do Alentejo Litoral com o maior número de cidadãos estrangeiros residentes com estatuto legal de residente nos anos de 2014 (3.320), 2017 (4.912) e 2019 (8.157).

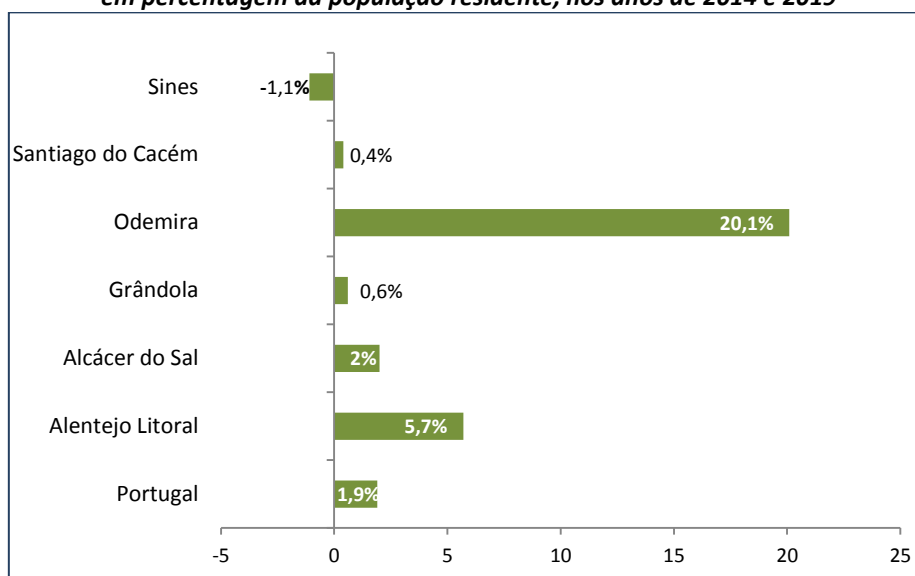
Figura 18 - População estrangeira com estatuto legal de residente em percentagem da população residente, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: PORDATA

Ao analisarmos o gráfico da figura 18, observa-se que no ano de 2014, a população estrangeira residente no concelho, já apresentava um peso importante relativamente ao total de residentes (13,0%), superando o panorama nacional (3,8%), assim como ao nível da região do Alentejo Litoral (6,4%) e dos restantes concelhos que compõem esta zona. Nos anos seguintes, 2017 e 2019, o panorama mantém-se, sendo Odemira o concelho com maior percentagem de população estrangeira com estatuto de residente, em 2017, 19,8% e, em 2019, 33,1%, um valor muito acima dos valores apresentados nos restantes territórios, seja a nível nacional ou regional.

Figura 19 - Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente, em percentagem da população residente, nos anos de 2014 e 2019



Fonte: PORDATA

O gráfico da figura 19, mostra a evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente entre os anos de 2014 e 2019. Odemira, claramente, foi o que verificou o maior crescimento da população estrangeira (20,1%), acompanhado pela mesma tendência de crescimento dos outros territórios do litoral alentejano, embora com valores muito inferiores ao registado no concelho de Odemira. Em contraciclo, o concelho de Sines (-1,1%), que viu diminuir a sua população estrangeira.

Figura 20 - População estrangeira, segundo a sua origem por grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente, em % do total da população estrangeira de cada concelho do Alentejo Litoral, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Concelho Região	Países Europa de Leste (%)			Países africanos (%)			Países asiáticos (%)			Países América do Sul e Central (%)			Outros países da Europa (%)			Outros países (%)		
	2014	2017	2019	2014	2017	2019	2014	2017	2019	2014	2017	2019	2014	2017	2019	2014	2017	2019
Odemira	47,7	38,0	21,3	2,6	1,2	0,8	20,7	37,4	57,4	7,3	4,6	4,0	21,3	18,1	15,8	0,4	0,6	0,6
Sines	37,1	32,9	25,3	26,4	29,2	27,6	4,7	5,9	9,2	22,0	21,8	30,7	7,7	7,5	7,0	1,9	2,6	0,1
Santiago Cacém	44,1	42,3	33,2	11,2	11,9	7,4	4,5	4,4	15,4	24,2	21,9	20,8	15,6	19,1	20,8	0,3	0,4	0,4
Grândola	34,2	27,3	18,6	4,3	5,6	4,9	20,3	22,7	30,2	23,4	21,8	24,0	17,4	22,4	21,7	0,3	0,2	0,6
Alcácer do Sal	66,4	68,0	60,3	1,7	2,1	2,4	9,0	5,7	6,5	15,9	8,6	11,6	6,0	15,0	18,6	0,9	0,5	0,7

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Observando agora a população estrangeira residente, agrupada por grandes zonas do mundo onde é originária (tabela da figura 20), podemos verificar que os migrantes oriundos dos países da Europa de Leste, representavam a maior percentagem de estrangeiros em todos os concelhos do Alentejo Litoral no ano de 2014. No entanto, constata-se que em Odemira, entre 2014 e 2019, esta comunidade diminuiu a sua representatividade em 26,4%.

Já a presença de cidadãos originários de países do continente africano era mais forte no concelho de Sines do que nos restantes concelhos do Alentejo Litoral, tendo em conta os anos em análise. No concelho de Odemira, registava-se em 2014 um valor percentual 2,6% de cidadãos africanos no território, em 2017 baixou para 1,2% e em 2019 apresentava um valor residual de 0,8%. A comunidade africana nunca teve e ainda hoje não tem, grande expressão de representatividade no concelho, uma vez que estes cidadãos não se dedicam à agricultura ou ao turismo. Preferem centros urbanos e estão mais relacionados com a atividade da construção civil ou mesmo o comércio, e não integram a atividade agrícola, a atividade que mais absorve, em termos profissionais, cidadãos estrangeiros no nosso concelho.

No que concerne à comunidade vinda dos países do continente asiático já representava 20,7% da população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Odemira no ano de 2014 e de 20,3% no concelho de Grândola. Foram estes dois concelhos, que, ao longo dos anos em análise viram aumentar mais rapidamente a presença destas comunidades no território. No concelho de Odemira, de 2014 para 2017 aumentou 16,7% e de 2017 para 2019 aumentou 20,0%, tornando-se a comunidade mais representativa do concelho de Odemira em 2019.

Mais de metade da população estrangeira com estatuto legal de residente é oriunda do continente asiático, tornando-se o concelho do Alentejo Litoral com mais cidadãos asiáticos. O concelho de Grândola é o segundo, deste conjunto, com maior número de migrantes asiáticos. Embora com um peso menor na sua população estrangeira, o concelho de Santiago do Cacém também registou um aumento considerável no período considerado.

Relativamente aos cidadãos migrantes com origem em países da América do Sul e América Central, nos anos em análise, escolheram, na sua grande maioria, os concelhos de Sines, de Grândola e de Santiago do Cacém para residir. No concelho de Odemira, os cidadãos oriundos desta zona mundial não assumem grande representatividade, tendo perdido 3,3% destes migrantes entre 2014 e 2019.

Quanto aos cidadãos de outros países da Europa, essencialmente pertencentes à União Europeia e não localizados na zona da Europa de Leste, em 2014 o concelho de Odemira era o concelho do Alentejo Litoral com maior percentagem de cidadãos europeus (21,3%), seguido do concelho de Grândola com 17,4%. Ao longo dos anos tidos em conta para esta análise, Odemira perdeu população europeia. Os restantes concelhos viram a sua população europeia crescer, sendo Grândola o concelho mais atrativo em 2019, com um valor percentual de 21,7%.

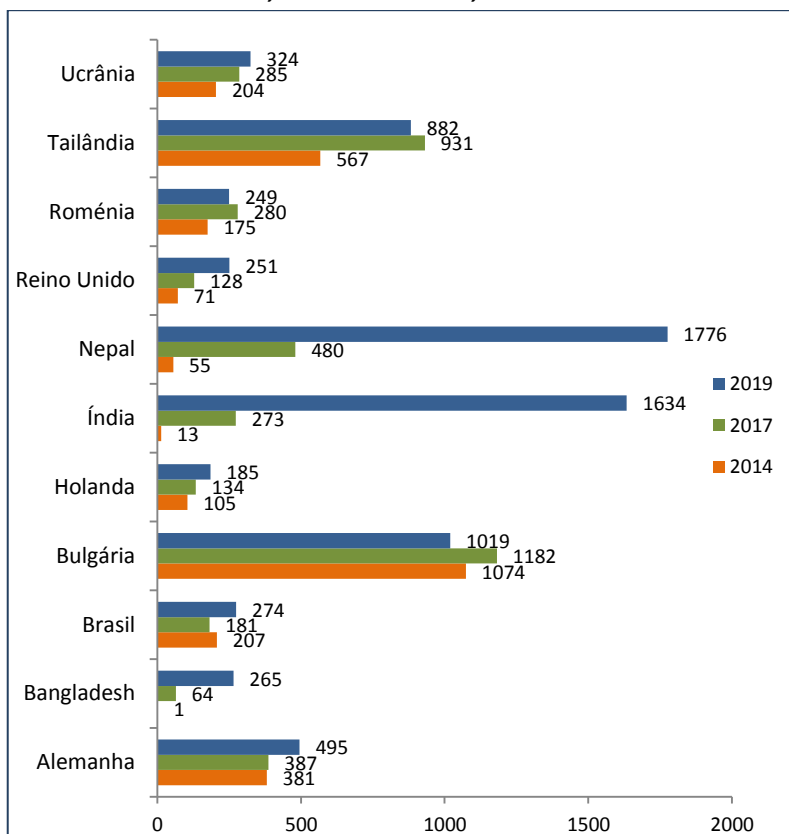
No que respeita aos cidadãos de outros países, o Alentejo Litoral não é um território atrativo para esta população, sendo a sua representatividade dentro da população estrangeira com estatuto de residente de cada concelho considerada baixa. O concelho de Odemira, de 2014 a 2019 não variou muito o peso destas comunidades na sua população estrangeira.

Figura 21- Trabalhadora migrante na colheita de frutos vermelhos numa empresa agrícola do concelho de Odemira



O gráfico da figura 22 permite observar agora, com mais pormenor, as nacionalidades mais representativas dos cidadãos estrangeiros no território do concelho de Odemira.

Figura 22 - Nº de migrantes, segundo as principais nacionalidades representadas no concelho de Odemira, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Em 2014, a nacionalidade búlgara era a mais expressiva no concelho, seguida pela tailandesa e pela alemã. As nacionalidades que tiveram o maior aumento da sua população no território nos anos de 2014, 2017 e 2019 foram a nepalesa e a indiana. Em 2014, residiam no concelho apenas 55 cidadãos nepaleses, em 2017, 480 e em 2019 registaram-se 1776, tornando-se a nacionalidade mais representativa no último ano referido. Quanto aos cidadãos indianos, em 2014 podiam-se contar somente 13 cidadãos e nos sucessivos anos transformaram-se na segunda nacionalidade mais significativa no concelho.

Todas as nacionalidades consideradas na figura acima viram a sua população aumentar durante os anos já mencionados, à exceção da comunidade tailandesa, que do ano de 2017 para o ano de 2019, baixou ligeiramente.

Figura 23- População estrangeira com estatuto legal de residente (em nº) no concelho de Odemira, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2019

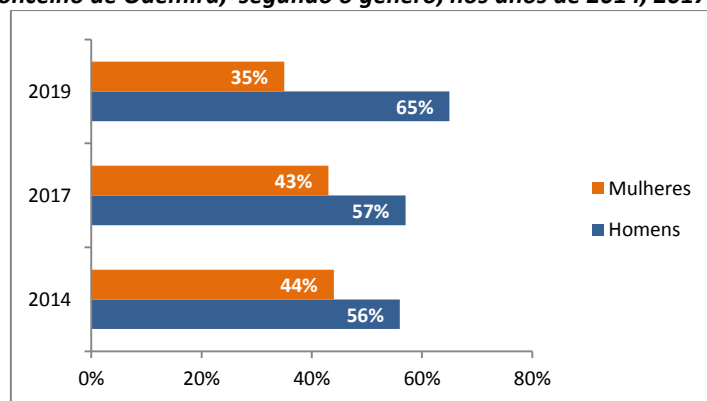
Ano	Homens	Mulheres
2014	1842	1478
2017	2794	2118
2019	5314	2843

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Como se pode observar na tabela da figura 23, e confirmando o aumento de população migrante no território, o número de mulheres e homens tem vindo a aumentar nos anos em análise.

De 2014 a 2019, o número de homens teve um acréscimo de 3.472 indivíduos, representando uma variação percentual de 188%. Em relação às mulheres, em igual período, o número também aumentou. Em 2019 residiam no concelho 2843 mulheres, o que levou a uma variação de mais 1.365 cidadãs estrangeiras desde 2014, representando um acréscimo de 92%.

Figura 24 - População estrangeira com estatuto legal de residente (em percentagem), no concelho de Odemira, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

No entanto, se compararmos a percentagem de mulheres e homens nos anos de referência (gráfico da figura 24), podemos observar que a proporção de mulheres se manteve nos anos de 2014 e 2017, existindo uma variação de menos 1,0%. Em 2019, a percentagem de mulheres diminuiu relativamente aos anos de 2014 e 2017, registando-se apenas 35% e a proporção de homens subiu para 65%.

A população estrangeira residente no concelho é, tendencialmente, mais jovem que a população de nacionalidade portuguesa.

Figura 25 - Distribuição etária da população estrangeira no concelho de Odemira, em 2011

Grupos etários	Residentes com nacionalidade estrangeira (%)	Residentes com naturalidade estrangeira (%)	Residentes com nacionalidade Portuguesa (%)
0-9 anos	4,7	3,8	8,1
10-19 anos	9,9	9,6	8,4
20-29 anos	21,8	20,7	9,5
30-39 anos	20,8	23,6	12,4
40-49 anos	21,1	21,8	13,4
50-59 anos	12,4	12,1	13,8
60-69 anos	6,9	6,2	12,0
70 e mais anos	2,3	2,1	22,3

Fontes: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Em 2011, a população estrangeira no concelho apresentava uma concentração nas idades entre os 20 e os 49 anos, como se pode observar na tabela acima apresentada. No grupo etário dos 20-29 anos, os residentes com nacionalidade estrangeira representavam 21,8%, enquanto os cidadãos de nacionalidade portuguesa, no grupo etário correspondente, representam somente 9,5%. Os cidadãos estrangeiros residentes abrangidos pelo grupo etário dos 30-39 anos, apresentam igualmente uma percentagem elevada (20,8%), assim como no grupo seguinte, dos 40-49 anos (21,1%). Contrariamente, a população residente de nacionalidade portuguesa apresenta valores mais baixos: 12,4% e 13,4%, respetivamente.

Com esta concentração de população nestes grupos etários, podemos concluir que maior parte da população estrangeira residente no território está em idade ativa. Nos grupos etários que representam idades mais avançadas, é a população de nacionalidade portuguesa que apresenta percentagens mais altas por comparação com aquelas verificadas na população estrangeira, atingindo o seu valor mais elevado no grupo etário dos 70 e mais anos (22,3%).

2.4. Diagnóstico por Área de Intervenção

2.4.1. Serviços de Acolhimento e Integração

No âmbito do acolhimento e integração de imigrantes, os serviços locais representam um fator fundamental, uma vez que é localmente que este acolhimento e integração acontecem efetivamente. Embora estejam e devam estar delimitadas por políticas enquadradoras e estruturantes, de forma a legitimar e a orientar as estratégias definidas a nível local, cada território acolhe e integra os cidadãos migrantes de acordo com a sua realidade específica do fenómeno migratório, recursos existentes e parcerias estabelecidas.

É sobretudo na fase inicial do ciclo migratório, que os migrantes “apresentam défices sociais específicos (desconhecimento da língua, falta de informação sobre acessos a serviços, ausência de direitos cívicos, inserção profissional descendente associada a dificuldade de reconhecimento de competências...) que acabam por originar situações de desvantagem social e de exclusão.” (Malheiros, 2010)

Neste sentido, “a constituição da Rede CLAI (*Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes*) revelou-se fundamental para garantir a existência de estrutura territorialmente desconcentrada que assegurasse respostas de proximidade aos problemas específicos apresentados pelos imigrantes.” (Malheiros, 2010)

“Os CLAI são gabinetes de acolhimento, informação e apoio descentralizado, que visam ajudar a responder às necessidades que se colocam aos cidadãos imigrantes nas áreas: Regularização da situação migratória; Nacionalidade; Reagrupamento Familiar; Habitação; trabalho; Segurança Social; Retorno Voluntário; Saúde; Educação; Formação Profissional; Empreendedorismo; Apoio ao Associativismo; Outras.” (In: Folheto institucional da Rede CLAI, 2010)

Segundo o mesmo autor, estes gabinetes trazem várias potencialidades para o território: aproximam os serviços aos migrantes, exigem que exista uma articulação institucional e uma rede de parceria consolidada, ao mesmo tempo obrigam à intervenção de técnicos motivados e disponíveis para darem resposta às necessidades prementes dos cidadãos migrantes.

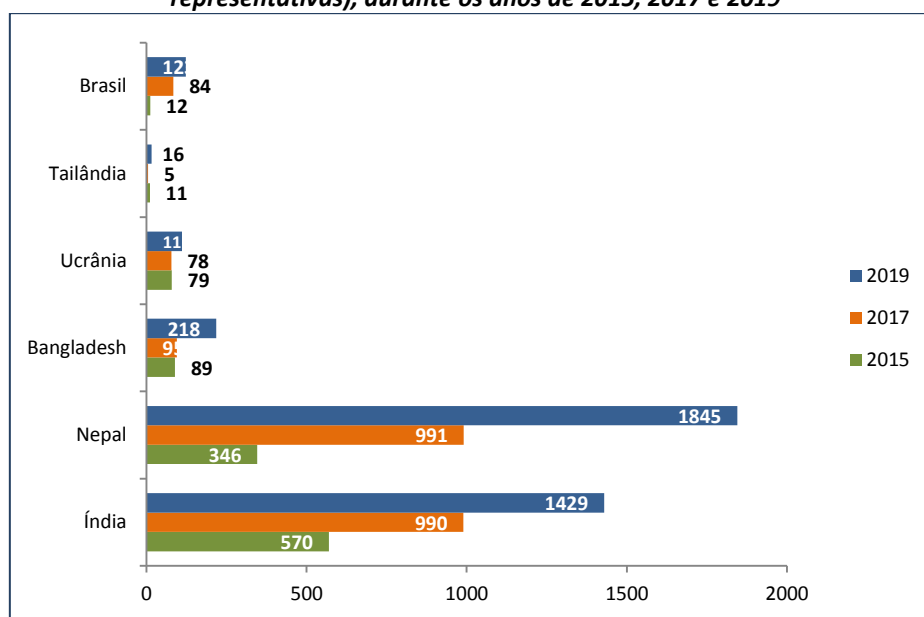
No concelho de Odemira, o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) promovido pela TAIPA está em funcionamento desde julho de 2014. A sua ação caracteriza-se por uma intervenção descentralizada/itinerante pelas freguesias que registam uma forte presença de comunidades migrantes, como sejam as freguesias de S. Teotónio, Longueira/Almograve, Vila Nova de Milfontes e na sede do concelho, vila de Odemira (freguesia de S. Salvador e Santa Maria), onde muitos cidadãos se deslocam visto ser a zona que centraliza a prestação de serviços. Esta itinerância justifica-se perante um território com uma grande área geográfica, de baixa densidade populacional e com uma rede de transportes que ainda não consegue satisfazer as necessidades de mobilidade dos cidadãos residentes.

Por outro lado, os horários de trabalho dos cidadãos migrantes não permitem, em tempo útil, a realização de deslocações ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), tendo este de funcionar em horário apropriado e ajustado aos migrantes, num local que seja o mais próximo possível. Os atendimentos são efetuados nas instalações das Juntas de Freguesia, exceto em Odemira, que se realiza na sede da Organização Cooperativa TAIPA.

Desde 2016 que o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odemira garante recursos financeiros para o seu funcionamento através de um consórcio público-privado, constituído por empresas agrícolas instaladas no concelho e pelo Município de Odemira (parceiros financeiros) e ainda por outras entidades locais como as Juntas de Freguesia do litoral (nas quais se regista a maior presença de cidadãos migrantes) e outras empresas agrícolas, que se assumem como parceiros não financeiros, mas que colaboram noutras vertentes para o consórcio, nomeadamente, em aspetos logísticos. Assim, o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) assegura a sua existência e atividade de forma autónoma relativamente a financiamentos comunitários. Não obstante, no âmbito do presente Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), a candidatura prevê o financiamento para um segundo técnico do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), que assegura a itinerância da resposta, uma vez que a primeira técnica assegura o seu funcionamento só na freguesia de S. Teotónio (a que regista maior número de cidadãos migrantes).

A natureza deste consórcio, a diversidade de entidades envolvidas e o contexto de parceria efetiva, têm sido considerados como uma boa prática de referência no país. Sinal do compromisso existente nos atores da comunidade nos processos facilitadores da integração dos cidadãos migrantes.

Figura 26 - Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo o seu país de origem (as mais representativas), durante os anos de 2015, 2017 e 2019



Fonte: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odemira

Se observarmos o gráfico da figura 26, podemos constatar que são os cidadãos de origem asiática que mais procuram os serviços do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM). O número de cidadãos atendidos aumentou ao longo dos anos, com a exceção dos cidadãos ucranianos e tailandeses que, no ano de 2017, baixaram ligeiramente a procura dos serviços do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM). Os cidadãos originários da Índia e do Nepal são os que mais procuram apoio do serviço desde 2015 até à data. Em 2019, o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) realizou mais atendimentos a cidadãos nepaleses (1845), logo seguido pelos cidadãos de origem indiana (1429). Dos povos asiáticos atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), o povo tailandês é o que menos procura este serviço.

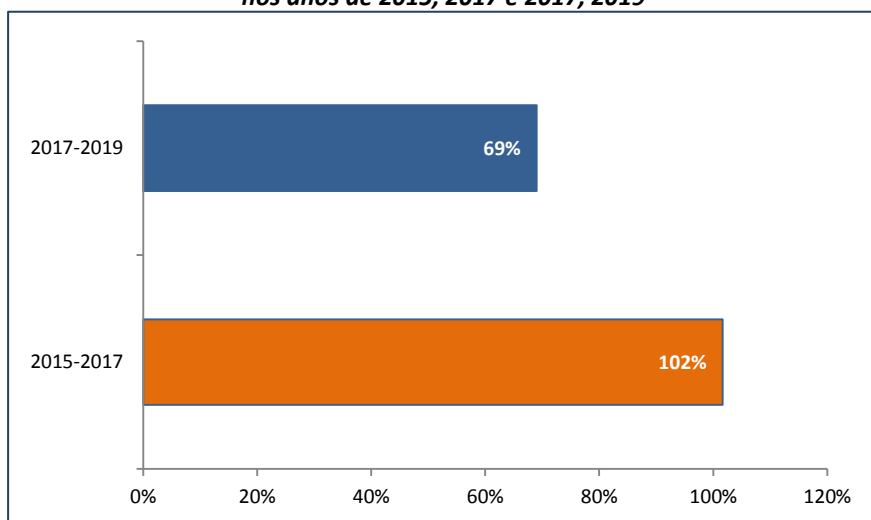
A figura seguinte exemplifica bem o acréscimo do número de atendimentos do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) a migrantes não europeus, no período considerado (241%), tendência que deverá ser de crescimento até à presente data.

Figura 27 - Nº total de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), nos anos de 2015, 2017 e 2019

2015	2017	2019
1.163	2.345	3.964

Fonte: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odemira

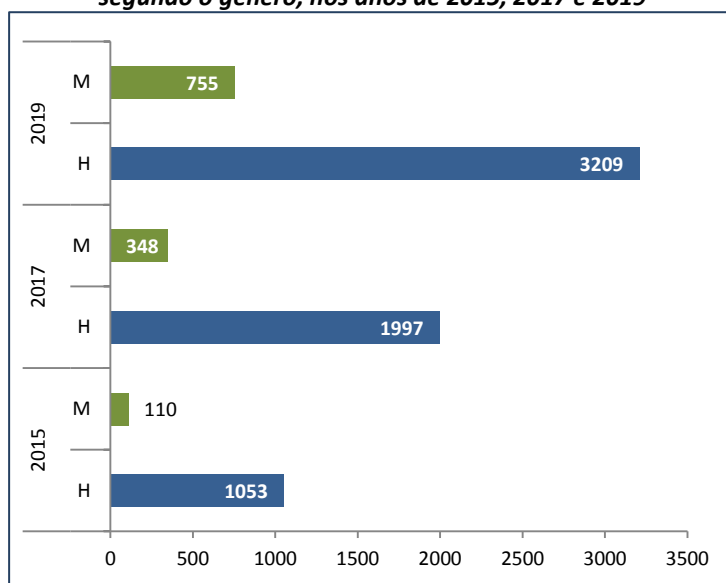
Figura 28 - Variação percentual do nº total de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), nos anos de 2015, 2017 e 2019



Fonte: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odemira

Segundo o gráfico da figura 28, de 2015 para 2017, houve um acréscimo de 102% nos atendimentos efetuados a cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT). Já no período seguinte, entre 2017 e 2019, o acréscimo destes cidadãos atendidos foi de 69%.

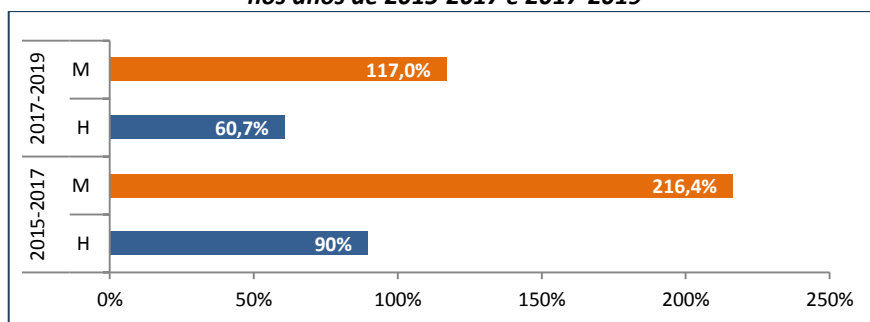
Figura 29 - Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo o género, nos anos de 2015, 2017 e 2019



Fonte: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odemira

Quanto ao género dos cidadãos migrantes atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), podemos observar que ao longo dos anos considerados (gráfico da figura 29), o número de mulheres aumentou assim como o número de homens, revelando, no entanto, a grande predominância do género masculino. Como é característico de todos ou da maioria dos fluxos migratórios, os homens são os primeiros a chegar ao país de acolhimento e as mulheres chegam posteriormente, de forma gradual, ao ritmo das condições de vida conseguidas por eles e pela variação da conjuntura do mercado de trabalho.

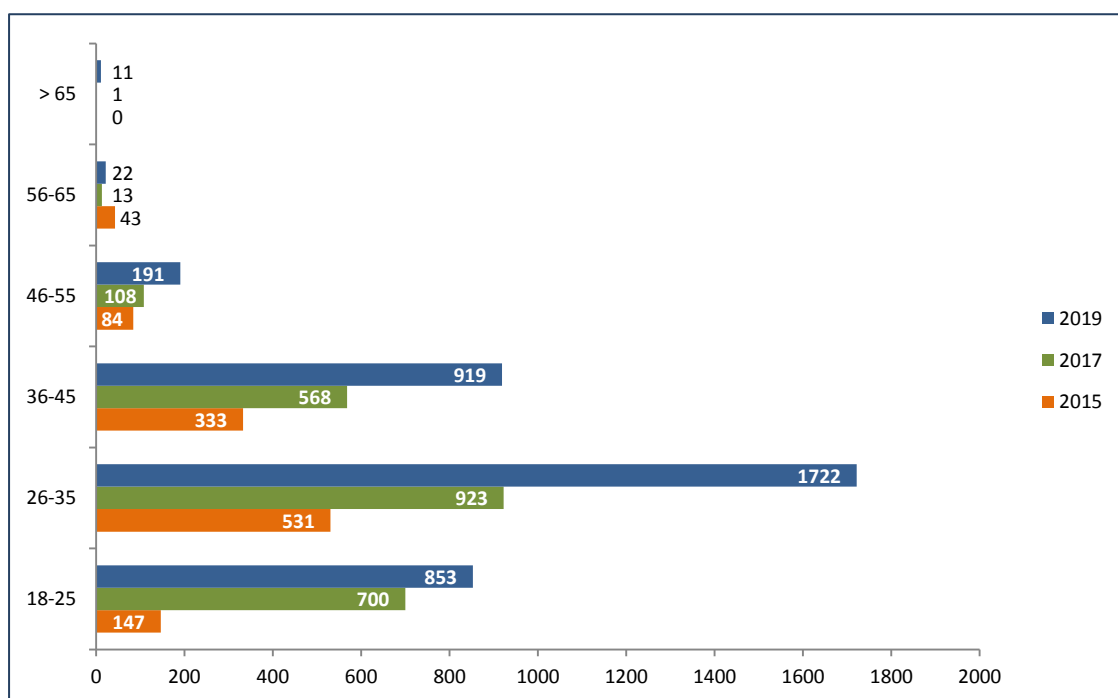
Figura 30 - Variação percentual do nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo o género, nos anos de 2015-2017 e 2017-2019



Fonte: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odemira

Apesar das mulheres serem em menor número no território e, conseqüentemente, nos atendimentos efetuados pelos técnicos do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), pode-se verificar no gráfico da figura 30, que o atendimento ao gênero feminino, nos períodos de tempo considerados, foi o que mais aumentou. Quanto ao atendimento ao gênero masculino, foi no período de 2015-2017 que o número de cidadãos atendidos sofreu o maior aumento (90%).

Figura 31 - Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo grupos etários, nos anos de 2015, 2017 e 2019



Fonte: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odemira

Transversalmente aos anos de 2015, 2017 e 2019, observa-se no gráfico da figura 31, que os cidadãos do grupo etário 26-35 é o grupo que mais procura o apoio do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), seguido pelo grupo etário 36-45, portanto cidadãos em idade ativa.

Este dado deve-se ao facto da maior parte dos cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) migrarem por razões económicas, à procura de melhores condições de vida para si e para sua família. Quanto à faixa etária mais nova aqui apresentada, em 2015, foram atendidos poucos migrantes, tendo-se verificado uma subida acentuada no número de cidadãos atendidos passados dois anos, em 2017, no qual se registou 700 migrantes. Em 2019 registou-se uma ligeira subida.

Os grupos etários 46-55, 56-65 e maiores de 65 anos, apresentam um menor número de migrantes que se dirigem ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), tendência que tende a crescer conforme a idade avança.

Figura 32 - Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo o local de atendimento, durante os anos de 2015, 2017 e 2019

Local de atendimento	Nº cidadãos NPT atendidos		
	2015	2017	2019
Odemira	---	578	296
S. Teotónio	---	997	2569
Longueira/Almograve	---	563	675
Vila Nova de Milfontes	---	37	408
Empresas agrícolas	---	112	16
Outro local	---	58	0

Fonte: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odemira

Nota: Para o ano de 2015, os dados ainda não se encontravam sistematizados.

Sendo o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odemira um serviço itinerante, cobrindo o território do concelho onde se verifica a presença mais forte das comunidades migrantes (nas freguesias do litoral, na sede do concelho, a vila de Odemira, na qual se concentram os serviços públicos e nas empresas agrícolas), importa observar em que locais se regista o maior número de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos (tabela da figura 32).

Assim, em 2017, era na freguesia de S. Teotónio que o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) recebia o maior número de migrantes (997) e a tendência manteve-se até 2019, tendo-se registado um aumento muito significativo (2.569), pois é nesta freguesia que se encontra a maior concentração de comunidades migrantes do concelho.

Na vila de Odemira, acederam ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), em 2017, 578 cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) e, em 2019, o número baixou para 296.

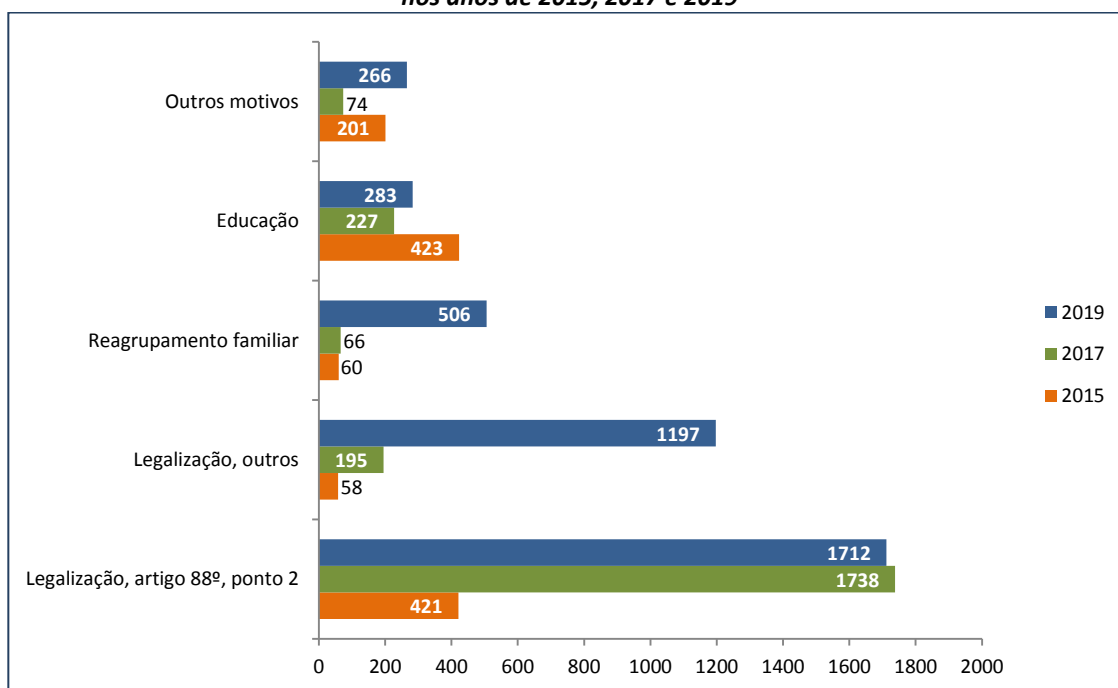
Na freguesia de Longueira/Almograve foram atendidos em 2017, 563 cidadãos e, em 2019, subiu ligeiramente (675).

Com o menor número de cidadãos atendidos em 2017 (37), a freguesia de Vila Nova de Milfontes viu o número de cidadãos que se deslocaram ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) subir para 408 em 2019.

Quanto ao número de cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos nas empresas agrícolas que participam no consórcio público-privado, já anteriormente referido, em 2017, foram atendidos 112 trabalhadores e, em 2019, somente 16. Esta descida do número de

trabalhadores atendidos, deve-se ao facto dos técnicos responsáveis pelo setor dos recursos humanos das empresas agrícolas, terem-se tornado mais aptos no que respeita aos procedimentos para a regularização da situação dos trabalhadores em Portugal e por permanecerem, quando necessário, em contacto com os técnicos do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) que lhes prestam o apoio que precisam. Outro fator que contribuiu para a diminuição do número de atendimentos por parte do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), é o forte pendor de responsabilidade social que estas empresas agrícolas, parceiras financeiras do consórcio demonstram, tendo o cuidado de promover o bem-estar dos trabalhadores Nacionais de Países Terceiros (NPT). Assim, os técnicos do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) ficam mais disponíveis para atender/apoiar outros cidadãos que se encontrem mais vulneráveis, em situação de desemprego ou em funções em empresas que não consideram a segurança e o bem-estar dos seus trabalhadores, fatores da maior importância. Relativamente aos cidadãos atendidos em outros locais, em 2017, registaram-se 58 e, em 2019, não se registaram atendimentos.

Figura 33 - Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo o motivo da sua deslocação, nos anos de 2015, 2017 e 2019



Fonte: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odemira

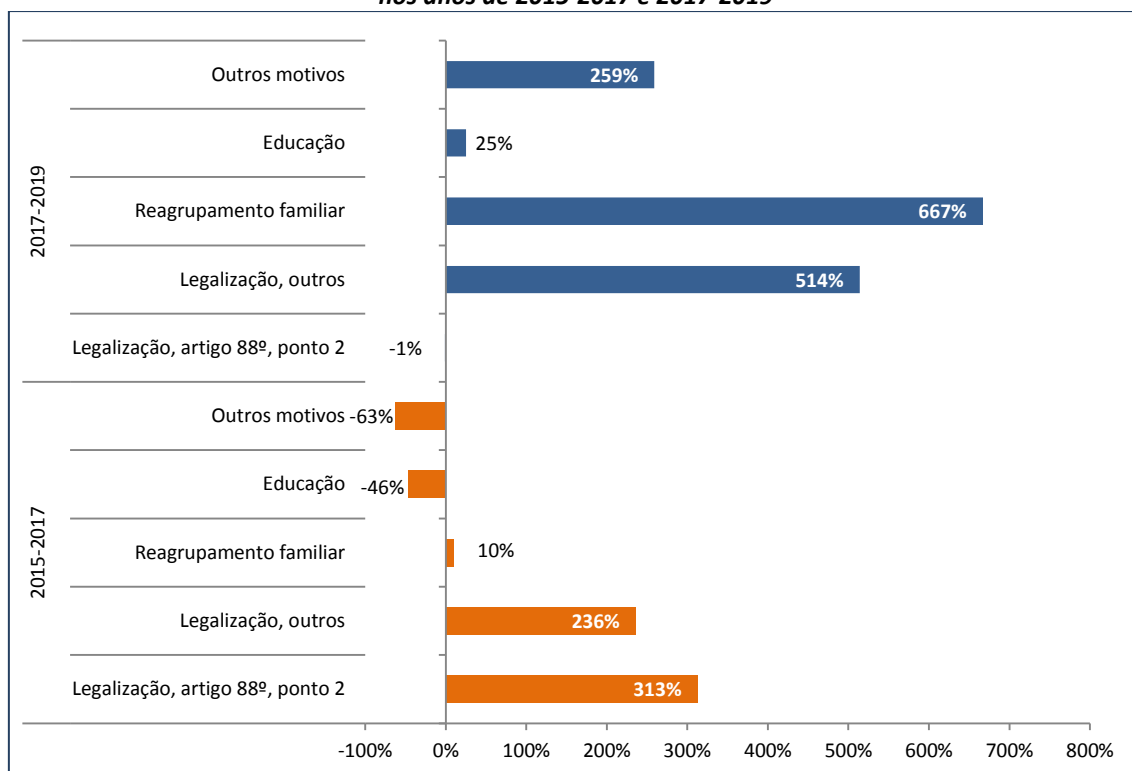
O gráfico da figura 33, reflete os principais motivos que levaram os cidadãos migrantes a procurarem apoio no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM).

O motivo mais frequente é o processo de regularização da sua permanência em Portugal, ao abrigo do artigo 88º, ponto 2, da Lei nº 23/2007, de 4 de julho (alterada pela quinta vez pela Lei nº 102/2017, de 28 de agosto). O segundo motivo que leva mais migrantes a procurarem o

Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) é igualmente o processo de legalização mas ao abrigo de outros artigos, tais como as renovações das Autorizações de Residência e outros agendamentos para o Serviço de Estrangeiros Fronteiras (SEF) - concessões de Autorização de Residência com Visto de Residência de reagrupamento familiar e a nascidos em Portugal. O reagrupamento familiar que, em 2015 (60) e em 2017 (66), era um motivo pouco significativo para os cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT), já em 2019, foi o motivo para 506 migrantes.

Os assuntos relativos à educação, saúde e de cariz social, são também assuntos que nos anos elencados mostram interesse na busca de informação por parte da população migrante, embora num plano secundário em relação aos restantes.

Figura 34 - Variação percentual do nº de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), segundo o motivo da sua deslocação, nos anos de 2015-2017 e 2017-2019



Fonte: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odemira

Observando o gráfico da figura 34, este revela que entre 2015 e 2017 predominou o número de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que se deslocaram ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) para tratar de assuntos relacionados com a regularização da sua permanência em Portugal (aumentou 313%) quando processada de acordo com o artigo 88º, ponto 2 e 236%, para as renovações e novas concessões de Título de Residência com Visto de Residência (de reagrupamento familiar ou artigo 122º).

No período 2017-2019, continua a destacar-se a necessidade de informação na área da legalização, bem como nos assuntos relacionados com a legalização segundo o artigo 88º, ponto 2. Mas foi neste período que a procura de apoio relativa ao reagrupamento familiar sofreu um grande acréscimo (667%). Também aumentou o número de migrantes que precisaram de apoio na área da educação, sendo de destacar igualmente um grande aumento de procura de informação por diversos outros motivos (259%).

O Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVR) da Organização Internacional para as Migrações (OIM) – Missão em Portugal, é um programa que tem por objetivo apoiar de forma digna, humana e sustentável migrantes que estão em situação vulnerável em Portugal e querem regressar ao seu país de origem.

Uma das funções do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) é ainda apoiar os cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT), que se encontram nesta situação, contactando a OIM ou alguma das entidades suas parceiras. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) é uma organização internacional, com sede em Genebra, que tem como missão gerir as migrações para benefício de todos e baseia o seu trabalho no princípio de que uma migração ordenada e em condições humanas beneficia tanto os migrantes como a sociedade.

Este Programa prevê o acompanhamento individualizado, desde que o cidadão migrante requeira o apoio até ao dia da partida, incluindo a oferta do bilhete de avião e algum dinheiro. Só os cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) são beneficiários deste Programa.

Figura 35 - Nº de requerentes e de beneficiários do programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVR) do concelho de Odemira, por país de origem, durante os anos de 2015, 2017 e 2019

País de origem	2015		2017		2019	
	Nº de Requerentes	Nº de Beneficiários	Nº de Requerentes	Nº de Beneficiários	Nº de Requerentes	Nº de Beneficiários
Bangladesh	0	0	1	0	0	0
Brasil	0	0	0	0	2	0
Tailândia	0	0	0	0	1	0
Total	0	0	1	0	3	0

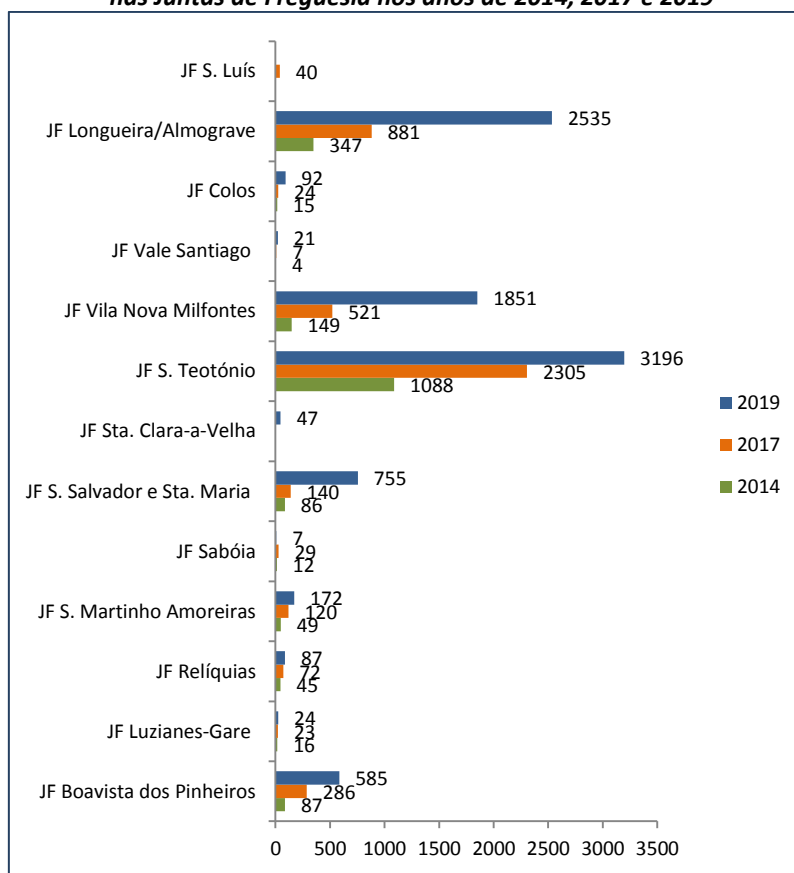
Fonte: Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Odemira

As Juntas de Freguesia são as entidades, por excelência, mais próximas e que melhor conhecem as necessidades da sua comunidade. Têm como atribuições principais a promoção e a salvaguarda das respetivas populações, em todos os domínios dos interesses próprios dos cidadãos, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades, em articulação com a Câmara Municipal. A presença de comunidades

migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) no nosso território, obrigou também estes responsáveis autárquicos a adaptarem-se a uma nova realidade, com desafios distintos, necessidades, a exigirem dinâmicas e estratégias diferenciadas, procurando que as comunidades locais e migrante convivam de forma pacífica e que o orçamento de que dispõem, pensado para um determinado número de cidadãos e necessidades, seja alargado aos novos fregueses, aumentando também os serviços que prestam. A colaborar para esta nova visão e missão de cada uma das Juntas de Freguesia, em articulação com o Município, temos o princípio da subsidiariedade, um dos princípios pelos quais estas se regem. Segundo este, as decisões deverão ser tomadas pelo nível de poder mais indicado para garantir a máxima eficácia dessa mesma decisão, assegurando-lhe uma maior transparência, já que existe uma aproximação entre o decisor e o respetivo destinatário. Nesta perspetiva, as autarquias têm assim um importante papel no acolhimento e integração dos cidadãos migrantes. Foram solicitados dados sobre o número de Atestados de Residência emitidos nos anos de 2014, 2017 e 2019 às 13 Juntas de Freguesia do concelho de Odemira. As figuras que se seguem, a partir dos dados fornecidos pelas autarquias, ilustram bem as alterações que acontecem, num período curto de tempo, nestas comunidades migrantes.

Nota: Alguma lacuna de dados, deve-se ao facto de algumas freguesias não terem conseguido fazer o tratamento de informação, por não a disporem para a data de referência.

Figura 36 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, nas Juntas de Freguesia nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Juntas de Freguesia do concelho de Odemira

Este indicador, o número de Atestados de Residência emitidos em cada freguesia do concelho, permite-nos ter um retrato atualizado, e muito aproximado da realidade das comunidades migrantes que residem em cada uma daquelas autarquias, uma vez que os dados disponíveis sobre a população migrante, ao nível de desagregação por freguesias, remontam a 2011 (Censos INE).

Como se pode observar, a Junta de Freguesia de S. Teotónio foi aquela que, durante os anos considerados, mais Atestados de Residência emitiu a cidadãos migrantes, seguida pela Junta de Freguesia de Longueira/Almograve. Em terceiro lugar, surge a Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes. Estas três freguesias situam-se na zona litoral do concelho, revelando assim, que a maior parte da população migrante se concentra nesta zona do território.

As Juntas de Freguesia de Boavista dos Pinheiros e de S. Salvador e Santa Maria (freguesia da sede do concelho), embora não se localizem junto à costa, emitiram um número de Atestados de Residência considerável nos três anos analisados, evidenciando, nos últimos anos, o fenómeno de expansão da fixação da população migrante para estas freguesias do concelho.

As restantes Juntas de Freguesia, as situadas no interior do concelho, apresentam uma fraca presença de comunidades migrantes, comparativamente com as freguesias do litoral e da faixa central, demonstrada pelo número de Atestados de Residência emitidos.

No total das freguesias do concelho, em 2014, foram emitidos 1898 Atestados de Residência, em 2017, 4.448 e, em 2019, 9.372. Somando apenas estes três anos em análise, foram emitidos 15.718 documentos comprovativos da fixação de migrantes no território.

No gráfico da figura 37, podemos observar a variação percentual do número de Atestados de Residência expedidos por cada Junta de Freguesia, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019.

No primeiro período considerado, a Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, foi aquela que mais aumentou o número de Atestados de Residência emitidos (250%), seguida pela Junta de Freguesia de Boavista dos Pinheiros (229%) e pela Junta de Freguesia de Longueira/Almograve (154%).

Do conjunto de Juntas de Freguesia do interior do concelho, a Junta de S. Martinho foi a que registou o maior aumento na emissão de Atestados de Residência em igual período (145%), seguida pela Junta de Sabóia, que aumentou 142%.

A Junta de Freguesia de S. Teotónio verificou um aumento de 112%.

As restantes Juntas de Freguesia tiveram um aumento de mais de metade das emissões, de 2014 para 2017, com exceção da Junta de Luzianes-Gare, que viu o número de Atestados de Residência, aumentar 44%.

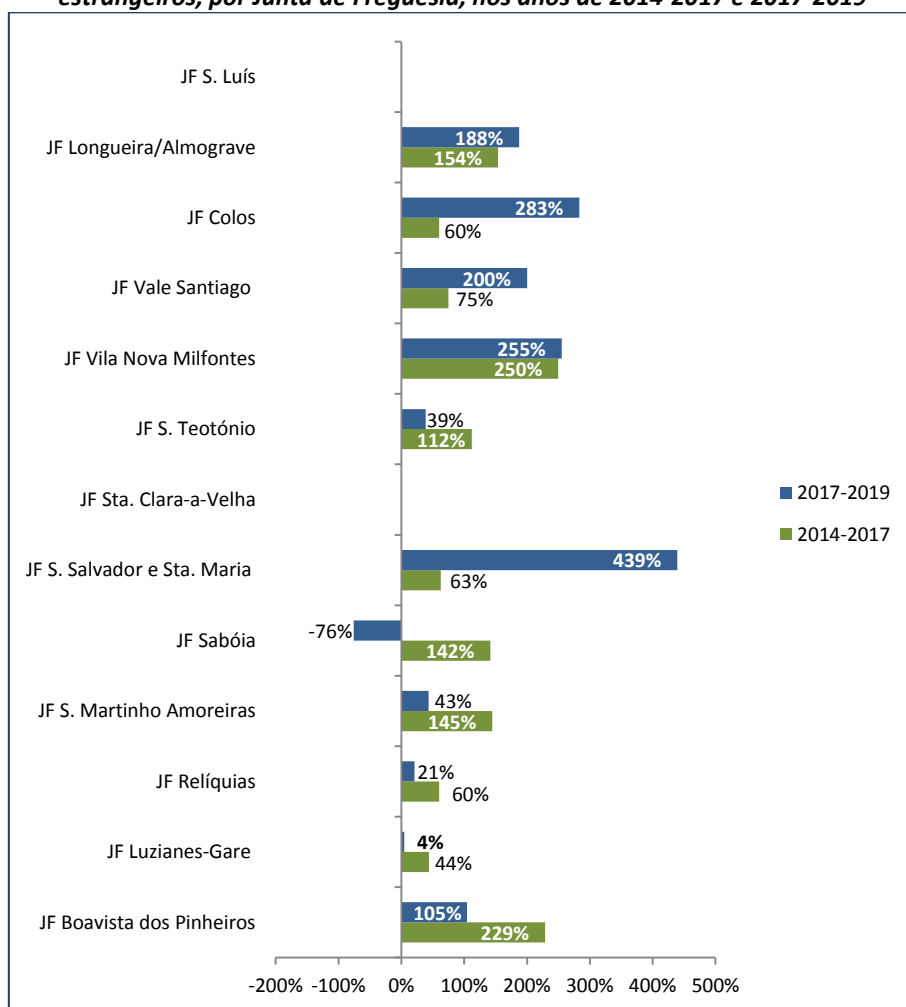
No período compreendido entre 2017 e 2019, a Junta de Freguesia de S. Salvador e Santa Maria aumentou o número de emissões de Atestados em 439%, seguida pela Junta de Colos, que registou um aumento de 283%. Em Vila Nova de Milfontes, o aumento foi de 255%, um pouco superior ao verificado no período analisado anteriormente e Vale de Santiago viu o número subir 200%. A Junta de Freguesia de Longueira/Almograve também aumentou o número de emissões de atestados relativamente ao período anterior, (188%).

A única Junta de Freguesia onde se verificou uma diminuição no número de emissões foi na de Sabóia (-76%), entre os anos de 2017 e 2019.

Em suma, todas as Juntas de Freguesia aumentaram o número de emissões de Atestados de Residência, excetuando a Junta de Sabóia.

É interessante verificar que não são só as Freguesias do litoral que vêm aumentar a presença de cidadãos migrantes. As freguesias do interior também registam um aumento significativo, sendo atrativas para algumas comunidades de cidadãos estrangeiros, embora a fixação não se prenda por razões laborais associadas à agricultura intensiva.

Figura 37 - Variação percentual do nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos estrangeiros, por Junta de Freguesia, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019



Fonte: Juntas de Freguesia do concelho de Odemira

Figura 38 - Nº e % de Atestados de Residência emitidos a cidadãos migrantes nas Juntas de Freguesia do Litoral e do Interior do concelho, segundo grandes zonas mundiais, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Grandes Zonas Mundiais	Juntas de Freguesia do litoral						Juntas de Freguesia do interior					
	2014		2017		2019		2014		2017		2019	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Países Europa de Leste	854	48,6	982	23,7	506	5,7	5	3,5	20	6,3	25	5,5
Países asiáticos	698	39,7	2.780	67,3	7942	89,0	15	10,6	31	9,8	67	14,9
Países africanos	81	4,6	45	1,1	21	0,2	0	0,0	3	0,	17	3,8
Outros países europeus	55	3,1	130	3,1	166	1,9	96	68,1	223	70,8	287	63,8
Países América do Sul e Central	68	3,9	194	4,7	280	3,1	8	5,7	20	6,3	30	6,6
Outros países	1	0,05	2	0,05	7	0,08	17	12,0	18	5,7	24	5,3
Total	1.757	100	4.133	100	8.922	100	141	100	315	100	450	100

Fonte: Juntas de Freguesia do concelho de Odemira

Nota: Nas Freguesias do litoral consideram-se: S. Salvador e Santa Maria, Boavista dos Pinheiros, S. Teotónio, Longueira/Almograve e Vila Nova de Milfontes. Nas Freguesias do interior consideram-se: Relíquias, Vale de Santiago, S. Martinho das Amoreiras, S. Luís (dados só de 2017), Luzianes-Gare, Colos, Sabóia e Santa Clara-a-Velha (dados só de 2019).

O concelho de Odemira caracteriza-se por um território com uma grande diversidade, seja natural, populacional ou ao nível das suas atividades económicas. Sendo o maior concelho do país em área geográfica, são notórias as diferenças existentes entre o interior e o litoral do concelho.

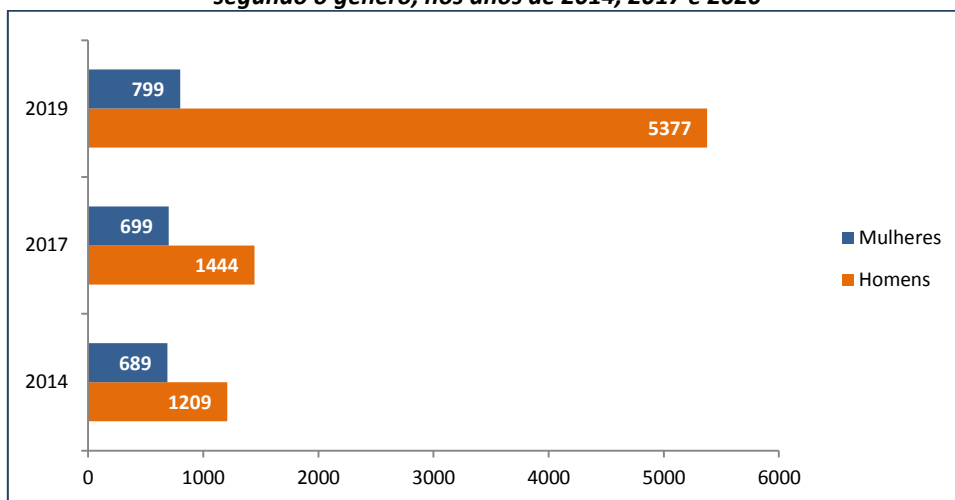
Relativamente à demografia e à incidência da população estrangeira residente também não é exceção. Os migrantes residentes no interior e no litoral são originários de continentes diferentes e as suas motivações para terem escolhido Portugal e o concelho de Odemira para se fixarem, ou permanecerem temporariamente, são igualmente distintas.

Enquanto no litoral estabeleceram-se (temporariamente ou não), essencialmente, comunidades vindas dos países da Europa de Leste e dos países do continente asiático (cidadãos Nacionais de Países Terceiros), cujo objetivo principal é melhorar as suas condições de vida através do trabalho nas empresas de agricultura intensiva localizadas nesta zona do concelho, no interior, fixaram-se fundamentalmente comunidades oriundas de países da União Europeia, movidos por motivações ambientais ou espirituais, que vieram à procura de um local na natureza sossegado para viver e de um clima mais aprazível do que nos seus países de origem.

Assim, em 2014, nas Juntas de Freguesia do litoral foram emitidos a cidadãos da Europa de Leste, 48,6% do número total de Atestados de Residência, enquanto nas Juntas de Freguesia do interior, a maior percentagem de Atestados de Residência foram passados a cidadãos de outros países europeus (68,1%). Nos anos seguintes, 2017 e 2019, a tendência continua, com respetivamente 70,8% e 63,8% de Atestados de Residência emitidos a estes cidadãos europeus. No litoral, o panorama altera-se nos anos de 2017 e 2019. Os cidadãos de origem asiática foram os migrantes que mais solicitaram a emissão destes documentos, tendo-se registado em 2017 um valor de 67,3% e em 2019, de 89,0%.

É assim evidente que no concelho de Odemira, a presença das comunidades migrantes é muito mais significativa no litoral do que no interior.

Figura 39 - Nº de Atestados de Residência emitidos a cidadãos migrantes, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2020

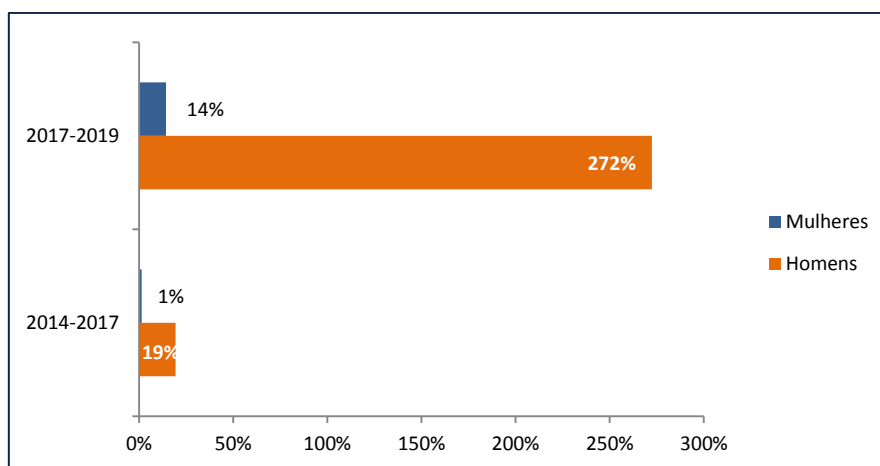


Fonte: Juntas de Freguesia do concelho de Odemira

Nota: A Junta de Freguesia de S. Teotónio disponibilizou os dados relativos aos anos de 2017 e 2019, não tendo sido possível distinguir o género.

Nos três anos analisados, verifica-se que a emissão de Atestados de Residência a mulheres se mantém constante, sendo que nos homens aumenta, tendo sofrido um forte impulso em 2019.

Figura 40 - Variação percentual do nº Atestados de Residência emitidos a cidadãos migrantes, segundo o género, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019



Fonte: Juntas de Freguesia do concelho de Odemira

O gráfico da figura 40, em variação percentual, revela bem esta tendência.

Figura 41 - Levantamento de dados qualitativos na área de Serviços de Acolhimento e Integração

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
Sobrelotação na procura/rutura na resposta dos serviços públicos	Grande e repentino fluxo de cidadãos migrantes ao concelho Escassez de recursos humanos no funcionamento dos serviços públicos	Tradução e distribuição de folhetos, emitidos por várias entidades, como o Centro distrital de Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira, informando sobre as alternativas de aceder aos serviços de forma presencial e não presencial (<i>on-line</i>) “Manual de Acolhimento ao Cidadão Migrante em Odemira”
Desconhecimento da organização e funcionamento dos serviços públicos	Dificuldades na comunicação entre os cidadãos migrantes e os funcionários que prestam o atendimento Tipo e forma da informação prestada	Ações de formação realizadas no âmbito do anterior Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), sobre “Inteligência Emocional/Atendimento”, dirigidas aos funcionários públicos das diversas entidades locais “Manual de Acolhimento ao Cidadão Migrante em Odemira”
Morosidade no processo de regularização de permanência dos cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) em Portugal	A delegação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) localiza-se em Beja Escassos recursos humanos na delegação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) Demora na marcação de entrevista no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	Os serviços prestados pelo Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) Odemira e os contactos facilitados estabelecidos entre este e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) da delegação de Beja

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
<p>Conhecimento e monitorização do grande fluxo de migrantes ao território</p>	<p>Procura, por parte dos cidadãos migrantes, de melhores condições de vida, facilitada pela legislação migratória Grande e repentino fluxo de migrantes no concelho</p> <p>Muitos dos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) permanecem no território ano e meio/dois anos com o objetivo de regularizarem a sua situação migratória e depois, procuram instalar-se num dos países da Europa/Espaço <i>Shegan</i></p>	<p>Nas vistorias que o no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) tem realizado no concelho, não constatou a presença de estrangeiros em situação ilegal, mas 90% encontrava.se em processo de legalização</p> <p>As situações de criminalidade entre a população migrante são residuais</p> <p>A Guarda Nacional Republicana (GNR) procura fazer um policiamento de proximidade, limitado ao número de efetivos</p>

2.4.2. Urbanismo e Habitação

A habitação, em termos constitucionais, é um direito a que todos os cidadãos devem ter acesso e um dos vetores fundamentais à qualidade de vida que se deseja. No entanto, em Odemira, com a chegada imprevista e repentina dos intensos fluxos migratórios, a qualidade das condições habitacionais, tornou-se um problema para os residentes, sejam nacionais locais, sejam cidadãos migrantes. O parque habitacional não estava, e ainda não está, preparado para a receção de tantos contingentes populacionais. A escassez de habitação é assim sentida por todos, e é tida como um problema estruturante e condicionador ao bom acolhimento e integração, bem como à qualidade de vida da generalidade da população residente no concelho. Também não facilita a fixação no território de outras franjas da população, nem a sua atratividade para outras áreas de negócio ou de serviços.

Os tipos de alojamento utilizados pelos cidadãos migrantes a residir no nosso concelho são vários, perante “a falta de capacidade do mercado imobiliário para fazer face às necessidades e características das comunidades migrantes, nomeadamente criando um leque de oferta mais alargado e acessível dentro do mercado de arrendamento, e eventualmente uma oferta mais específica no domínio das residências coletivas, que poderão ser úteis nos períodos iniciais de transição e nos casos de migração temporária” (Malheiros, Jorge, Fonseca, Lucinda Lateira, Cristina, Carmo, André, Esteves, Alina, Estêvão, Mafalda, McGarrigle, Jennifer, Moreno, Luís, Pereira, Sónia, Ramos, José Costa, Serra, Nuno, Torres, Yasmine (2011).

Muitos deles ou as próprias empresas onde trabalham, arrendam habitações nas localidades mais próximas dos seus postos de trabalho. Os migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT), no início do seu ciclo migratório, não trazem as suas famílias e acabam por optar pela coabitação em grupo (de elementos do sexo masculino), sem laços familiares entre si, com o intuito de reduzir despesas individuais. As habitações, na sua grande maioria, não estão preparadas para alojar um número tão alargado de pessoas, o que torna as condições de habitabilidade precárias e pouco dignas. Os proprietários vêm a presença dos cidadãos migrantes e as suas necessidades de alojamento como uma oportunidade, cobrando rendas elevadas (por pessoa), frequentemente sem contrato, e sem a situação regularizada com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). Igualmente não se manifestam muito preocupados com o número de pessoas que residem nas suas casas, nem com as condições de habitabilidade que oferecem.

Outros cidadãos migrantes optaram por residir em alojamentos localizados nas próprias empresas onde trabalham, evitando assim as deslocações. Estes alojamentos são do tipo “contentores”, portanto alojamentos não clássicos, uma vez que não se enquadram nas categorias tipificadas de apartamento ou moradia.

Estando estas empresas implementadas em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) e no Perímetro de Rega do Mira (PRM) e perante os desafios que se colocam ao nível ambiental, do parque habitacional mas também ao nível social, a Câmara

Municipal de Odemira, informalmente, iniciou um trabalho de concertação com várias entidades com responsabilidades nestas matérias, no sentido de minorar os constrangimentos sentidos no território.

Este grupo de trabalho designado como Grupo de Trabalho do Mira (GTM), que veio a ser reconhecido pelo Governo e formalizado através do Despacho nº 7675/2018, de 10 de agosto, para a área de intervenção específica do Perímetro de Rega do Mira (PRM) inserida no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), com a missão de estudar e apresentar soluções tecnicamente sustentadas por meio de uma abordagem integrada e multidisciplinar, capazes de assegurar a coexistência do PNSACV, do Sítio de Importância Comunitária (SIC), da Zona de Proteção Especial (ZPE) «Costa Sudoeste» e do PRM.

Em 2019, o Conselho de Ministros emitiu a Resolução nº 179/2019, de 24 de outubro, a qual “... permite a instalação de alojamentos que garantam melhores condições de vida aos trabalhadores e assegura a disponibilidade da mão-de-obra necessária ao setor agrícola. Assim, pelo período de 10 anos, os alojamentos de trabalhadores temporários no Aproveitamento Hidroagrícola do Mira (AHMira) são equiparados a construções complementares da atividade agrícola. Neste período, é incentivada a busca de soluções que permitam a acomodação dos trabalhadores nos perímetros urbanos...” Esta resolução assume-se como uma alternativa para terminar com a exploração imobiliária, com a sobrelotação habitacional e com condições menos dignas de habitabilidade entre as comunidades migrantes.

O Grupo de Projeto do Mira (GPM) tem vindo a trabalhar de forma a implementar as medidas enunciadas na referida Resolução do Conselho de Ministros. Consultando o “Relatório Intercalar da Primeira Fase” elaborado pelo Grupo de Projeto do Mira (GPM), constata-se que durante os meses de junho e julho de 2020, foram realizadas visitas a instalações de alojamento temporário amovíveis (IATA) existentes em empresas previamente identificadas, com o objetivo principal de estabelecer uma “situação de referência (...). Tal tarefa, mostra-se ainda importante para avaliar o universo de trabalhadores que, estando afetos a explorações ativas, não se encontram alojados em IATA no AHMira/PNSACV – e ainda as reais necessidades da mão-de-obra para assegurar a plena laboração”.

Foram visitadas 15 empresas agrícolas, nas quais estavam implementadas 18 Instalações de Alojamento Temporário Amovíveis (IATA). Estas, “encontram-se associadas a 771ha de culturas protegidas, ou seja, cerca de 50% da área de culturas do AHMira, uma vez que esta ascende atualmente a 1545ha.”

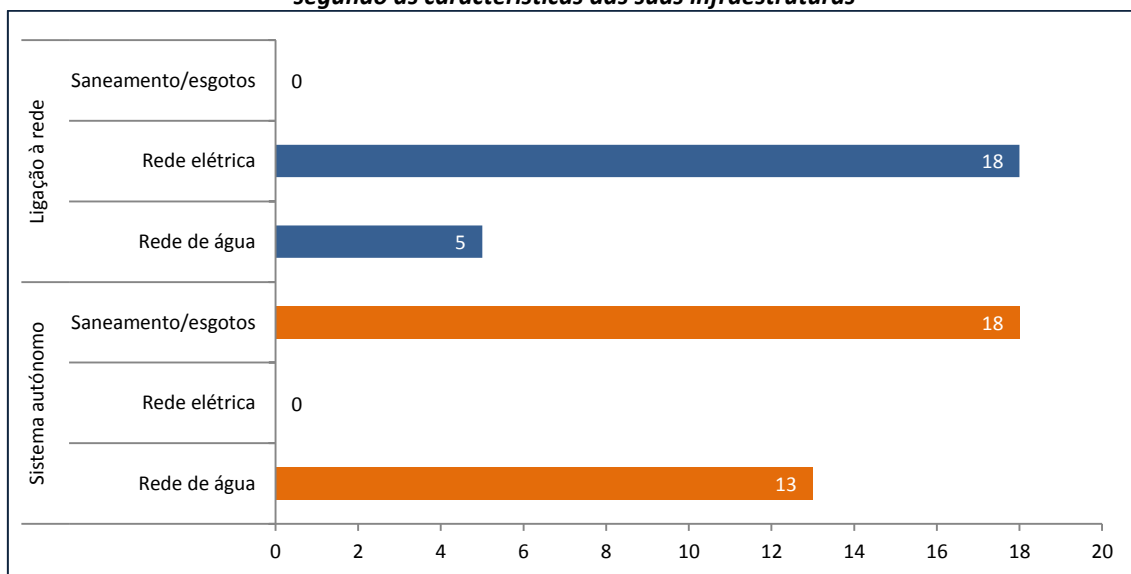
Figura 42 - “Principais Indicadores apurados nas Visitas às IATA”, durante os meses de junho e julho de 2020

Indicadores	Valores totais
Área em produção (ha)	771,7
Nº de Instalações de alojamento	229
Nº de contentores/pré-fabricados/outros apoios ao alojamento	258
Capacidade de alojamento instalada – nº de camas	1.153
Nº de trabalhadores alojados em IATA	1.067
Nº de trabalhadores contratados pelas empresas à data das visitas	2.935

Fonte: Grupo de Projeto do Mira (GPM)

“O número apurado de trabalhadores contratados, 2.935, bem como o número de trabalhadores alojados em IATA, 1.067, retratam a realidade neste momento, época de colheita. No entanto, estes números poderão sofrer alterações sazonalmente e extremamente relacionados com as necessidades da fase da campanha. Com base nos valores levantados, pode-se também concluir que a capacidade de alojamentos instalada (número de camas em IATA) corresponde a cerca de 40% do total de trabalhadores atualmente em laboração e encontra-se a 92% da capacidade máxima de ocupação (1.153 camas).” Ainda durante as visitas que o Grupo de Projeto do Mira (GPM) realizou, observou-se que “Treze das dezoito IATA dispõem de sistema autónomo de abastecimento de água. As restantes cinco estão ligadas à rede de abastecimento municipal. Todas se encontram ligadas à rede elétrica e não possuem geradores ou outros sistemas autónomos de produção de energia.” (...) Por outro lado, foi garantida a existência de sistemas autónomos de drenagem e recolha de águas residuais, em alguns casos, dotadas de sistemas de fossas biológicas (Fito ETAR).”

Figura 43 - Nº de alojamentos nas empresas visitadas, em junho e julho de 2020, segundo as características das suas infraestruturas



Fonte: Grupo de Projeto do Mira (GPM)

Numa tentativa de reduzir/resolver o problema das habitações sobrelotadas, aliado à falta de condições de habitabilidade e de demover os proprietários das habitações para o arrendamento de casas a cidadãos migrantes em condições degradantes e sobrelotadas, foi criada uma Equipa constituída pela Câmara Municipal de Odemira (Serviço Municipal de Proteção Civil, Setor da Ação Social da Divisão de Desenvolvimento Sociocultural e Divisão de Licenciamento e Gestão Territorial), a Guarda Nacional Republicana (GNR), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), com o objetivo de realizar vistorias às habitações de migrantes sobrelotadas, previamente identificadas.

Durante o ano de 2019, foram realizadas vistorias a 14 habitações, distribuídas por 3 intervenções, nas freguesias de Longueira/Almograve, Boavista dos Pinheiros, S. Teotónio e Vila Nova de Milfontes, envolvendo mais de 260 cidadãos migrantes NPT. As principais desconformidades encontradas foram as seguintes: falta de licença de utilização ou inadequada para habitação; insalubridade; situação irregular no país; ausência de contrato de arrendamento; fuga ao fisco. Como consequência, e de acordo com as desconformidades encontradas, os proprietários foram notificados e contraordenados para a cessação de utilização e do prazo para o início de processo de reposição da legalidade urbanística.

Figura 44 - Levantamento de dados qualitativos na área de Urbanismo e Habitação

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
Escassez de habitações para arrendar	Chegada repentina ao território de grandes fluxos migratórios Impreparação do parque habitacional	Elaboração, em curso, do documento “Estratégia Local de Habitação”
Existência de habitações com condições pouco dignas	Fracos recursos financeiros por parte dos migrantes Sentido de oportunidade de negócio por alguns proprietários locais Arrendamento de habitações por parte dos cidadãos migrantes sem contrato Licença pouco consistente ou inexistente Falta de licença de utilização ou inadequada para habitação Sobrelotação de habitações	Tradução e distribuição do folheto “O arrendamento e o cidadão migrante” Continuação da realização de vistorias a locais de residência de cidadãos migrantes com evidências de desconformidades
Algumas das empresas agrícolas não possuem alojamentos condignos para os trabalhadores	Ausência de responsabilidade social por parte de algumas empresas Foco no lucro imediato como o único objetivo empresarial Projetos empresariais pouco estruturados ou consolidados, assentes em pequenas unidades de produção	
Falta de legislação relativa a alojamentos coletivos		A ACT apresentou ao Grupo de Projeto do Mira os “Fundamentos para Regulamento de Alojamento Coletivo de Trabalhadores”

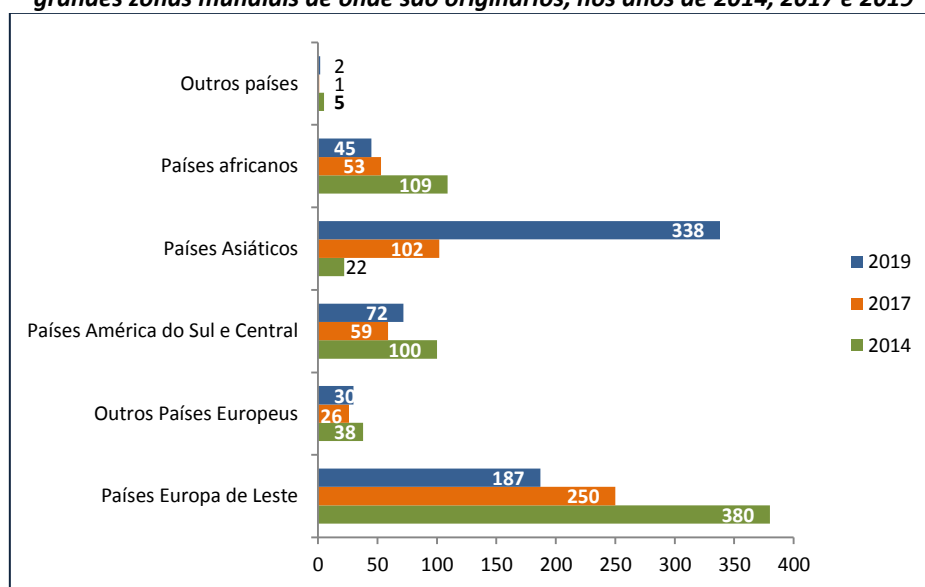
2.4.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Ao longo das últimas décadas, o concelho de Odemira tem sido procurado por cidadãos estrangeiros Nacionais de Países Terceiros (NPT) essencialmente por razões laborais. Embora alguns revelem capacidades empreendedoras e consigam criar o seu próprio emprego, a maior parte destes migrantes chegam ao nosso território para trabalhar nas empresas de agricultura intensiva. Vieram responder às necessidades do mercado de trabalho onde havia procura de trabalhadores manuais e menos qualificados como complemento aos trabalhadores portugueses. A comunidade local rejeita as fracas recompensas económicas, as exigentes condições de trabalho e o baixo estatuto social associado ao trabalho agrícola. Os migrantes, mesmo em condições económicas deficientes, podem melhorar o seu padrão de vida nos países de origem, ou pelo menos, criar expectativas de mobilidade futura.

A migração tem, também, permitido responder à flexibilização laboral, facilitando o recrutamento e a rescisão facilitada de contratos considerando a sazonalidade do trabalho agrícola. Assim, a procura constante de trabalho mais flexível e incerto por parte dos empregadores, tem levado cada vez mais à migração e ao recrutamento de trabalhadores migrantes.

O desenvolvimento de atividades profissionais estáveis e permanentes é uma condição essencial para a boa integração dos migrantes, funcionando como base para o bem-estar e concorre para o alargamento do leque de contactos sociais, permitindo aprofundar e ampliar a rede de relações na comunidade de acolhimento.

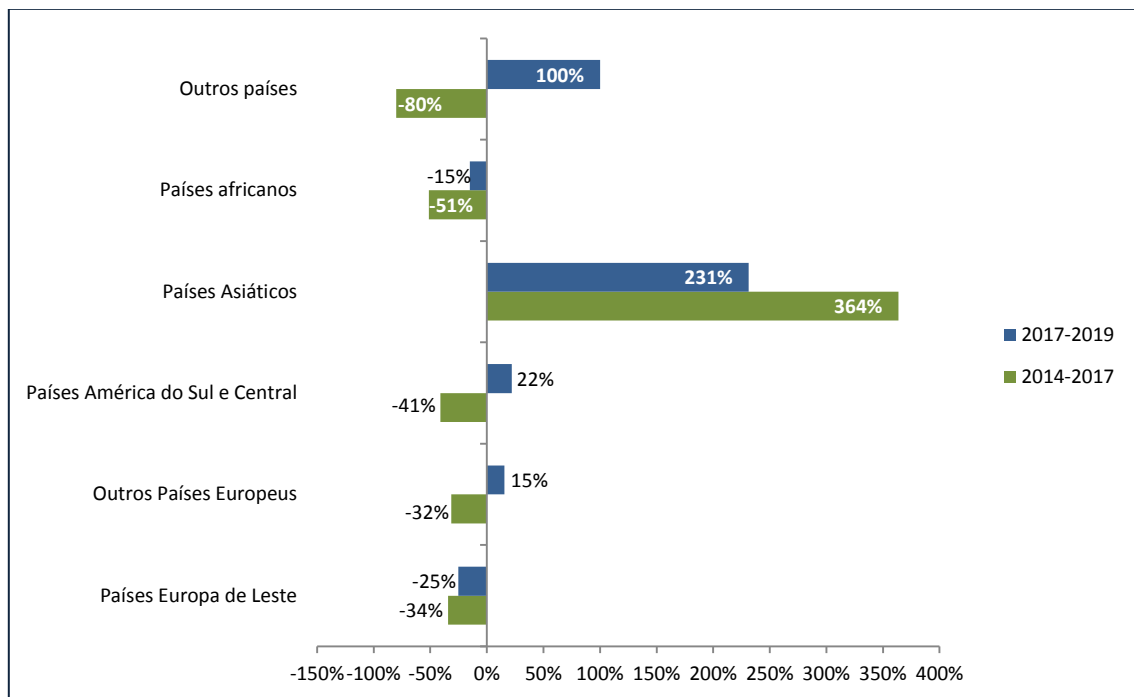
Figura 45 - Nº de cidadãos migrantes inscritos no Centro de Emprego de Sines, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Instituto de emprego e Formação Profissional (IEFP) – Delegação Regional do Alentejo

Se em 2014 predominava a comunidade migrante oriunda dos Países de Europa de Leste com o maior número de inscrições no Centro de Emprego de Sines (380), seguida da comunidade africana, já em 2017 a tendência continua, embora se assista a um acréscimo progressivo de população proveniente de Países Terceiros. Esta, em 2019 já registava 338 inscrições de cidadãos asiáticos, tornando-se a comunidade mais representativa, à frente da comunidade com origem na Europa de Leste (187) e da população residente originária da América do Sul e Central.

Figura 46 - Variação percentual do número de cidadãos migrantes inscritos no Centro de Emprego de Sines, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019



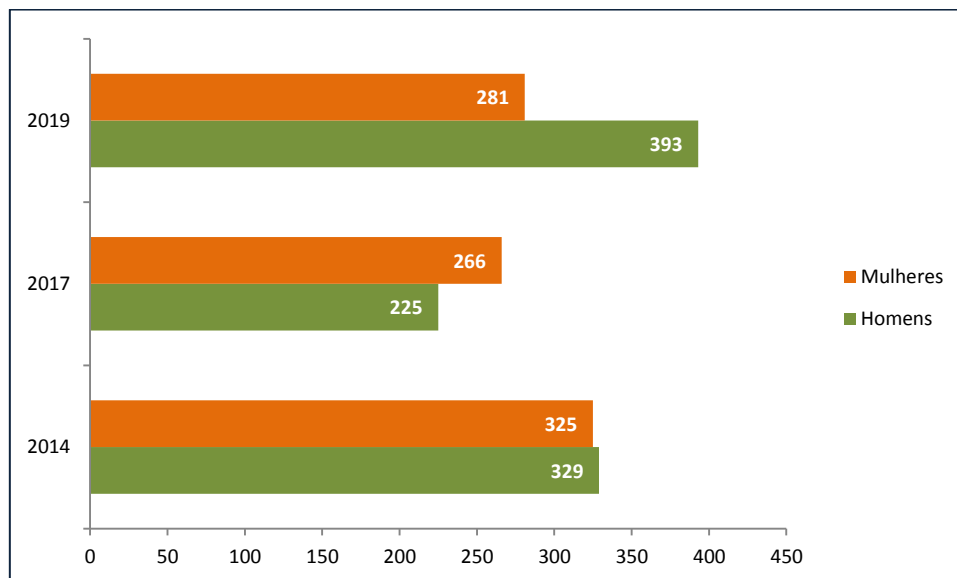
Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Delegação Regional do Alentejo

O gráfico da figura 46 mostra esta tendência no período compreendido entre 2014 e 2017.

O número de inscrições de cidadãos migrantes no Centro de Emprego de Sines vindos das zonas em destaque, desceram, com a exceção das inscrições dos cidadãos asiáticos que aumentaram 364%. Entre 2017 e 2019, as inscrições no seio da comunidade asiática voltaram a aumentar, desta vez 231% e as dos Outros Países, aumentaram 100%.

Nos dois períodos em análise, as comunidades migrantes originárias da Europa de Leste e do continente africano viram diminuir o seu número de inscrições.

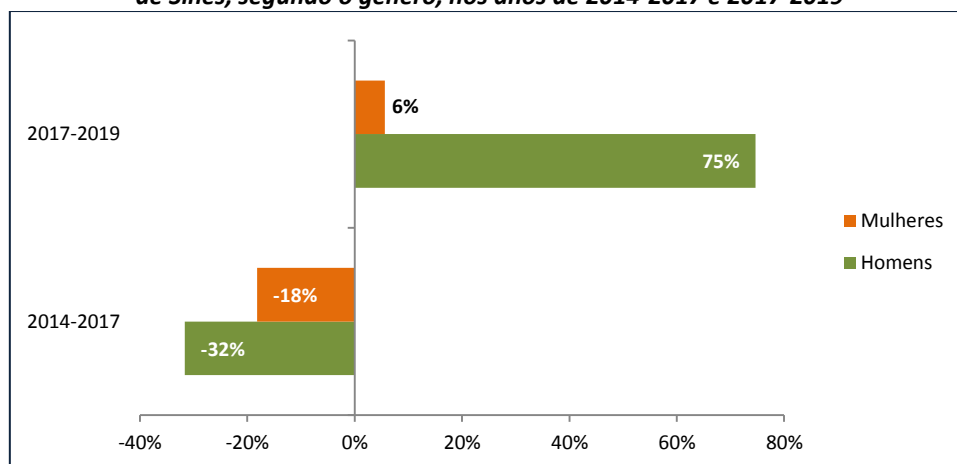
Figura 47 - Nº de cidadãos migrantes inscritos no Centro de Emprego de Sines, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Delegação Regional do Alentejo

Em 2014, o número de cidadãos migrantes do género masculino e do género feminino era similar. Foi durante este ano que se verificou o maior número de mulheres inscritas por comparação com os outros anos em análise. Em 2017, o número de mulheres migrantes inscritas era já superior ao dos homens. Em 2019, a tendência inverteu-se e registou-se um maior número de homens inscritos, comparativamente aos outros anos, superando novamente as mulheres (gráfico da figura 47).

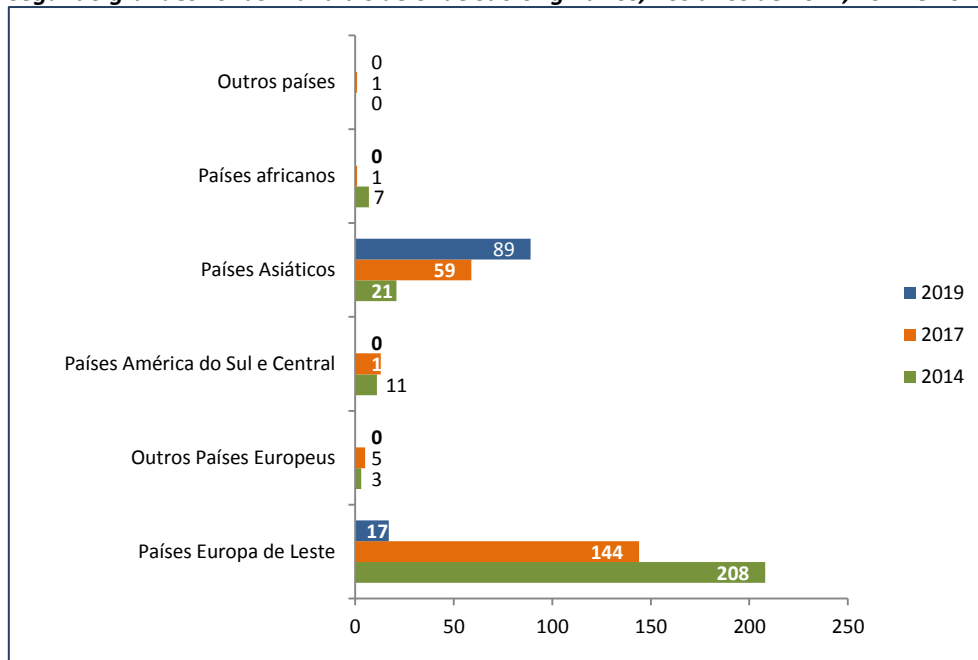
Figura 48 - Variação percentual do número de cidadãos inscritos no Centro de Emprego de Sines, segundo o género, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Delegação Regional do Alentejo

Como se pode verificar no gráfico da figura 48, no período compreendido entre 2014 e 2017, o número de migrantes do sexo masculino e do sexo feminino inscritos no Centro de Emprego de Sines sofreu uma diminuição. Mas entre 2017 e 2019, o número de homens e de mulheres inscritos aumentou, mas com maior incidência nos primeiros.

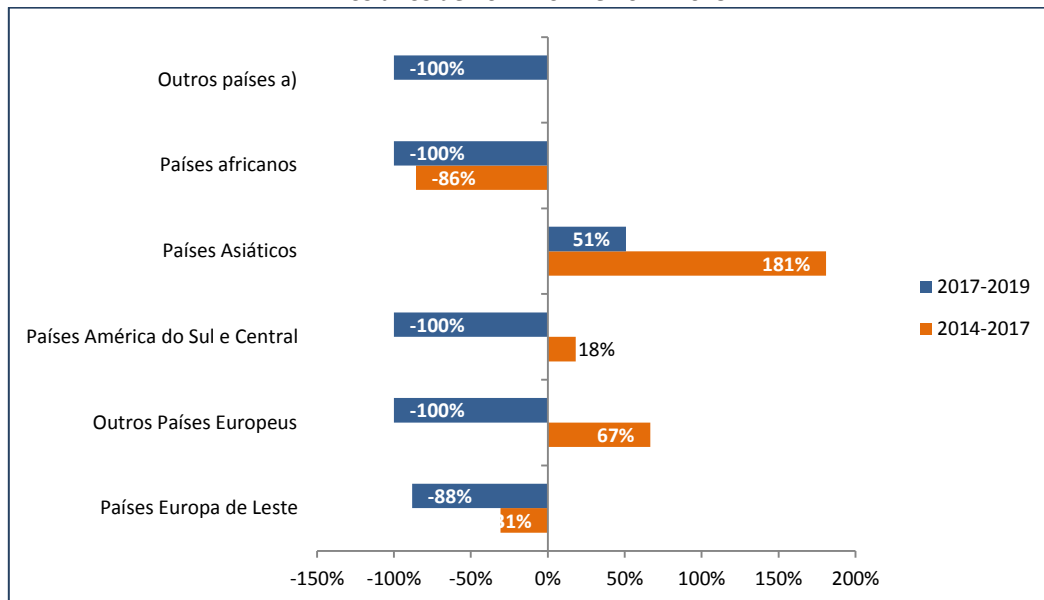
Figura 49 - Nº de colocações de emprego entre os cidadãos inscritos no Centro de Emprego de Sines, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Delegação Regional do Alentejo

No gráfico da figura 49, quando nos referimos a colocações, estamos a aludir a ofertas de emprego satisfeitas, com candidatos apresentados pelos Serviços de Emprego, destacando-se nos anos 2014 e 2017 a colocação de trabalhadores originários de Países da Europa de Leste, sendo que, em 2019, foram os inscritos provenientes dos Países Asiáticos os que mais obtiveram respostas de emprego.

Figura 50 - Variação percentual do número de colocações de emprego entre os cidadãos inscritos no Centro de Emprego de Sines, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019



a) Em 2014, houve 0 colocações entre os cidadãos migrantes oriundos de outros países e em 2017, 1 colocação.

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Delegação Regional do Alentejo

De 2014 para 2017, o número de colocações de emprego entre a comunidade asiática aumentou significativamente, 181%. Entre os cidadãos oriundos de outros países europeus, o número de colocações aumentou 67% e entre os migrantes vindos da América do Sul e Central aumentou 18%. Contrariamente, em igual período, o número de colocações de cidadãos africanos diminuiu -86% e de migrantes nacionais dos países da Europa de Leste, diminuiu -31%. Entre 2017 e 2019, só entre os cidadãos vindos da Ásia, o número de colocações de emprego aumentou, registando-se um valor de 51%. As colocações de emprego relativas aos cidadãos das restantes zonas mundiais diminuíram durante este período de análise, 2017-2019.

Figura 51 - Nº total de cidadãos migrantes inscritos no Centro de Emprego de Sines e de colocados, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Ano	Nº de inscritos	Nº de colocados	% de empregabilidade
2019	674	109	38,2
2017	491	223	45,4
2014	654	250	16,2

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Delegação Regional do Alentejo

Na tabela da figura 51, e nos anos em análise, o número de inscritos é relativamente constante (à exceção de uma pequena redução em 2017) e as colocações são, em média, pouco acima de 1/3 dos inscritos, baixando significativamente em 201. Esta evidência pode traduzir o facto das empresas agrícolas já gerirem autonomamente as suas necessidades de mão-de-obra ou recorrerem a outras formas de recrutamento. Ao abordarmos o desemprego entre a população migrante no concelho de Odemira, devemos ter em conta que consideramos como desempregados cidadãos com idade igual ou superior a 16 anos, inscritos no Centro de Emprego com o objetivo de obter um emprego por conta de outrem. Portanto, considera-se que estes cidadãos estão desempregados, disponíveis para trabalhar e possuidores de capacidades para integrar um posto de trabalho, incluindo as situações de primeiro emprego e de novo emprego. Sendo assim, os dados de seguida apresentados não abrangem cidadãos desempregados que não se encontrem inscritos no Centro de Emprego.

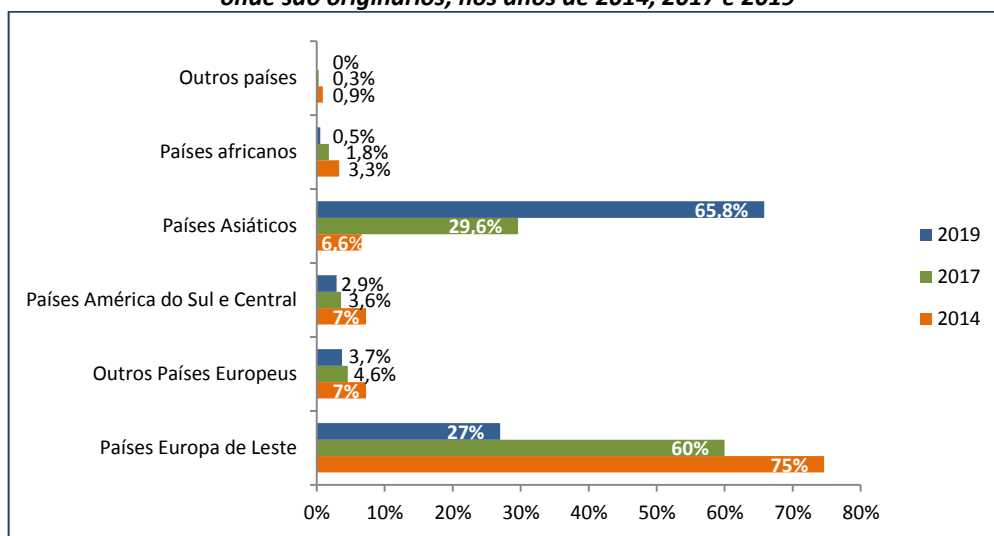
Figura 52 - Nº total de cidadãos migrantes desempregados nos anos de 2014, 2017 e 2019

Ano	Nº de inscritos
2019	557
2017	327
2014	303

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) –Delegação Regional do Alentejo

Desde 2014 até ao ano de 2017, o número de migrantes desempregados aumentou, mas assistiu-se a um acréscimo significativo em 2019.

Figura 53 - Percentagem de cidadãos migrantes desempregados, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nos anos de 2014, 2017 e 2019

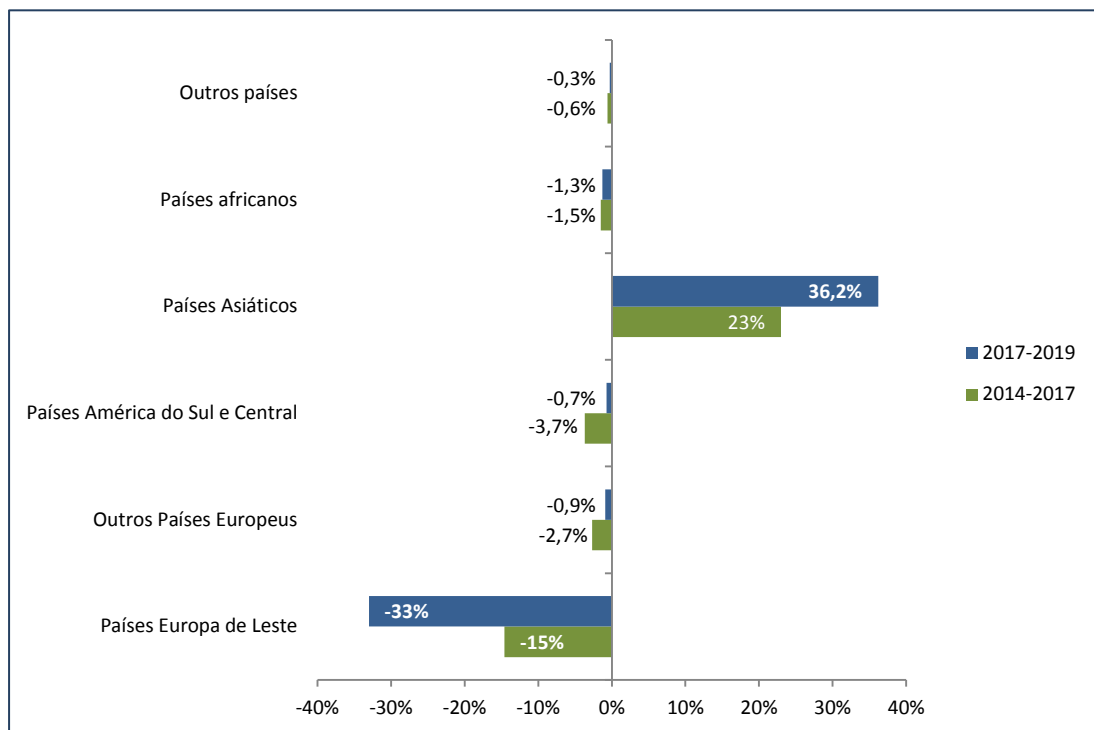


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Delegação Regional do Alentejo

Da análise do gráfico da figura 53 resulta que os migrantes que mais são vítimas de desemprego são os dos Países de Leste, numa tendência decrescente até 2019.

Destacam-se ainda os oriundos dos Países Asiáticos que, inversamente, têm vindo progressivamente a ingressar na condição de inscritos no Centro de Emprego de Sines, com um aumento muito significativo em 2019, dado terem passado a ser estas nacionalidades as predominantes no território.

Figura 54 - Variação da percentagem de cidadãos migrantes desempregados, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019

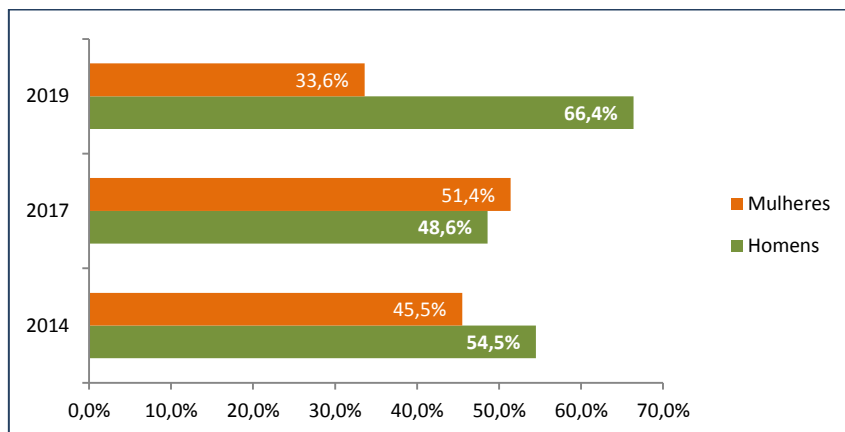


Fonte: Instituto de emprego e Formação Profissional (IEFP)
– Delegação Regional do Alentejo

Confirma-se assim, durante os anos em análise, 2014-2017 e 2017-2019, a percentagem de desempregados só subiu entre a população asiática (gráfico da figura 54).

Em iguais períodos, as restantes comunidades viram a taxa de desempregados baixar, sendo a situação mais significativa entre a população do Leste Europeu.

Figura 55 – Percentagem de cidadãos migrantes desempregados, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Instituto de emprego e Formação Profissional (IEFP) – Delegação Regional do Alentejo

O gráfico da figura 55, permite observar a percentagem de desempregados migrantes no concelho, discriminada por homens e mulheres. Desde 2014, os valores apresentam-se similares entre géneros, embora em 2019, se tenha registado uma taxa de desemprego de 66,4% entre os cidadãos do sexo masculino e 33,6% entre os migrantes do género feminino.

Foram também solicitados dados sobre os trabalhadores agrícolas às empresas parceiras da Comissão Local para a Interculturalidade (CLI) e às duas associações de produtores, embora somente quatro destas entidades os tenham disponibilizado (as empresas Driscoll's Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal).

De seguida, apresenta-se o tratamento de dados recolhidos junto destas empresas, tendo em conta que a pretensão não é retratar a realidade migratória vivida nas empresas agrícolas, uma vez que o número de respostas conseguidas é muito diminuto, mas sim realçar a tendência dos dados e das situações em torno do fenómeno migratório dentro das “quintas”.

Nota: A empresa Haygrove Portugal, Lda não dispõe de dados relativos ao ano de 2014, uma vez que se instalou no concelho só em 2016.

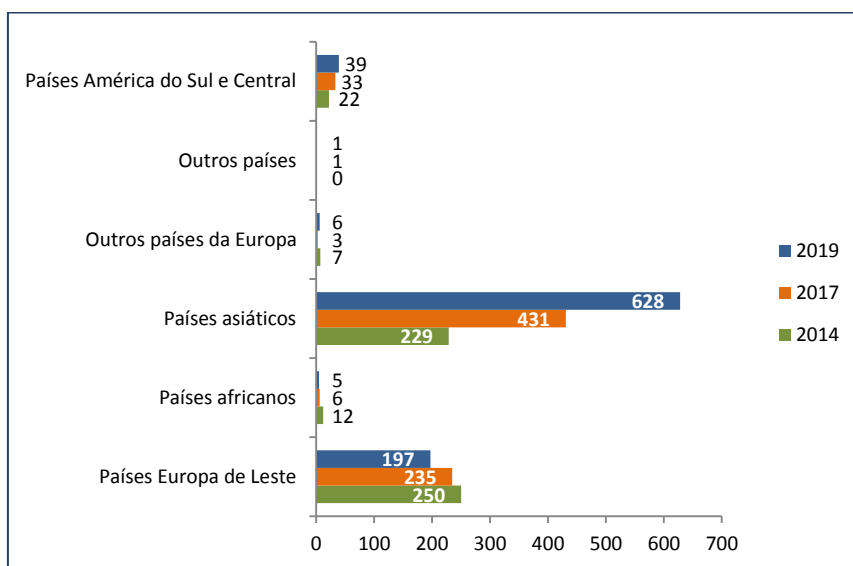
Figura 56 - Nº total de trabalhadores migrantes nos anos de 2014, 2017 e 2019, nas empresas agrícolas Driscoll's Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal

Nº de trabalhadores Migrantes		
2014	2017	2019
520	709	876

Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

Como se pode observar na tabela da figura 56, o número de trabalhadores agrícolas aumentou sucessivamente ao longo dos anos em análise.

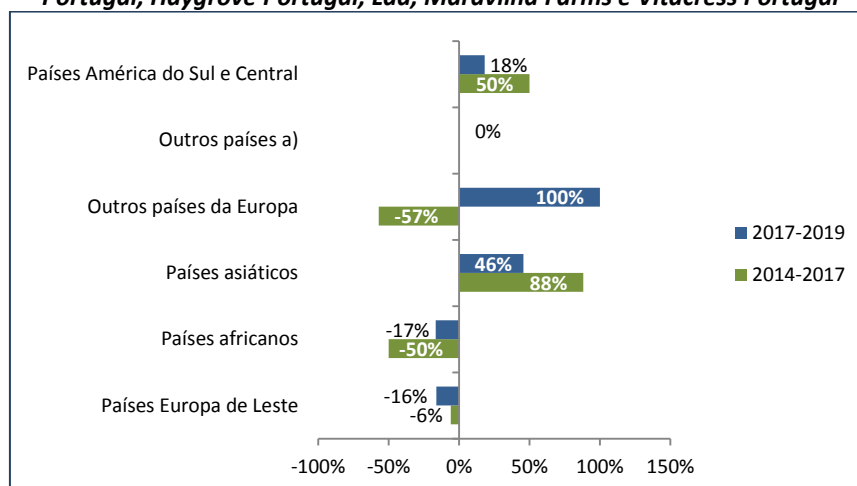
Figura 57 - Nº de trabalhadores migrantes nos anos de 2014, 2017 e 2019, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nas empresas agrícolas Driscoll's Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal



Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

Se em 2014, a maior parte dos trabalhadores agrícolas migrantes eram originários dos Países da Europa de Leste, seguidos pelos migrantes asiáticos, já em 2019 os trabalhadores de origem asiática destacam-se claramente, por comparação com outras nacionalidades (gráfico da figura 57).

Figura 58 - Variação percentual do número de trabalhadores migrantes nos anos de 2014, 2017 e 2019, segundo grandes zonas mundiais de onde são originários, nas empresas agrícolas Driscoll's Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal



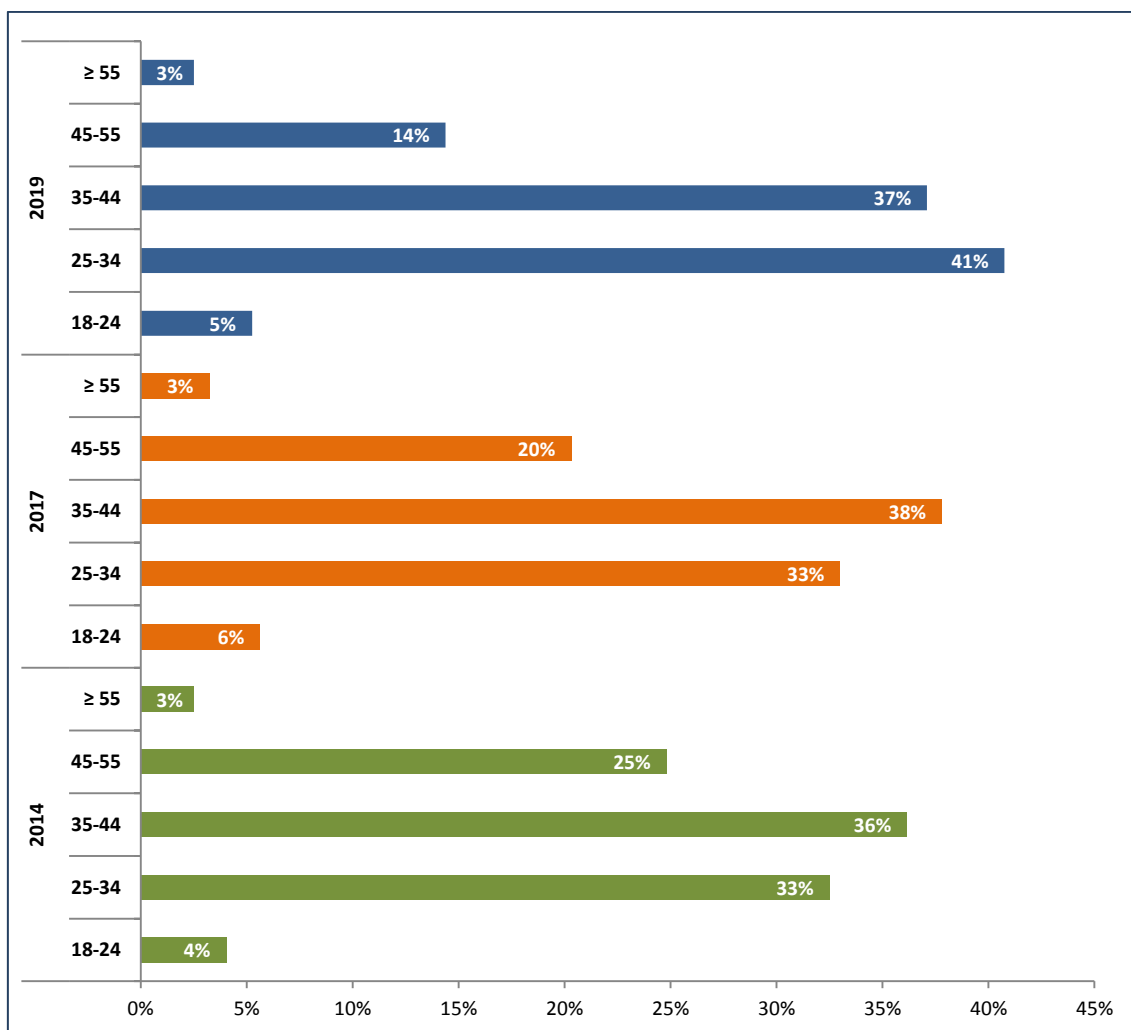
Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

a) Em 2014, não existiam trabalhadores vindos de Outros Países e, em 2017, existia 1.

Entre 2014 e 2017, o número de trabalhadores agrícolas de origem asiática aumentou 88% e os nacionais dos países da América do Sul e Central 50%, conforme se observa no gráfico da figura 58.

Já entre 2017 e 2019 predominam nas empresas mencionadas, na sua maioria trabalhadores vindos de outros países da Europa que aumentaram 100%, bem como os asiáticos, com um acréscimo de 46%. De forma mais residual também os da América do Sul e Central, com 18%. Deixa de ser significativo a presença de trabalhadores oriundos de países africanos e da Europa de Leste no mercado laboral agrícola do concelho.

Figura 59 - Percentagem de trabalhadores migrantes, segundo grupos etários, nos anos de 2014, 2017 e 2019, nas empresas agrícolas Driscoll's Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal

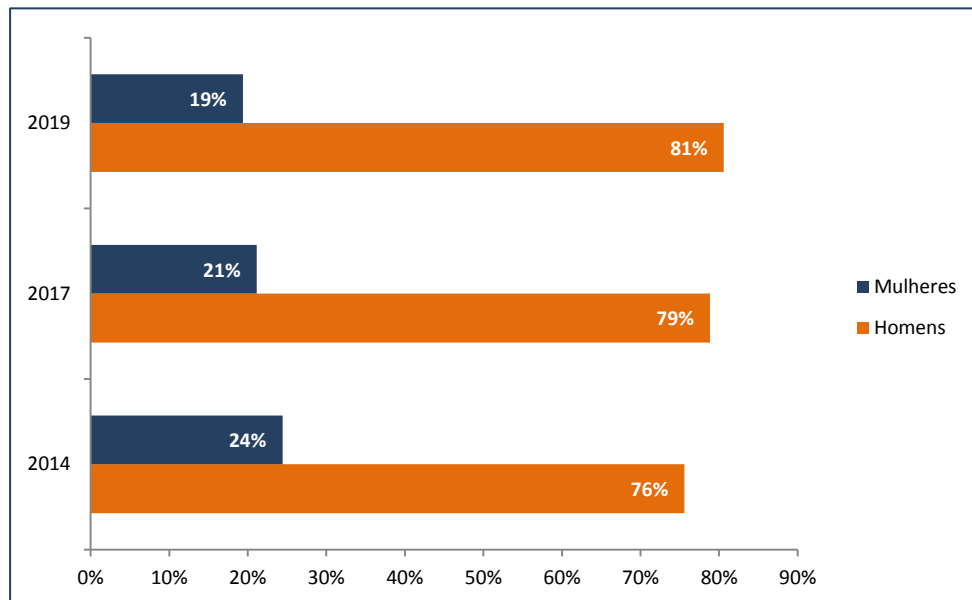


Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

Observando o gráfico da figura 59, pode-se constatar que o número de trabalhadores migrantes, de acordo com as faixas etárias em análise, não teve grande variação em 2014, 2017 e 2019.

A grande maioria destes cidadãos encontra-se nas faixas dos 25-34 anos e na dos 35-44 anos, por conseguinte, pessoas em idade ativa. As faixas etárias mais jovens, dos 18 aos 24 anos e a mais idosa, com 55 ou mais anos representam uma pequena percentagem, uma vez que, como já foi referido anteriormente, a motivação económica é a principal razão para a presença deste fluxo migratório no território.

Figura 60 - Percentagem de trabalhadores migrantes, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2019, nas empresas agrícolas Driscoll's Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal



Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

Relativamente ao género, ao longo dos anos em análise, a percentagem de mulheres e de homens que trabalharam nas empresas agrícolas (que facultaram os dados solicitados), não se alterou significativamente, verificando-se uma ligeira subida entre o género masculino e uma pequena descida entre o género feminino. Em 2019, 81% pertenciam ao género masculino e 19% eram do género feminino. São mais os homens que migram por motivos laborais, muitas das vezes, pelo menos no início da estadia, sem a companhia da família.

Figura 61 - Levantamento de dados qualitativos na área de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
Transporte / Mobilidade no Concelho	Insuficiente rede de transportes públicos	Plano de Mobilidade Regional da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL)
Instabilidade laboral (contratos de trabalho temporários e sazonais)	Trajectoria de rotação entre empregos precários e pouco qualifica Sazonalidade das campanhas agrícolas	Maior diversificação da produção agrícola exigindo necessidades de mão-de-obra mais permanentes
Muitos trabalhadores migrantes não vêem os seus direitos laborais respeitados	Existência de empregadores pouco respeitadores e da mão-de-obra migrante, com vista ao maior lucro possível	Entidades fiscalizadoras do território (concelhias e regionais/informais e formais)
Os trabalhadores migrantes desconhecem os seus direitos	Parco domínio da língua portuguesa Dificuldade no acesso à informação Os contratos de trabalho não são traduzidos	Manual de Acolhimento ao Cidadão Migrante em Odemira, traduzido para inglês, hindi e tailandês <i>Workshops</i> de integração (Projeto Giramundo)
Existência de empresas de trabalho temporário/ prestação de serviços incumpridoras ou fraudulentas visando exclusivamente a legalização de migrantes	Negócios dolosos e enganadores Exploração de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) Escassez de recursos humanos para uma efetiva fiscalização por parte das entidades competentes	Consciência da existência destas empresas por parte dos grandes empreendimentos agrícolas e o recurso cada vez mais residual aos seus serviços por parte daqueles
Muitas empresas agrícolas, geralmente as de pequena dimensão, recorrem a empresas prestadoras de serviços	Pouca seriedade de algumas empresas prestadoras de serviços Falta de mão-de-obra para o pico da campanha Empresas aproveitam os trabalhadores dispensados pelas de maior dimensão, que assim entram num	Algumas empresas, com forte pendor de responsabilidade social, procuram efetuar a contratação direta dos seus trabalhadores

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
	sistema de rotatividade, através de empresas prestadoras de serviços	
Indisponibilidade dos cidadãos locais para trabalhar na atividade agrícola	Baixos salários e condições de trabalho exigentes Preconceito social relativamente ao trabalho agrícola	Maior diversidade de funções associadas à atividade agrícola Formação profissional disponibilizada no concelho e na região em contexto educativo e laboral.
Trabalhadores migrantes reféns de empregadores exploradores	Empregadores pouco interessados que os trabalhadores migrantes se integrem na comunidade local Os próprios trabalhadores migrantes não se preocupam com as deficientes condições de trabalho Regras administrativas/legais complexas, de difícil compreensão por parte dos cidadãos migrantes. Exclusão social Desconhecimento da língua portuguesa Acesso institucional dificultado, com uma proliferação de serviços diversos, pouco habilitados a lidar com clientes migrantes	Ações de sensibilização realizadas e dirigidas a funcionários públicos sobre “Inteligência emocional e atendimento”
Nº elevado de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) desempregados	Imigração para Portugal sem o compromisso de um contrato de trabalho efetivo. Existência de mão-de-obra excedentária	Gabinete de Inserção Profissional (GIP) dirigido a cidadãos migrantes Rede Incorpora (promoção da empregabilidade entre públicos especialmente vulneráveis) Existência de associações empresariais do ramo agrícola com bom relacionamento entre as suas associadas, facilitando a gestão da mão-de-obra disponível no território

2.4.4. Educação e Língua

A Constituição da República Portuguesa define que “Todos têm direito ao ensino com garantia à igualdade de oportunidades de acesso a êxito escolar” (artigo 74.1) e que, na realização da política de ensino incumbe ao estado “Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efetivação do direito ao ensino” (artigo 72.2, alínea J). Assim, todas as crianças e jovens migrantes ou descendentes de migrantes que se encontrem a residir em Portugal, em situação legal ou ilegal, têm perante a lei, direito ao ensino.

Ao longo das últimas décadas, as nossas escolas têm vindo a deparar-se com o aumento do número de alunos estrangeiros e com a crescente diversidade das origens dos mesmos. As escolas apresentam-se, hoje, como espaços multiculturais e por isso detêm um papel fundamental no acolhimento e integração dos alunos migrantes e na sustentabilidade de uma sociedade multicultural tolerante.

O processo de ensino/aprendizagem do português como segunda língua é encarado como um desafio para as nossas escolas, uma vez que este é a base de suporte a todo o percurso escolar destes alunos e uma ferramenta essencial à sua integração social, escolar e consequentemente, ao sucesso escolar. “Nesta perspetiva, é preciso ter em conta o nível de proficiência que o aluno tem da língua de escolarização, uma vez que o seu domínio é fator determinante ou condicionante nas aprendizagens realizadas nas restantes disciplinas.” (Silva e Gonçalves, 2011)

Assim, “a aprendizagem do português como língua não materna assume-se neste momento, como uma questão fundamental. Não se trata só do ensino/aprendizagem na vertente da correção linguística, mas trata-se também do ensino/aprendizagem da língua portuguesa como veículo de aprendizagem de culturas e de cidadania.” (Silva e Gonçalves, 2011)

Apesar de atualmente existir um forte enquadramento legal para a promoção do ensino do português como segunda língua, “Muitas crianças continuam a aceder à escola em situações desiguais, sem as condições mínimas para competir e realizar um percurso escolar com sucesso.” (Hortas, 2013)

Os nossos estabelecimentos de ensino enfrentam obstáculos que podem pôr em causa, de forma significativa, os resultados do sucesso escolar. As dificuldades de acesso a recursos humanos disponíveis ao nível do corpo docente, somadas às dificuldades de integração em contexto escolar, afetam o bom aproveitamento dos alunos estrangeiros. Um deficiente processo de ensino/aprendizagem da língua de acolhimento pode conduzir ao insucesso e ao abandono escolar.

De forma a colmatar as dificuldades sentidas no processo de integração dos alunos filhos de cidadãos migrantes, onde se inclui o desconhecimento da língua da comunidade de acolhimento, considerado o fator essencial facilitador ao processo de integração, alguns estabelecimentos de ensino desenvolvem projetos promotores da aprendizagem da língua

portuguesa e de um acolhimento adequado aos alunos estrangeiros. Conforme Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, os agrupamentos procuram melhorar a sua realidade, pois esta legislação “define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário.” (dre.pt).

Muitos Agrupamentos de Escolas do concelho optaram por incluir medidas educativas facilitadoras da inclusão dos seus alunos estrangeiros nos respetivos Planos de Inovação mas, na verdade, este recurso disponibilizado pelo Ministério da Educação revela-se claramente insuficiente para o número de alunos que integram o sistema educativo no território (cerca de 20%).

O Agrupamento de Escolas de S. Teotónio é o único do concelho de Odemira que, por força do seu Contrato de Autonomia, concedido pelo Ministério da Educação desde 2013, lhe é possível flexibilizar o currículo de forma mais alargada e com recursos acrescidos, comparativamente aos Planos de Inovação.

Este estatuto de autonomia que vigora até 2021, aliado ao seu próprio Plano de Inovação, tem permitido implementar um conjunto de estratégias educativas mais alargadas ao longo dos últimos anos, tidos como boas práticas, mas não passíveis de implementação nos restantes Agrupamentos e Escolas Não Agrupadas do concelho.

A grande maioria dos alunos matriculados neste Agrupamento é de nacionalidade estrangeira e não falantes de português, considerando também os cidadãos migrantes que frequentam o Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) em regime noturno. Este é o conjunto de estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Odemira que mais acolhe crianças e jovens: no ano letivo 2019/2020, 45,3% das crianças e alunos matriculados eram estrangeiras, considerando desde a Educação Pré-Escolar ao 9º ano do Ensino Básico.

Os principais objetivos deste Agrupamento são, portanto: (1) integrar os alunos oriundos de sistemas de ensino estrangeiros, atendendo às suas diferenças linguísticas, culturais e religiosas, numa perspetiva de diálogo intercultural; (2) promover a assiduidade e o aproveitamento destes alunos, em regra com dificuldades de integração, de aprendizagem e comportamentais; (3) contribuir para capacitar culturalmente a comunidade educativa; (4) melhorar os resultados escolares na avaliação interna e externa do Agrupamento (in Plano de Inovação, Agrupamento de S. Teotónio).

Algumas medidas adotadas pelo Agrupamento de São Teotónio são as seguintes:

1. Percursos Curriculares Alternativos: medida que visa a inclusão dos alunos estrangeiros (2º e 3º Ciclos) na escola portuguesa. É composta pelas seguintes estratégias educativas:
 - ✓ Aumento da carga letiva de Português Língua Não Materna;
 - ✓ Criação de grupos-turma na disciplina de Matemática;

- ✓ Inserção dos alunos em turmas de Inglês, de acordo com o nível de proficiência linguística diagnosticado;
 - ✓ Dinamização de um espaço letivo multidisciplinar, físico e temporal, denominado Glossário, para desenvolver as competências das disciplinas de História e Geografia de Portugal, Geografia, História, Ciências Naturais, Físico-Química e Cidadania e Desenvolvimento. O Glossário não é uma disciplina, pois os alunos são avaliados e desenvolvem atividades de acordo com o nível de proficiência linguística de cada aluno, com recurso a uma equipa de docentes específica, a meios tecnológicos e a fichas ou tarefas individualizadas. As tarefas e atividades são propostas pelos respetivos docentes da turma de origem, tal como a avaliação das mesmas.
2. Organização por Anos de Escolaridade: medida envolvendo a distribuição dos tempos letivos atribuídos ao corpo docente, de modo a facilitar o trabalho colaborativo e a criar dinâmicas de grupo, bem como a promover práticas conducentes ao sucesso dos alunos;
 3. Oferta Complementar como promotora da Cidadania e do Desenvolvimento: medida desenvolvida sob a forma de clubes temáticos, sejam de cariz desportivo, artístico ou relacionados com disciplinas, dando-se especial ênfase à diversidade cultural como, por exemplo: (1) o Clube de Língua Materna, onde os alunos cuja língua materna não seja o português podem ensinar alguns vocábulos ou expressões essenciais aos restantes alunos; (2) o Clube da Culinária, no qual pode haver partilha dos sabores das diferentes culturas; (3) o Clube da Interculturalidade; (4) o Clube da Geografia; (5) o Clube do Críquete.

Por fim, o Agrupamento de Escolas de S. Teotónio é o único Agrupamento ou Escola Não Agrupada do Alentejo que detém o *Selo Escola Intercultural*, sendo também o único Agrupamento alentejano pertencente à Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI).

É importante também mencionar o trabalho de Francisca Couto, João Candeias, Marta Conceição, Simão Gonçalves e Tomás Pires, enquanto alunos do Colégio Nossa Senhora da Graça, em Vila nova de Milfontes, com o desenvolvimento do projeto NAMASTÉ, no âmbito das Jornadas Escolares 2019, promovidas anualmente pelo Setor da Educação da Divisão de Desenvolvimento Sociocultural da Câmara Municipal de Odemira e que veio a ser financiado pelo Consórcio do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM).

Os objetivos deste projeto passam pela (1) sensibilização da comunidade escolar para a resolução de problemas como a exclusão e discriminação social, desempenho escolar, isolamento social e falta de comunicação e compreensão das comunidades migrantes residentes em Odemira; (2) realização de eventos que promovessem a troca de experiências e (3) criação de um *kit* pedagógico com material de apoio para o professor.

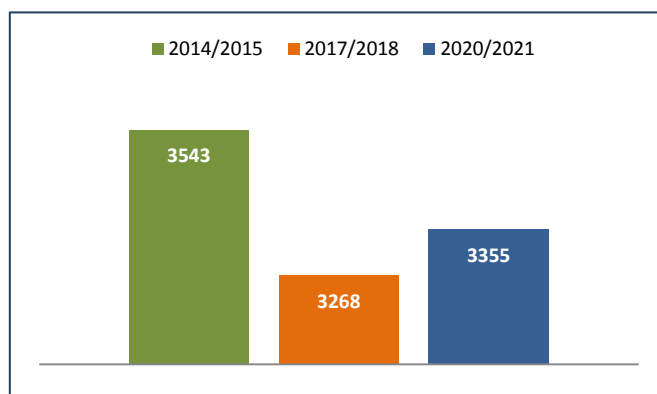
Assim, os alunos definiram três atividades chave para o Projeto. Em primeiro lugar, a realização do Guia de Sensibilização, que teve como objetivo dar a conhecer aos professores a cultura de origem dos imigrantes, através da sua caracterização (costumes, gastronomia, língua, artes e cultura, etc.). Este guia já foi fisicamente distribuído em todos os agrupamentos e escolas não-agrupadas do concelho de Odemira.

A segunda atividade chave consistiu na realização de um vídeo de sensibilização animado com a intenção de sensibilizar os alunos para a proximidade cultural e um melhor acolhimento dos colegas imigrantes. Por fim, a terceira atividade chave, propõe a existência de uma equipa que apoie e acompanhe os alunos migrantes no seu processo de acolhimento e integração, visando a replicação desta boa prática nas diversas comunidades escolares do concelho.

Apresentamos, de seguida, dados estatísticos que nos podem ajudar a compreender a realidade das nossas escolas perante a presença de alunos das mais diversas origens e culturas.

Foram solicitados dados a todos os Agrupamentos de Escolas (5), Escolas Não Agrupadas (2) e Instituições privadas, com resposta de Creche e Jardim de Infância (2) que os disponibilizaram no geral.

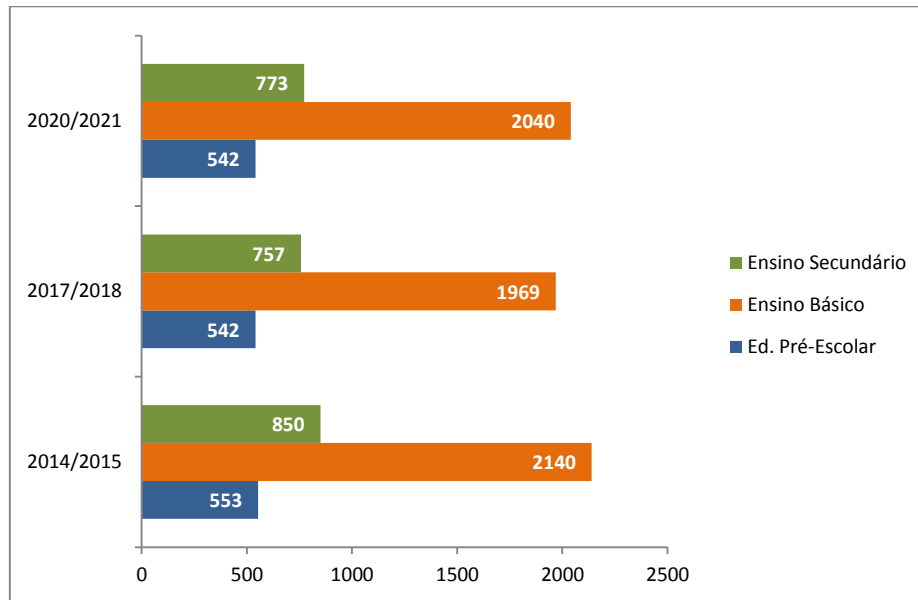
Figura 62 – N.º total de crianças e alunos matriculados nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário



Fonte: Agrupamentos de Escolas, Escolas Não Agrupadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Odemira

No gráfico da figura 62 é possível encontrar uma representação do número total de crianças e alunos matriculados em estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, ao longo de três diferentes anos letivos: 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021.

Figura 63 – N.º total de crianças e alunos matriculados, por nível de Educação e Ensino, nos Estabelecimentos do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021



Fonte: Agrupamentos de Escolas, Escolas Não Agrupadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Odemira

Em termos de distribuição por níveis de educação e ensino, o gráfico da figura 63, mostra que a maioria dos alunos encontra-se matriculada no Ensino Básico. O número de alunos matriculados na Educação Pré-Escolar é constante e não apresenta grandes alterações ao longo dos diferentes anos letivos. Quanto ao Ensino Básico e Secundário, o ano letivo que manifestou maior frequência alunos foi em 2014/2015, tendo decrescido ligeiramente nos anos letivos subsequentes.

Na tabela da figura seguinte, encontra-se a divisão dos alunos matriculados por diferentes grupos de países de proveniência: Portugal, Países Asiáticos (Índia, Nepal, Tailândia, etc.), Países da Europa de Leste (Bulgária, Roménia, etc.), Outros Países Europeus (Holanda, Alemanha, Reino Unido, etc.), América do Sul e Central (Brasil, Cuba, México, etc.), Países Africanos (Argélia, Angola, etc.) e Outros Países (Estados Unidos da América, Canadá, etc.).

Figura 64 – N.º total de crianças e alunos matriculados, por nacionalidade nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021

Ano letivo	Portugal	Países Asiáticos	Europa de Leste	Outros Países Europeus	América do Sul e Central	Países Africanos	Outros Países	Total de matriculados estrangeiros	Total de matriculados no concelho
2020/2021	2518	277	80	131	70	13	6	577	3355
2017/2018	2648	98	104	92	48	5	7	354	3268
2014/2015	2916	15	144	121	43	9	1	333	3543

Fonte: Agrupamentos de Escolas, Escolas Não Agrupadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Odemira

Comparando os anos letivos, é interessante notar que no ano letivo de 2014/2015, o número de estudantes portugueses matriculados era de 2916, sendo que o número de alunos estrangeiros matriculados era de 333. Já em 2020/2021, o número de alunos portugueses é 2518, inferior em relação aos restantes dois anos letivos, e é, simultaneamente, o ano letivo em que mais alunos estrangeiros estão matriculados (577), mas mantendo-se relativamente constante o número de crianças e alunos a frequentar o sistema educativo no concelho.

No ano letivo de 2014/2015, as crianças e alunos estrangeiros representavam 10,2% dos matriculados em estabelecimentos de educação e ensino do concelho. No ano letivo de 2017/2018, 11,8% dos matriculados eram estrangeiros, e em 2020/2021, 18,6% das crianças e alunos inscritos nos estabelecimentos escolares são de nacionalidade estrangeira (gráfico da figura 65). O aumento percentual do número de crianças e alunos estrangeiros do ano letivo 2014/2015 para 2017/2018 foi de 6% (ver gráfico da figura 66), enquanto que de 2017/2018 para 2020/2021, o aumento percentual de crianças e alunos de nacionalidade estrangeira matriculados foi de 63%, representando um acréscimo muito significativo.

Figura 65 - Percentagem de crianças e alunos estrangeiros matriculados nos Estabelecimentos de Educação e de Ensino do concelho de Odemira, por ano letivo

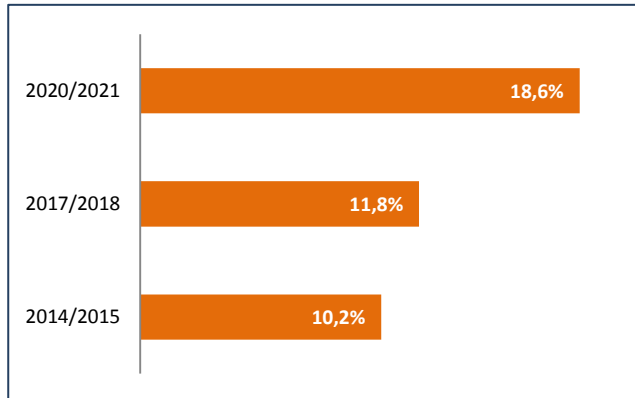
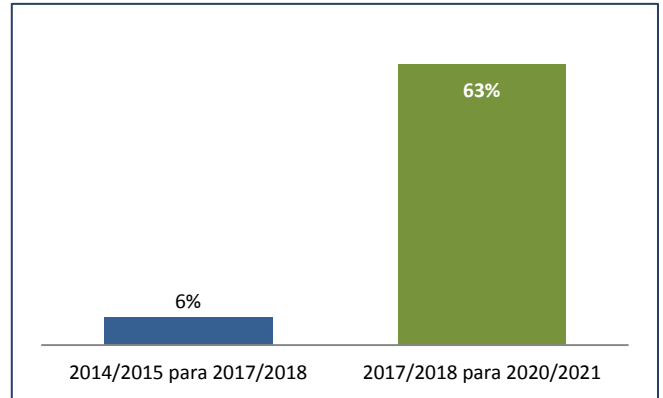


Figura 66 - Variação percentual do número de crianças e alunos estrangeiros matriculados nos Estabelecimentos de Educação e de Ensino do concelho de Odemira, por ano letivo



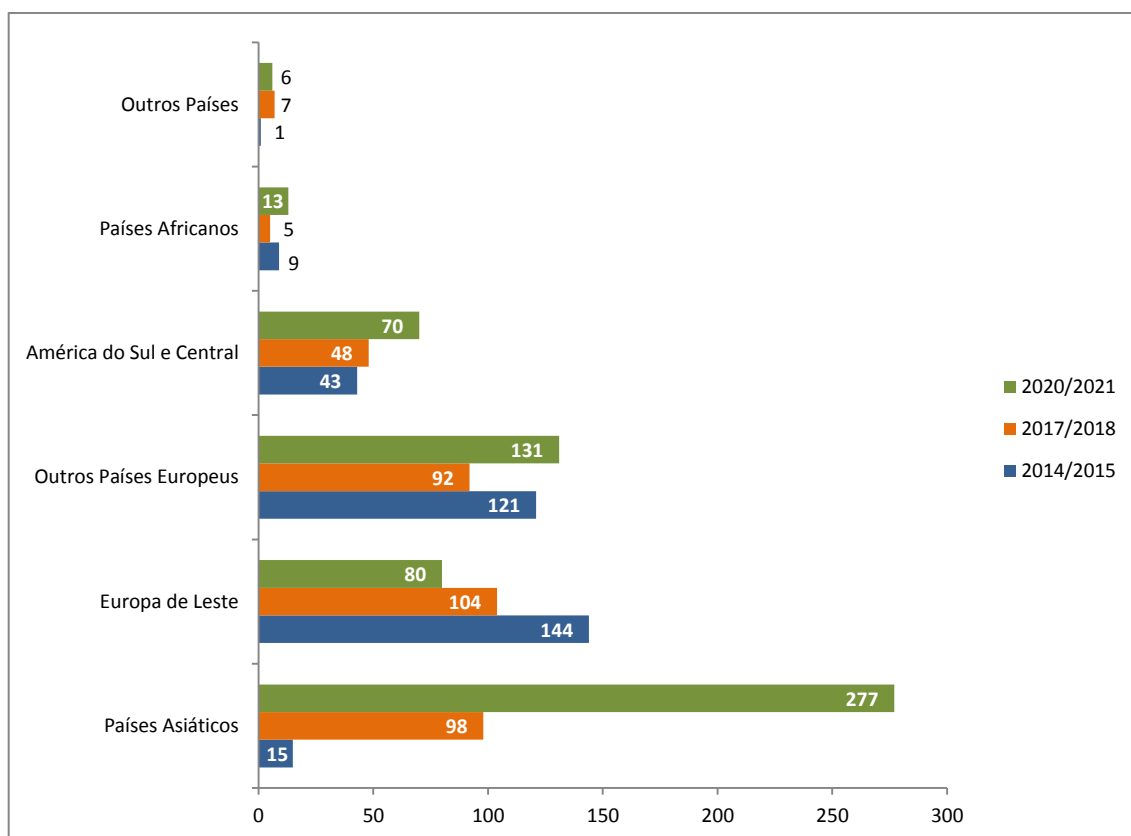
Fonte: Agrupamentos de Escolas, Escolas Não Agrupadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Odemira

Voltando agora à distribuição geográfica das nacionalidades das crianças e dos alunos estrangeiros matriculados, o gráfico da figura 67, evidencia uma nova realidade. Do ano letivo 2014/2015 até ao ano letivo 2020/2021, existe uma tendência para a diminuição do número de crianças e jovens de nacionalidades provenientes da Europa de Leste, e uma tendência muito expressiva para o aumento do número de nacionalidades provenientes de Países Asiáticos.

É também relevante reparar na constância numérica de alunos matriculados provenientes de Outros Países Europeus (que não de Leste). Este é o terceiro grupo de países com mais incidência numérica nos estabelecimentos de ensino do concelho, tendo sofrido algum decréscimo apenas no ano letivo de 2017/2018, voltando a subir novamente no ano letivo de 2020/2021 para 131 crianças e alunos matriculados, provenientes de países como a Alemanha,

Holanda, Reino Unido, entre outros. É interessante mencionar que estes se encontram predominantemente matriculados em Agrupamentos do interior do concelho, como Colos e Sabóia.

Figura 67 – Distribuição do nº. total de crianças e alunos estrangeiros matriculados, segundo grandes zonas mundiais de proveniência, nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário



Fonte: Agrupamentos de Escolas, Escolas Não Agrupadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Odemira

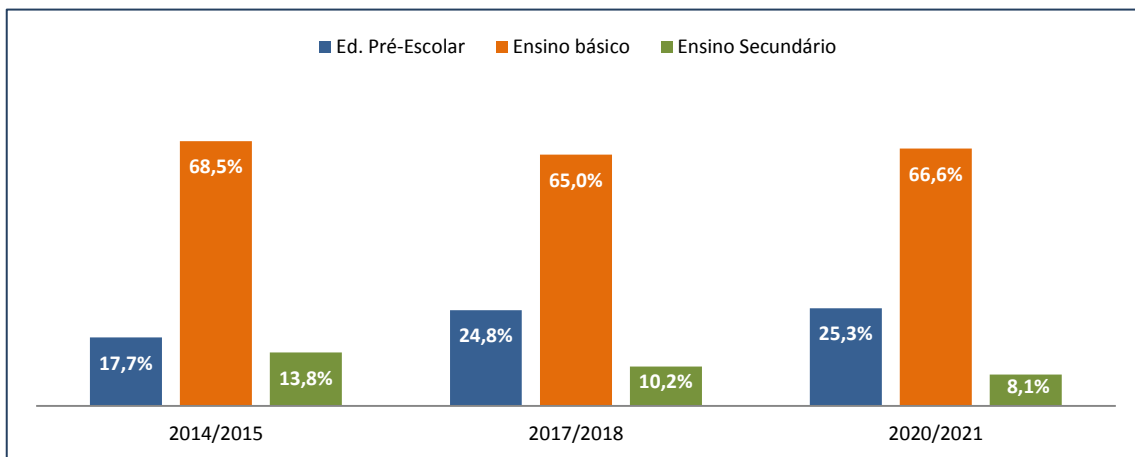
As crianças e os alunos estrangeiros matriculados distribuem-se de maneira diferente pelos diferentes níveis de educação e ensino.

No gráfico da figura 68, é possível verificar que o nível onde mais frequentemente se encontram alunos estrangeiros matriculados é no Ensino Básico. Nos três anos letivos em análise, a percentagem de alunos estrangeiros matriculados é sempre igual ou superior a 65%.

Em contraste, a percentagem de crianças estrangeiras matriculadas na Educação Pré-Escolar é mais baixa, apesar de subir lentamente de ano letivo para ano letivo.

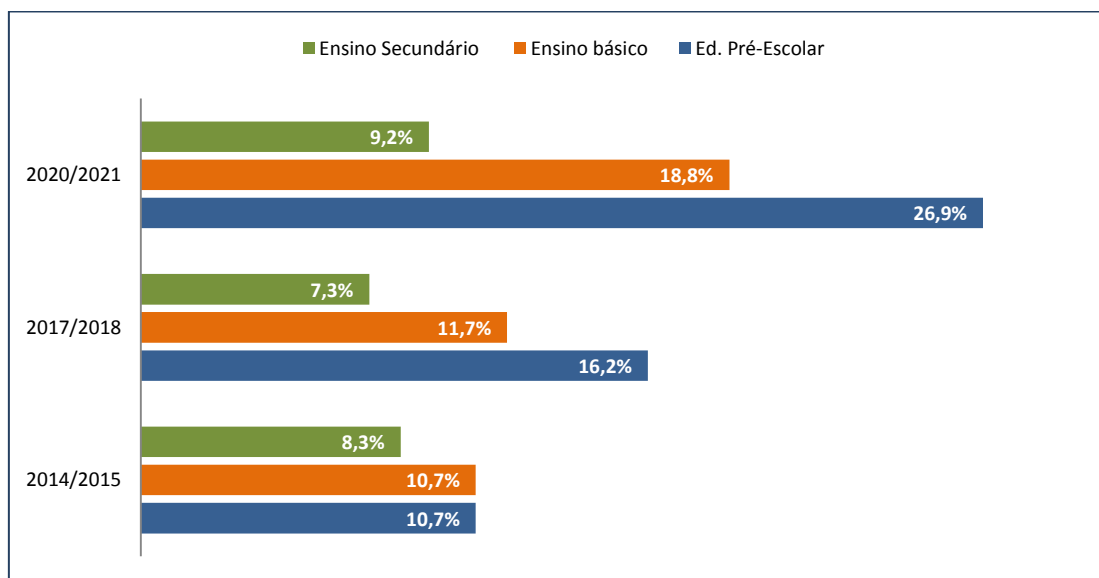
No Ensino Secundário, é onde se encontra uma menor percentagem de alunos estrangeiros matriculados, com percentagens sempre abaixo dos 14% e a revelar uma diminuição ao longo dos três anos letivos.

Figura 68 – Distribuição da percentagem de crianças e alunos estrangeiros matriculados, por nível de Educação e Ensino, nos Estabelecimentos Escolares do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021



Fonte: Agrupamentos de Escolas, Escolas Não Agrupadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Odemira

Figura 69 – Percentagem de crianças e alunos estrangeiros matriculados, por nível de Educação e Ensino, nos Estabelecimentos Escolares do concelho de Odemira, em função da totalidade dos que frequentam o sistema educativo concelhio, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021



Fonte: Agrupamentos de Escolas, Escolas Não Agrupadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Odemira

O gráfico da figura 69, apresenta outro prisma da mesma realidade. Aqui, foram analisadas as percentagens de crianças e alunos estrangeiros matriculados em relação à totalidade dos inscritos nos estabelecimentos escolares do concelho.

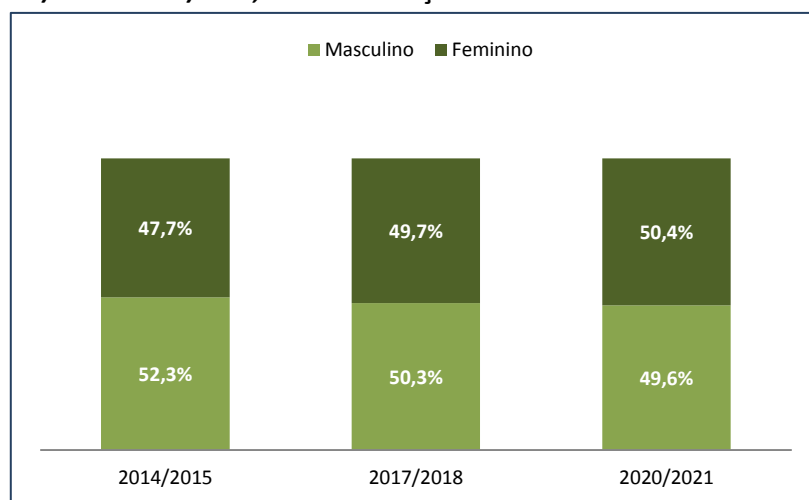
As percentagens de crianças e alunos estrangeiros matriculados no ano letivo de 2020/2021 são as mais altas dos três anos letivos em análise. Também se evidencia um forte incremento da frequência de crianças na Educação Pré-Escolar, por comparação com os anos letivos anteriores, tendência sempre em crescendo desde 2014.

A mesma análise pode ser feita à frequência do Ensino Básico que tem vindo a aumentar progressivamente, com mais expressão no ano letivo 2020/2021.

Já no que respeita ao Ensino Secundário os valores são claramente inferiores e relativamente constantes.

Analisando agora a distribuição do número de alunos estrangeiros matriculados por género, passamos ao gráfico da figura 70. Observa-se que, nos anos letivos 2014/2015 e 2017/2018, a maioria dos alunos estrangeiros matriculados pertenciam ao género masculino, apesar da vantagem numérica não ser muito significativa. No ano letivo 2020/2021, pelo contrário, 50,4% dos alunos estrangeiros matriculados pertencem ao género feminino, sendo que 49,6% pertencem ao género masculino.

Figura 70 - Percentagem de crianças e alunos estrangeiros matriculados, segundo o género, nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário



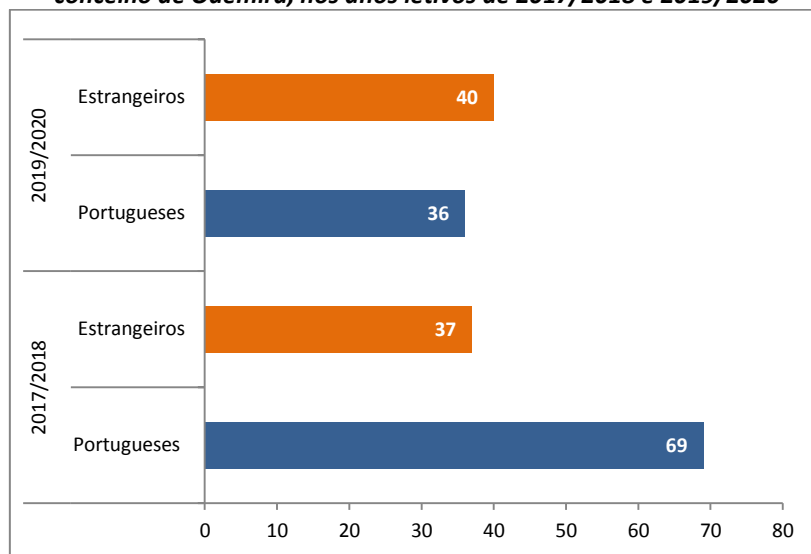
Fonte: Agrupamentos de Escolas, Escolas Não Agrupadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho de Odemira

Com o aumento do número de crianças e alunos estrangeiros matriculados, há outro fator que poderá também ter a tendência para aumentar. No próximo gráfico da figura 71, encontra-se representado o número de alunos retidos nos Ensinos Básico e Secundário, nos anos letivos de 2017/2018 e 2019/2020. É importante ressaltar, no entanto, que as análises apresentadas não

contêm dados referentes ao Colégio Nossa Senhora da Graça, em Vila Nova de Milfontes, que apesar de os ter fornecido, não estavam em conformidade com os restantes (lapso da equipa responsável pela conceção).

Se em 2017/2018 o insucesso escolar predominava nos alunos portugueses, sendo cerca de 50% acima dos alunos migrantes, já no ano letivo 2019/2020 o indicador inverte-se. Assiste-se a uma diminuição significativa do insucesso nos alunos portugueses, mas mantém-se e até cresce ligeiramente nos alunos estrangeiros. Tal pode ser justificado pela ineficácia e/ou insuficiência de medidas educativas de superação, associadas a necessárias estratégias específicas de flexibilização curricular para alunos migrantes, à carência de mais recursos, de pessoal docente para incremento ao apoio e ao acompanhamento a estes alunos, meios específicos e contextualizados que o sistema educativo/enquadramento legislativo não permite à generalidade das Escolas do concelho.

Figura 71 – N.º de alunos retidos nos Ensinos Básico e Secundário, nos Estabelecimentos de Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2017/2018 e 2019/2020



Fonte: Agrupamentos de Escolas /Escolas Não Agrupadas do concelho de Odemira

O sistema educativo português, através de vários suportes legislativos, entre eles a Portaria nº 180/2019 de 11 de junho, a Portaria nº 226/2018 de 7 de agosto e a Portaria 223-A/2018, de 3 de agosto, prevê que os alunos filhos de pais migrantes possam beneficiar de apoio pedagógico adequado à sua situação. Este apoio, deve centrar-se na superação das dificuldades sentidas pelo aluno na disciplina de português fundamentalmente, embora se revelem manifestamente insuficientes face à realidade da população escolar do concelho de Odemira pela sua diversidade de nacionalidades e número de alunos.

Apesar destas orientações e de outras ao nível do planeamento de estratégias, da avaliação interna e externa, as escolas do concelho deparam-se com constrangimentos ao nível dos recursos humanos e da inexistência de horas letivas e não letivas suficientes para os

procedimentos complexos e morosos mas necessários, e de mais horas de lecionação face ao número tão elevado de alunos estrangeiros integrados no sistema educativo concelhio (cerca de 1/5 do total de alunos).

O facto de ser obrigatório o número mínimo de 10 alunos para legitimar o Português Língua Não Materna (PLNM) como disciplina também não é facilitador, uma vez que existem Escolas que não têm os alunos estrangeiros suficientes para constituir o referido grupo, (por exemplo, nas Escolas do interior do concelho) e assim alguns alunos acabam por apenas usufruir de algumas horas semanais de apoio de Português Língua Não Materna (PLNM) (e não o Português Língua Não Materna (PLNM) como disciplina, em substituição da carga horária da disciplina de Português), o que é claramente insuficiente para uma aprendizagem efetiva da língua nacional, sendo este um dos fatores essenciais à boa integração e sucesso escolar.

Nas análises que se seguem, e com a intenção de angariar o maior número de dados possível, foi solicitado às Escolas que fornecessem o número de alunos estrangeiros matriculados na disciplina ou em apoio de Português Língua Não Materna (PLNM). Assim, garantimos a inclusão de dados escolares provenientes de estabelecimentos que, não conseguindo garantir o mínimo de dez alunos estipulado por lei para a lecionação do Português Língua Não Materna (PLNM) enquanto disciplina (em qualquer dos anos letivos), leciona o Português Língua Não Materna (PLNM) enquanto um apoio à aprendizagem. É também importante informar que as tabelas das figuras 72 e 73, não contemplam dados provenientes do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes que, apesar de os terem fornecido, não estavam em conformidade com os restantes obtidos e assim não ter sido possível merecer idêntico tratamento estatístico.

Figura 72 – N.º de alunos estrangeiros matriculados na disciplina ou em apoio de Português Língua Não Materna (PLNM), nos Estabelecimentos de Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021

Nível de ensino	2014/2015	2017/2018	2020/2021
Ensino Básico	79	147	250
Ensino Secundário	1	12	22
Total	80	159	272

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas/Não Agrupadas do concelho de Odemira

Na tabela da figura 72, podemos então verificar o número de alunos estrangeiros que beneficiam de Português Língua Não Materna (PLNM), seja em disciplina, seja em apoio, nos três anos letivos em análise.

O aumento no número de alunos é bem expressivo em ambos os níveis de ensino. Ainda assim, o aumento do número de alunos é notório, especialmente no Ensino Básico justificado por ser este também o nível onde predominam alunos estrangeiros matriculados.

Figura 73 – N.º de docentes e de horas semanais da disciplina/apoio de Português Língua Não Materna (PLNM), nos Estabelecimentos de Ensino do concelho de Odemira, nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021

PLNM	2014/2015		2017/2018		2020/2021	
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Básico	Ensino Secundário
Número de Docentes	6	1	8	2	13	3
Número de Horas Semanais	80	3	106	5	111	7

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escolas /Não Agrupadas do concelho de Odemira

Na tabela da figura 73, podemos constatar o número de docentes e o número de horas semanais da disciplina ou apoio de Português Língua Não Materna (PLNM) atribuídos.

Ao longo dos anos letivos em análise, é razoável concluir que os Estabelecimentos de Ensino, apesar dos constrangimentos verificados com o escasso crédito de horas disponibilizado pela tutela, conseguiram aumentar tanto o número de docentes, como o número de horas semanais da disciplina/apoio de Português Língua Não Materna (PLNM).

Podemos ainda constatar que, por exemplo, o número de docentes que lecionam a disciplina ou prestam o apoio de Português Língua Não Materna (PLNM) no Ensino Básico, mais que duplicou entre o ano letivo 2014/2015 e o ano letivo 2020/2021, o que representa o esforço possível ao alcance dos órgãos de gestão dos Agrupamentos/Escolas Não Agrupadas na distribuição do serviço letivo, não significando qualquer alteração legislativa. Na verdade, ao nível da tutela e enquanto meio adicional e de aplicação nacional, apenas se acrescentaram os Planos de Inovação, ainda assim, como já referido anteriormente, muito limitativos para as exigências e dimensão da realidade intercultural das escolas do concelho de Odemira.

Figura 74 - Levantamento de dados qualitativos na área de Educação e Língua

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
<p>Continuação de algumas situações de abandono e absentismo escolar por parte de alunos migrantes</p>	<p>A diferença cultural dificulta a integração em meio escolar</p> <p>Algumas comunidades migrantes não valorizam a escola</p> <p>A situação de ilegalidade de alguns agregados familiares não incentiva os cidadãos migrantes a procurarem os estabelecimentos de ensino, para procederem à matrícula dos menores em idade escolar</p> <p>A barreira linguística sentida pelos alunos migrantes em contexto escolar, principalmente, em sala de aula, desmotiva a frequência escolar</p> <p>Os pais trabalham muitas horas e não fazem o devido acompanhamento e apoio à vida escolar dos filhos</p> <p>O desconhecimento do sistema de ensino português e dos apoios de que podem usufruir frequentando a escola</p> <p>A sazonalidade do trabalho e o facto de na época baixa das colheitas (dezembro a fevereiro) se deslocarem aos seus países de origem, fazendo-se acompanhar pelas crianças</p>	<p>Na maior parte dos Agrupamentos de Escolas/ Escolas Não Agrupadas promove-se a disciplina/apoio de Português Língua Não Materna (PLNM) e medidas de superação do insucesso vertidas em Planos de Inovação, ainda que ambas as estratégias se revelem insuficiente por falta de meios</p> <p>Os apoios financeiros atribuídos pela Segurança Social ao agregado familiar</p> <p>A ação das Forças de Segurança, através da Equipa da “Escola Segura”</p> <p>O Projeto ST colabora com os estabelecimentos de ensino de S. Teotónio, no desenvolvimento de estratégias e atividades que contribuem para a integração e para a prevenção do abandono e absentismo escolar</p> <p>O Centro Local para a Integração de Migrantes (CLAIM), com o papel de informar e encaminhar as situações de âmbito escolar</p> <p>Projeto NAMASTÊ</p>

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
Reduzida participação dos encarregados de educação migrantes na vida escolar	<p>Os idiomas dos cidadãos nacionais de países terceiros não são do conhecimento dos portugueses, como é a língua inglesa</p> <p>A maior parte dos encarregados de educação de origem indiana e nepalesa não dominam o inglês</p> <p>Desconhecimentos do enquadramento legal que permite aos encarregados de educação se ausentarem do seu posto de trabalho para poderem deslocar-se às escolas para acompanhar o percurso escolar dos seus filhos</p> <p>Inexistência de mediadores culturais que façam a ligação entre as Escolas e os encarregados de educação migrantes</p>	<p>Aposta na aprendizagem da língua portuguesa junto dos parceiros locais</p> <p>Existência de mediadora cultural no Agrupamento de Escolas de S. Teotónio</p>
O acolhimento de alunos estrangeiros na escola não propicia a sua integração	<p>Em muitas escolas, o acolhimento aos alunos estrangeiros é igual à que se realiza para os alunos nacionais</p>	<p>Projeto Namastê, “Guia Prático Namastê – Acolhimento Escolar” dirigido aos professores e/ou às equipas que promovem o acolhimento dos alunos migrantes</p>
Os alunos migrantes sentem dificuldade em apreender os conteúdos programáticos	<p>A barreira da língua é um constrangimento na aprendizagem dos conteúdos dos programas escolares</p> <p>Inexistência de medidas educativas transitórias para o ingresso efetivo nos currículos portugueses e no grupo turma</p>	<p>Apoio/aulas de Português Língua Não Materna (PLNM)</p> <p>Planos de Inovação implementados em alguns dos Agrupamentos de Escolas/Escola Não Agrupada</p>
Alguns alunos migrantes são alvo de discriminação por parte dos alunos locais	<p>Falta de respeito pelas diferenças culturais (modo de vestir, língua diferente, cor da pele...)</p> <p>Subvalorização das capacidades e competências dos alunos migrantes</p>	<p>Comemoração do Dia da Interculturalidade em contexto escolar</p> <p>Projeto NAMASTÊ</p> <p>Reforço da dimensão intercultural nos Projetos Educativos das Escolas</p> <p>As ações implementadas pelo Projeto ST</p>

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
		em S. Teotónio contribuem para apaziguar as diferenças culturais entre as comunidades escolares migrantes e as locais
Os pais migrantes desconhecem o sistema de ensino português e o funcionamento das escolas portuguesas	O nosso sistema de ensino é muito diferente do instituído nos países de origem dos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT), assim como os espaços escolares e seu funcionamento	Boletins de matrícula, desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, traduzidos para inglês, russo e tailandês “Guia de Acolhimento ao Aluno e Encarregados de Educação Migrantes”
Equivalências escolares com legislação desatualizada e procedimentos demorados, onerosos e burocráticos	<p>Os normativos em vigor são o Decreto-Lei nº 219/97 de 20 de agosto, revogado com exceção do Anexo II (tabela de equivalências), o Decreto-Lei nº227/2005 de 28 de dezembro e a Portaria n.º 699/2006 de 12 de julho (os mesmos não incluem países como a Índia, o Nepal, o Bangladesh ou a Tailândia entre outros)</p> <p>O certificado de habilitações deverá, de acordo com o artigo 7º, ponto 2, do Decreto-Lei nº227/2005, de 28 de dezembro, ser carimbado pela Embaixada ou pelo Consulado ou com apostilha da Convenção de Haia</p> <p>A Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) exige ainda um carimbo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo que esta exigência não tem enquadramento legislativo</p> <p>O Ministério da Educação demora muito tempo na resposta às equivalências escolares solicitadas</p> <p>Ronda o valor de 425,00€ por aluno o pedido de equivalências e algumas famílias não conseguem suportar estes custos, principalmente se tiverem mais que um filho em idades escolar</p>	

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
	As embaixadas/consulados localizam-se em Lisboa, facto que contribui para a demora e para os custos associados ao processo.	
Desconhecimento dos Sistemas Educativos, onde se incluem os conteúdos programáticos das disciplinas lecionadas nos países de origem dos alunos por parte dos professores	Não há por parte de nenhum organismo nem entidade a súmula destas informações	
Não existe um crédito de horas específico para Agrupamentos com elevado número de alunos estrangeiros e o que existe é insuficiente	<p>A Educação Pré-Escolar não é contemplada para o crédito de horas afetas aos Agrupamentos</p> <p>O crédito de horas atribuído às Escolas é utilizado principalmente para cargos de direção de turma, apoios a alunos com dificuldades de aprendizagem, tutorias, projetos, clubes, restando poucas horas para o apoio efetivo às necessidades dos alunos migrantes</p> <p>As escolas que só têm alunos nacionais recebem o mesmo número de horas de crédito</p>	Esforço das Direções das Escolas na afetação do crédito horário para apoios educativos a alunos migrantes
Os desafios/exigências que a multiculturalidade coloca às Escolas	A multiplicidade de situações relativas a cada aluno, por exemplo, no que diz respeito à alimentação e à comunicação em espaço escolar	Preocupação e interesse dos agentes educativos em satisfazer estas necessidades, com maior incidência nos níveis de educação e ensino mais baixos

2.4.5. Capacitação e Formação

Para que exista inclusão, no que diz respeito às comunidades migrantes, a comunidade de acolhimento tem um papel importante na promoção da igualdade de oportunidades, sendo a aprendizagem da língua portuguesa um dos fatores com maior peso neste processo.

Desconhecer a língua do país de acolhimento significa tornar-se mais vulnerável e dependente, manifestando-se em dificuldades de integração. A aquisição da competência comunicativa em língua portuguesa surge como uma ferramenta para quebrar o isolamento e a diferenciação no acesso à escolaridade, ao emprego e aos restantes direitos assegurados pela comunidade.

Saber utilizar a língua do país de acolhimento nos diversos contextos do quotidiano, constitui assim uma mais-valia para se conseguir uma igualdade de oportunidades nas diferentes situações, com as quais os cidadãos migrantes se deparam.

Por isso, o Português Para Todos (PPT)/Português Língua de Acolhimento (PLA) desenvolvido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e o Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), promovido pelo Ministério da Educação, desenvolvidos nos Agrupamentos de Escolas, assumem um papel preponderante ao conjugar três áreas indissociáveis: a língua portuguesa, a inclusão social e a interculturalidade (a nomenclatura dos Cursos foi alterada pela Portaria nº 183/2020, de 5 de agosto).

Estes cursos regem-se pelas diretrizes emanadas do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, certificando os níveis A2 de utilizador elementar e B2, de utilizador independente. A aquisição do nível A2 é indispensável para que o migrante aceda à cidadania, conheça os seus direitos e deveres, se desenvolva pessoal, familiar, cultural e profissionalmente. É igualmente, um dos requisitos para efeitos de acesso à nacionalidade, à autorização de residência permanente ou ao estatuto de residente de longa duração.

No concelho de Odemira, o Português Para Todos (PPT) é assegurado, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), através do Centro de Emprego Formação Profissional do Alentejo Litoral, em articulação com o (GIP) Gabinete de Inserção Profissional, e o Centro Local para a Integração de Migrantes (CLAIM), o qual tem um papel fundamental na ligação entre os cidadãos migrantes e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Relativamente aos dados relativos aos cursos Português Para Todos (PPT) realizados no concelho, não foram disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) uma vez que “(...) não foi possível recolhê-los dado a sua natureza e especificidade não estar parametrizada nas nossas fontes de apuramento de dados”.

Já o Português para Falantes de outras Línguas (PFOL), administrado no Agrupamento de Escolas de Odemira (ano letivo 2019/2020) e no Agrupamento de Escolas de S. Teotónio (anos letivos 2019/2020 e 2020/2021) conta com o apoio da *Silicon Valley Community Foundation*, operacionalizada pela Sociedade Recreativa S. Teotoniense. Esta parceria permitiu potenciar as

condições logísticas essenciais ao desenvolvimento desta medida formativa, nomeadamente através da contratação de duas auxiliares de ação educativa para afetação à Escola de S. Teotónio, no regime noturno, para apoio aos docentes e alunos migrantes, bem como a limpeza do espaço escolar e para ambos os Agrupamentos a aquisição e distribuição do material escolar aos cidadãos migrantes inscritos (incluindo a disponibilização de 30 *tablets* para dinamização em sala de aula), bem como a contratação do serviço de transporte rodoviário para os adultos participantes, entre o seu local de residência/empresas e os Agrupamentos aderentes. O envolvimento e patrocínio de uma empresa agrícola, possibilitou quadruplicar o número de turmas de formandos a frequentarem os cursos de Português para Falantes de outras Línguas (PFOL), pelo reforço de meios proporcionados e pela fácil divulgação da medida junto dos trabalhadores migrantes.

Figura 75 - Nº de cidadãos estrangeiros inscritos na formação Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), segundo o seu país de origem e género, nos anos letivos de 2017-2018 e 2020-2021

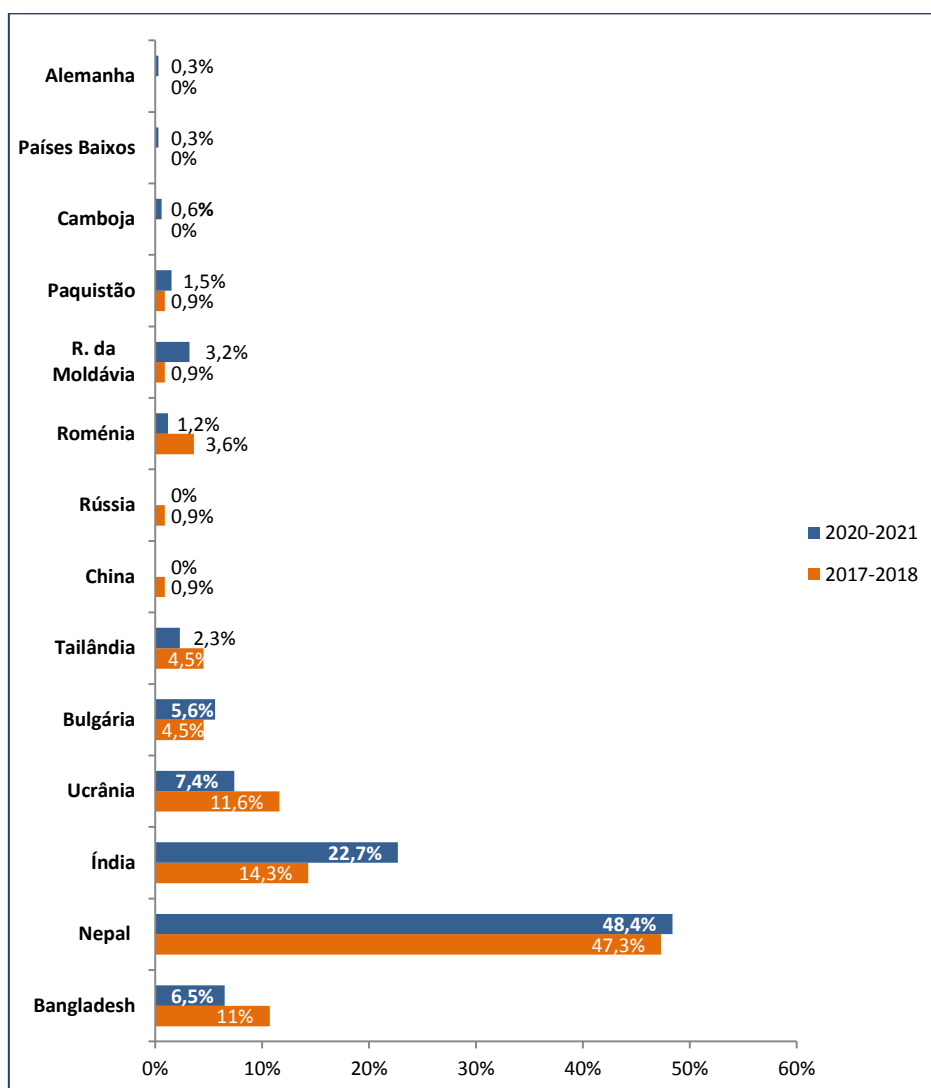
País de origem	2017-2018		2020-2021	
	H	M	H	M
Bangladesh	12	0	7	14
Nepal	41	12	114	42
Índia	12	4	63	10
Ucrânia	10	3	13	11
Bulgária	1	4	3	15
Tailândia	3	2	5	2
China	0	1	0	0
Rússia	0	1	0	0
Roménia	2	2	2	2
R. da Moldávia	1	0	4	6
Paquistão	1	0	5	0
Camboja	0	0	1	1
Países Baixos	0	0	0	1
Alemanha	0	0	1	0
Total	83	29	218	104

Fonte: Agrupamento de Escolas de S. Teotónio

Observando a tabela da figura 75, constata-se que no ano letivo de 2017-2018, o maior número de inscrições se verificou entre os cidadãos de nacionalidade nepalesa (53), seguidos dos cidadãos de origem indiana (16), dos ucranianos (13), dos do Bangladesh (12), enquanto

nacionalidades com mais expressão. No ano letivo de 2020-2021, o número de cidadãos inscritos aumentou, tanto ao nível dos migrantes do género masculino, como do género feminino. Os cidadãos nepaleses continuaram a registar o maior número de inscritos (156), seguidos pelos indianos (73), pelos cidadãos ucranianos (24), pelos do Bangladesh (21) e pelos migrantes búlgaros (18). Das restantes nacionalidades as participações são residuais.

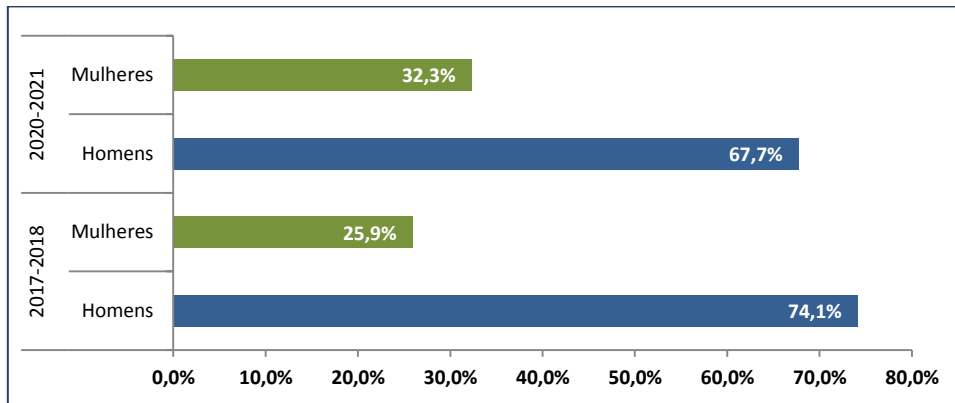
Figura 76 - Percentagem de cidadãos estrangeiros inscritos na formação Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), segundo o seu país de origem, nos anos letivos de 2017-2018 e 2020-2021



Fonte: Agrupamento de Escolas de S. Teotónio

No gráfico da figura 76, pode-se confirmar nos anos letivos em análise, quais os estrangeiros que mais beneficiaram desta medida facilitadora da aprendizagem da língua portuguesa promovida pelo Ministério da Educação: são os nepaleses, os indianos, os ucranianos, os bengali, os búlgaros e os tailandeses. Têm pouca expressão de participação as restantes nacionalidades.

Figura 77 - Percentagem de cidadãos estrangeiros inscritos na formação Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), segundo o género, nos anos letivos de 2017-2018 e 2020-2021



Fonte: Agrupamento de Escolas de S. Teotónio

Na aprendizagem da língua portuguesa predominam os homens (género com maior presença no território), sendo por isso muito significativo e de valorizar os valores de frequência das mulheres, onde inclusivamente se observa um acréscimo da frequência.

Figura 78 - Nº de cidadãos estrangeiros residentes no concelho de Odemira, que obtiveram o certificado do nível de proficiência A2 na formação de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), segundo o seu país de origem e género, nos anos letivos de 2017/2018 e 2019/2020

País de origem	2017-2018		2019-2020	
	H	M	H	M
Ucrânia	3	0	2	1
Paquistão	1	0	0	0
Nepal	2	0	9	5
R. Moldávia	0	0	2	2
Honduras	0	0	0	1
Bulgária	0	0	0	3
Bangladesh	0	0	1	0
Índia	0	0	1	0
Total	6	0	15	12

Fonte: Agrupamento de Escolas de S. Teotónio

Nota: No ano letivo 2019-2020, a formação decorreu também no Agrupamento de Escolas de Odemira, perfazendo nesse ano um total de 44 certificações.

Na tabela da figura 78, pode-se verificar o número de cidadãos que concluíram e obtiveram a certificação de nível A2. Nos dois anos letivos em análise, os valores são muito baixos em relação aos da frequência dos cursos. Indiciando elevados índices de abandono e/ou insucesso.

O Projeto ST E7G, além das diversas ações que promoveu junto das crianças e jovens migrantes, desenvolveu igualmente a ação “Português para Tod@_ST”, dirigido a adultos migrantes, que de uma forma informal, contribuiu para alargar os conhecimentos de língua

portuguesa dos pais das crianças que acompanha, de forma a facilitar a sua integração na comunidade local. Esta ação procurou promover a aprendizagem do português e da cultura portuguesa através do apoio prestado na resolução de situações apresentadas pelos próprios cidadãos migrantes, que simultaneamente, ficaram a conhecer procedimentos e modos de funcionamento dos vários serviços locais existentes. Para esta ação não foi prevista qualquer tipo de certificação.

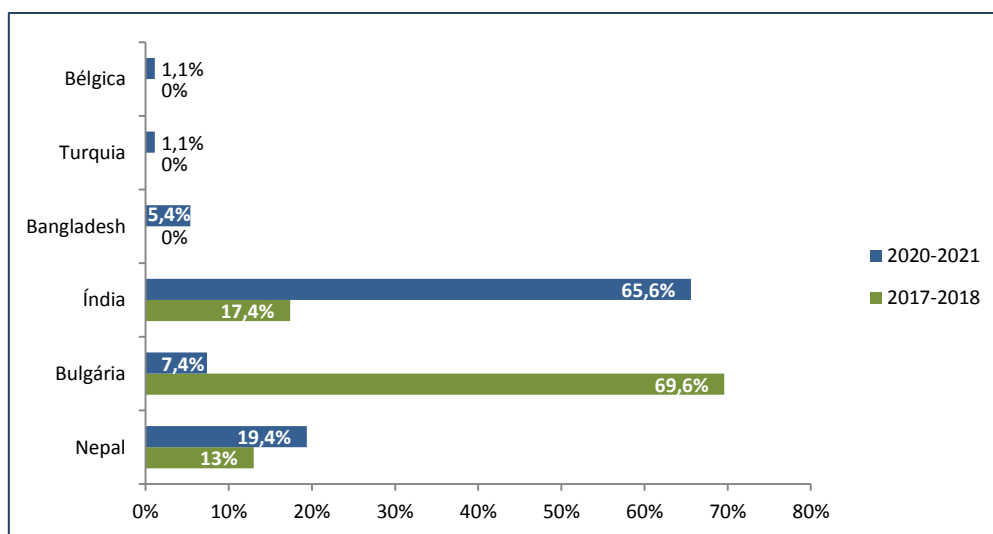
Figura 79 - Nº de cidadãos estrangeiros inscritos na ação “Português para Tod@_ST”, segundo o seu país de origem e género, nos anos letivos de 2017-2018 e 2020-2021

País de origem	2017-2018		2020-2021	
	H	M	H	M
Nepal	2	1	13	5
Bulgária	11	5	6	1
Índia	4	0	44	17
Bangladesh	0	0	4	1
Turquia	0	0	0	1
Bélgica	0	0	1	0
Total	17	6	68	25

Fonte: Projeto ST E7G- TAIPA

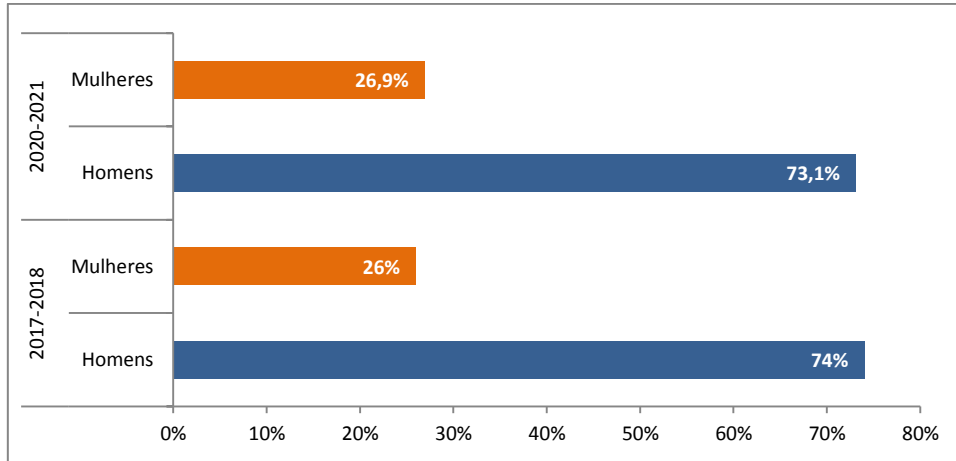
Observando a tabela da figura 79, pode-se observar que o número de inscritos aumenta muito significativamente ao longo dos anos, predominando no ano letivo de 2020-2021 os indianos e os nepaleses, confirmando a regra destas nacionalidades estrangeiras com presença dominante no concelho neste período. Esta tendência confirma-se percentualmente, no gráfico da figura 80.

Figura 80 - Percentagem de cidadãos estrangeiros inscritos na ação “Português para Tod@_ST”, segundo o seu país de origem, nos anos letivos de 2017-2018 e 2020-2021



Fonte: Projeto ST E7G- TAIPA

Figura 81 - Percentagem de cidadãos estrangeiros inscritos na “Português para Tod@_ST”, segundo o género, nos anos letivos de 2017-2018 e 2020-2021



Fonte: Projeto ST E7G- TAIPA

Já relativamente ao género (tabela da figura 81), a variação percentual mantém-se ao longo dos anos analisados, sendo que a frequência do género feminino ronda em média 1/4 do total de participantes.

Figura 82 - Levantamento de dados qualitativos na área de Capacitação e Formação

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
Limitações à frequência das formações de Português Para Todos (PPT)	As formações de Português Para Todos (PPT) são dirigidas a migrantes com a sua situação de permanência em Portugal legalizada	
Insuficiente cobertura dos cursos de Português Para Todos (PPT) no concelho	Grande quantidade de cidadãos migrantes presentes no território População migrante muito volátil (constantemente chegam novos migrantes ao concelho e outros partem)	A implementação de algumas ações de Português Para Todos (PPT), promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e os cursos de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), pelo Agrupamento de Escolas de S. Teotónio

2.4.6. Cultura

A presença de várias comunidades migrantes no nosso território é acompanhada do aumento da diversidade étnica e do conhecimento de patrimónios culturais oriundos de outras geografias do Mundo. Esta diversidade manifesta-se de várias formas: presença de estabelecimentos de comércio étnico, variedade das formas de vestuário, cheiros e sabores das comidas tradicionais de diferentes regiões do mundo, sonoridades das línguas que se ouvem nas ruas e noutros espaços públicos, variedade da música e de outras formas de expressão artística e cultural, vindas de diferentes pontos do globo. A dimensão cultural constitui, muitas vezes, o centro de conflitos e de choque entre culturas, mas também é nela que se abrem possibilidades para os superar. Entidades públicas e privadas, principalmente do terceiro setor, escolas e associações culturais, podem contribuir para uma interculturalidade rica e saudável, capaz de mobilizar a compreensão e a aceitação da comunidade de acolhimento.

No nosso concelho já existem algumas iniciativas que contribuem para o conhecimento e respeito por diferentes culturas, nas suas diversas formas de expressão, promovidas pelas autarquias, por associações de artistas, por uma organização de desenvolvimento local, pelo movimento associativo e algumas Juntas de Freguesia do concelho.

Também a programação cultural promovida pela Câmara Municipal de Odemira contempla produtores/artistas de várias origens e nacionalidades, em vários eventos dinamizados nomeadamente:

(1) o Festival TassJazz, teve em 2019 a sua 16ª edição e acontece anualmente na primeira semana de julho, em Odemira. Oferece um programa de alta qualidade e diversidade no meio internacional do jazz. Esta é uma aposta da autarquia para diversificar e qualificar a oferta cultural da região. O Município procura não só trazer artistas portugueses, como estrangeiros, de forma a enriquecer e valorizar a diversidade cultural. O público é diverso e constituído por cidadãos de várias nacionalidades.

(2) o Festival Sete Sóis, Sete Luas, é uma rede cultural que existe há vários anos, numa partilha de espetáculos e exposições de artistas que acontece em 30 cidades e vilas de 11 países do Mediterrâneo e do Mundo lusófono. O Festival Internacional Sete Sóis Sete Luas, celebrou em 2019 a sua 27ª edição em Odemira, sendo um festival que promove o princípio da interculturalidade e intercâmbio entre povos, da cidadania e da paz, através da mensagem artística numa comunhão ecuménica.

(3) O Festival Terras Sem Sombra desenvolvido nos últimos anos destaca-se igualmente enquanto promotor da diversidade cultural, ambiental e patrimonial do Alentejo. Envolve anualmente o intercâmbio cultural com um país estrangeiro convidado e apresenta um programa com um conjunto de espetáculos de música clássica na sua grande maioria com artistas estrangeiros provenientes de várias regiões do Mundo.

(4) Na restante programação anual municipal, nomeadamente nos espetáculos apresentados no Cineteatro Camacho Costa, bem como nas atividades culturais que acontecem no âmbito da Feira das Atividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira (FACECO), que acontece anualmente em S. Teotónio, com cerca de 25 mil visitantes, a programação inclui diversas apresentações artísticas que realçam a interculturalidade e a partilha de experiências artísticas diferenciadas.

Neste âmbito cultural, destaca-se igualmente no território o Projeto Giramundo, cuja entidade executora é a TAIPA. É fruto de uma candidatura aprovada pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), o qual cofinancia 75% do valor total elegível do Projeto e os restantes 25% são cofinanciados por empresas agrícolas implementadas no concelho. Foi constituído um consórcio formado por estas entidades financiadoras e por outras não financiadoras que monitorizam o desenvolvimento do projeto, no qual a Câmara Municipal de Odemira também participa, juntamente com Juntas de Freguesia.

O Giramundo iniciou-se a 1 de junho de 2017 e terminou no final de maio de 2020.

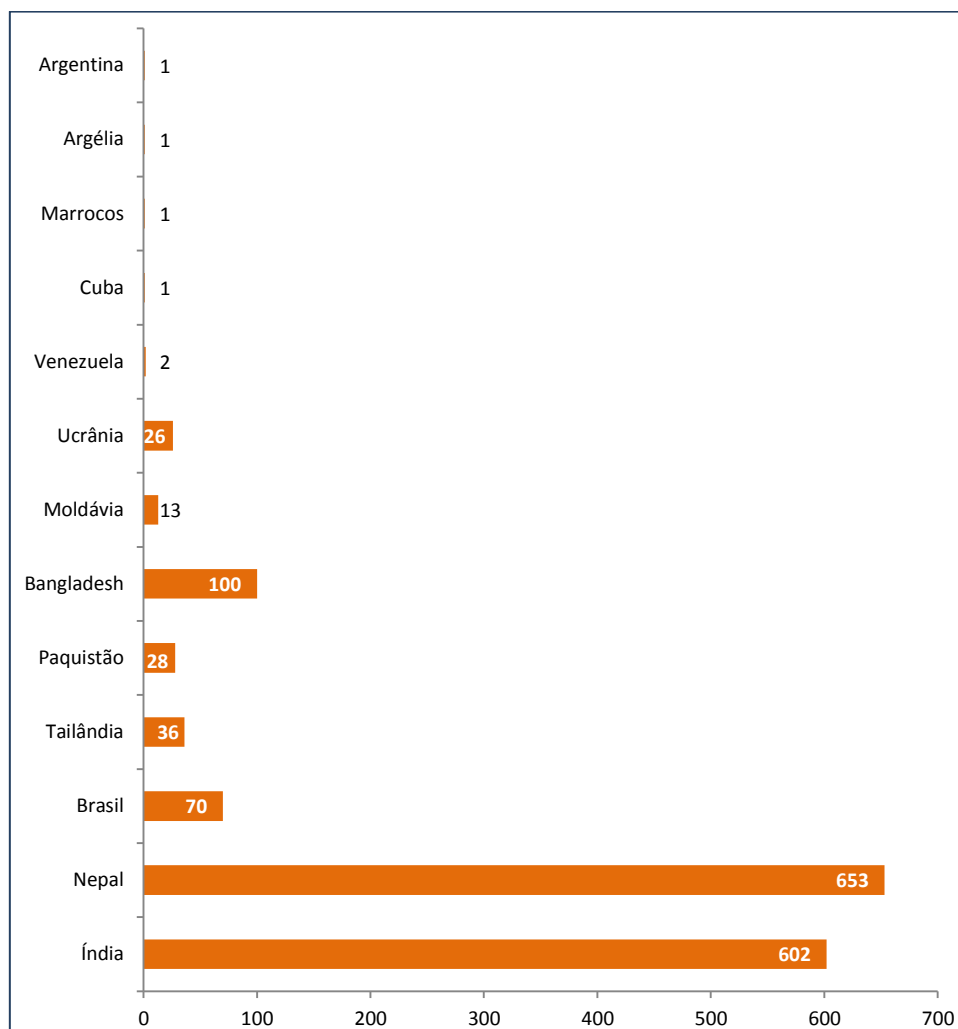
O Projeto, iniciado em 2017, teve como objetivo contribuir para a integração de cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) que residem, estudam e/ou trabalham no concelho de Odemira, através do desenvolvimento de atividades e do envolvimento, tanto dos atores locais, como do público-alvo do Projeto. Tem como metodologia o desenvolvimento de atividades de âmbito cultural, recreativo e desportivo, encontrando-se numa segunda edição- Giramundo II.

São exemplos de atividades desenvolvidas pelo Projeto, as seguintes:

1. *Workshops* de Integração, relativos a temas como a Saúde, a Prevenção Rodoviária, a Lei da Imigração, a Conduta Moral, o Ambiente, a Educação e Língua.
2. Vídeo de Integração, traduzido em três línguas, cuja função principal foi sistematizar a informação trabalhada na componente anterior.
3. Comemoração dos Dias Nacionais dos países de origem das comunidades migrantes com maior expressão no território (Nepal, Índia, Brasil, Ucrânia, Bangladesh e Portugal).
4. Promoção de um Campeonato Tri-Desportivo em três diferentes modalidades, críquete, futebol e andebol. As equipas constituídas foram obrigatoriamente multiculturais e assim, promotoras do convívio entre diferentes culturas.
5. Realização de um Ciclo de Cinema Documental sobre o tema da Interculturalidade dirigido a adultos e a crianças.
6. À Descoberta do Concelho, foi uma atividade que implicou a organização de um roteiro de viagens pelo concelho. Estas viagens, tiveram como guias, cidadãos portugueses reformados da localidade/zona a visitar, ou dirigentes das associações locais.
7. Integrar pela Arte, uma atividade que desenvolveu *ateliers* de várias expressões artísticas, como a dança, a pintura, o teatro e a música., cujo tema central é a Interculturalidade.

8. A criação de um Boletim, com distribuição mensal, em português e traduzido para inglês, com a seguinte tipologia de informação: agenda de eventos do Projeto e do concelho, informações sobre as políticas locais e nacionais de interesse para as comunidades migrantes, *flashs* retirados dos temas dos *workshops*, uma coluna com artigos de interesse redigida por cidadãos migrantes e informações relativas ao Centro Local para a Integração de Migrantes (CLAIM).

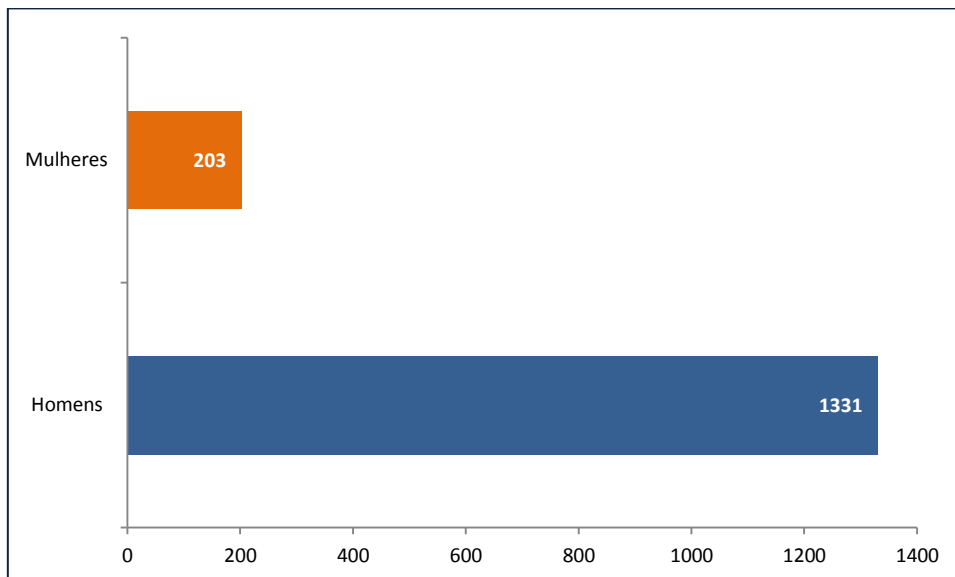
Figura 83 - Nº de cidadãos estrangeiros que participam no Projeto Giramundo, segundo o seu país de origem, entre junho de 2017 e maio de 2020



Fonte: Projeto Giramundo – TAIPA

Durante a vigência do Projeto, já participaram nas ações, cidadãos migrantes de diversas nacionalidades, num total de 1534, sendo a participação dos migrantes asiáticos a mais relevante, dado serem estes os migrantes com mais expressão no concelho. Destes, destacam-se os nepaleses e os indianos como os que participaram mais ativamente nas diversas atividades desenvolvidas.

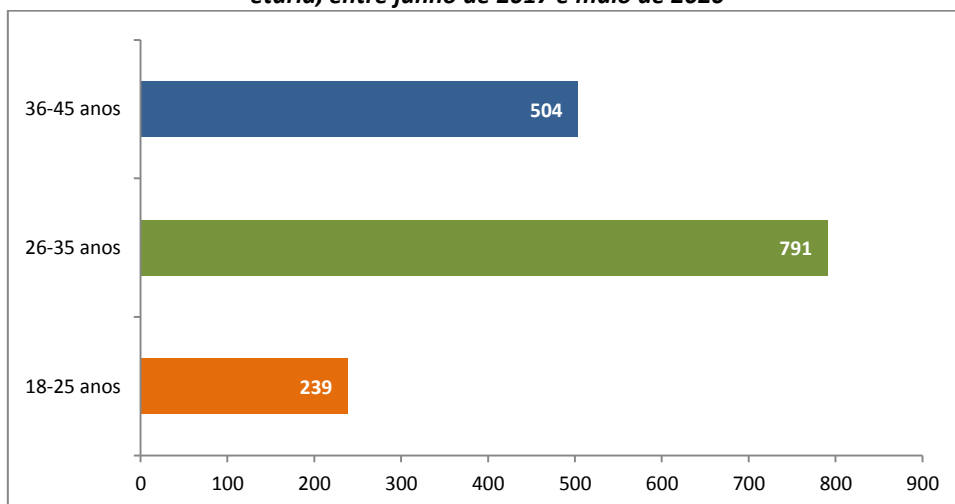
Figura 84 - Nº de cidadãos estrangeiros que participam no Projeto Giramundo, segundo o género, entre junho de 2017 e maio de 2020



Fonte: Projeto Giramundo – TAIPA

Sendo a população migrante do concelho maioritariamente masculina, a maior parte dos participantes do Projeto são homens, conforme atesta o gráfico da figura 84. As mulheres, por serem em menor número e por razões culturais, têm uma presença menos significativa.

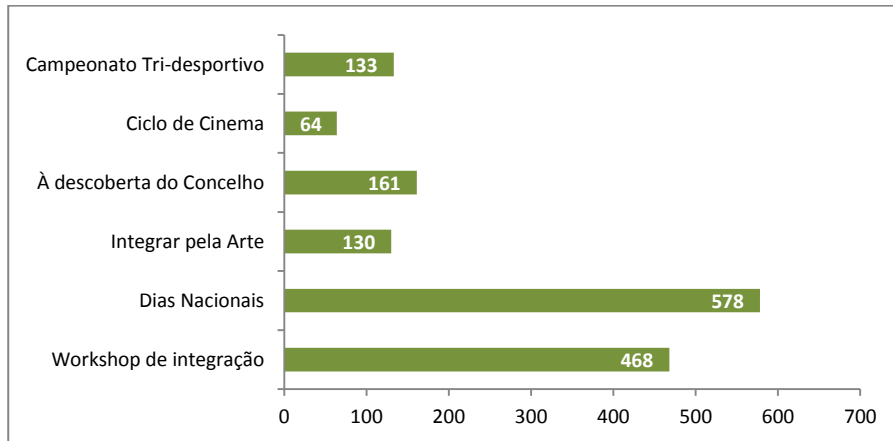
Figura 85 - Nº de cidadãos estrangeiros que participam no Projeto Giramundo, segundo a sua faixa etária, entre junho de 2017 e maio de 2020



Fonte: Projeto Giramundo – TAIPA

Também no gráfico da figura 85, se observa que as faixas etárias mais participativas nas atividades promovidas, foram as situadas entre os 26-35 anos, logo seguida dos 35-45 anos. Entre os 18-25 anos a participação foi menor.

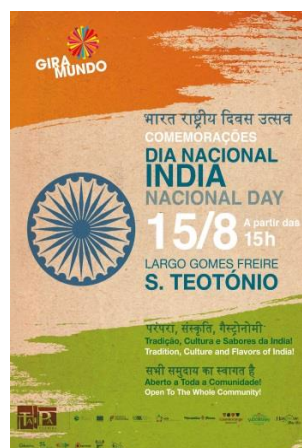
Figura 86 - Nº de cidadãos estrangeiros que participam no Projeto Giramundo, segundo o tipo de ação, entre junho de 2017 e maio de 2020



Fonte: Projeto Giramundo – TAIPA

O gráfico da figura 86, evidencia que a ação “Dias Nacionais” foi a atividade mais participada, logo seguida dos “Workshops de Integração”. As restantes atividades apesar de apresentarem um número menor de participantes, revelam, no entanto, a adesão e o interesse por parte da população migrante. Atualmente, está a ser desenvolvido o Projeto Giramundo II, até dezembro de 2022, o qual mantém a sua génese e ações que promovem a integração através da cultura e do desporto.

Figura 87 - Cartaz de divulgação da atividade “Dias Nacionais” (Dia Nacional da Índia) realizada em 2019



Fonte: Taipa - Projeto Giramundo

Ainda referindo outros projetos executados pela TAIPA, é de mencionar o Projeto ST-E7G, financiado pelo Programa Escolhas que, nesta área de intervenção, importa destacar uma das suas ações: a Banda ST All Stars.

Esta banda multicultural, é constituída por crianças, jovens e adultos de várias nacionalidades, que exploram diversos estilos musicais, compõem a música e a letra de algumas das canções que apresentam nas mais diversas línguas, divulgando os aspetos culturais mais distintivos de cada cultura dos seus membros, incluindo os portugueses.

Figura 88 - Atuação da Banda ST All Stars na Conferência “Pensar Interculturalidade: Gentes e Cenários realizada em 2019, na localidade de Odemira



Fonte: Município de Odemira

Estando as entidades que compõem a Comissão Local para a Interculturalidade (CLI) disponíveis para colaborar na divulgação e comemoração de eventos importantes para as comunidades migrantes presentes no território, organizaram-se o Festival Holi e a comemoração do Ano Novo Nepalês, numa organização conjunta com cidadãos migrantes. Estas atividades tiveram a presença de representantes do Consulado do Nepal, da Câmara Municipal de Odemira, de empresas agrícolas e de entidades da sociedade civil, tendo sido muito participada pelas comunidades portuguesa e estrangeira.

Figura 89 - Festival Holi, celebrado em 2019, na localidade de Zambujeira do Mar



Fonte: Município de Odemira

Com o objetivo de atenuar o desconhecimento que as comunidades migrantes demonstram sobre aspetos culturais locais, costumes e regras de conduta, e simultaneamente, partilhar com a sociedade de acolhimento aspetos culturais diferentes, a RIO - Rádio Internacional Odemira, criou o Programa radiofónico ROHIT, com emissão *online*, dirigido às comunidades asiáticas e local. A locução deste Programa é realizada por um cidadão de nacionalidade indiana, o qual transmite informações importantes que colaboram para a integração dos seus concidadãos, dando a conhecer iniciativas, projetos, nomeadamente, os objetivos do Plano Municipal para o Integração de Migrantes, e outras de carácter mais prático, como o acesso à saúde, o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), apoios de que podem beneficiar através do Instituto da Segurança Social e outros serviços prestados por entidades da sociedade civil (GAVA- Gabinete de Apoio à Vítima, o Centro de Respostas Integradas (CRI), e outras disponibilizadas pela Rede Social de Odemira).

A comemoração do Dia da Interculturalidade, promovido pela Comissão Local para a interculturalidade (CLI), é outro momento privilegiado de partilha e de conhecimento de novas culturas, durante o qual as comunidades migrantes e a local têm a oportunidade de se encontrar e conhecer. Neste evento, realça-se a gastronomia tradicional das nacionalidades mais representativas no território, a par da portuguesa, as danças e os cantares, os jogos desportivos, os contos tradicionais.

O Dia da Interculturalidade é comemorado na comunidade, em geral, mas também em contexto escolar. Neste último, assume um significado ainda mais especial, uma vez que estamos a promover o respeito e a tolerância por diversas culturas no processo educativo das

crianças e dos jovens, contribuindo para a construção futura de uma sociedade mais recetiva e inclusiva no concelho

Figura 90 - Comemoração do Dia da Interculturalidade em 2019, na localidade de S. Miguel



Fonte: Município de Odemira

Figura 91 - Comemoração do Dia da Interculturalidade em 2019, no Colégio N. Sra. da Graça, na localidade de Vila Nova de Milfontes



Fonte: Município de Odemira

Figura 92 - Levantamento de dados qualitativos na área de Cultura

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES PONTOS FORTES
A comunidade de acolhimento não se preocupa em respeitar as datas festivas das culturas mais representativas no concelho	Os cidadãos locais desconhecem a maior parte das comemorações significativas para as comunidades migrantes.	Algumas empresas agrícolas respeitam as datas das festividades mais importantes dos trabalhadores migrantes e promovem, em colaboração com os trabalhadores, as respetivas comemorações. Alguns cidadãos locais já participaram na comemoração dos Dias Nacionais de alguns países, no Festival Holi, nos Dias da Interculturalidade e na comemoração do Ano Novo Nepalês
As propostas culturais existentes, à luz das referências culturais dos cidadãos migrantes, são consideradas pelos mesmos como insignificantes e pouco relevantes	A comunidade migrante desconhece a maior parte das atividades culturais realizadas no concelho A divulgação dos eventos culturais ainda não é traduzida A reduzida participação da comunidade migrante na vida cultural do concelho	Boletim Giramundo Programa de Rádio Giramundo Programa ROHIT da RIO—Rádio Internacional Odemira

2.4.7. Saúde

A equidade deverá ser um dos princípios fundamentais de qualquer sistema de saúde.

A Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 1946 definiu que “os mais elevados padrões de saúde devem estar ao alcance de todos, sem distinção de raça, religião, orientação política económica ou condição social.” O conceito de equidade em saúde, da Organização Mundial de Saúde (OMS), implica a justa distribuição dos recursos necessários para a saúde, o justo acesso às oportunidades disponíveis, e a igualdade de apoio oferecido às pessoas quando se encontram doentes. (World Health Organization, 2006).

Igualmente, a Constituição da República Portuguesa estabelece no seu artigo 64º que:

“1. Todos têm direito à proteção da Saúde e o dever de a defender e promover.

2. O direito à Proteção da Saúde é realizado:

a) Através de um Serviço Nacional de Saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais do cidadão, tendencialmente gratuito (...)

3. Para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:

a) Garantir o acesso de todos os cidadãos (...);

b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país (...).”

A Lei de Bases da Saúde, Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro, também destaca no Anexo, Base 1, número 1 e Base 2, nº 1, alínea a), o direito de todos os cidadãos aos Cuidados de Saúde e a Proteção da Saúde com respeito pelos princípios da igualdade, não discriminação, confidencialidade e privacidade, respetivamente. Ou seja, a universalidade e o carácter geral do Serviço Nacional de Saúde (SNS) Português são de novo realçados na Lei de Bases da Saúde.

O acesso não equitativo aos serviços de Saúde é um dos fatores que mais potencia as desigualdades. Por norma, são os grupos sociais mais desfavorecidos que mais dificuldades e obstáculos encontram no acesso aos serviços de Saúde, como é o caso dos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT).

Tendo em conta que a Saúde se assume como um fator de fundamental importância para garantir a plena integração dos migrantes, é essencial que os meios de Saúde existentes sejam disponibilizados na medida das necessidades do cidadão estrangeiro e, independentemente, das suas condições económicas, sociais e/ou culturais, em igualdade de tratamento com todos os beneficiários do Sistema Nacional de Saúde (SNS).

Isto significa que, qualquer migrante que se encontre em território nacional e se sinta doente, ou precise de algum tipo de cuidados de saúde, tem o direito a ser assistido em qualquer Unidade de Saúde Pública, sem que esses serviços se possam recusar a assisti-lo com base em

quaisquer razões relacionadas com a nacionalidade, a ausência de meios económicos, falta de legalização ou quaisquer outras.

Segundo o Despacho nº 25360/2001 de 12 de dezembro, todos os cidadãos estrangeiros que residam legalmente em Portugal, têm acesso aos cuidados de Saúde e à assistência medicamentosa prestados pelas instituições e serviços que constituem o Sistema Nacional de Saúde (SNS). Para tal, os cidadãos devem inscrever-se nos Serviços de Saúde da sua área de residência, mediante a apresentação do documento comprovativo de Autorização de Permanência /Residência em território nacional ou do Visto de Trabalho.

Figura 93 – Quantidade de Números de Utente atribuídos a cidadãos migrantes no concelho de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019

País de origem	Nº Números Utente		
	2014	2017	2019
Índia	32	289	644
Nepal	56	323	486
Bangladesh	10	58	85
Brasil	22	42	73
Tailândia	110	88	59
Alemanha	106	47	58
Reino Unido	25	26	47
Ucrânia	10	87	45
Holanda	27	20	32
Bulgária	163	61	24
França	56	12	19
Paquistão	4	11	16
Bélgica	17	3	16
Israel	3	13	12
Moldávia	7	6	10
Itália	19	10	7
Irlanda	5	1	7
Roménia	59	13	7
Espanha	57	10	6
Suécia	2	1	6
Cuba	11	4	6
Outros (49 países)	79	52	55
Total	880	1177	1720

Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Durante o ano de 2014, foram atribuídos 880 Números de Utente a cidadãos migrantes.

Os cidadãos a quem mais foram atribuídos, foram aos originários da Bulgária (163), seguidos pelos migrantes tailandeses (110) e pelos cidadãos alemães, aos quais foram atribuídos 106.

Já em 2017, foram concedidos mais Números de Utente a cidadãos nepaleses e indianos num total de 612. Na totalidade, neste ano, emitiram-se 1177 Números de Utente.

No ano de 2019, foram concedidos um total de 1720 Números de Utente, continuando a predominar as nacionalidades indiana e nepalesa. Tendo em conta que, no mesmo ano, residiam no concelho de Odemira 8157 estrangeiros com estatuto legal de residente, a quantidade de Números de Utente atribuídos está muito aquém de englobar o universo da população migrante legalizada presente no território.

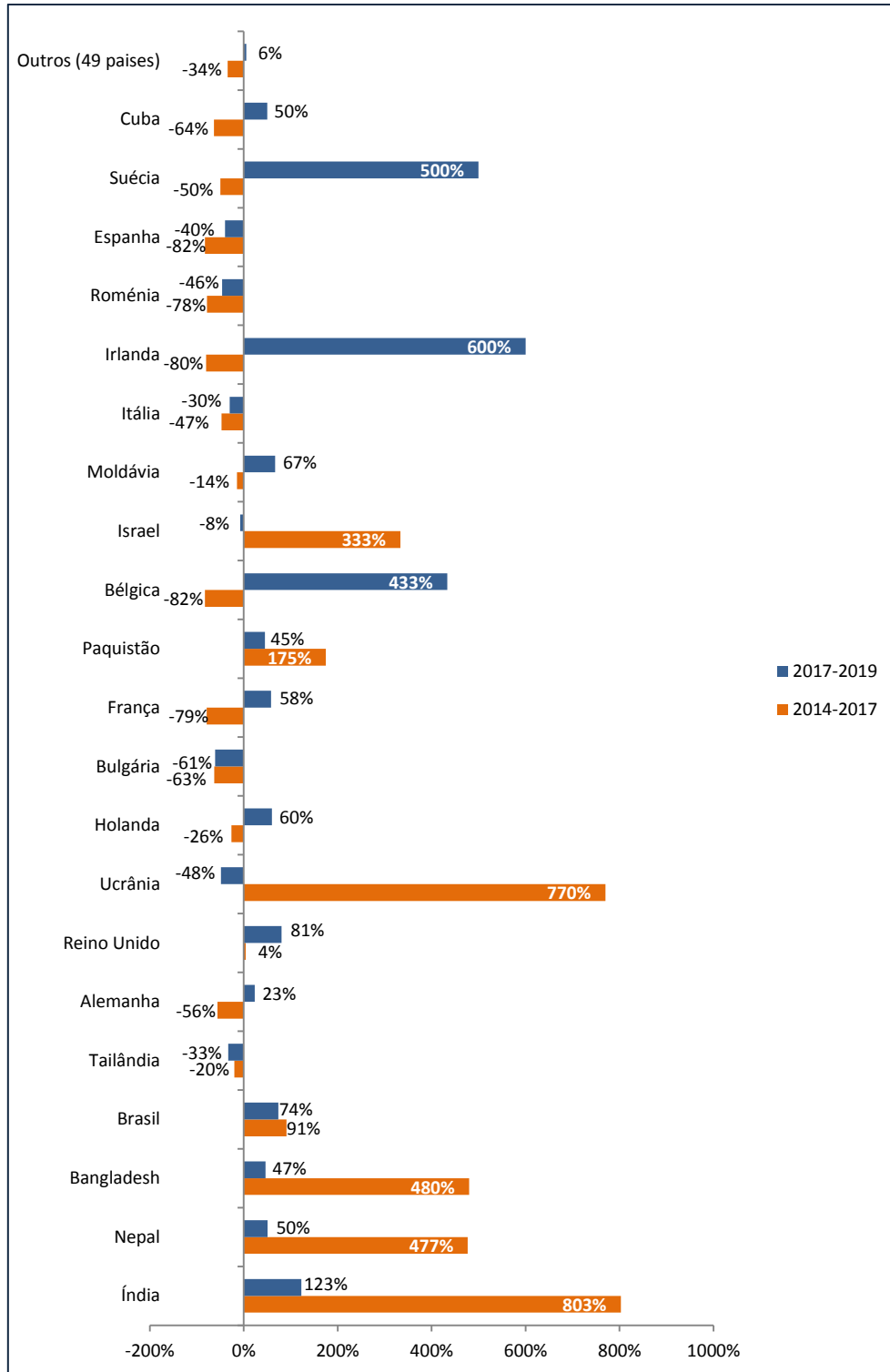
O gráfico da figura 94, além de nos mostrar a variação percentual da quantidade de Números de Utente atribuídos nos anos de 2014-2017 e 2017-2019, dá-nos a possibilidade de perceber a volatilidade da população migrante no concelho, revelando a mutabilidade do fenómeno migratório num período relativamente curto de tempo.

Como exemplo, pode-se referir o caso relativo ao número de números de utente concedidos aos cidadãos migrantes ucranianos, que entre 2014 e 2017 o valor aumentou 770% e no período compreendido entre 2017 e 2019 diminuiu 48%.

Quanto à atribuição a cidadãos originários da Irlanda, da Suécia e da Bélgica, o valor referente ao período em análise, 2014-2017 diminuiu (80%, 50% e 82% respetivamente) e no período compreendido entre 2017 e 2019 aumentou 600%, 500% e 433%.

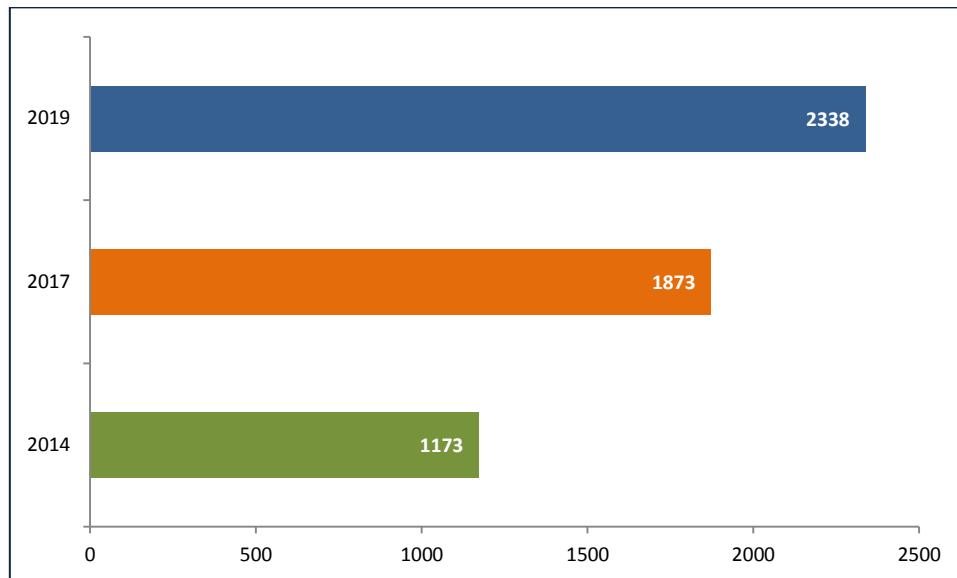
No que concerne ao número atribuído a migrantes asiáticos aumentou, nos dois períodos em análise, com exceção dos emitidos a migrantes tailandeses que diminuiu (20% entre 2014-2017 e 33%, entre 2017 e 2019). Foi no período compreendido entre 2014 e 2017 que se verificou um grande aumento dos Números de Utente atribuídos a migrantes oriundos de alguns países asiáticos (a cidadãos indianos aumentou 803%, do Bangladesh, 480% e do Nepal, 477%).

Figura 94 - Variação percentual da quantidade de Números de Utente atribuídos a cidadãos migrantes no concelho de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019



Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

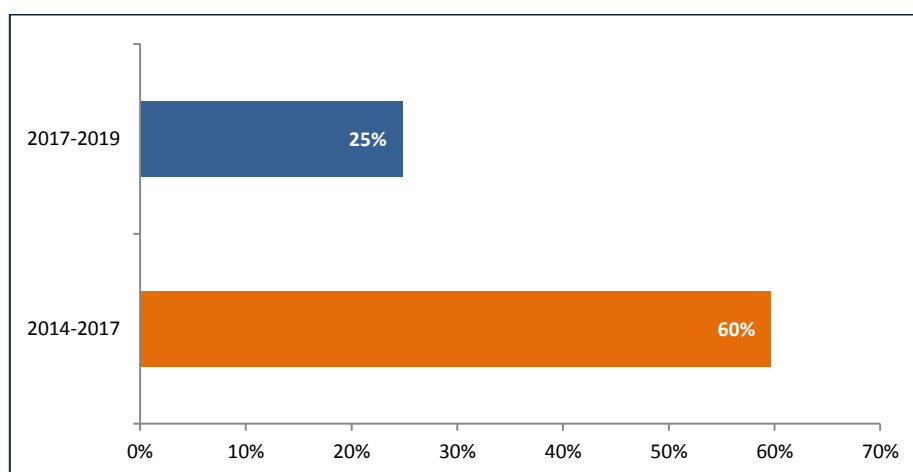
Figura 95 - Nº de cidadãos migrantes com médico de família atribuído no Centro de Saúde de Odemira, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Como se pode observar no gráfico da figura 95, tendo como referência os anos de 2014, 2017 e 2019, o número de cidadãos migrantes com médico de família atribuído aumentou progressivamente, o que traduz um bom indicador, sendo este um problema estruturante para a generalidade da população residente no concelho de Odemira.

Figura 96 - Variação percentual do nº de cidadãos migrantes com médico de família atribuído no Centro de Saúde de Odemira, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019



Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Segundo o gráfico da figura 96, entre 2014 e 2017 o número de migrantes com médico de família aumentou 60% e entre 2017 e 2019 aumentou 25%, embora não sendo suficiente para acompanhar, com já referido anteriormente, o acréscimo de população migrante residente no concelho.

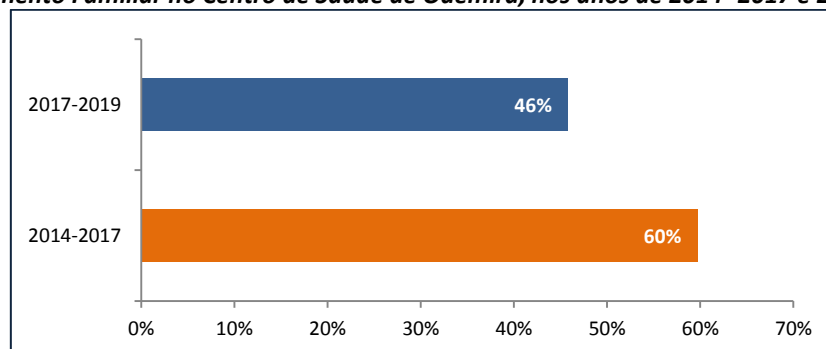
Figura 97 - Nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Planeamento Familiar no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019

País de origem	2014	2017	2019
Bulgária	8	18	7
Alemanha	12	6	13
Brasil	5	15	24
Ucrânia	1	3	0
Roménia	1	0	0
Holanda	3	0	0
Reino Unido	2	1	6
Nepal	0	20	45
Índia	0	17	37
Bangladesh	0	0	10
Outros (83 países)	87	110	135
Total	119	190	277

Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Nos anos em análise, assistiu-se a um aumento progressivo do número de consultas de Planeamento Familiar realizadas a famílias migrantes, o que traduz um indicador muito positivo, dado significar um aumento do reagrupamento familiar no concelho, para além da preocupação com o planeamento da natalidade, prática nem sempre consentânea com a cultura de alguns países de origem asiática.

Figura 98 - Variação percentual do nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Planeamento Familiar no Centro de Saúde de Odemira, nos anos de 2014- 2017 e 2017-2019



Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Como se pode verificar, num dos períodos em observação, 2014-2017, o número de migrantes acompanhados em consultas de Planeamento Familiar aumentou 60% e no período correspondente a 2017-2019, aumentou 46%.

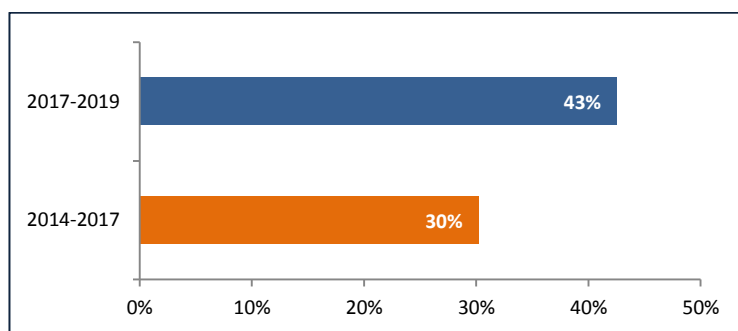
Figura 99 - Nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Saúde Materna no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019

País de origem	2014	2017	2019
Bulgária	26	25	6
Alemanha	4	7	6
Brasil	3	13	13
Ucrânia	5	3	0
Roménia	6	0	0
Holanda	1	0	0
Reino Unido	2	4	3
Nepal	0	15	50
Índia	0	12	47
Bangladesh	0	0	11
Outros (83 países)	92	102	122
Total	139	181	258

Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

A tabela da figura 99, realça também um acompanhamento crescente das mulheres grávidas migrantes. Desde 2014, com a predominância das mulheres búlgaras na procura da especialidade e até em 2019, já com uma maior procura pelas grávidas de origem nepalesa e indiana, verifica-se um aumento progressivo ao longo dos anos em análise, da procura deste serviço pelas migrantes, garantindo o tão necessário e importante acompanhamento na gestação.

Figura 100 - Variação percentual do nº de cidadãs migrantes acompanhadas em consultas de Saúde Materna no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Como se pode observar no gráfico da figura 100, o número de cidadãs migrantes acompanhadas em consultas de Saúde Materna tem vindo a aumentar consideravelmente.

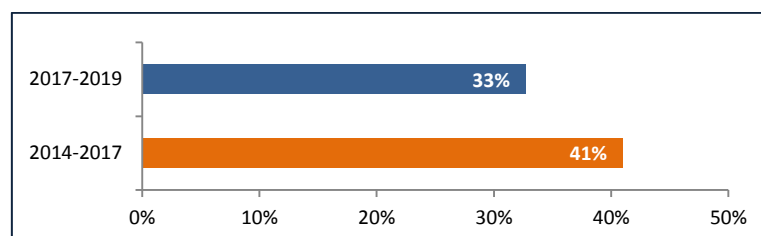
Figura 101 - Nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Saúde Infantil no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019

País de origem	2014	2017	2019
Bulgária	39	45	32
Alemanha	12	8	16
Brasil	4	10	24
Ucrânia	5	9	0
Roméia	2	0	0
Holanda	3	0	0
Reino Unido	2	1	4
Nepal	0	10	35
Índia	0	15	42
Bangladesh	0	0	7
Outros (83 países)	89	122	132
Total	156	220	292

Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Igual tendência se evidencia no acesso a consultas de Saúde Infantil que têm vindo a aumentar progressivamente, conforme atesta o gráfico da figura 101, representando também um importante indicador de Saúde junto das comunidades migrantes.

Figura 102 - Variação percentual do nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Saúde Infantil no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019



Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Entre os anos de 2014 e 2017, o número de crianças/jovens estrangeiros que frequentaram as consultas de Saúde Infantil aumentou 41%, enquanto que no período seguinte, entre 2017 e 2019, aumentou 33%.

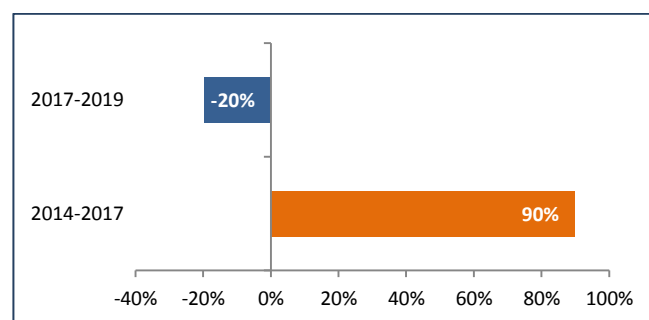
Figura 103 - Nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019

País de origem	2014	2017	2019
Bulgária	202	272	133
Alemanha	60	59	51
Brasil	29	65	77
Ucrânia	25	58	0
Roménia	11	0	0
Holanda	16	0	0
Reino Unido	18	33	51
Nepal	0	88	57
Índia	0	70	53
Bangladesh	0	0	33
Outros (83 países)	142	310	313
Total	503	955	768

Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Já no que concerne às consultas de Medicina Geral e Familiar (tabela da figura 103), a tendência de crescimento manifesta-se até 2017, sofrendo uma diminuição em 2019. São os búlgaros ainda residentes no concelho, os que mais acedem ao serviço neste ano. Os números de consulta apresentados são mínimos considerando o total de migrantes legalizados presentes no território em 2019 (8157), mais sabendo-se que, para além destes, existe um número não estimado em processo de legalização que também reside no concelho.

Figura 104 - Variação percentual do nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019



Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Entre 2014 e 2017, segundo o gráfico da figura 104, o número de cidadãos estrangeiros atendidos nas consultas de Medicina Geral e Familiar aumentou 90% e no período referente a 2017-2019 assistiu-se a um decréscimo na ordem dos 20%.

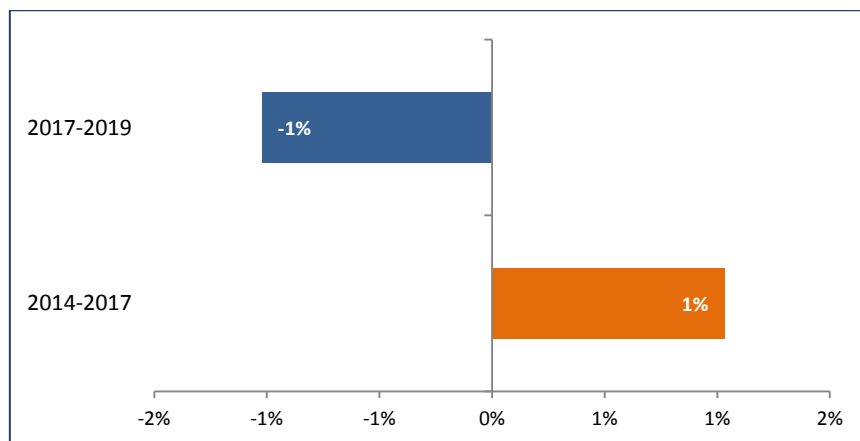
Figura 105 - Nº de cidadãos migrantes acompanhados no Serviço de Atendimento Social no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019

País de origem	2014	2017	2019
Bulgária	2	2	1
Alemanha	3	3	1
Brasil	2	1	2
Ucrânia	1	1	0
Roménia	2	0	0
Holanda	1	0	0
Reino Unido	1	1	1
Nepal	0	3	1
Índia	0	2	3
Bangladesh	0	0	1
Outros (83 países)	85	85	87
Total	97	98	97

Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

A tabela da figura 105, evidencia que os migrantes recorrem igualmente aos Serviços Sociais do Centro de Saúde, embora em reduzido número e sem sofrer acréscimo ao longo dos anos analisados e também não acompanhando o aumento da população estrangeira do concelho.

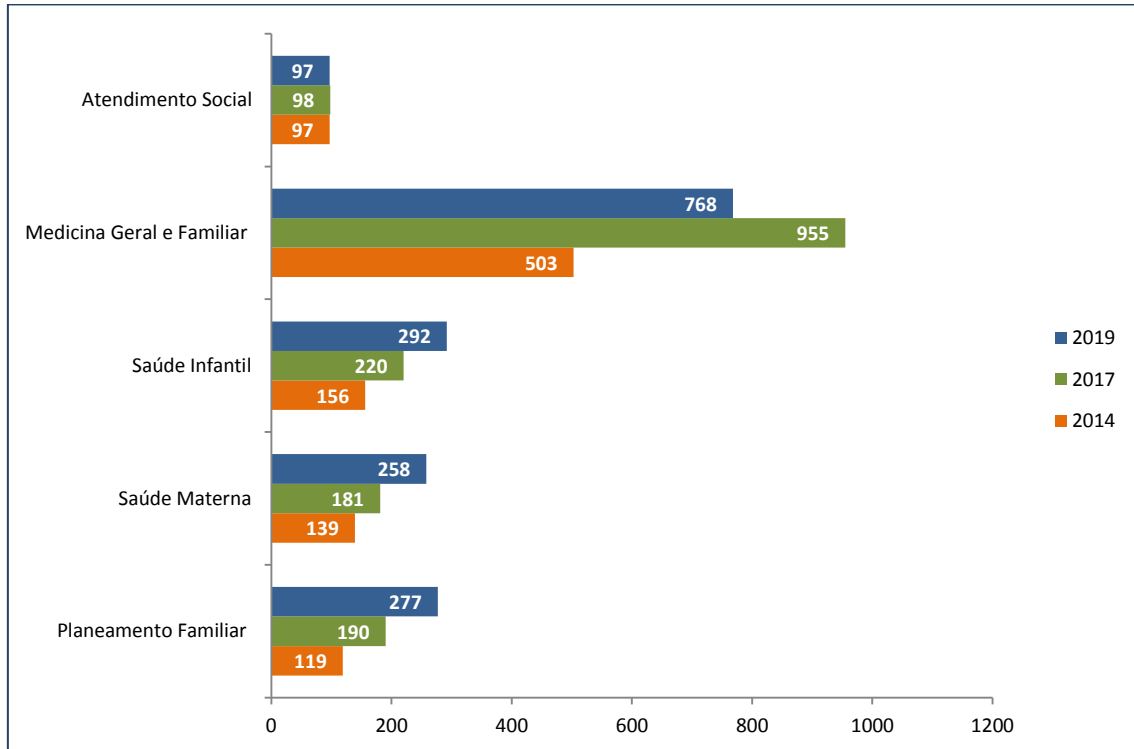
Figura 106 - Variação percentual do nº de cidadãos migrantes acompanhados no Serviço de Atendimento Social no Centro de Saúde de Odemira, nos anos de 2014- 2017 e 2017-2019



Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Assim confirma a variação percentual do número de cidadãos migrantes estrangeiros no Atendimento de Serviço Social do Centro de Saúde de Odemira, nos períodos em análise (gráfico da figura 106).

Figura 107 - Nº de cidadãos migrantes acompanhados em consultas de especialidade/Serviço Social no Centro de Saúde de Odemira, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Observando o gráfico da figura 107, pode-se verificar, que, de uma forma geral, o número de migrantes que foram atendidos nas consultas da especialidade no Centro de Saúde de Odemira aumentou em todas as especialidades nos anos em análise, com exceção no Serviço de Atendimento Social e nas consultas de Medicina Geral e Familiar, que de 2017 para 2019, baixou o número de cidadãos migrantes atendidos.

A consulta de especialidade mais procurada e utilizada por estes cidadãos é a de Medicina Geral e Familiar, seguida pela de Saúde Infantil.

Já o Serviço de Atendimento Social foi o menos utilizado pelos cidadãos migrantes como visto anteriormente.

Para os cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que residem em Portugal, mas que não se encontrem com a sua situação de permanência em Portugal regularizada, estes poderão ter acesso aos Serviços do Sistema Nacional de Saúde (SNS) “mediante a apresentação junto dos serviços de saúde da sua área de residência de documento comprovativo, emitido pelas Juntas de Freguesia, nos termos do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, de que se encontram em Portugal há mais de 90 dias”. (Despacho 25360/2001, de 12 de dezembro).

Aos migrantes indocumentados, podem ser cobradas as despesas efetuadas nos estabelecimentos do Sistema Nacional de Saúde (SNS), com exceção de situações em que

alguém do seu agregado familiar efetue descontos para a Segurança Social ou nas situações em que os cidadãos migrantes se encontrem em carência económica e social aferida pelos serviços de Segurança Social. Para além destas, estão salvaguardadas as situações em que existam doenças transmissíveis que coloquem em perigo a Saúde Pública e as situações de Saúde Materna, Saúde Infantil e Planeamento Familiar, bem como a administração de vacinas no âmbito do Programa Nacional de Vacinação.

Tradicionalmente, os cidadãos migrantes, por um conjunto complexo de fatores, tendem a adotar menos comportamentos preventivos e recorrer com menos frequência aos cuidados de Saúde ou receber assistência pré-natal. Fatores como o desconhecimento dos direitos no acesso aos cuidados de saúde, os seus costumes, tradições e crenças em matérias de saúde, parecem condicionar a necessidade percebida de aceder aos Serviços e ser determinantes no uso e na procura dos mesmos por estes cidadãos, fazendo-o apenas em situações de urgência ou em estado avançado de doença. De qualquer forma, os migrantes costumam preferir o serviço hospitalar e o Serviço de Urgência Básica (SUB), em detrimento do prestado em Centro de Saúde, por serem mais eficazes, rápidos e menos exigentes em questões burocráticas.

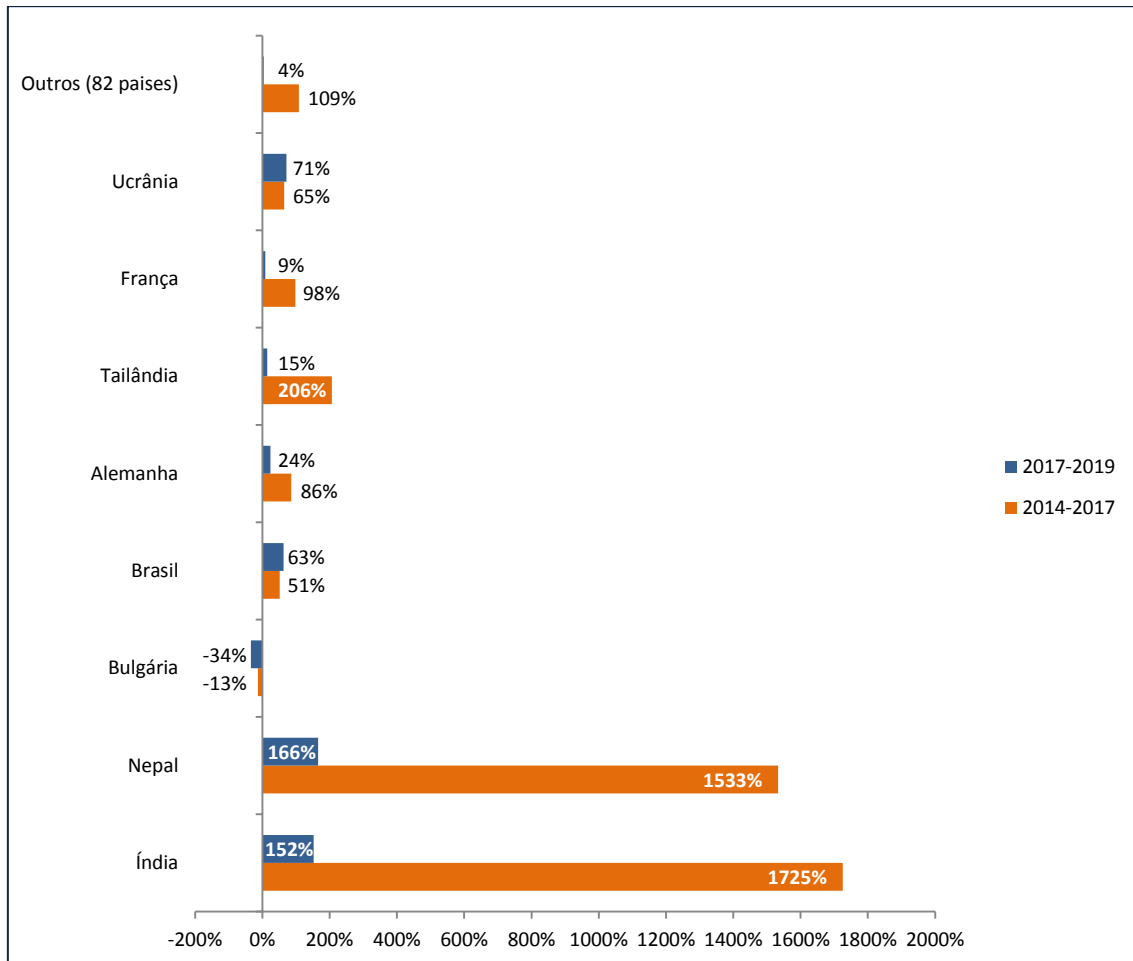
Figura 108 - Nº de cidadãos estrangeiros e de admissões ao Serviço de Urgência Básica (SUB) do Centro de Saúde de Odemira, segundo o país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019

País de origem	2014		2017		2019	
	Nº utentes	Nº admissões	Nº utentes	Nº admissões	Nº utentes	Nº admissões
Índia	16	23	292	421	736	1201
Nepal	18	28	294	394	781	1157
Bulgária	371	682	322	513	212	363
Brasil	105	189	159	274	259	488
Alemanha	123	219	229	275	283	359
Tailândia	49	69	150	197	172	248
França	63	120	125	168	136	166
Ucrânia	51	98	84	123	144	232
Outros (82 países)	449	723	938	1293	978	1329
Total	1245	2151	2593	3658	3701	5543

Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Tais razões podem justificar o acréscimo considerável de admissões no Serviço de Urgência Básica (SUB) do Centro de Saúde de Odemira, ao longo dos anos em análise, conforme atesta a tabela da figura 108.

Figura 109 - Variação percentual do nº de cidadãos estrangeiros atendidos no Serviço de Urgência Básica (SUB) do Centro de Saúde de Odemira, segundo o país de origem, nos anos de 2014-2017 e 2017-2019

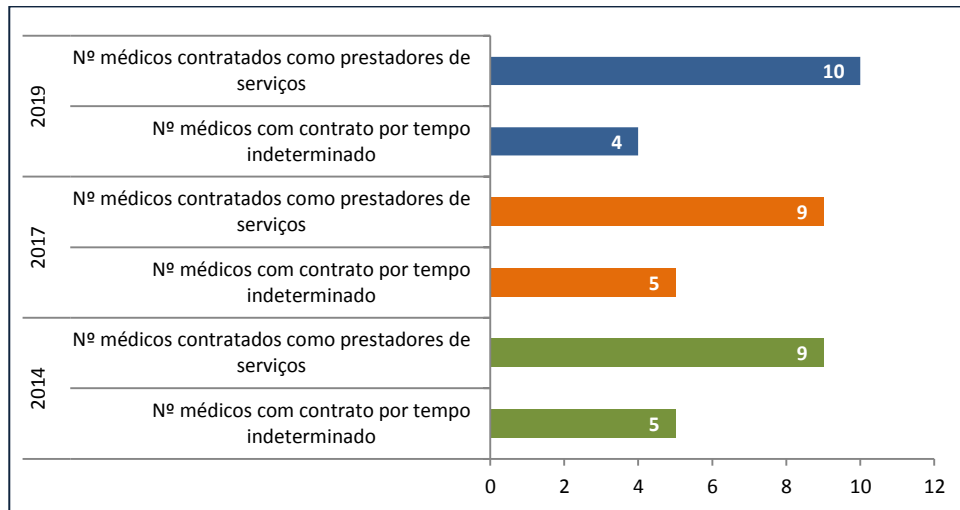


Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Observando o gráfico figura 109, foi no período compreendido entre 2014 e 2017 que se verificou o maior acréscimo no número de cidadãos migrantes atendidos no Serviço de Urgência Básica (SUB) de Odemira, das nacionalidades em destaque: indianos e nepaleses. De uma forma geral, o número de cidadãos das nacionalidades aqui consideradas, atendidos neste Serviço, sofreu um ligeiro aumento, sendo de realçar a comunidade búlgara, em que o número de cidadãos atendidos apresenta uma variação negativa, fruto do abandono considerável do número de migrantes daquela necessidade no concelho.

No período considerado entre 2017-2019, a variação do número de cidadãos atendidos foi menor. Entre a comunidade nepalesa verificou-se um aumento de 166% e entre a indiana, um aumento de 152%.

Figura 110 - Nº de médicos afetos ao Centro de Saúde de Odemira, com vínculo laboral por tempo indeterminado e como prestadores de serviços, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA).

Ao longo dos anos em análise (gráfico da figura 110), o número de médicos que exercem funções no Centro de Saúde de Odemira não sofreu alteração (14 em cada um dos anos).

Tendo em conta a população residente no concelho (em 2014, 25568, em 2017, 24829 e em 2019, 24669 habitantes), o número de médicos com contrato por tempo indeterminado é manifestamente insuficiente, sendo assim justificável a opção de recorrer à contratação de médicos através de prestação de serviços, os quais, no entanto, continuam a ser exíguos.

O número de médicos afetos ao concelho de Odemira ou que nele prestam serviço (14) é um grave problema para a garantia da Saúde na população, comprometendo a sua qualidade de vida e, bem assim, para a atratividade do território noutras áreas de atividade económica, para além da agrícola, e para outras franjas da população que também importa captar ou manter no território. Para além disso, constitui um fator desfavorável à boa integração e permanência dos migrantes no território.

Figura 111 - Nº de médicos afetos ao Centro de Saúde de Odemira, por 1000 habitantes, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Nº Médicos por 1000 habitantes		
2014	2017	2019
0,55	0,56	0,57

Fonte: Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)

Como se pode observar, de acordo com a tabela da figura 111, nos anos em análise, não existia sequer um médico, por cada mil habitantes, no concelho de Odemira.

Figura 112 - Levantamento de dados qualitativos na área de Saúde

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
Dificuldades de comunicação devido à barreira da língua	Os idiomas dos cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) não são do conhecimento dos portugueses, como é a língua inglesa	Serviço de Tradução Telefónica do Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM) Listagem de contactos dos líderes comunitários das nacionalidades mais representativas no concelho Assembleia de Mediadores do Projeto Giramundo II Cursos de Português Para Todos (PPT)
Desconhecimento dos direitos no acesso à Saúde	Os Serviços de Saúde não disponibilizam a informação traduzida em várias línguas, já existente. Os Serviços de Saúde conhecem parcialmente os direitos dos cidadãos imigrantes nacionais de países terceiros	O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) presta informação em várias áreas, designadamente na Saúde, no acolhimento aos migrantes; Folheto “Direitos e Deveres do Cidadão Migrante no acesso à Saúde”
Dificuldade/morosidade em adquirir Número de Utente.	A Delegação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) está localizada em Beja, a 90km da sede do concelho, dificultando a celeridade e a complexidade do processo de legalização O número de migrantes que permanece no território, em processo de regularização, por parte dos cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT)	
Aspetos culturais/religiosos interferem nos processos de prevenção/tratamento	Diferentes visões sobre a prestação dos cuidados de Saúde Mitos instituídos nas culturas de origem	

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
	Diferença entre comunidades na perceção de cada quanto à necessidade de aceder aos serviços e à toma medicamentos	
Os serviços de saúde não são suficientemente recetivos às necessidades específicas das comunidades migrantes	Falta de capacidade e natureza da resposta dos serviços	
Os profissionais de saúde e pessoal de apoio não possuem, na sua maioria, a preparação adequada para se relacionarem com utentes provenientes de outros contextos/culturas	Falta de sensibilidade e formação de alguns profissionais para fazer face à diversidade cultural dos utentes Desconhecimento de aspetos culturais e de tradições das sociedades de origem Falta de informação dos profissionais de saúde, em particular dos técnicos administrativos	
Os cidadãos migrantes tendem a procurar os serviços de saúde somente em caso de urgência ou por estado avançado de doença	Desconfiança em relação aos próprios serviços e aos profissionais de saúde Desconhecimento do funcionamento dos serviços Os cidadãos migrantes consideram o serviço de urgência menos burocrático, mais rápido e eficaz	
Tradicionalmente, as comunidades asiáticas não consideram importantes as vigilâncias e as consultas de saúde materna	Aspetos culturais que rodeiam a gravidez	Realização de <i>workshops</i> sobre Planeamento Familiar e Saúde Materna
Os médicos contratados, por norma, costumam permanecer no concelho dois/três meses	O território não se apraz atrativo para a classe médica Insuficiência de médicos para contratação	

2.4.8. Solidariedade e Resposta Social

A Segurança Social tem como principal objetivo a prevenção e a solução de situações de risco e vulnerabilidade sociais. É um bem a que todos têm direito, segundo a Constituição Portuguesa e a Lei de Bases da Segurança Social, no seu artigo 2º. O Estado Português é o responsável pela gestão e coordenação do sistema de Segurança Social, o qual a todos protege.

De acordo com o artigo 4º de Lei de Bases da Segurança Social, os seus principais objetivos são:

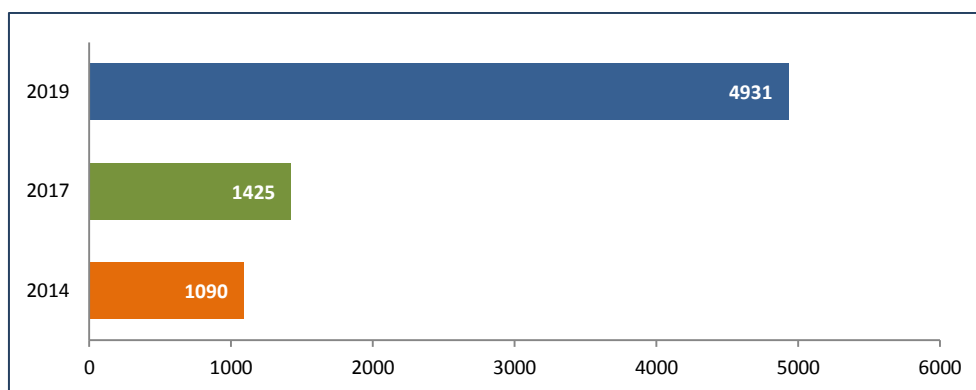
- a) Garantir a concretização do direito à Segurança Social;
- b) Promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade;
- c) Promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

O Instituto da Segurança Social, I.P. tem por missão garantir a proteção e a inclusão social dos cidadãos, no âmbito do Sistema Público de Segurança Social, reconhecendo os direitos, assegurando o cumprimento das obrigações e promovendo o exercício da ação social. A par desta entidade, outras, a nível nacional, regional e local, têm como função principal responder adequadamente às necessidades de quem as procura, contribuindo para uma ação integrada de resposta social.

A migração tem sido vista como uma ajuda na sustentabilidade do sistema da Segurança Social, ameaçada pelo envelhecimento da população e pela baixa taxa de natalidade registada no nosso país, agravadas nas zonas interiores e de baixa densidade

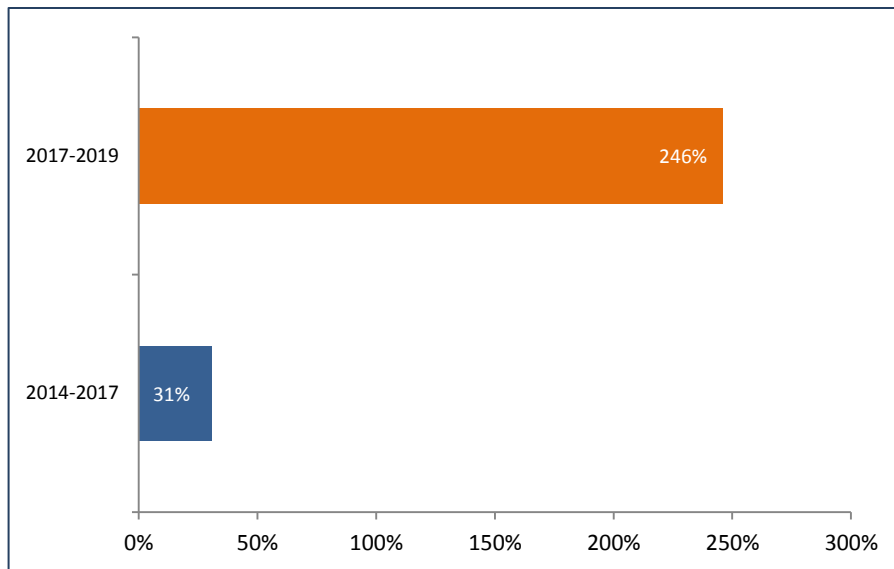
Os cidadãos migrantes que legalmente trabalham e residem em Portugal estão sujeitos aos mesmos deveres e direitos que os cidadãos portugueses. Qualquer cidadão, seja nacional ou migrante para poder exercer a sua atividade profissional, quer seja trabalhador por conta de outrem ou trabalhador por conta própria necessita de obter o Número de Identificação de Segurança Social (NISS).

Figura 113 – Quantidade de Números de Identificação da Segurança Social (NISS) emitidos a cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Centro Distrital de Beja da Segurança Social

Figura 114 - Variação percentual da quantidade de Números de Identificação de Segurança Social (NISS) emitidos a cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, nos períodos compreendidos entre 2014-2017 e 2017-2019



Fonte: Centro Distrital de Beja da Segurança Social

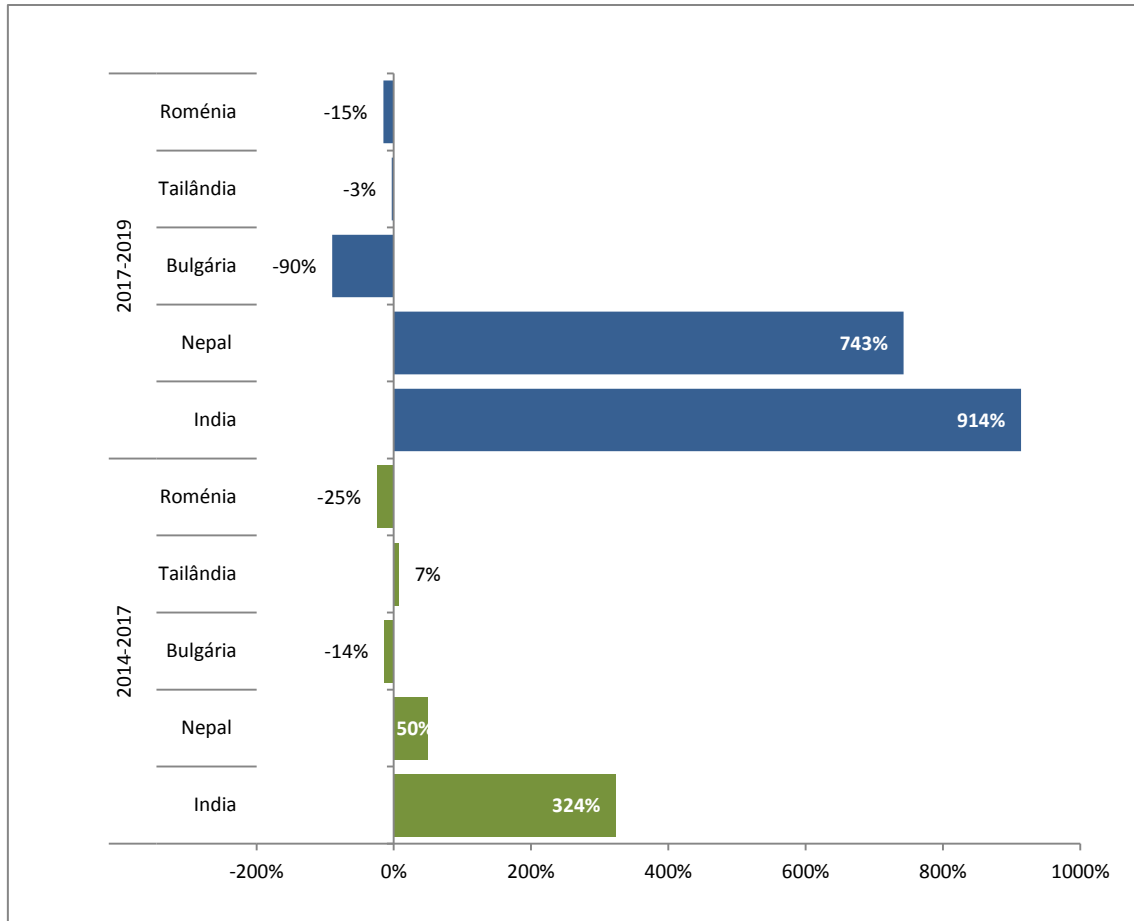
Os gráficos das figuras 113 e 114, evidenciam bem o aumento significativo da emissão de Números de Identificação de Segurança Social (NISS) registado nos últimos anos, com particular relevância para o período 2017-2019.

Figura 115 – Quantidade de Números de Identificação de Segurança Social (NISS) emitidos a cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, originários dos 5 países mais representativos, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Nº de NISS emitidos			
País de Origem	2014	2017	2019
Índia	54	229	2322
Nepal	112	168	1416
Bulgária	403	346	35
Tailândia	191	205	199
Roménia	166	125	106
Total	926	1073	4078

Fonte: Centro Distrital de Beja da Segurança Social

Figura 116 - Variação percentual da quantidade de Números de Identificação de Segurança Social (NISS) emitido a cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, originários dos 5 países mais representativos, nos períodos compreendidos entre 2014-2017 e 2017-2019



Fonte: Centro Distrital de Beja da Segurança Social

De acordo com o gráfico da figura 116, podemos verificar que as emissões de Número de Identificação de Segurança Social (NISS) a nacionais da Roménia e da Bulgária tiveram uma redução muito significativa, especialmente entre os anos de 2017 e 2019. No entanto, podemos observar uma variação bastante elevada, entre os anos de 2017 e de 2019 nas emissões de Número de Identificação de Segurança Social (NISS) a nacionais do Nepal e da Índia, mostrando mais uma vez a alternância da presença destas nacionalidades no concelho de Odemira nos anos em análise.

Podemos observar, considerando a tabela da figura 117, que o número de cidadãos migrantes a residir no concelho de Odemira, com remunerações declaradas à Segurança Social ao longo dos três anos em análise, tem sido em número crescente. No período de seis anos, verificou-se um aumento de 7463 pessoas a descontar para a Segurança Social.

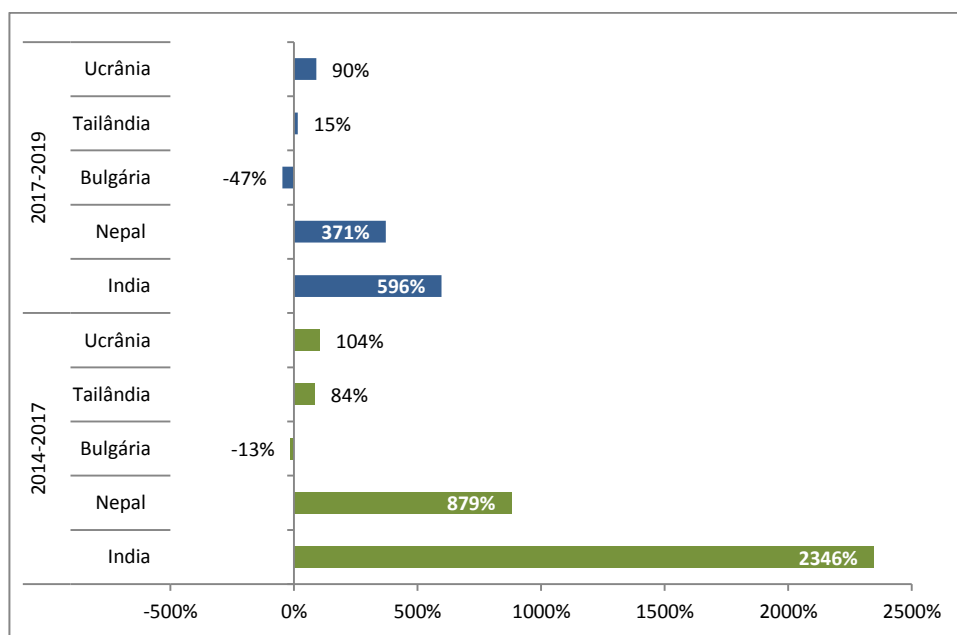
Figura 117 – Nº de cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, com remunerações declaradas à Segurança Social, dos 5 países mais representativos, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Nº de cidadãos migrantes			
País de Origem	2014	2017	2019
Índia	24	587	4086
Nepal	67	656	3092
Bulgária	1067	924	493
Tailândia	527	971	1121
Ucrânia	124	253	480
Total	1809	3391	9272

Fonte: Centro Distrital de Beja da Segurança Social

Em 2014, foram os migrantes búlgaros que mais declararam as suas remunerações à Segurança Social. Neste ano, as comunidades nepalesa e indiana ainda eram pouco expressivas. Em 2017, o número de cidadãos originários dos países asiáticos, com remunerações declaradas começa a aumentar e a dos cidadãos búlgaros o número diminui. Em 2019, verifica-se uma diminuição no número de cidadãos dos Países de Leste e um aumento bastante significativo no número de cidadãos de origem asiática, que declararam as remunerações a Segurança Social, em quantidade superior ao número de migrantes residentes com legalização no território (8157).

Figura 118 - Variação percentual do nº. de cidadãos migrantes residentes no concelho de Odemira, com remunerações declaradas à Segurança Social, originários dos 5 países mais representativos, nos períodos compreendidos entre 2014-2017 e 2017-2019



Fonte: Centro Distrital de Beja da Segurança Social

A partir do gráfico da figura 118, podemos verificar que a maior variação decorreu entre os anos de 2014 e 2017, com os cidadãos de nacionalidade indiana que passaram a descontar em grande número para a Segurança Social.

Já entre os anos 2017 e 2019, verificou-se num processo inverso, uma variação de -47% relativa aos descontos efetuados pelos cidadãos de nacionalidade búlgara dada a sua partida progressiva do território.

Também os dados observados no gráfico e as respetivas variações percentuais, indicam grandes acréscimos nas contribuições à Segurança Social.

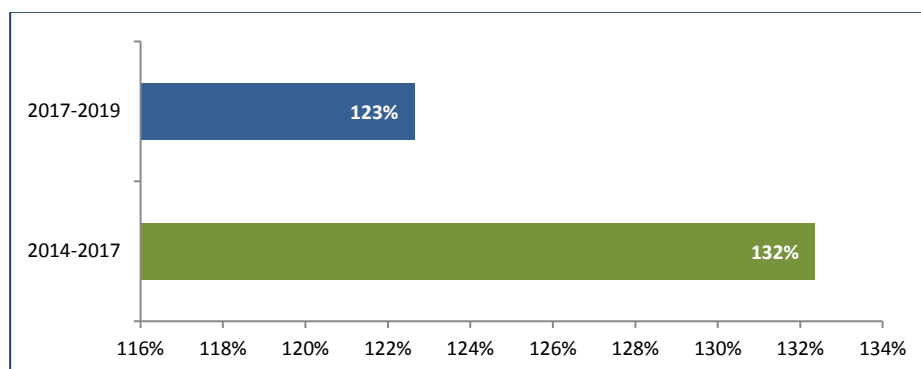
Pode observar-se, a partir da tabela da figura 119, que os valores das contribuições à Segurança Social aumentaram substancialmente entre 2014 e 2019, principalmente entre os cidadãos de origem asiática.

Figura 119 - Valor das contribuições pagas por cidadãos migrantes residentes no concelho de Odemira, originários dos 5 países mais representativos, e entidades empregadoras à Segurança Social, nos anos de 2014, 2017 e 2019

País de origem	Valor das contribuições pagas (€)		
	2014	2017	2019
Índia	27.007,00	1.221.996,00	5.603.673,00
Nepal	66.987,00	1.519.500,00	6.062.775,00
Bulgária	1.846.420,00	1.969.358,00	1.610.453,00
Tailândia	1.228.800,00	2.505.184,00	3.114.517,00
Ucrânia	263.531,00	760.457,00	1.367.996,00
Total	3.432.745,00	7.976.495,00	17.759.414,00

Fonte: Centro Distrital de Beja da Segurança Social

Figura 120 - Variação percentual do valor total das contribuições pagas por cidadãos migrantes residentes no concelho de Odemira, originários dos 5 países mais representativos, e entidades empregadoras à Segurança Social, nos períodos compreendidos entre 2014-2017 e 2017-2019



Fonte: Centro Distrital de Beja da Segurança Social

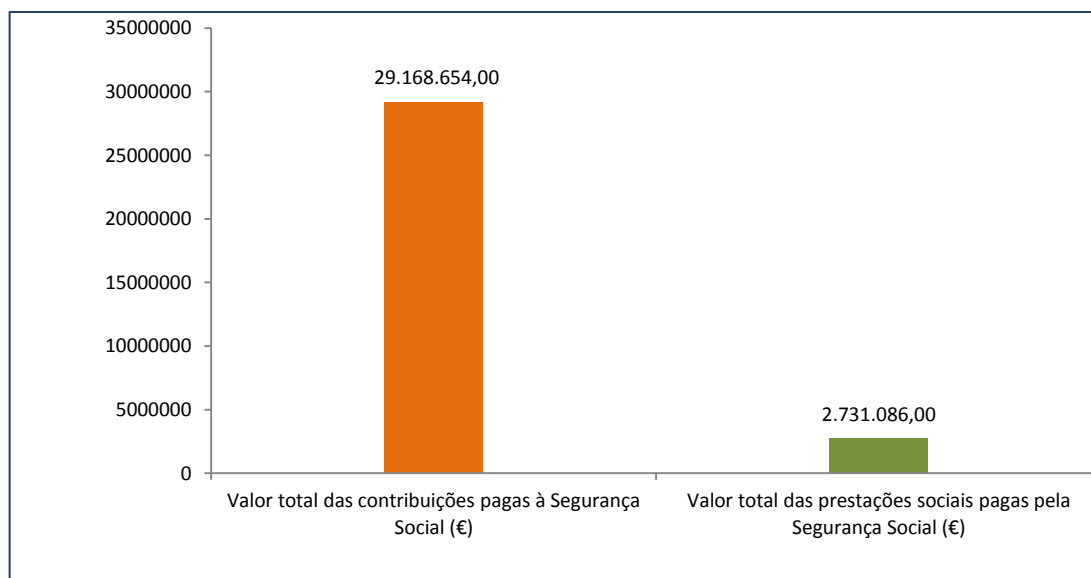
De acordo com a tabela da figura 121, podemos observar que as prestações sociais atribuídas pela Segurança Social de 2014 a 2019, aumentaram consideravelmente, verificando-se que os cidadãos de nacionalidade búlgara foram os que mais beneficiaram de prestações sociais ao longo dos anos em análise e os que menos usufruíram do apoio da Segurança Social foram os cidadãos de nacionalidade indiana.

Figura 121 - Valor das prestações sociais atribuídas pela Segurança Social a cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, originários dos 5 países mais representativos, nos anos de 2014, 2017 e 2019

País de Origem	Valor das prestações sociais (€)		
	2014	2017	2019
Bulgária	485.626,00	521.381,00	601.385,00
Nepal	2.305,00	55.330,00	404.371,00
Ucrânia	61.636,00	80.713,00	105.987,00
Brasil	46.724,00	47.560,00	129.347,00
India	0,00	27.717,00	161.004,00
Total	596.291,00	732.701,00	1.402.094,00

Fonte: Centro Distrital de Beja da Segurança Social

Figura 122 - Quadro comparativo entre o valor total das contribuições pagas por cidadãos migrantes, residentes no concelho de Odemira, dos 5 países mais representativos, e entidades empregadoras, à Segurança Social e o valor total das prestações sociais atribuídas pela Segurança Social nos anos 2014, 2017 e 2019



Fonte: Centro Distrital de Beja da Segurança Social

Observando o gráfico da figura 122, pode verificar-se que o contributo que os cidadãos migrantes prestam à Segurança Social é muito superior ao das prestações sociais que recebem.

Os migrantes do concelho de Odemira são assim grandes contribuintes líquidos, mas com muito poucas contrapartidas do sistema de proteção social.

Das diversas prestações sociais pagas, o abono de família é uma dessas prestações e está contemplado nos valores anteriormente apresentados. De acordo com a tabela da figura 123, pode observar-se que 2019 foi o ano em que houve o maior número de cidadãos migrantes a beneficiar dessa prestação familiar, dado se estar a assistir um incremento do reagrupamento familiar e um melhor conhecimento dos apoios sociais existentes.

Figura 123 – N.º de cidadãos migrantes (titulares), residentes no concelho de Odemira, originários dos 5 países mais representativos, a usufruir do abono de família, nos anos de 2014, 2017 e 2019

País de Origem	N.º de Cidadãos		
	2014	2017	2019
Índia	0	11	76
Nepal	0	13	73
Bulgária	109	110	89
Alemanha	27	19	32
Brasil	20	19	36
Total	156	172	306

Fonte: Centro Distrital de Beja da Segurança Social

As prestações do abono de família, ainda assim, continuam a ser muito escassas face aos contingentes populacionais de migrantes existentes no concelho.

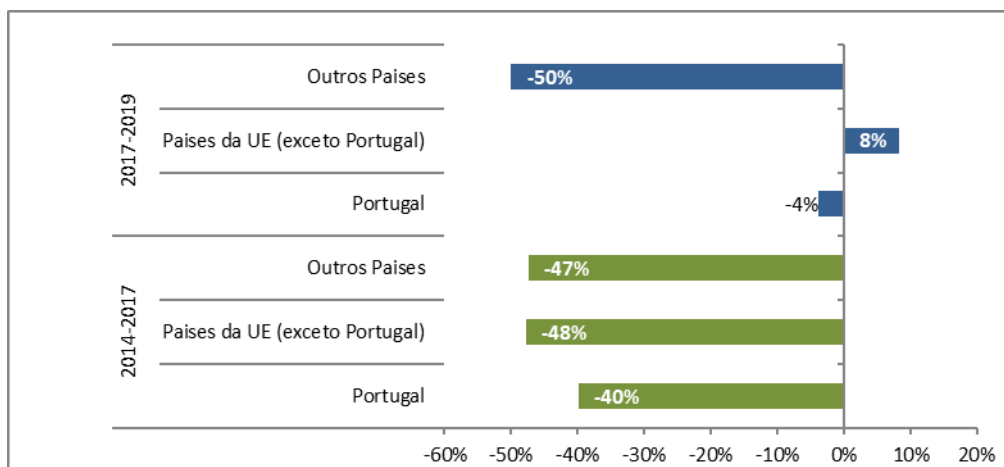
Figura 124 – N.º de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), residentes no concelho de Odemira, por zona de proveniência, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Zona de Proveniência	N.º de Beneficiários		
	2014	2017	2019
Portugal	341	205	197
Países da UE (exceto Portugal)	23	12	13
Outros Países	19	10	5

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Pode verificar-se ao longo dos três anos em análise (tabela da figura 124), que o maior número de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), no concelho de Odemira, é de nacionalidade portuguesa, sendo que apenas 10% dos beneficiários são cidadãos migrantes.

Figura 125 - Variação percentual do nº. de Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), residentes no concelho de Odemira, por zona de proveniência, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Observando agora a variação dos valores (gráfico da figura 125) nos anos de 2014-2017, pode verificar-se que a percentagem de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) diminuiu em todas as nacionalidades, uma média de 45%. A variação dos valores nos anos de 2017-2019 diminuiu nos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), nacionais e de outros países, no entanto, verificou-se um aumento de 8% nos beneficiários de países da União Europeia (EU), exceto Portugal.

Quando falamos de prestações de desemprego, falamos de atribuições em substituição dos rendimentos de trabalho perdidos pelo beneficiário, por motivo de desemprego involuntário, isto é, por razões que não são da responsabilidade do trabalhador. Existem três modalidades de subsídios de desemprego: o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego e o subsídio de desemprego parcial. Os dados abaixo apresentados são relativos às prestações de desemprego que abrangem o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego.

Figura 126 – Nº de beneficiários com processamento de prestações de desemprego residentes no concelho de Odemira, originários de grandes zonas mundiais, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Nacionalidade	Nº de beneficiários		
	2014	2017	2019
Portugal	1428	398	350
Ásia (exceto Índia)	0	33	190
Brasil	29	7	8
Europa de Leste	47	14	15
India	11	13	37
Países da UE (exceto Portugal)	274	124	100

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social

Pode verificar-se a partir da tabela da figura 126, que a tendência de 2014 a 2019 foi de uma descida dos beneficiários do Subsídio de Desemprego, sendo que os cidadãos de nacionalidade asiática e indiana viram aumentar o número de beneficiários entre 2014 e 2019.

Para além das medidas anteriormente referidas, a Segurança Social disponibiliza uma série de respostas sociais integradas de cuidados e apoio social para crianças a partir dos 3 meses e que asseguram o necessário apoio às famílias.

No concelho de Odemira, esta resposta de natureza socioeducativa – Creche - acolhe crianças entre os 3 meses e 3 anos de idade, durante o período de impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda.

Estas respostas situam-se em quatro localidades do concelho: Odemira, Boavista dos Pinheiros, S. Teotónio e Vila Nova de Milfontes.

Em Odemira, o Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade e, na Boavista dos Pinheiros, a Casa Maria Beatriz Gambôa, ambas instituições dirigidas pela Congregação Religiosa das Oblatas do Divino Coração. Em S. Teotónio, Os Calculinhos promovida pela Sociedade Recreativa S. Teotoniense. Em Vila Nova de Milfontes, é assegurada pelo Colégio Lápis de Cor, da Associação de Solidariedade Social de Vila Nova de Milfontes.

Estes equipamentos são Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com acordos assinados com a Segurança Social, os quais visam “o desenvolvimento de uma rede de apoio social integrado, contribuindo para a cobertura equitativa do país em serviços e equipamentos sociais” e a “otimização dos recursos disponíveis, de modo a possibilitar melhores prestações sociais, assente na relação custo/benefício/qualidade dos serviços”, ou seja, com a celebração dos acordos, a Segurança Social contribui com um valor mensal por criança a cada instituição, o que irá contribuir para a redução da prestação mensal paga pelo progenitor à Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

Os dados que se passam a apresentar são relativos ao número de crianças que são acolhidas nas 4 Creches do concelho de Odemira, referentes ao ano 2020, de acordo com a nacionalidade das crianças.

De referir que os dados do Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade e a Casa Maria Beatriz Gamboa estão agregados, em virtude de pertencerem à mesma entidade.

Figura 127 – N.º de crianças inscritas nas Instituições com resposta de Creche, por nacionalidade, no concelho de Odemira, no ano 2020

Nacionalidade	Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade e Casa M ^a Beatriz Gambôa	Lápis de Cor Vila Nova de Milfontes	Os Calculinhos S. Teotónio	Total de crianças em Creche no concelho
Portuguesa	91	43	32	166
Luso-Israelita	1	0	0	1
Luso-Cubana	1	0	0	1
Luso-Indiana	1	0	0	1
Moldava	1	0	2	1
Holandesa	1	0	0	1
Brasileira	2	1	0	3
Nepalesa	2	0	13	15
Indiana	10	1	3	14
Búlgara	0	1	1	3
Ucraniana	0	1	2	3
Inglesa	0	1	0	1
Cubana	0	1	0	1
Alemã	0	0	1	1
Romena	0	0	1	1
Total	110	49	53	213

Fonte: Creches do concelho de Odemira

São 15 as nacionalidades presentes nas diversas crianças que se encontram inscritas nas Creches do concelho, como se pode observar a partir da tabela da figura 127. As nacionalidades com maior representatividade são a nepalesa e a indiana, sendo que as restantes têm pouca expressão. Perceciona-se ainda que, o número de crianças a frequentar as Creches, representa 21,1% do total, valor equiparado aos de frequência do Sistema Educativo do concelho.

De forma a compreender se existem crianças e jovens migrantes sinalizados, quais as problemáticas inerentes a essas sinalizações e quais as freguesias de residência destas, foram solicitados dados à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do nosso concelho.

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) foram criadas na sequência do Decreto - Lei nº 189/91, de 17 de maio e reformuladas de acordo com a Lei de Promoção e Proteção aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro, sofrendo esta a sua primeira grande alteração com a Lei nº 142/2015, de 8 de setembro.

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem, pondo termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. A intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de Infância e Juventude atuar, de forma adequada e suficiente, para remover o perigo em que se possa encontrar esta franja da população.

Figura 128 - Nº de crianças e jovens sinalizados à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Pais de Origem	2014	2017	2019
Portugal	50	53	89
Alemanha	3	4	3
Brasil	2	4	6
Bulgária	10	7	5
China	0	1	0
França	0	1	0
Índia	0	1	4
Rússia	0	1	0
Tailândia	0	1	0
Nepal	0	0	3
Áustria	0	0	1
Reino Unido	0	0	2
Israel	0	0	2
Moldávia	0	0	1
Roménia	0	0	1
Inglaterra	1	0	0
Total	66	73	117

Fonte: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira

Observando a tabela da figura 128, pode constatar-se que ao longo dos anos houve um aumento do número de sinalizações.

Estes resultados são visíveis quer para as sinalizações de cidadãos nacionais, quer de cidadãos migrantes, sendo de salientar que os cidadãos de nacionalidade búlgara e brasileira são os que apresentam maior número de sinalizações, logo indiciam maior exposição ao perigo.

Na tabela da figura 129, observa-se que foram 16 as sinalizações no ano de 2014 (24,6% do total); em 2017, 20 sinalizações (27,4% do total) e, em 2019 28 crianças e jovens migrantes foram sinalizados com estando em risco (23,9% do total). O valor é relativamente constante ao longo dos anos e aponta para que cerca de $\frac{1}{4}$ das crianças acompanhadas pela Comissão de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira sejam estrangeiras.

Figura 129 - Nº de crianças e jovens estrangeiros com processo aberto na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira, segundo a sua freguesia de residência, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Freguesia	2014	2017	2019
Boavista dos Pinheiros	0	2	1
Colos	0	0	0
Longueira/Almograve	0	1	3
Luzianes-Gare	0	1	0
Relíquias	0	0	1
S. Luís	0	1	4
S. Martinho das Amoreiras	0	0	0
S. Salvador e Santa Maria	1	0	2
S. Teotónio	10	10	10
Sabóia	1	1	1
Santa Clara-a-Velha	0	0	0
Vale de Santiago	0	0	0
Vila Nova de Milfontes	4	4	6
Total	16	20	28

Fonte: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira

A mesma tabela indica-nos as freguesias de residência das crianças e jovens estrangeiras com processo aberto na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira, sendo a freguesia de S. Teotónio a que apresenta mais crianças e jovens estrangeiras nesta condição.

Ao longo dos três anos em análise, verifica-se um ligeiro aumento de casos nas freguesias de Longueira/Almograve, S. Luís, S. Salvador e Santa Maria e Vila Nova de Milfontes.

Pode concluir-se assim que, as freguesias que apresentam maior número de casos ficam situadas no litoral do concelho, onde se regista também uma maior percentagem de população migrante residente.

Nas freguesias do interior, os valores são residuais ou não apresentam mesmo qualquer caso.

Figura 130 – Nº de crianças sinalizadas à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira, segundo as problemáticas identificadas, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Problemáticas	2014	2017	2019
Abandono escolar	5	5	5
Absentismo escolar	7	6	1
Exposição a situações de violência doméstica	1	5	13
Maus tratos	0	3	1
Abuso sexual	1	0	0
Exposição a modelos de comportamento desviante	0	0	1
Negligência	2	1	5
O jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento	0	0	2
Total	16	20	28

Fonte: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira

Quanto às principais problemáticas, causadoras das sinalizações, observa-se na tabela da figura 130, que a maior parte teve origem na Escola, motivadas por abandono ou absentismo escolar.

Pode constatar-se que outra das problemáticas que tem aumentado ao longo dos anos é a exposição a situações de violência doméstica e a negligência.

De referir que, as situações de risco identificadas nos migrantes acompanham as referenciadas para a população infanto-juvenil nacional.

Figura 131 - Levantamento de dados qualitativos na área de Solidariedade e Resposta Social

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
Barreira da Língua	Os idiomas dos cidadãos nacionais de países terceiros não são do conhecimento dos portugueses, como é a língua inglesa	O Serviço de Tradução Telefónica do Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM) O Curso de Português Para Todos (PPT) O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) promove a proximidade entre os cidadãos migrantes e o Centro Local da Segurança Social de Odemira O mediador cultural do Projeto ST auxilia muitos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) nos procedimentos necessários junto de várias entidades
Elevado número de migrantes em processo de legalização condiciona o acesso aos apoios sociais e gera precariedade das relações de trabalho	A legislação existente exige a posse de vários documentos comprovativos da legalização para poderem beneficiar dos apoios sociais Insuficiente informação à população migrante Em situação não regularizada, os migrantes ficam mais vulneráveis na defesa dos seus direitos	Todas as entidades que trabalham no âmbito da intervenção social consideram a população migrante O cumprimento da Legislação em Vigor proporciona a defesa dos direitos dos migrantes O serviço de Atendimento/Acompanhamento da Ação Social (Segurança Social) O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) promove ações de fiscalização e de sensibilização; O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) encaminha os cidadãos migrantes para as entidades com responsabilidade na matéria, de acordo

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
		<p>com cada situação</p> <p>Em relação ao apoio para o retorno de estrangeiros em situação de carência económica ao seu país de origem, o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) estabelece ligação com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), que por sua vez aciona o programa “Retorno Voluntário”</p>
<p>Precariedade habitacional</p>	<p>O sobrelotamento de habitações provoca precariedade e insalubridade nas condições habitacionais</p> <p>Muitos trabalhadores agrícolas residem em habitações móveis</p> <p>Os escassos recursos financeiros dos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)</p>	

2.4.9. Cidadania e Participação Cívica

Como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, a Constituição da República Portuguesa reconhece que os cidadãos estrangeiros que residem em Portugal devem ter os mesmos direitos e deveres que os cidadãos nacionais.

No entanto, no que se refere a direitos políticos, existem limitações aos cidadãos estrangeiros. De acordo com a Declaração n.º 30/2017, de 3 de maio (Gabinetes do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Ministra da Administração Interna), “são os seguintes países a cujos cidadãos é reconhecida capacidade eleitoral ativa e passiva em Portugal nas eleições para os órgãos das autarquias locais”:

Capacidade eleitoral ativa (direito de votar):

- Estados Membros da União Europeia;
- Brasil e Cabo Verde;
- Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela.

Capacidade eleitoral passiva (direito de ser candidato e eleito):

- Estados Membros da União Europeia;
- Brasil e Cabo Verde.”

Figura 132 - Nº e % de cidadãos recenseados a 14 de setembro de 2013 e a 16 de setembro de 2017- Eleição dos Titulares para os Órgãos das Autarquias Locais (29 de setembro de 2013 e 01 de outubro de 2017)

Freguesias	Cidadãos nacionais				Cidadãos da União Europeia (EU)				Cidadãos de outros países			
	2013		2017		2013		2017		2013		2017	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Relíquias	793	97,5%	726	91,3%	20	2,5%	68	8,5%	0	0,0%	2	0,2%
Sabóia	940	95,8%	826	94,3%	41	4,2%	50	5,7%	0	0,0%	0	0,0%
São Luís	1712	98,9%	1627	98,4%	17	1,0%	22	1,4%	1	0,1%	3	0,2%
São Martinho das Amoreiras	859	98,9%	769	98,6%	9	1,1%	11	1,4%	0	0,0%	0	0,0%
Vila Nova de Milfontes	4041	98,3%	4161	97,9%	64	1,5%	77	1,9%	8	0,2%	8	0,2%
Luzianes-Gare	346	90,3%	310	85,4%	37	9,7%	53	14,6%	0	0,0%	0	0,0%
Boavista dos Pinheiros	1261	99,4%	1250	99,1%	6	0,5%	8	0,6%	1	0,1%	4	0,3%
Longueira/Almograve	1040	99,9%	1037	99,9%	1	0,1%	1	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
Colos	896	100,0%	841	99,9%	0	0,0%	1	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
Santa Clara-a-Velha	742	98,8%	654	97,3%	9	1,2%	18	2,7%	0	0,0%	0	0,0%
São Salvador e Santa Maria	2694	99,1%	2556	98,9%	19	0,7%	22	0,9%	4	0,2%	6	0,2%
São Teotónio	4735	99,0%	4538	97,4%	45	0,9%	116	2,5%	1	0,1%	3	0,7%
Vale de Santiago	980	100,0%	865	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	21039		20160		268		447		15		26	

Fonte: DGAI – Administração Interna – Administração Eleitoral

Nos períodos eleitorais para os órgãos autárquicos, nos anos de 2013 e 2017, à data do fecho dos cadernos eleitorais, estavam recenseados no concelho, um total de 21322 cidadãos em 2014 e em 2017, 20633. Quanto aos cidadãos recenseados nacionais, no ano de 2013 contavam-se 21039 e em 2017, 20160, no grupo de cidadãos oriundos de países da União Europeia registaram-se 268 cidadãos recenseados (em 2014) e 447 em 2017 e entre os cidadãos nacionais de outros países, estavam recenseados 15 cidadãos e 26 respetivamente. De 2013 para 2017, o grupo dos recenseados nacionais foi o único a ver o seu número baixar (menos 689 cidadãos recenseados). Os grupos dos cidadãos estrangeiros da União Europeia (UE) e o grupo dos cidadãos de outros países aumentaram o número de cidadãos recenseados, 179 entre o primeiro e 11 entre os cidadãos do segundo.

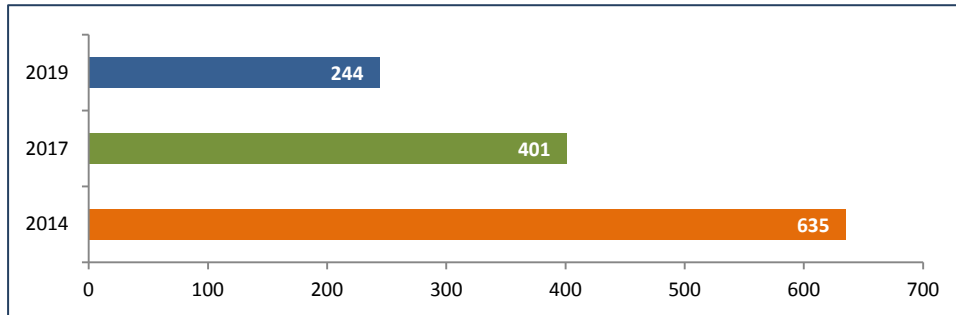
Observando o território agora em mais pormenor, pode-se observar que a freguesia de Vila Nova de Milfontes foi a única que viu o número de cidadãos nacionais recenseados aumentar de 2013 para 2017 (mais 120 recenseados). Em todas as freguesias do concelho o número de recenseados estrangeiros aumentou ou manteve-se, de 2013 para 2017. É na freguesia de Luzianes-Gare, a freguesia com a densidade populacional mais baixa do concelho (5hab/km², segundo os Censos de 2011), que se verifica a maior percentagem de cidadãos recenseados originários dos países da União Europeia (2013, 9,7% e em 2017, 14,6%). No grupo dos recenseados de outros países, são as freguesias de Vila Nova de Milfontes e S. Salvador e Santa Maria que se registou a maior percentagem, 0,2%, em 2014, e em 2017, o maior peso de cidadãos de outros países, verifica-se na freguesia de S. Teotónio (0,7%).

No sentido de promover a cidadania ativa entre os mais jovens, através do desenvolvimento de diversas ações, da articulação e da colaboração com as entidades locais, entre as quais se destaca o Agrupamento de Escolas de S. Teotónio, existe o Projeto ST promovido pela TAIPA, o qual se prepara para implementar mais uma nova geração. Este projeto, resulta de uma candidatura ao programa Escolhas, um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações – ACM, IP (ACM), cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

O Projeto ST tem como principal objetivo a intervenção territorial para a inclusão social e a capacitação de crianças e jovens, bem como a dinamização comunitária para a cidadania ativa. Simultaneamente, procura combater o absentismo e o insucesso escolar, a desocupação e os comportamentos desviantes, promovendo “competências de cidadania e participação cívica, em prol da valorização da diversidade cultural e da diminuição de atitudes e comportamentos discriminatórios”.

A sua área de intervenção é a localidade de S. Teotónio, uma vez que esta é o principal foco de migração, resultante da necessidade de mão-de-obra das empresas agrícolas implementadas no litoral do concelho.

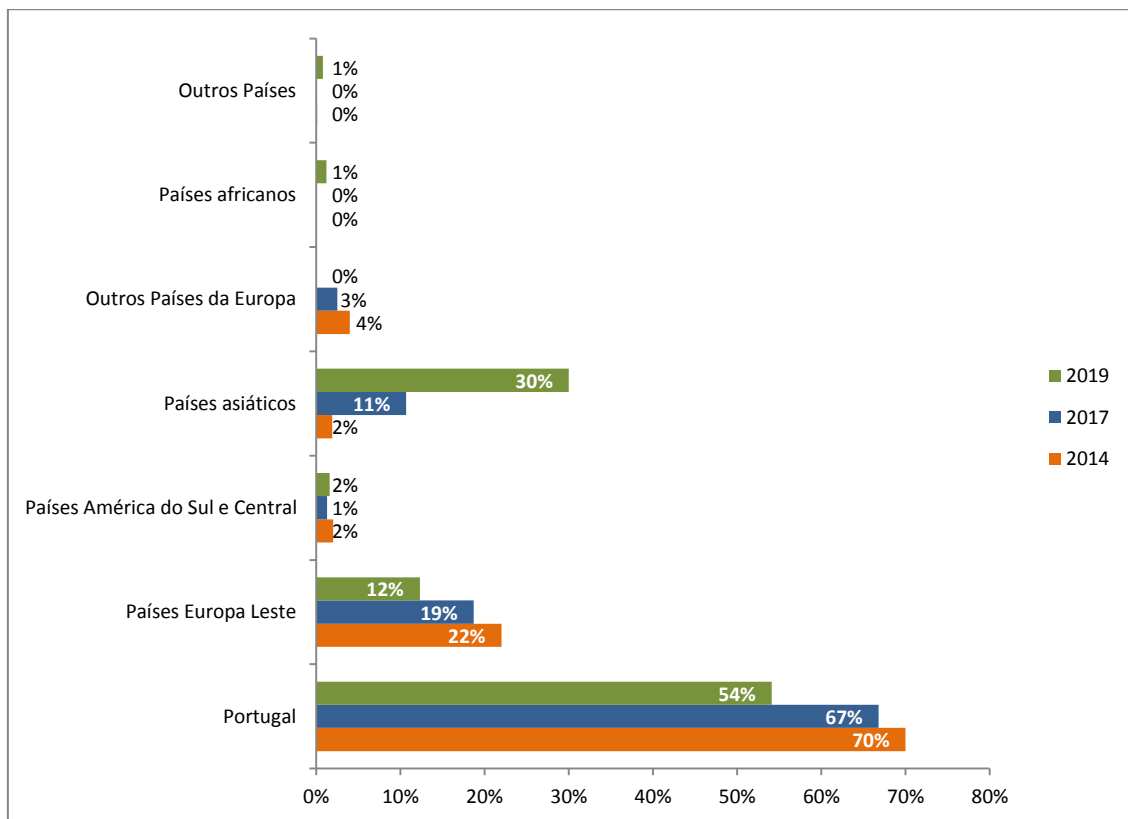
Figura 133 - Nº total de crianças/jovens que participam no Projeto ST, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Projeto ST-E7G-Taipa

Como se pode observar no gráfico da figura 133, o número de participantes no Projeto diminuiu ao longo dos anos. Tal deveu-se ao facto da maioria das crianças e jovens participantes serem búlgaras, tidos como mais regulares na sua participação e dado o abandono progressivo destes estrangeiros no concelho. A este facto, junta-se a alteração dos critérios para que os jovens/crianças sejam considerados participantes, pela entidade promotora do Programa Escolhas, tornando-os mais restritivos.

Figura 134 – Percentagem de crianças/jovens que participam no Projeto ST, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019

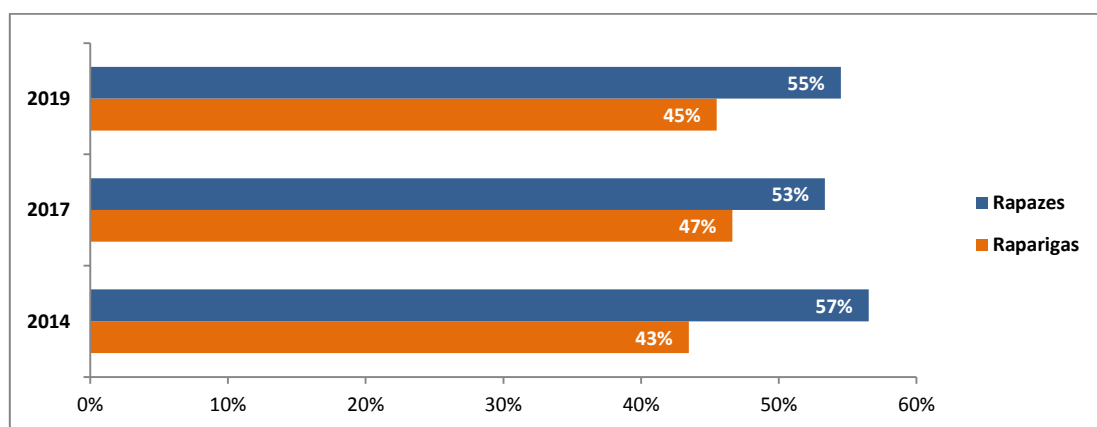


Fonte: Projeto ST-E7G - Taipa

Os jovens e as crianças de nacionalidade portuguesa, durante os anos em análise, foram os que mais participaram no Projeto como se comprova na tabela da figura 135.

Os intervenientes nacionais de países da Europa de Leste, em 2014 e 2017, representavam a maior participação entre os jovens e crianças migrantes no Projeto ST. Em 2019, os participantes de origem asiática representavam já 30% do total, tornando-se a comunidade estrangeira com maior peso de entre os envolvidos no Projeto.

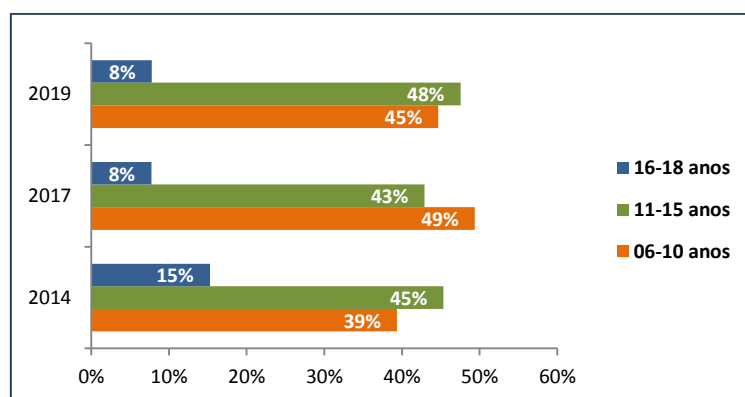
Figura 135 – Percentagem de crianças/jovens que participam no Projeto ST, segundo o género, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Projeto ST-E7G - Taipa

De acordo com o gráfico da figura 135, a percentagem de participantes do género masculino e feminino não é muito díspar, nem variou muito durante os anos em referência. Os participantes do género masculino representam uma ligeira maior percentagem de intervenientes.

Figura 136 – Percentagem de crianças/jovens que participam no Projeto ST, segundo grupos etários, nos anos de 2014, 2017 e 2019



Fonte: Projeto ST-E7G – Taipa

Relativamente aos grupos etários dos participantes, pode-se observar no gráfico da figura 136, que os jovens que pertencem ao grupo etário dos 16 aos 18 anos são os que menos participaram no Projeto

Os do grupo etário dos 11 aos 15 anos, em 2014 e em 2019, representavam a maior fatia dos participantes, 45% e 48%, respetivamente.

Mas em 2017, os participantes com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos tiveram um peso de 49%, representando a maior parcela de envolvimento nas atividades do Projeto.

Figura 137 -- Levantamento de dados qualitativos na área de Cidadania e Participação Cívica

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
Desconhecimento das normas, costumes e tradições do país de acolhimento	Muitos cidadãos migrantes mostram desinteresse em participar civicamente na comunidade local	Projeto ST A Comissão Local para a Interculturalidade (CLI) assegura a participação e a colaboração dos parceiros sociais e dos representantes dos migrantes, na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão.
Muitos migrantes residentes não estão recenseados.	Insuficiente informação sobre a importância do recenseamento eleitoral, traduzido em várias línguas Os cidadãos nacionais de países da União Europeia (EU) procuram o nosso concelho atraídos pelo clima e pela paisagem natural, em busca de uma vida simples e rústica. Frequentemente, optam por não ter uma vida cívica ativa O único objetivo da vinda dos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) é o laborar para melhorar as suas condições de vida e, a maior parte deles, não é elegível para participar no processo eleitoral de forma ativa e/ou passiva	

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
<p>Não existem evidências de participação de migrantes nas associações locais,</p>	<p>Os migrantes nacionais de países terceiros formam comunidades fechadas, promovendo o convívio entre pares</p> <p>Os seus hábitos culturais são muito distintos dos da comunidade de acolhimento</p> <p>A barreira da língua é um constrangimento à participação dos migrantes no movimento associativo</p>	
<p>Falta de competências cívicas de algumas comunidades migrantes, à luz dos critérios da comunidade local</p>	<p>A sobrelotação habitacional proporciona situações que não se coadunam com uma devida capacitação humana, social e cívica</p> <p>O sentimento de não-pertença ao território, a transitoriedade da sua permanência no território e o escasso reagrupamento familiar, leva a que os cidadãos migrantes não se sintam implicados, nem preocupados em cimentar relações básicas de convivência</p>	

2.4.10. Media e Sensibilização da Opinião Pública

Os media têm um papel fundamental na informação e esclarecimento da opinião pública. Devem ser utilizados na defesa da justiça, da verdade e dos direitos de todos, onde se incluem as minorias. Na temática da migração, os media poderão colaborar no exercício da cidadania, na disseminação da importância da presença de cidadãos migrantes em território nacional, atentos ao valor da diversidade intercultural e à integração das comunidades migrantes. Por esta via, são também um importante agente para o acolhimento e integração de cidadãos migrantes.

A Câmara Municipal de Odemira procura através de entrevistas a jornais locais e a rádios, dar a conhecer os objetivos do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), ao mesmo tempo tenta incentivar à participação cívica por parte da sociedade de acolhimento e da comunidade migrante.

Em cada edição do “Odemira em Notícia”, publica-se artigos /notícias relativos ao Plano e às atividades que se irão realizar, como por exemplo a realização do evento de apresentação pública do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), os Dias da Interculturalidade, a divulgação do *e-mail* criado especificamente para a receção dos contributos emitidos por toda a comunidade, medidas preventivas de combate à Pandemia COVID-19 nas línguas de origem e publicação.

Em 2020, considerando o contexto migratório do concelho, a Câmara Municipal de Odemira adquiriu os serviços da RIO-Rádio Internacional de Odemira, no sentido de veicular e divulgar informação relevante para a comunidade migrante, dirigida essencialmente á população de origem asiática. A Rádio RIO, com emissão *on-line*, “é mais do que uma rádio.

É um projeto multimédia, que tem uma rádio como coração, emitindo 24 horas por dia, que liga/projeta todas as outras vertentes. O facto de residirem no concelho pessoas de nacionalidades muito diversas, torna a sua integração na comunidade um aspeto essencial para a harmonia social, geradora de paz social garantida pela compreensão e aceitação do outro. Esta diversidade é, por outro lado, um enorme potencial para o Concelho de Odemira, pois pode constituir um ponto de partida para uma multiculturalidade que poderá servir de exemplo de que o respeito e a solidariedade são possíveis e desejáveis.”

Partindo deste pressuposto, foi criado Programa Rohit, cujos objetivos são:

- (1) promover o conhecimento das culturas dos povos radicados em Odemira;
- (2) divulgar o conhecimento das regras e hábitos locais junto da população migrante;
- (3) contribuir para uma integração harmoniosa da população migrante com a população local.

Este programa semanal tem a locução de um cidadão indiano e é transmitido em hindi.

Em 2020, foram transmitidos os seguintes conteúdos temáticos:

- A música tradicional de países asiáticos como a Índia, o Nepal e o Bangladesh;
- As medidas e objetivos do Plano Municipal para a Integração de Migrantes/Odemira Integra;
- As normas de comportamento/atitudes sociais esperadas pela comunidade local, como por exemplo, não deitar o lixo para o chão, não tirar fotografias às mulheres locais, não circular nas bermas das estradas sem coletes...);
- Os procedimentos de funcionamento e suas funções, acesso e contactos de alguns serviços públicos, como os das áreas da Segurança Social (apoios de que podem usufruir) da Saúde (Centro de Saúde de Odemira, Serviço de Urgência Básica (SUB), o Centro de Respostas Integradas (CRI));
- A importância da frequência às consultas de Planeamento Familiar, Saúde Materna, Saúde Infantil, e o acesso e a relevância da vacinação;
- Os projetos dirigidos à população migrante ec om objetivo principal de promover a integração dessa população, como o Giramundo e o Projeto ST E8G;
- As normas de prevenção da pandemia COVID-19;
- A Igualdade de Género: homens e mulheres/direitos iguais;
- A Segurança Rodoviária;
- A preservação do ambiente natural e normas de conduta;
- A importância do estabelecimento de um contrato de arrendamento;
- O funcionamento, funções e contactos do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) Odemira;
- O funcionamento, funções e contactos do GAVA- Gabinete de Apoio à Vítima;
- O funcionamento, funções e contactos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira;
- Entrevistas a migrantes e a cidadãos da comunidade local;
- Informação relativa à realização de eventos culturais, tanto promovidos pelos cidadãos migrantes, como pela Autarquia, ou pelas entidades da sociedade civil.

Durante o ano de 2020, foram transmitidas 27 emissões, cada uma com a duração de uma hora, semanalmente.

No início do programa, registaram-se cerca de 80 ouvintes *on-line* e no final do mês de dezembro, 334.

Figura 138 - Levantamento de dados qualitativos na área de Media e Sensibilização da Opinião Pública

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
A comunidade de acolhimento sente dificuldade em compreender e em aceitar a presença dos cidadãos migrantes	Hábitos culturais muito díspares Ocupação dos espaços públicos Normas de conduta não adequadas, à luz das instituídas na comunidade local Dificuldade no acesso aos Serviços Públicos pela afluência de estrangeiros	
Ações de sensibilização à opinião pública ainda com pouco impacto		Instrumentos/suportes de comunicação das entidades da parceria para dinamização de ações de sensibilização sobre migração Comemoração do Dia da Interculturalidade As ações desenvolvidas nas Escolas com o objetivo de valorizar e respeitar a multiculturalidade
Desconhecimento da estratégia local para a integração de migrantes, por parte das comunidades migrantes e da comunidade local	Expressão dos movimentos migratórios e circulação entre regiões Desinteresse da comunidade local quanto à finalidade e objetivo de um Plano para acolher e integrar migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	Comemoração do Dia da Interculturalidade

2.4.11. Racismo e Discriminação

Portugal, de acordo com a lei internacional, as diretivas comunitárias e a Constituição da República Portuguesa desenvolve políticas e boas práticas de integração, produzindo a necessária legislação antidiscriminação, que proíbe todas as formas de discriminação baseadas no sexo, raça, cor, crenças religiosas, nacionalidade ou origem étnica.

Estes suportes legais procuram prevenir e eliminar a discriminação em todas as suas formas e punir a prática de atos que conduzem à violação dos direitos humanos fundamentais, ou restringir os direitos socioeconómicos ou culturais de qualquer pessoa pelo facto de pertencer a certa raça, cor, nacionalidade ou grupo étnico.

No Plano de Ação da União Europeia (UE) contra o racismo 2020-2025 pode ler-se que “(...) A discriminação em razão da raça ou origem étnica é proibida na União Europeia e, no entanto, continua a existir na nossa sociedade. Não basta ser contra o racismo. Temos de atuar contra ele. O racismo prejudica a sociedade de múltiplas formas. Mais diretamente, significa que um grande número de pessoas que vivem na Europa são vítimas de discriminação, pondo em causa a sua dignidade humana, oportunidades de vida, prosperidade e bem-estar, assim como amiúde, a sua própria segurança pessoal. (...) Todas as pessoas na União devem poder usufruir dos seus direitos e liberdades fundamentais da igualdade de participação na sociedade, independentemente da sua origem racial e étnica.” (Plano de Ação da União Europeia (UE) contra o racismo 2020-2025 (COM (2020) 565 final, de 18 de setembro de 2020), in Indicadores de Integração de Imigrantes – Relatório Estatístico Anual 2020.

Este tema tem sido alvo de diversos estudos, de campanhas de sensibilização e de prevenção, mas, ainda há um longo caminho a percorrer, principalmente com as gerações vindouras. Muitas das situações de discriminação vividas pelos migrantes acontecem no seu quotidiano em diversos contextos e dificultam a sua integração. As campanhas de prevenção de abrangência nacional têm o seu valor e impacto mas, é a nível local, numa ação conjunta das entidades da sociedade civil que a prevenção e a solução deste problema devem ser equacionados e se revelam mais eficazes.

O estudo “Diagnóstico da População Imigrante em Portugal”, sob a coordenação de Jorge Malheiros e Alina Esteves, refere que “de entre a maioria que valida a existência da discriminação étnica e racial (74%), os imigrantes consideram que a discriminação é sobretudo ocasional (ocorrendo algumas vezes). Ainda assim, 29,4% dos imigrantes considera que a discriminação é frequente, sendo mais as mulheres do que os homens a referir que a discriminação é manifestada muitas vezes (32,8% e 26,1% respetivamente).

O mesmo estudo constata “que a perceção da existência de discriminação é maior quanto menor o nível de escolaridade do imigrante (...). São os migrantes menos instruídos os que mais vulneráveis estão a situações de discriminação, também são estes que, em maior número e de forma generalizada, consideram que existe discriminação em Portugal”.

Ainda segundo Jorge Malheiros e Alina Esteves, a comunidade que mais refere ser alvo de discriminação é a brasileira, seguida pela comunidade de migrantes de Europa de Leste. Os imigrantes asiáticos são os que menos se sentem objeto de discriminação. Este facto pode advir do contacto menos frequente que esta comunidade mantém com a sociedade de acolhimento.

Relativamente às situações em que a discriminação ocorre, é no contexto laboral que existe maior incidência deste facto, seguido pelo acesso aos Serviços Públicos. Importa ainda referir que os cidadãos migrantes também manifestam sentimento de discriminação na situação de arrendamento de habitação.

No nosso concelho, segundo o GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima, nos anos de 2014, 2017 e 2019, não se observaram quaisquer sinalizações ou referências formais de qualquer situação de racismo ou discriminação.

Figura 139 - Levantamento de dados qualitativos na área de Racismo e Discriminação

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
As grandes comunidades migrantes assumem uma postura de isolamento e de exclusão que impede uma maior abertura ou aproximação à local	Hábitos culturais diferentes Os migrantes agrupam-se segundo a sua nacionalidade e não estabelecem contactos com a comunidade de acolhimento	Comemoração do Dia da interculturalidade e de outras festividades culturais e/ou religiosas de outros países
A comunidade de acolhimento sente dificuldade em compreender e em aceitar a presença dos cidadãos migrantes	Hábitos culturais muito díspares Normas de conduta não adequadas, à luz das instituídas na comunidade local	Almoço Intercultural
Diversidade e disparidade entre as várias culturas, com hábitos e costumes muito diferentes da cultura local, desencadeiam comportamentos discriminatórios e xenófobos	O grande número de migrantes presentes no território, sendo a grande maioria do género masculino O desconhecimento, por parte dos cidadãos migrantes, de normas, hábitos e costumes locais Falta de empatia por culturas diferentes, por parte dos cidadãos locais	Tradução e distribuição do “Manual de Acolhimento ao Cidadão Migrante em Odemira” Projeto ST Projeto Giramundo Emissão na Rádio RIO – Rádio Internacional de Odemira do Programa ROHIT. Este programa, emitido em hindi por um cidadão indiano, divulga informações sobre o acesso a diversos serviços e apoios de que os cidadãos poderão solicitar

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
O desconhecimento provoca desconfiança entre as comunidades migrantes e a sociedade de acolhimento	Ausência de iniciativas com o objetivo de conhecer as diferentes culturas presentes no território Os migrantes desconhecem os hábitos e as regras estabelecidos na comunidade de acolhimento	Projeto ST Projeto Giramundo Ações de sensibilização realizadas em várias áreas temáticas
Existem postos de trabalho que são claramente direcionados para cidadãos estrangeiros	Precariedade e condições físicas exigentes de algumas tarefas agrícolas	
Nas escolas, entre os alunos, existem manifestações de racismo/discriminação	Falta de respeito e tolerância por diferentes culturas e hábitos (modo de vestir, língua diferente, cor da pele, tipo de alimentação...) O contexto familiar não incita a sentimentos como a tolerância e o respeito pela diferença	O Projeto ST tem iniciativas destinadas a combater comportamentos racistas, xenófobos ou discriminatórios Outras ações dirigidas ao público escolar, sejam promovidas pelo Setor da Educação da Câmara Municipal de Odemira, sejam desenvolvidas por outras entidades da sociedade civil

2.4.12. Relações Internacionais

A existência de contactos entre os países de origem e os países de acolhimento contribui para uma mais eficaz integração dos migrantes. Conhecer e dar a conhecer costumes e hábitos culturais pode contribuir para processos de acolhimento e integração adaptados e choques culturais atenuados, para além de cimentarem estratégias colaborativas facilitadoras dos fluxos migratórios a favor das partes.

As embaixadas e os consulados, têm como principais funções, assegurar e proteger os interesses do seu país e de cada cidadão no exterior e mediar as relações entre os dois países, o de origem e o país onde estão instalados. Estas entidades devem ter um papel muito relevante na integração dos cidadãos migrantes no país de acolhimento se for promovida a sua articulação e colaboração com as entidades locais da comunidade que acolhe os seus concidadãos. São estruturas privilegiadas de conhecimento, da sua cultura e da cultura do país que os acolhe, as quais poderão criar pontes entre as comunidades.

Foram solicitados dados relativos ao número de contactos (ou visitas) estabelecidos com as embaixadas ou consulados dos países de origem dos trabalhadores às empresas agrícolas do concelho e entre as 4 empresas que responderam à nossa solicitação, registaram-se 2 contactos/visitas com a embaixada da Tailândia em 2014 e 1 contacto/visita com a embaixada da Ucrânia em 2019.

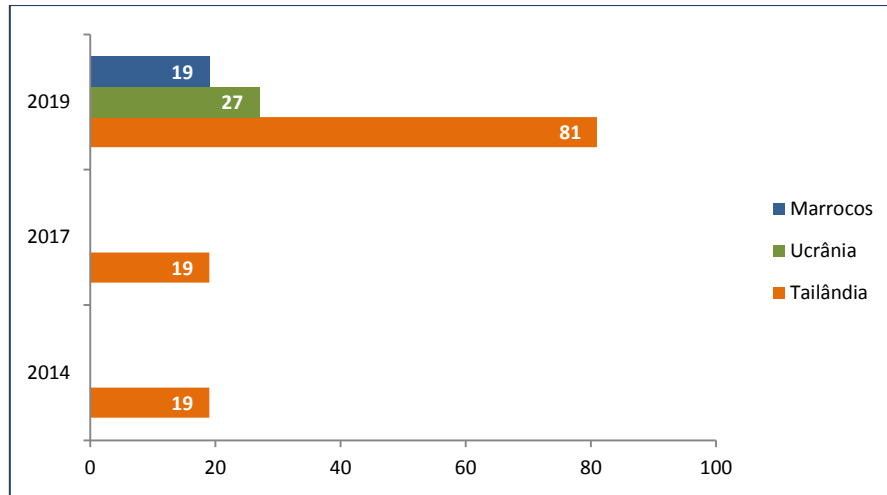
No concelho, existem empresas agrícolas que contratam os seus trabalhadores estrangeiros diretamente nos seus países de origem, evitando assim, empresas intermediárias no processo de contratação, as quais, muitas das vezes, provocam situações laborais e sociais injustas para os trabalhadores migrantes e/ou de exploração.

Como já foi referido anteriormente, foram solicitados dados sobre os trabalhadores agrícolas às nove empresas parceiras da CLI e a duas associações de produtores, mas somente quatro destas entidades os disponibilizaram (as empresas Driscoll's Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal).

De seguida, apresenta-se o tratamento de dados recolhidos junto destas empresas, tendo em conta que a pretensão não é retratar a realidade migratória vivida nas empresas agrícolas, uma vez que o número de respostas conseguidas é muito diminuto, mas sim realçar a tendência dos dados e das situações em torno do fenómeno migratório dentro das “quintas”.

Nota: A empresa Haygrove Portugal, Lda não enviou dados relativos ao ano de 2014, uma vez que só se instalou no concelho em 2016.

Figura 140 - Nº de trabalhadores migrantes contratados diretamente no seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019, nas empresas agrícolas Driscoll's Portugal, Haygrove Portugal, Lda, Maravilha Farms e Vitacress Portugal



Fonte: Empresas agrícolas do concelho de Odemira

Figura 141 - Levantamento de dados qualitativos na área de Relações Internacionais

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
Dificuldades em contactar as embaixadas/consulados e destes receber informação	Reduzido envolvimento com os seus cidadãos por parte das entidades representantes dos países de origem	
Ausência de colaboração/articulação entre as embaixadas e as entidades locais do concelho	Habitualmente, as embaixadas trabalham ao nível macro/nacional e parecem mais vocacionadas para o trabalho que envolve as relações políticas entre os dois países	
Não existe contacto com os países de origem dos migrantes	As entidades locais, com responsabilidade na matéria, não tomam a iniciativa de contactar entidades dos países de origem dos cidadãos migrantes	
Não é fácil contratar cidadãos estrangeiros sem passar por intermediários	O processo de contratar diretamente nos seus países de origem, revela-se complexo	

2.4.13. Religião

Presentemente, assistimos a uma maior pluralidade religiosa no concelho, diretamente relacionada com os fluxos migratórios que chegam e se instalam no território.

O fenómeno das migrações constitui-se como “uma consequência de mudanças económicas, culturais, sociais e políticas e uma causa de transformações desta natureza nas áreas de origem e destino. Um dos domínios em que podemos verificar essas transformações é a religião, as crenças e as espiritualidades.

Esta diversidade religiosa, de crenças e espiritualidades, por sua vez, constituem uma forma de participação pública e de integração dos migrantes e dos cidadãos em geral, uma vez que é nas igrejas e nas organizações religiosas que estas pessoas encontram outros cidadãos com a mesma nacionalidade, com a mesma fé e com os mesmos problemas (como a legalização, a procura de emprego, o combate à solidão, entre outros).” (Maria Isabel Tomás, “Os desafios da Contemporaneidade ao Cristianismo- Pluralidade Religiosa, Fluxos Migratórios e Cidadania”). Para além destes espaços e organizações religiosas serem o “porto de abrigo” de muitos cidadãos migrantes no país de acolhimento, “o acesso à religião que se professa constitui um importante direito de cidadania, uma vez que está relacionado com a liberdade religiosa e com a identidade cultural.” (Maria Isabel Tomás, “Os desafios da Contemporaneidade ao Cristianismo- Pluralidade Religiosa, Fluxos Migratórios e Cidadania”).

A diversidade religiosa não existe apenas entre diferentes religiões, mas também dentro das próprias religiões. Não se deve assumir que todos os membros de uma religião são iguais. “(...) Cada pessoa traz para a prática religiosa a sua história pessoal, ideias e modos de viver. (...) Para a tomada de consciência coletiva acerca da pluralidade religiosa e para o necessário diálogo inter-religiosa, a ação local é de importância vital, pois é no quotidiano que melhor se compreende a real capacidade de relação entre pessoas com convicções e tradições distintas. A abordagem ao diálogo inter-religioso deverá ser feita de forma aberta e gradual, num clima de diálogo e confiança, procurando sempre o pôr-se no lugar do outro”. (ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, “Diálogo Inter-Religioso no Tempo e 33 Ideias para pensar e Agir” (2011).

A pluralidade religiosa em Portugal originou um conjunto de políticas públicas, como a Lei da Liberdade Religiosa, que veio regulamentar um conjunto de direitos já consagrados na Constituição da República Portuguesa, o Código Civil Português, entre outros documentos legais.

Não existem no concelho de Odemira locais formalmente reconhecidos como espaços próprios de culto para nenhuma religião oriental.

Figura 142 - Religiões mais representadas no concelho de Odemira no ano de 2011

Religião	Nº	%
Católica	15.219	58,4
Ortodoxa	290	1,1
Protestante	249	1
Outra Cristã	260	1
Judaica	6	0
Muçulmana	48	0,2
Outra não cristã	141	0,5
Sem religião	2.931	11,2
População que não respondeu	3.760	14,4
População com menos de 15 anos	3.162	12,1
Total	26.066	100

Fontes: INE, Censos 2011

Como podemos verificar na tabela da figura 142, em 2011, a religião mais representativa no território é a Católica, envolvendo mais de metade da população seguida da Ortodoxa. As restantes apresentavam valores residuais.

A religião Protestante representava 1% e Outra Cristã mostrava a mesma percentagem.

As religiões Outra não Cristã (0,5%), Muçulmana (0,2%) e a Judaica (0,0%) tinham pouca representatividade junto da população residente no concelho de Odemira.

No entanto, dado que são indicadores com uma década, aguarda-se a realização dos Censos 2021 para a obtenção de dados mais fidedignos da realidade atual.

Figura 143 - Levantamento de dados qualitativos na área de Religião

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
Religiões como o islamismo, hinduísmo, budismo não assumem o conceito de templo e existe alguma intolerância.	Questões doutrinárias associadas a cada religião	No concelho existem alguns espaços de culto informais e não estruturados, dinamizados pelas próprias comunidades, que refletem a diversidade religiosa
Não existem iniciativas suficientes e estruturadas, com o intuito de fomentar o diálogo interreligioso	Afastamento das comunidades entre si Cultos religiosos não formalizados e pouco estruturados	Os sacerdotes, por sua iniciativa, realizam missas inter-religiosas em épocas festivas, como por exemplo no Natal, na localidade de Almogrove, com a participação de cidadãos de nacionalidade ucraniana Um dos sacerdotes do nosso concelho construiu um livro de missa traduzido em ucraniano

2.4.14. Igualdade de Género

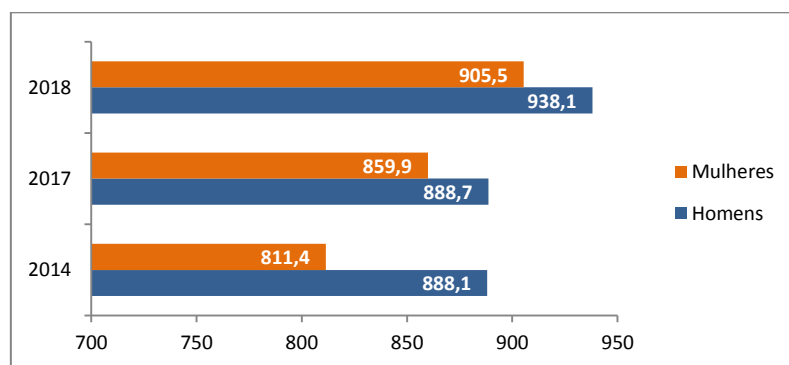
O Plano Municipal para a Igualdade de Género no Concelho de Odemira (PMIGO), surge da necessidade do Município de Odemira e das entidades parceiras da Rede Social de Odemira pretenderem contribuir para a eliminação das desigualdades de género, não discriminação em função do sexo e para a erradicação da violência de género no concelho.

A versão inicial do Plano Municipal para a Igualdade de Género no Concelho de Odemira (PMIGO) (preliminar) nasceu em 2014, no âmbito da candidatura do Município de Odemira à tipologia 7.2 – Planos para a Igualdade do Programa Operacional Potencial Humano (POPH)/Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) como organismo de gestão e sob a sua égide, decorreram diversas atividades que mobilizaram os parceiros da Rede Social em torno da realidade da igualdade de género. Também no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social de Odemira, as questões da igualdade de género e da violência doméstica vêm sendo tratadas como prioridades de intervenção. Assim, no âmbito destes dois planos estratégicos, decorrem no concelho diversas atividades que mobilizam as parcerias locais, em torno destas temáticas. Nesta sequência, é elaborado o Plano Municipal para a Igualdade de Género de Odemira 2016-2020 (PMIGO).

Em 2016, em articulação com a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, o Município de Odemira e o Município de Aljezur articulam e elaboram o Plano Intermunicipal para a Igualdade de Género de Odemira a Aljezur 2017-2020 (PIMI). Este Plano surge no âmbito do Protocolo para a Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género, assinado a 19 de maio de 2016, pela Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, em conjunto com os Municípios de Odemira e Aljezur, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), a TAIPA, e um conjunto de 12 entidades de carácter regional e local destes territórios, nas mais diversas áreas, segurança, saúde, educação, proteção de crianças e jovens e segurança social.

As figuras seguintes permitem fazer uma análise na perspetiva da igualdade de género, em diversos contextos, no concelho.

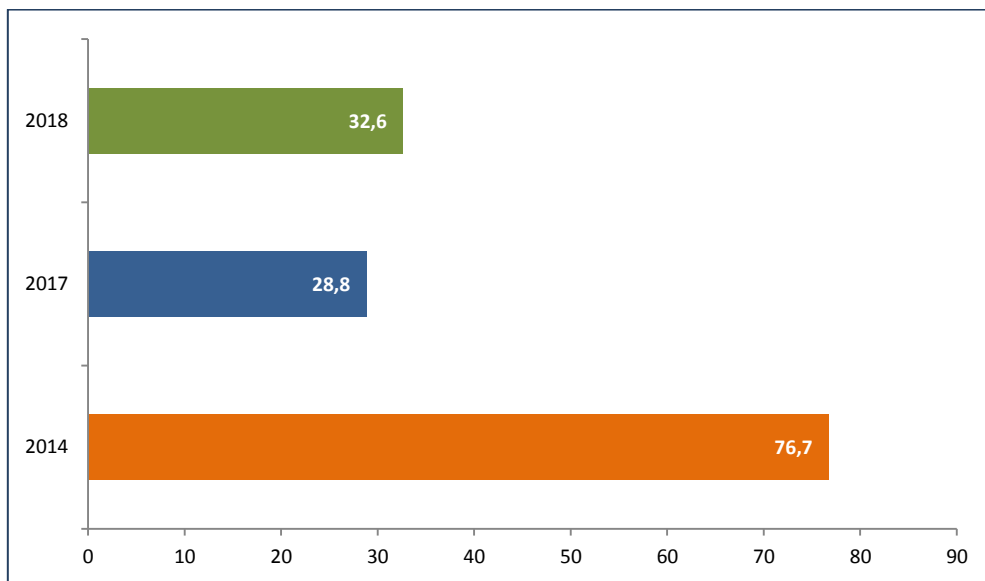
Figura 144 - Rendimento médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por género, nos anos de 2014, 2017 e 2018 (€)



Fonte: PORDATA

O gráfico da figura 144, mostra que os trabalhadores por conta de outrem, do género feminino, obtêm ainda um rendimento médio mensal inferior aos trabalhadores do género masculino nos anos em referência.

Figura 145 - Variação do rendimento médio mensal, entre homens e mulheres, dos trabalhadores por conta de outrem, nos anos de 2014, 2017 e 2018 (€)



Fonte: PORDATA

Como se pode observar no gráfico da figura 145, a diferença entre o rendimento mensal dos trabalhadores, homens e mulheres, foi maior no ano de 2014 (76,7€). Em 2017, o ano em que a diferença se registou menor, o valor era igual a 28,8€ e em 2018 voltou a subir para 32,6€.

Figura 146 – Nº e percentagem de candidatas e eleitos, por género, nas eleições autárquicas de 2017, à Câmara Municipal de Odemira

Eleições Câmara Municipal /2017				
	Nº candidatos	% candidatos	Nº eleitos	% eleitos
Mulheres	18	51,4	3	42,8
Homens	17	48,6	4	57,2
Total	35	100	7	100

Fonte: Município de Odemira

No que respeita à participação política nas eleições autárquicas de 2017 à Câmara Municipal, a tabela da figura 146, mostra a participação, segundo o género, nas listas de cinco forças políticas. As mulheres candidatas nas listas apresentadas, representavam 51,4% (18 mulheres) do total dos candidatos, e os homens representavam 48,6% (17 homens).

Quanto aos eleitos, num total de 7, foram eleitas 3 mulheres (42,8%) e 4 homens (57,2%). Tais valores indicam equilíbrio nos indicadores e traduzem uma participação política equilibrada e entre géneros, favorecida pela existência de quotas.

Figura 147 - Nº e percentagem de candidatos e eleitos, por género, nas eleições autárquicas de 2017, à Assembleia Municipal de Odemira

Eleições Assembleia Municipal / 2017				
	Nº candidatos	% candidatos	Nº eleitos	% eleitos
Mulheres	33	39,3	7	33,3
Homens	51	60,7	14	66,7
Total	84	100	21	100

Fonte: Município de Odemira

Observando agora a participação política nas eleições autárquicas de 2017 à Assembleia Municipal, a tabela da figura 147 mostra a participação, segundo o género, nas listas de quatro forças partidárias. As mulheres candidatas nas listas apresentadas, representavam 39,3% (33 mulheres) do total de candidatos, e os homens representavam 60,7% (51 homens). Quanto aos eleitos, num total de 21, foram eleitas 7 mulheres (33,3%) e 14 homens (66,7%), representando apenas 1/3 da representatividade feminina.

É de salientar, que foi eleita uma mulher como Presidente da Assembleia Municipal.

Figura 148 - Percentagem de mulheres e homens candidatos e eleitos nas eleições autárquicas de 2017, às Assembleias de Freguesia do concelho de Odemira

Eleições Assembleias de Freguesia / 2017				
Freguesias	% candidatas	% candidatos	% eleitas	% eleitos
Sabóia	29	71	29	71
Boavista dos Pinheiros	36	64	33	67
Colos	43	57	43	57
Longueira-Almograve	47	53	44	56
Luzianes-Gare	36	64	29	71
Relíquias	36	64	29	71
St.ª Clara a Velha	43	57	43	57
S. Luís	37	63	44	56
S. Teotónio	42	58	44	56
S. Martinho das Amoreiras	36	64	29	71
S. Salvador St.ª Maria	36	64	33	67
Vale de Santiago	36	64	29	71
Vila Nova de Milfontes	40	60	33	67

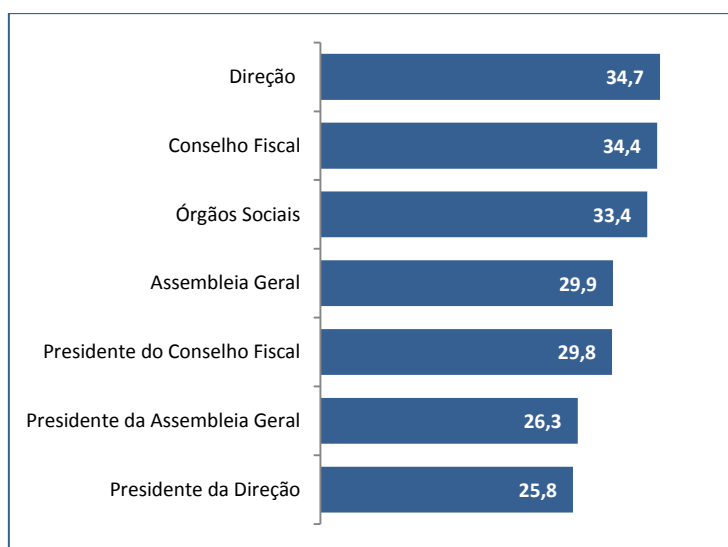
Fonte: Município de Odemira

Da análise da tabela da figura 148, no que respeita às eleições autárquicas para as Assembleias de Freguesia, verifica-se que quer quando falamos de mulheres candidatas, quer quando falamos de mulheres eleitas, os números são sempre inferiores aos dos homens.

Em termos de presença nas listas candidatas, observamos que é nas Assembleias de Freguesia de Longueira-Almograve, Colos e St.ª Clara-a-Velha onde se registam percentagens mais elevadas de participação. No que concerne às mulheres eleitas, os valores mais elevados de verificam-se nas Assembleias de Freguesia Longueira-Almograve, S. Luís e S. Teotónio.

Em termos de Presidentes de Junta de Freguesia, apenas duas, num total de treze, são mulheres: Longueira-Almograve e Luzianes-Gare, o que é um número manifestamente inferior ao dos homens.

Figura 149 – Percentagem de Mulheres que participam nos órgãos sociais das Associações do concelho de Odemira, no ano de 2016



Fonte: Município de Odemira

De uma forma geral, apenas um terço dos membros dos órgãos sociais são mulheres (29,9% na Assembleia Geral, 34,4% no Conselho Fiscal e 34,7% na Direção). A proporção é ainda menor nos cargos de presidência desses mesmos órgãos. Apenas um quarto dos/as presidentes da direção são mulheres (25,8%).

Quanto às questões relacionadas com a violência doméstica e de género no concelho, foram solicitados dados ao GAVA – Gabinete de Apoio à Vítima. Esta entidade informou que em 2014, 35 cidadãos portugueses (2 homens e 33 mulheres) solicitaram apoio como vítimas de violência doméstica, em 2017, 30 (3 homens e 27 mulheres) e em 2019, 51 (3 homens e 48 mulheres).

No que respeita à população migrante, foram recolhidos os seguintes dados quantitativos.

Figura 150 - N.º de cidadãos migrantes no concelho de Odemira, que solicitaram apoio como vítimas de violência doméstica, segundo o seu país de origem e género, nos anos de 2014, 2017 e 2019

País de origem	N.º de Vítimas de Violência Doméstica					
	2014		2017		2019	
	H	M	H	M	H	M
Moçambique	0	0	0	1	0	0
Polónia	0	0	0	1	0	1
Brasil	0	2	0	3	0	3
Alemanha	0	0	0	1	0	0
Holanda	0	0	0	1	0	0
Ucrânia	0	2	0	1	0	0
Cuba	0	1	0	0	0	0
Nepal	0	0	0	0	0	2
Nigéria	0	0	0	0	1	0
Bulgária	0	0	0	0	0	1
Áustria	0	0	0	0	1	2
Total	0	5	0	8	2	9

Fonte: GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima – TAIPA

Segundo os dados do GAVA – Gabinete de Apoio à Vítima de Odemira, no período em análise evidenciados na tabela da figura 150, e à semelhança do que acontece entre a comunidade portuguesa, foram maioritariamente as mulheres que solicitaram apoio a este Gabinete.

Em 2014, 5 mulheres estrangeiras solicitaram apoio, em 2015, 8 e, em 2019, 9 mulheres.

Figura 151 - Nº de migrantes do concelho de Odemira que solicitaram apoio como vítimas de violência doméstica, segundo o seu país de origem, face à sua situação profissional, nos anos de 2014, 2017 e 2019

Ano	País de origem	Desempregado	Empregado	Incapacitado p/o trabalho	Reformado
2019	Áustria	3	0	0	0
	Brasil	1	2	0	0
	Bulgária	1	0	0	0
	Polónia	0	1	0	0
	Nepal	0	2	0	0
	Nigéria	0	1	0	0
2017	Alemanha	1	0	0	0
	Brasil	0	1	0	0
	Holanda	0	0	0	1
	Moçambique	0	3	0	0
	Polónia	0	1	0	0
	Ucrânia	0	1	0	0
2014	Brasil	0	2	0	0
	Cuba	0	1	0	0
	Ucrânia	0	2	0	0
Total		6	17	0	1

Fonte: GAVA-Gabinete de Apoio à Vítima – TAIPA

Quando analisamos o gráfico da figura 151, verificamos que nos anos em análise, e no que respeita aos cidadãos migrantes, a maioria dos indivíduos que procuraram o apoio do GAVA estavam empregados (17), e 6 estavam desempregados.

Verifica-se que são poucos os indivíduos migrantes que procuram apoio como vítimas de violência, facto que se deve, provavelmente, com o desconhecimento do serviço e da língua, e até mesmo algum sentimento de desconfiança quanto ao serviço por não saberem como este funciona. De referir ainda não se registou nenhum indivíduo a solicitar apoio como vítima de xenofobia/racismo.

Figura 152 - Levantamento de dados qualitativos na área da Igualdade de Género

PROBLEMAS/CONSTRANGIMENTOS/ PONTOS FRACOS	CAUSAS	RECURSOS/POTENCIALIDADES/ PONTOS FORTES
<p>Cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT), de uma forma geral, não reconhecem que as mulheres e os homens têm os mesmos direitos.</p>	<p>Fatores culturais e educacionais intrínsecos às suas comunidades de origem.</p> <p>As mulheres migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) desconhecem os seus direitos</p>	
<p>As mulheres migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) não têm um papel ativo na comunidade.</p>	<p>Fatores culturais e educacionais intrínsecos às suas comunidades de origem.</p> <p>Desconhecimento das regras e modo de funcionamento das entidades locais</p> <p>Desconhecimento da língua de acolhimento</p>	
<p>Existem situações de violência doméstica nas comunidades migrantes NPT.</p>	<p>Fatores culturais e educacionais intrínsecos às suas comunidades de origem.</p> <p>Desconhecimento da existência de entidades locais que apoiam vítimas de violência doméstica</p>	

3. A Dimensão Estratégica

A Dimensão Estratégica deste Plano tem como objetivo continuar a planear a mudança relativa à situação diagnosticada anteriormente, descrevendo a situação desejada, em torno da qual se desenham compromissos exequíveis e devidamente validados por todos os que estão envolvidos neste processo, sendo ainda o ponto de partida que enquadra as opções operacionais decorrentes. Não existindo uma visão estratégica, a dimensão operacional poderá ficar atomizada em medidas que não implicam qualquer visão ou adequação para o concelho.

Desenhar a estratégia implicou a definição de objetivos estratégicos, metas e estratégias, de maneira a orientar a ação e a afetação de recursos. Os objetivos estratégicos devem espelhar claramente os resultados a alcançar e devem ser medidos pelos indicadores definidos

Figura 153 - Dimensão Estratégica do Odemira Integra_3G

ÁREAS	OBJETIVO GERAL	ESTRATÉGIAS	INDICADORES
1. Serviços de Acolhimento e Integração	Proporcionar aos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) um acolhimento estruturado e facilitador	Aposta em serviços adequados às necessidades dos cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) e às necessidades do território	Níveis de satisfação dos cidadãos imigrantes Nº de iniciativas realizadas
2. Urbanismo e Habitação	Melhorar as condições de habitabilidade das residências/alojamentos dos cidadãos migrantes	Aplicação/execução do estipulado na Resolução do Conselho de Ministros nº 179/2019, de 24 de outubro, da competência do Grupo do Projeto do Mira, numa articulação com as empresas, entidades públicas e governamentais Informação pertinente veiculada a arrendatários e proprietários	Nº e diversificação de residências/alojamentos e melhoria das condições de habitabilidade

ÁREAS	OBJETIVO GERAL	ESTRATÉGIAS	INDICADORES
3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	<p>Melhorar as condições de trabalho dos cidadãos migrantes, favorecendo a sua fixação</p> <p>Promover a atratividade do setor agrícola junto dos jovens</p>	<p>Garantir o trabalho em rede entre as empresas agrícolas e outras entidades com responsabilidade nesta área, apostando no conhecimento, por parte dos cidadãos migrantes, dos seus direitos e deveres como trabalhadores</p>	<p>Varição do nº de migrantes residentes no concelho</p> <p>Varição do nº de migrantes desempregados</p>
4. Formação e Capacitação	<p>Potenciar as competências e capacidades da população migrante, contextualizadas às suas necessidades e ao território</p>	<p>Garantir o trabalho em rede e colaborativo entre as entidades locais e regionais incrementando ações que promovam nos cidadãos NPT as competências necessárias à sua integração comunitária e laboral</p>	<p>Nº de ações promovidas de aprendizagem da língua portuguesa e relativas a outros temas relevantes</p>
5. Educação e Língua	<p>Proporcionar aos filhos dos cidadãos migrantes um percurso escolar contínuo e de sucesso</p> <p>Promover o respeito pela diversidade cultural no seio da comunidade escolar</p> <p>Pugnar junto do Ministério da Educação para que os Agrupamentos de Escolas do concelho adquiram o estatuto de Território de Intervenção Prioritária</p>	<p>Sensibilizar as instituições escolares para a colaboração/adesão às ações previstas desenvolver</p> <p>Implementar e melhorar as estratégias que colaboram na integração dos alunos estrangeiros</p>	<p>Varição da taxa de abandono escolar e de transição/aprovação de alunos estrangeiros</p> <p>Nº de alunos que participam, nas iniciativas implementadas em contexto escolar</p> <p>Nº de Agrupamentos de Escolas que adquirem estatuto de Território de Intervenção Prioritária</p>
6. Cultura	<p>Aumentar o nível de conhecimento sobre as características socioculturais das comunidades de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) e da comunidade de acolhimento</p>	<p>Aposta em iniciativas interculturais</p>	<p>Perceção das comunidades, migrantes e locais, sobre as semelhanças e as diferenças socioculturais</p>

ÁREAS	OBJETIVO GERAL	ESTRATÉGIAS	INDICADORES
7. Saúde	Ampliar e melhorar a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos migrantes	<p>Promover ações de sensibilização destinada a profissionais de saúde e cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)</p> <p>Informar/esclarecer a comunidade migrante sobre o acesso aos serviços de saúde</p>	<p>Nº de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) e profissionais de saúde que participam nas ações de sensibilização</p> <p>Variação do nº de consultas a cidadãos estrangeiros, nas respostas disponibilizadas localmente</p>
8. Solidariedade e Resposta Social	Potenciar o acesso às medidas sociais existentes, no apoio a cidadãos migrantes	<p>Divulgar junto da comunidade migrante as medidas existentes</p>	<p>Variação do nº de migrantes beneficiários das medidas existentes</p>
9. Cidadania e Participação Cívica	Aumentar o nível de participação da comunidade migrante em atos cívicos e de cidadania	<p>Aposta em iniciativas formativas dirigidas a cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)</p> <p>Sensibilizar a sociedade de acolhimento de forma a permitir a participação de cidadãos migrantes</p>	<p>Nº de migrantes envolvidos em ações de cidadania</p> <p>Nº de migrantes que aumentam o nível de conhecimento sobre os seus direitos e deveres nas diversas áreas</p> <p>Nº de iniciativas promotoras do reforço do papel da mulher migrante Nacional de Países Terceiros (NPT)</p>

ÁREAS	OBJETIVO GERAL	ESTRATÉGIAS	INDICADORES
10. Media e Sensibilização da Opinião Pública	<p>Sensibilizar as comunidades de acolhimento e migrantes para a importância das estratégias de integração de migrantes</p> <p>Promover o conhecimento e a aceitação da interculturalidade</p> <p>Criar oportunidades específicas nos media locais para divulgação das iniciativas das comunidades migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) e outras informações de interesse</p>	<p>Agilizar a relação com os meios de comunicação social e potenciar a implementação do próprio Plano Municipal para a integração de Migrantes (PMIM) como veículo para o reconhecimento, na comunidade, da importância da integração da população migrante</p> <p>Implementar ações que promovam o conhecimento e as “pontes” que existem entre as várias culturas</p>	<p>Nº de publicações e de emissões nos media locais sobre as comunidades migrantes</p> <p>Nº de instrumentos de divulgação relativos à estratégia local para a integração de migrantes</p>
11. Racismo e Discriminação	<p>Combater os estereótipos socioculturais da comunidade de acolhimento face realidade sociocultural vivida pelos cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) e às diferenças culturais</p> <p>Prevenir situações de racismo e discriminação</p>	<p>Aposta em iniciativas que permitam os cidadãos locais o conhecimento e consciencialização dos percursos de vida e necessidades dos cidadãos migrantes</p>	<p>Perceção dos cidadãos nacionais acerca da realidade sociocultural vivida pelos Nacionais de Países Terceiros (NPT) no concelho</p> <p>Nº de iniciativas tomadas na prevenção de situações discriminatórias para com cidadãos migrantes</p>
12. Relações Internacionais	<p>Envolver as embaixadas dos países de origem nas soluções para as necessidades dos migrantes</p>	<p>Promover o trabalho colaborativo entre as embaixadas dos países de origem dos migrantes e as entidades locais/Comissão Local para a Interculturalidade (CLI)</p>	<p>Nº de embaixadas envolvidas</p>

ÁREAS	OBJETIVO GERAL	ESTRATÉGIAS	INDICADORES
13. Religião	Promover o respeito pela religião e cultura dos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	Abordagem da religião como um elemento facilitador para o processo de integração, reconhecendo os cultos mais representativos como elementos a considerar pela comunidade local, no âmbito da valorização da diversidade cultural	Nº de iniciativas realizadas que permitam aos migrantes manifestarem os elementos estruturantes da sua religião/cultura Nº de iniciativas que promovam o diálogo inter-religioso
14. Igualdade de Género	Sensibilizar os cidadãos migrantes para a igualdade de género Valorizar o papel da mulher migrante Nacionais de Países Terceiros (NPT) na comunidade	Aposta em iniciativas formativas dirigidas a cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) Promover uma linha de comunicação eficaz no âmbito da igualdade de género	Nº de migrantes envolvidos em ações de sensibilização sobre a temática Nº de iniciativas promotoras do reforço do papel da mulher migrante Nacionais de Países Terceiros (NPT) na sociedade

4. Dimensão Operacional

A Dimensão Operacional, articulada com a Dimensão Estratégica, é a execução propriamente dita do Plano. Envolve cada tarefa ou atividade isoladamente e preocupa-se em atingir as metas específicas para cada medida.

Noutra perspetiva, a Dimensão Operacional é a via entre o Plano e a realidade que se quer alcançar, através de decisões e ações concretas.

De seguida, apresentamos a Dimensão Operacional do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), Odemira Integra_3G, por cada uma das 14 áreas de intervenção.

A saber:

1. Acolhimento e Integração;
2. Urbanismo e Habitação;
3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo;
4. Educação e Língua,
5. Capacitação e Formação;
6. Cultura;
7. Saúde;
8. Solidariedade e Resposta Social;
9. Cidadania e Participação Cívica;
10. Media e Sensibilização da Opinião Pública;
11. Racismo e Discriminação;
12. Relações Internacionais;
13. Religião
14. Igualdade de Género

As medidas encontram-se seriadas em **Nível 1** (se incorrem nas atribuições e competências próprias de cada entidade) e em **Nível 2** (tratando-se de ações com financiamento comunitário).

Nota: Na coluna “Entidades Responsáveis”, a entidade destacada é responsável pela mobilização e coordenação dos restantes parceiros para a boa execução da medida e encontra-se mencionada a negrito.

4.1. Serviço de Acolhimento e Integração

Figura 154 - Dimensão Operacional da Área dos Serviços de Acolhimento e Integração

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
Proporcionar aos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) um acolhimento mais estruturado e facilitador	Assegurar a continuação da intervenção do CLAIM, na sua modalidade itinerante e alargar a sua intervenção a mais migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	1. Disponibilizar o serviço de itinerância do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) através da contratação de um recurso humano	2	O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) possuir 2 técnicos a tempo inteiro	Variação do nº de atendimentos realizados	. TAIPA / Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) . Câmara Municipal de Odemira
	Agilizar o processo de regularização dos nacionais de países terceiros, através da articulação entre as empresas	2. Continuar a promover o “SEF em Movimento”	1	Realizar 4 deslocações da iniciativa “SEF em Movimento” ao concelho	Nº de migrantes que beneficiaram desta iniciativa Nº de empresas agrícolas envolvidas neste processo	. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) . TAIPA/ Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) . Associação dos Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA) . Lusomorango . Empresas agrícolas

<p>(cont)</p> <p>Proporcionar aos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) um acolhimento mais estruturado e facilitador</p>	<p>Facilitar a prestação de serviços aos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)</p> <p>Melhorar a comunicação entre os serviços públicos locais e os cidadãos migrantes</p>	<p>3. Criação de uma equipa de mediação intercultural itinerante, constituída por 4 elementos: 3 mediadores (de origem nepalesa, indiana e bengali) e um coordenador de equipa</p>	<p>2</p>	<p>Apoiar 400 cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT)</p> <p>Intervir e colaborar junto de 10 entidades locais</p>	<p>Nº de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) apoiados</p> <p>Nº de entidades locais que usufruíram da colaboração da equipa de mediadores</p>	<p>.TAIPA</p> <ul style="list-style-type: none"> . Câmara Municipal de Odemira . Centro de Saúde de Odemira . Agrupamentos de Escolas . Guarda Nacional Republicana (GNR) . Segurança Social . Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira . Juntas de Freguesia
--	---	---	----------	---	---	--

4.2. Urbanismo e Habitação

Figura 155 - Dimensão Operacional da Área do Urbanismo e Habitação

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
Melhorar as condições de habitabilidade das residências/alojamentos dos cidadãos migrantes	Informar e sensibilizar senhorios e cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) e os proprietários para o enquadramento legal e as vantagens de contrair um contrato de arrendamento	4. Informar os cidadãos migrantes e os proprietários sobre os direitos/ deveres em situação de arrendamento	1	Informar 500 cidadãos migrantes Informar 40 proprietários	Nº de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) arrendatários e de proprietários que obtiveram a informação através das Juntas de Freguesia e do Município	. Câmara Municipal de Odemira . Juntas de Freguesia
	Garantir condições de habitabilidade nos alojamentos criados dentro do perímetro das empresas agrícolas	5. Aplicação/execução do estipulado na Resolução do Conselho de Ministros nº 179/2019, de 24 de outubro	1	As do Grupo de Projeto do Mira (GPM)	Os definidos pelo Grupo de Projeto do Mira (GPM)	. Grupo de Projeto do Mira (GPM)
	Garantir condições de salubridade e de habitabilidade consentâneas com os padrões de higiene e segurança padronizados	6. Continuação do trabalho realizado por entidades locais e regionais, com responsabilidade na matéria, na dissuasão ao aproveitamento imobiliário	1	Realização de 10 vistorias a residências que não cumprem com as normas legais para habitação	Nº de vistorias realizadas Nº de notificações efetuadas Nº de proprietários que repuseram a legalidade Variação do nº de residências sobrelotadas em perímetro urbano	. Guarda Nacional Republicana (GNR) . Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) . Câmara Municipal de Odemira . Autoridade Tributária . Saúde Pública . Segurança Social

4.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Figura 156 - Dimensão Operacional da Área do Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
Melhorar as condições de trabalho dos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT), favorecendo a sua fixação	Garantir aos cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) o conhecimento dos direitos e deveres laborais	7.Tradução dos contratos estabelecidos com os trabalhadores	1	10 empresas traduzem os Contratos que estabelecem com os trabalhadores	Nº de empresas que traduzem os contratos	<ul style="list-style-type: none"> . Autoridade para as Condições do trabalho (ACT) . Empresas agrícolas . Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Industrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal (SINTAB)
Promover a atratividade do setor agrícola junto dos jovens	Atrair e incentivar os jovens locais para o mercado de trabalho no setor agrícola	8. Realização de ações de sensibilização dirigidas a jovens em idade escolar (3º ciclo e ensino secundário e/ou profissional	1	Realizar 3 ações de sensibilização 100 alunos participam nas ações de sensibilização	Nº de ações de sensibilização realizadas Nº de alunos que participam nas ações de sensibilização	<ul style="list-style-type: none"> . Empresas agrícolas . Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) . Autoridade para as Condições do trabalho (ACT) . Agrupamentos de Escolas e Escolas Não agrupadas

4.4. Formação e Capacitação

Figura 157 - Dimensão Operacional da Área de Formação e Capacitação

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
Potenciar as competências e capacidades da população migrante, contextualizadas às suas necessidades e ao território	Facilitar o processo de acolhimento e integração dos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) Melhorar a comunicação entre cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) e cidadãos locais	9. Ações de Formação de aprendizagem do Português (Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) / Português Língua de Acolhimento (PLA)	1	500 cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT), participam nas ações de formação	Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que participam nas ações de formação Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que obtém o Certificado de nível A1 e A2	. Agrupamento de Escolas de S. Teotónio/ . Silicon Valley Community Foundation . Sociedade Recreativa S. Teotoniense
		10. Português Língua de Acolhimento (PLA)				Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)
		11. “Português para Tod@s”	1	15 cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) participam na atividade	Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que participam na atividade	. TAIPA/Projeto ST E8G

4.5. Educação e Língua

Figura 158 - Dimensão Operacional da Área da Educação e Língua

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
<p>Promover o respeito pela diversidade cultural no seio da comunidade escolar</p>	<p>Melhorar a compreensão/conhecimento o entre as várias culturas pertencentes às diferentes comunidades</p> <p>Promover a inclusão desportiva das crianças e dos jovens em situação de vulnerabilidade social, estimulando uma melhoria significativa nas condições de aprendizagem, cidadania e formação de valores</p> <p>Utilizar o desporto como ferramenta de inclusão e superação de igualdades</p> <p>Diminuir o alheamento e o afastamento entre os jovens e os alunos de diferentes nacionalidades</p>	<p>12. Implementação do Projeto “Playing Together”</p>	<p>2</p>	<p>Aumento do conhecimento e compreensão das diferentes culturas</p> <p>Aumento da participação das inscrições nos clubes desportivos locais</p> <p>Aumento da participação em atividades desportivas escolares</p>	<p>Nº de alunos inscritos no Projeto</p> <p>Aplicação de um inquérito por questionário aos alunos participantes, no início do Projeto</p> <p>Aplicação de um inquérito por questionário aos alunos participantes, no final do Projeto</p> <p>Nº de alunos presentes nas atividades</p> <p>Nº de alunos que participam no Projeto e que se inscreveram em clubes desportivos locais</p> <p>Nº de alunos que participam no Projeto e que participaram em atividades desportivas escolares</p>	<p>. Câmara Municipal de Odemira</p> <p>. Agrupamentos de Escolas de Odemira, S. Teotónio e de Vila Nova de Milfontes</p> <p>. CAUTCHÚ</p>

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
(cont) Promover o respeito pela diversidade cultural no seio da comunidade escolar	Utilizar o desporto como ferramenta de inclusão e superação de igualdades	13.Implementação do Clube de Críquete	1	Aumento da participação dos alunos em atividades desportivas escolares	Nº de alunos inscritos no Clube de Críquete	. Agrupamento de Escolas de S. Teotónio
	Sensibilizar os alunos do Ensino Básico e do Ensino Secundário para o respeito pela diversidade e pela tolerância	14. Comemoração do Dia da Interculturalidade em contexto escolar	2	Envolver alunos Proporcionar aos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) um acolhimento mais estruturado e facilitador e locais na preparação da atividade	Nº de alunos NPT e locais envolvidos na preparação da atividade Nº de alunos que participam e assistem ao evento	. Câmara Municipal de Odemira . Agrupamento de Escolas de Odemira . TAIPA
	Sensibilizar os alunos do Ensino Básico e do Ensino Secundário para a tomada de consciência das mais-valias que a multiculturalidade traz para o seu próprio desenvolvimento e para o da própria comunidade de acolhimento			60 alunos migrantes NPT e alunos locais participam e assistem ao evento	Encontro inicial com os alunos envolvidos na preparação e no próprio evento Encontro final, após o evento, com os alunos que prepararam e participaram diretamente no evento	
		15.Realização da “Semana das Comunidades”	1	Envolver alunos, familiares e restante comunidade educativa	Nº alunos, familiares e outros envolvidos	Agrupamento de Escolas de S. Teotónio

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
Proporcionar aos filhos dos cidadãos migrantes um percurso escolar contínuo e de sucesso	Apoiar os professores na missão de integração dos alunos migrantes Valorizar a língua portuguesa no processo de integração Despertar o entusiasmo/envolvência das crianças e jovens pelas atividades artísticas Cruzar várias culturas	16. Realização de laboratórios artísticos de dança, música e cultura portuguesa em contexto escolar Projeto "Bowling"	1	Envolver 70 alunos Nacionais de Países Terceiros (NPT) no Projeto Envolver 30 alunos nacionais no Projeto	Nº de alunos Nacionais de Países Terceiros (NPT) envolvidos no Projeto Nº de alunos nacionais envolvidos no Projeto	. Câmara Municipal de Odemira . Agrupamentos de Escolas de Odemira e de S. Teotónio . Cooperativa LAVRAR O MAR
	Melhorar o acolhimento e a integração dos alunos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) nas escolas	17. Aplicação do Guia "Namastê" nos Agrupamentos de Escolas/ Não Agrupadas	1	6 Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas utilizam o Guia Namastê no acolhimento e integração de alunos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	Nº de Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas que utilizam o Guia Namastê no acolhimento e integração de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	. Colégio N. Sra da Graça . Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas
	Conhecer os sistemas de ensino e os conteúdos curriculares dos programas adotados nos países de origem dos alunos migrantes	18. Solicitar os Programas e os Conteúdos Curriculares às respetivas Embaixadas	1	2 Embaixadas respondem à solicitação	Nº de Embaixadas que respondem à solicitação	. Câmara Municipal de Odemira . Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
(cont) Proporcionar aos filhos dos cidadãos migrantes um percurso escolar contínuo e de sucesso	Integrar os alunos oriundos de sistemas de ensino estrangeiros, atendendo a todas as suas diferenças (linguísticas, culturais e religiosas) numa perspetiva de diálogo intercultural	19. Continuação da implementação das estratégias: “Percurso Curriculares Alternativos” e “Oferta Complementar como Promotora da Cidadania e Desenvolvimento”	1	Facilitar a integração de alunos estrangeiros no sistema educativo português com sucesso	Nº de alunos Nacionais de Países Terceiros (NPT) integrados com sucesso no sistema educativo português	Agrupamento de Escolas de S. Teotónio
Pugnar junto do Ministério da Educação para que os Agrupamentos de Escolas do Concelho adquiram o estatuto de Território de Intervenção Prioritária	Solicitar a atualização da legislação relativa às Equivalências Escolares	20. Diligenciar contactos com o Ministério da Educação	1	Realizar uma reunião com representantes do Ministério da Educação	Nº de reuniões realizadas	. Câmara Municipal de Odemira . Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas
	Reduzir os procedimentos (burocracia/morosidade/dispensabilidade) no processo de equivalências escolares					

4.6. Cultura

Figura 159 - Dimensão Operacional da Área da Cultura

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
Aumentar o nível de conhecimento sobre as características socioculturais das comunidades de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) e da comunidade de acolhimento	Conhecer aspetos culturais da comunidade de acolhimento	21. "Rota ST" (Criação de um roteiro turístico que consiste num percurso histórico, étnico e cultural onde os participantes são levados a conhecer a identidade dos lugares)	1	Realizar a atividade Rota ST 1 vez por ano	Nº de atividades realizadas anualmente	TAIPA/Projeto ST E8G
		22. "ST Nã Drome" (Participação e envolvimento em eventos culturais e comunitários, conhecendo os costumes e tradições locais Festival de Mastros, Festival do Milho e do Feijão, FACECO...)	1	Promover o envolvimento e a participação de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) 1 vez por ano na organização de eventos de cariz local	Nº de eventos em que os cidadãos migrantes participam anualmente	TAIPA/Projeto ST E8G
	Promover a transmissão de saberes, artes e ofícios e também dos hábitos de cada cultura	23. "Oficinas Sem Fronteiras" (Oficinas que possibilitam o encontro entre comunidade local e migrante)	1	Realizar as "Oficinas Sem Fronteiras" 1 vez por ano	Nº de "Oficinas Sem Fronteiras" que se realizam anualmente	TAIPA/Projeto ST E8G
	Envolver a comunidade migrante em atividades que promovam a sua participação	24. "Oficinas de Crescimento" (Promover a exposição a elementos culturais (teatro,	1	Realizar as "Oficinas de Crescimento" mensalmente	Nº de "Oficinas de Crescimento" que se realizam mensalmente	TAIPA/Projeto ST E8G

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
(cont) Aumentar o nível de conhecimento sobre as características socioculturais das comunidades de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) e da comunidade de acolhimento	em prol da valorização da diversidade cultural	concertos, cinema, museus...				
		25. "IN_ART" (Atividades artístico-pedagógicas para a promoção da interculturalidade através da música, dança, teatro e rádio)	1	Realizar a atividade "IN-ART" anualmente	Nº de atividades realizadas anualmente	TAIPA – Projeto ST E8G

4.7. Saúde

Figura 160 - Dimensão Operacional da Área da Saúde

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
Ampliar e melhorar a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	Informar os cidadãos migrantes sobre os seus direitos no sistema de saúde português	26. Divulgação dos direitos dos migrantes através de brochuras traduzidas em várias línguas nos serviços de saúde, juntas de freguesia e empresas	1	500 migrantes são informados sobre os seus direitos	Nº de brochuras distribuídas junto das empresas, Juntas de Freguesia e Centro de Saúde/Extensões de Saúde	. Centro de Saúde de Odemira . Câmara Municipal de Odemira
	Dar a conhecer aos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) informação sobre a importância do planeamento familiar, métodos anticoncecionais, procedimentos/informações de como aceder às respetivas consultas	27. Elaboração, tradução (inglês, hindi e tailandês) e impressão de folheto informativo sobre planeamento familiar e acesso às respetivas consultas	2	Aumentar o nº de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que acedem às consultas de planeamento familiar	Varição do nº de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que têm acesso às consultas de planeamento familiar	. Centro de Saúde de Odemira . Câmara Municipal de Odemira
	Sensibilizar os cidadãos migrantes da importância da vacinação para a segurança de toda a comunidade e como aceder à mesma	28. Elaboração, tradução (inglês, hindi e tailandês) e impressão de folheto informativo sobre a importância da vacinação e como aceder	2	100 cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) acedem Plano Nacional de Vacinação	Nº de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) vacinados	. Centro de Saúde de Odemira . Câmara Municipal de Odemira
	Diagnosticar possíveis doenças sexualmente transmissíveis e outras, entre a população migrante e	29. Realização de rastreios no território (VIH, hepatite...)	1	Realizar o rastreio a 1000 cidadãos Nacionais de Países	Nº de rastreios efetuados a cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT)	. Associação para o Planeamento da Família (APF)/Projeto

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
(cont) Ampliar e melhorar a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	encaminhar para os serviços de saúde adequados			Terceiros (NPT)	Nº de cidadãos migrantes diagnosticados Nº de migrantes encaminhados para os serviços de saúde competentes	Proximus Litoral . Câmara Municipal de Odemira . Empresas agrícolas
	Sensibilizar os profissionais de saúde para a diversidade cultural, étnica, socioeconómica, etária, das populações a quem prestam serviços Consciencializar os profissionais de saúde para o impacto que esses fatores têm sobre as necessidades e preferências dos utentes relativamente aos cuidados de saúde Desenvolver respostas mais positivas e adequadas ao contexto migratório concelhio	30. Ação de sensibilização dirigida aos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e técnicos administrativos) para a diversidade cultural e a sua implicação no acesso aos serviços de saúde por parte dos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	1	Sensibilizar para a implicação da diversidade cultural no acesso aos cuidados de saúde 40 profissionais	Nº de profissionais de saúde presentes na ação de sensibilização Conclusões retiradas da ação de sensibilização e da reflexão gerada em torno do tema	. Câmara Municipal de Odemira . Centro de Saúde de Odemira . Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM)
	Dar a conhecer o documento a outros profissionais de saúde que não tenham participado na ação de	31. Elaboração e produção do documento matriz das conclusões da ação de sensibilização dirigida aos	2	Distribuir o documento por 100 profissionais de saúde Divulgar o documento	Nº de profissionais de saúde que rececionaram o documento	. Câmara Municipal de Odemira . Centro de Saúde de Odemira

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
(cont) Ampliar e melhorar a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	sensibilização	profissionais de saúde		online no site do Município e o <i>link</i> da página no da Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (ULSLA)	Nº de visitantes <i>on-line</i>	
	Sensibilizar as mulheres migrantes para a importância e os benefícios de uma gravidez acompanhada num serviço de saúde Informar as mulheres migrantes dos procedimentos para o acesso às consultas de saúde materna	32. Ação de sensibilização dirigida às mulheres Nacionais de Países Terceiros (NPT) sobre saúde materna	1	20 mulheres participam na ação de sensibilização Aumento do nº de mulheres que acede à consulta de saúde materna	Nº de mulheres que participam na ação de sensibilização Variação do nº de mulheres que acedem a consultas de saúde materna	. Centro de Saúde de Odemira . TAIPA – Projeto Giramundo II . Câmara Municipal de Odemira
	Prevenir deficientes estados de saúde entre as comunidades migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) Garantir a Saúde Pública na comunidade local	33. Realizar ações de sensibilização junto das comunidades migrantes referentes às seguintes temáticas: planeamento familiar/saúde sexual e reprodutiva/doenças infectocontagiosas/prevenção de comportamentos aditivos/vacinação/habitação em comunidade/segregação de resíduos	1	Realizar 9 ações de sensibilização 600 cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) participam nas ações de sensibilização	Nº se ações de sensibilização realizadas Nº de cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) que participam nas ações de sensibilização	. Câmara Municipal de Odemira . Centro de Saúde de Odemira . Associação para o Planeamento da Família (APF) / Projeto Proximus Litoral . Centro de Respostas Integradas (CRI) . Empresas agrícolas

4.8. Solidariedade e Resposta Social

Figura 161 - Dimensão Operacional da Área da Solidariedade e Resposta Social

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Potenciar o acesso às medidas sociais existentes, no apoio a cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	<p>Informar os cidadãos migrantes acerca dos apoios sociais existentes e do seu usufruto enquanto contribuintes líquidos para o sistema</p> <p>Otimizar a divulgação da informação traduzida já existente</p>	34. Criação de um plano de comunicação /divulgação	1	Aumentar o nº de cidadãos migrantes que têm acesso aos apoios sociais existentes	Variação do número de migrantes apoiados	Segurança Social Câmara Municipal de Odemira

4.9. Cidadania e Participação Cívica

Figura 162 - Dimensão Operacional da Área da Cidadania e Participação Cívica

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar o nível de participação da comunidade migrante em atos cívicos e de cidadania	Aumentar o número de cidadãos migrantes recenseados, tornando real o número de fregueses que servem e que se traduza nas comparticipações financeiras do Estado	35. Mobilizar as Juntas de Freguesia para a promoção do recenseamento de todos os migrantes que reúnam condições à luz dos acordos internacionais	1	Reunir 50% dos Presidentes de Junta de Freguesia do concelho Delinear uma estratégia de atuação para que o nº de migrantes recenseados aumente	Percentagem de Presidentes que participam na reunião Registo da estratégia delineada Variação do nº de cidadãos migrantes recenseados	. Câmara Municipal de Odemira . Juntas de Freguesia
	Contribuir para a integração e bem-estar das mães migrantes, e consequentemente, dos seus filhos Promover a participação de mães migrantes na vida escolar dos seus filhos e na sociedade Fomentar a educação não-formal de mães migrantes e portuguesas	36. Projeto “Growing Together Mães”	1	20 mulheres migrantes NPT participam no Projeto 5 mulheres da comunidade de acolhimento participam no Projeto 10 mulheres migrantes NPT promovem uma atividade na escola	Nº de mulheres Nacionais de Países Terceiros (NPT) que participam no Projeto Nº de mulheres nacionais que participam no Projeto Nº de mulheres Nacionais de Países Terceiros (NPT) que promovem uma atividade na escola	. Câmara Municipal de Odemira . Agrupamentos de Escolas . Centro de Saúde de Odemira . Representantes de Migrantes . Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
(cont) Aumentar o nível de participação da comunidade migrante em atos cívicos e de cidadania	Demonstrar que as funções de mãe e de encarregada de educação são similares, apesar de estarem presentes diferentes culturas Revelar as diversas áreas nas quais as mulheres migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) podem participar como cidadãs	37. Realização de um vídeo (legendado em inglês) relativo ao desenvolvimento do Projeto Growing Together Mães	2	Divulgação do vídeo em 5 empresas agrícolas, em outros 2 Projetos, numa das suas sessões com migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) e em todas as turmas de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) Aumentar o nº de participações cívicas entre as mulheres Nacionais de Países Terceiros (NPT)	Nº de migrantes que visualizaram o vídeo Nº de iniciativas implementadas por cidadãs migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) Nº de mulheres migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que integram associações de país	. Câmara Municipal de Odemira
	Dar a conhecer aos migrantes que chegam ao território, as normas de conduta essenciais para o bom convívio entre comunidade de acolhimento e comunidades migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	38. Workshop de sensibilização sobre normas de conduta cívicas e culturais aos novos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	2	500 Nacionais de Países Terceiros (NPT) participam no <i>workshop</i>	Nº de migrantes que participam no <i>workshop</i>	. TAIPA . Câmara Municipal de Odemira

4.10. Media e Sensibilização da Opinião Pública

Figura 163 -Dimensão Operacional da Área de Media e Sensibilização da Opinião Pública

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Sensibilizar as comunidades, de acolhimento e migrantes, para a importância das estratégias de integração de migrantes	<p>Dar a conhecer a estratégia local de integração de migrantes, desenvolvida pelos vários projetos desenvolvidos no território às comunidades migrantes e à comunidade de acolhimento</p> <p>Demonstrar a intervenção e o impacto dos diversos projetos no território</p> <p>Sensibilizar a comunidade de acolhimento para o facto de que migrantes bem acolhidos e integrados contribuem para a segurança do território</p>	39. Realização de um vídeo informativo sobre a estratégia de acolhimento e integração local, legendado em inglês	2	<p>Visualização do vídeo por 1000 cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) e por 500 cidadãos locais</p>	<p>Nº de migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que visualizaram o vídeo</p> <p>Nº de cidadãos locais que visualizaram o vídeo</p> <p>Aplicação de inquérito por questionário dirigido aos cidadãos locais</p>	<p>. Câmara Municipal de Odemira</p> <p>. TAIPA</p>
	<p>Dar a conhecer a dimensão estratégica e operacional do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM)</p> <p>Recolher contributos para o enriquecimento do próprio Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM)</p>	40. Apresentação Pública do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) 2020.2022	2	<p>Envolvimento de 200 cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) e de 50 cidadãos locais no evento</p>	<p>Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que participam no evento</p> <p>Nº de cidadãos locais que participam no evento</p>	<p>. Município de Odemira</p> <p>. Empresa Agrícola</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
(cont) Sensibilizar as comunidades, de acolhimento e migrantes, para a importância das estratégias de integração de migrantes	Dar a conhecer os objetivos, a estratégia e as medidas enunciadas no Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM)	41. Elaboração, tradução, edição e impressão de folheto informativo relativo aos objetivos e medidas enunciados no Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM)	2	Dar a conhecer o folheto (em português, inglês, hindi e tailandês) a 2500 migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) e a 1000 cidadãos locais	Nº de folhetos distribuídos pelas entidades locais Nº de migrantes que acederam ao folheto	.Câmara Municipal de Odemira
Promover o conhecimento e a aceitação da interculturalidade	Sensibilizar os jovens da comunidade educativa para a aceitação e o respeito por todas as culturas	42. Concurso e exposição de fotografia, “Interculturalidade”, envolvendo alunos locais e Nacionais de Países Terceiros (NPT)	2	100 alunos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) participam no concurso 100 alunos nacionais participam no concurso 20 dos melhores trabalhos farão parte da exposição	Nº de alunos Nacionais de Países Terceiros (NPT) que participam no concurso Nº de alunos nacionais que participam no concurso Nº de trabalhos expostos	. TAIPA . Câmara Municipal de Odemira . Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas
	Criar um sentimento de reciprocidade entre as comunidades migrantes e a comunidade local Promover a participação de cidadãos locais e cidadãos NPT	43. Construção de uma publicação bilingue (português/inglês) “Mundo Plural, Vidas Singulares”	2	3000 cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) têm acesso à publicação 3000 cidadãos nacionais têm acesso à publicação	Nº de cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) que têm acesso à publicação Nº de cidadãos nacionais que acedem à publicação	. Município de Odemira . Taipa/Projeto Giramundo II

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
<p>Criar oportunidades específicas nos media locais para divulgação das iniciativas das comunidades migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) e outras informações de interesse</p>	<p>Divulgar os objetivos e as medidas enunciadas no Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM)</p> <p>Divulgar junto da comunidade migrante iniciativas culturais locais e estrangeiras</p> <p>Veicular informações que contribuam para uma melhor integração das comunidades migrantes</p>	<p>44. Programa de dimensão intercultural de emissão radiofónica na RIO-Rádio Internacional de Odemira, via web</p>	<p>1</p>	<p>Realizar 40 emissões</p> <p>Atingir 500 ouvintes migrantes</p>	<p>Nº de emissões realizadas</p> <p>Nº de ouvintes Nacionais de Países Terceiros (NPT)</p>	<p>. Câmara Municipal de Odemira</p> <p>. RIO-Rádio Internacional Odemira</p>

4.11. Racismo e Discriminação

Figura 164 - Dimensão Operacional da Área do Racismo e Discriminação

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Combater os estereótipos socioculturais da comunidade de acolhimento face realidade sociocultural vivida pelos cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) e às diferenças culturais	Promover a integração dos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) através da Arte Apresentar o trabalho desenvolvido, através da prática artística, junto dos trabalhadores agrícolas e das crianças e jovens durante os anos de 2021 e 2022 Realçar pontos de contacto/interligação entre diferentes culturas Diminuir o preconceito, a insatisfação e o medo do desconhecido por parte da comunidade de acolhimento	45. Comemoração do Dia da Interculturalidade – Espetáculo "Bowling" (2021 e 2022)	2	120 cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) participam diretamente no espetáculo 1500 cidadãos participam indiretamente no espetáculo	Nº de cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) que participam diretamente no projeto Nº de cidadãos que participam indiretamente no espetáculo	. Câmara Municipal de Odemira . Agrupamento de Escolas de S. Teotónio . Agrupamento de Escolas de Odemira . The Summer Berry Company Portugal . Maravilha Farms
	Promover o contacto entre a comunidade de acolhimento e	46. Comemoração do Dia da Interculturalidade / Almoço	2	20 cidadãos Nacionais de Países Terceiros	Nº de cidadãos que participam em cada Almoço	. Câmara Municipal de Odemira

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
	as comunidades migrantes Valorizar aspetos culturais dos países de origem dos cidadãos migrantes NPT e da comunidade de acolhimento	Intercultural (2021 e 2022)		(NPT) participam em cada Almoço Intercultural	Intercultural	
Prevenir situações de racismo e discriminação	Diminuir os comportamentos xenófobos, tanto na comunidade em geral, como entre os alunos	47. Teatro “CLICK –NÓS!”	2	10 cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) diretamente envolvidos na performance 600 cidadãos da comunidade participam na performance 300 alunos do ensino secundário participam na performance	Nº de cidadãos que participam diretamente na performance Nº de cidadãos da comunidade que participam na performance Nº de alunos do Ensino Secundário que participam na performance	. Sociedade Recreativa S. Teotoniense . Câmara Municipal de Odemira

4.12. Relações Internacionais

Figura 165 - Dimensão Operacional da Área das Relações Internacionais

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Envolver as embaixadas dos países de origem nas soluções para as necessidades dos migrantes	<p>Dar a conhecer aos representantes das embaixadas o Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) e os outros Projetos que promovem o acolhimento e a integração de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)</p> <p>Dar a conhecer aos representantes das embaixadas os principais problemas sentidos no processo de acolhimento e integração dos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)</p> <p>Compreender como podem as embaixadas participar/contribuir para o processo de acolhimento e integração dos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)</p> <p>Agilizar canais de comunicação entre as embaixadas e as entidades locais</p>	48. Encontro com os representantes das embaixadas dos países de origem mais representativos das comunidades presentes no território, os representantes dessas comunidades e as entidades da Comissão Local para a Interculturalidade (CLI)	1	<p>4 embaixadas fazem-se representar no Encontro</p> <p>10 entidades parceiras da Comissão Local para a Interculturalidade (CLI) participam no Encontro</p> <p>4 representantes das comunidades migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) mais representativas no território participam no Encontro</p>	<p>Nº de representantes das embaixadas presentes no Encontro</p> <p>No de entidades parceiras da Comissão Local para a Interculturalidade (CLI) que participam no Encontro</p> <p>Nº de representantes das comunidades migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que participam no Encontro</p>	<p>. Câmara Municipal de Odemira</p> <p>. Empresa agrícola</p> <p>. TAIPA</p> <p>. Representante dos migrantes</p>

4.13. Religião

Figura 166 - Dimensão Operacional da Área da Religião

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover o respeito pela religião e cultura dos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)	<p>Consciencializar a comunidade de acolhimento acerca da pluralidade religiosa que compõe a sociedade</p> <p>Fomentar o respeito e a tolerância por religiões diferentes da católica</p>	49. Comemorar o dia Nacional da Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-Religioso (22 de junho)	1	<p>2 líderes religiosos (das religiões mais representativas no território) participam na comemoração</p> <p>20 cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) participam na comemoração</p>	<p>Nº de líderes religiosos presentes no evento</p> <p>Nº de cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que participam na comemoração</p>	<p>. Câmara Municipal de Odemira</p> <p>. Paróquias</p> <p>. Representantes de outras religiões</p>

4.14. Igualdade de Género

Figura 167 -Dimensão Operacional da Área da Igualdade de Género

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Sensibilizar os cidadãos migrantes para a igualdade de género	<p>Explicar aos cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) para a posição da mulher na sociedade portuguesa</p> <p>Sensibilizar os cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) para a necessidade de considerarmos seus direitos extensíveis às mulheres</p>	50. Elaboração, tradução (inglês, hindi e tailandês) e produção do folheto “Homens e Mulheres/Direitos Iguais	2	2000 cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT) têm acesso à informação	Nº de migrantes que têm acesso à informação	<p>. Câmara Municipal de Odemira</p> <p>. TAIPA/GAVA- Gabinete de Apoio à Vítima</p>
Valorizar o papel da mulher migrante Nacionais de Países Terceiros (NPT) na comunidade	<p>Reforçar a igualdade de direitos entre homens e mulheres</p> <p>Consciencializar e capacitar as mulheres migrantes para a importância do seu papel na comunidade</p> <p>Prevenir a violência de género</p>	51. Workshop “O papel da Mulher na comunidade”	1	20 cidadãs migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) participam no <i>workshop</i>	Nº de cidadãs migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) que participam no <i>workshop</i>	<p>. TAIPA/GAVA- Gabinete de Apoio à Vítima</p> <p>. Câmara Municipal de Odemira</p>

5. Modelo de Monitorização e Avaliação

Monitorizar e avaliar são duas palavras-chave que determinam o sucesso ou o insucesso da implementação e execução de projetos. Nenhum projeto se desenvolve sem uma condução atenta e persistente, observando o que se passa em seu redor e interpretando-o. Permite implementar um plano, que por inerência, é flexível o suficiente para permitir as possíveis alterações, resultantes da ação de monitorizar e avaliar. Implica uma gestão forte e contínua, envolvendo todos os parceiros, chamando a todos, um espírito colaborativo e disciplinador.

A monitorização pode ser definida como uma função contínua que serve primeiramente para fornecer aos gestores e principais *stakeholders*, ao longo de uma intervenção continuada, indicações de progresso, ou de falta deste, na concretização de resultados. Quando nos reportamos à monitorização de resultados, significa que se trata de um processo contínuo e sistemático de coleta e análise de dados para medir a performance das intervenções em termos de concretização de resultados. Neste caso, é de relevar a periodicidade como critério importante até para que as mudanças possam ser percebidas ao longo do tempo. É uma parte essencial da gestão do dia-a-dia e deve ser integrada dentro da estrutura de gestão do projeto.

Avaliar é basearmo-nos no processo de acompanhamento/monitorização e avançar na reflexão sobre o que foi feito. Revela-se uma atividade essencial num processo de aprendizagem dinâmico e na tomada de decisões sobre a direção geral do projeto.

O modelo de Monitorização e de Avaliação do Projeto “ODEMIRA INTEGRA_3G” sustenta-se, tal como tem sido desde a sua conceção, numa rede de parceria forte e estruturada, a CLI. Para tal, continua a ser fundamental uma coordenação e gestão quotidianas fortes, com enfoque nos aspetos estratégicos e operacionais da parceria, estabelecendo um fluxo de informação e comunicação sistemática e partilha. A CLI é o órgão responsável pela monitorização e avaliação da implementação do Plano e por isso, convidado a interpretar e a analisar a informação, onde a reflexão crítica, feita de troca de ideias e opiniões, produz novas decisões e aprendizagens.

O acompanhamento assíduo é realizado pelos responsáveis pela implementação das diferentes medidas, havendo necessidade de registar esta informação para que a CLI, em reunião plenária, tome conhecimento do andamento dos trabalhos e possa, se for caso disso, reorientar as estratégias. Pretendemos uma monitorização e avaliação orientada para a mudança, adaptada para avaliar de forma contínua quaisquer disparidades entre a direção prevista e os resultados do programa e o que está a acontecer na realidade, para analisar os pontos fortes, os pontos fracos, para detetar obstáculos, barreiras ou oportunidades imprevistas e para perceber como é que a intervenção poderá ser melhor executada. No final do projeto, demonstrar os resultados, os potenciais impactos e perspetivar os desenvolvimentos futuros.

Figura 168 - Modelo de Monitorização e Avaliação

Dimensões	CrITÉrios de Apreciação	Instrumentos	Responsáveis	Momentos de Monitorização/Avaliação
Análise do contexto do Plano e condições de implementação	Eficácia (relação entre objetivos e resultados)	Atas das reuniões da CLI	Comissão Local para a Interculturalidade (CLI), ao nível da decisão e validação	1º Momento-julho/2021
Organização, gestão da parceria, bem como o seu nível de empenhamento	Eficiência (relação entre os recursos e os resultados)	Registo das reuniões de trabalho operativas	Coordenadora do Projeto “ODEMIRA INTEGRA_3G”	2º Momento-dezembro/2021
Processo e dinâmicas de implementação	Coerência (relação entre os objetivos e as ações)	Questionários	Entidades responsáveis pelas medidas implementadas	3º Momento-julho/2022
Resultados do projeto	Pertinência (relação entre a coerência e o ambiente)	Mapas de atividades/execução trimestral		4º Momento-dezembro/2022
Conclusões e recomendações para a definição de futuras intervenções		Planos de Ação/execução		
		Registos e documentos inerentes ao projeto		
		Relatório anual		
		Relatório final		

6. Acompanhamento e Modelo de Governação

A palavra governação, ato ou modo de governar, sugere-nos numa primeira abordagem, um conjunto de políticas definidas e coordenadas, a nível nacional, por decisores políticos ligados entre si por uma ideologia comum.

Quando olhamos para a governação a nível local, num determinado território, o significado e a abrangência da participação é muito maior, podendo envolver todos os quadrantes da sociedade civil para alcançar o bem comum. Referimo-nos a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais, incluindo-se “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais e associações de diversos tipos” (Santos, 1997, p. 342). Falamos de práticas democráticas, pautadas pelo protagonismo local e assentes na horizontalidade, onde se inserem os detentores da decisão política local, como parceiros. Atores envolvidos numa mesma missão, em estratégias conjuntas, unindo esforços e recursos, com o objetivo de melhorar situações previamente diagnosticadas. Esta abordagem permite chegar a soluções mais discutidas e pensadas, a um maior compromisso geral que decorre do maior envolvimento dos participantes.

O desenvolvimento de práticas colaborativas, instituídas para alcançar mudanças e alterações no que está instituído, implica mecanismos que visem a articulação e a coordenação destas ações conjuntas, de modo a que estas se pautem por critérios como a **Eficiência**, a **Eficácia**, a **Coerência** e a **Pertinência**. Neste tipo de abordagem é fundamental definir e distribuir responsabilidades no âmbito da gestão e condução do projeto, reforçadas por um Plano de Ação.

O Modelo de Governação subjacente ao Projeto “ODEMIRA INTEGRA_3G”, terá como órgão de suporte a Comissão Local para a Interculturalidade (CLI), que se assume como grupo reflexivo, capaz de monitorizar/avaliar e proceder a pequenos ajustes, se necessário for.

Figura 169 - Acompanhamento e Modelo de Governação

RESPONSABILIDADES	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	Metodologia
Monitorizar e avaliar o grau de concretização do Plano	Controlar o cronograma pré-estabelecido	Comissão Local para a Interculturalidade (CLI),	Reuniões previamente agendadas Envolvimento de decisores políticos
	Estabelecer marcos intermédios que permitam aferir que se está no caminho certo		
	Definir regras e procedimentos de comunicação		
	Determinar os ajustes necessários ao Plano		
Coordenar os subprocessos de implementação das medidas nas diversas áreas de intervenção	Apoiar os grupos de parceiros responsáveis pela implementação das medidas, ao nível da comunicação e do registo de execução dos mapas de atividades	Coordenadora do Projeto "ODEMIRA INTEGRA_3G"	Mapas de atividades mensais
	Preparar a informação disponível sobre o trabalho desenvolvido		
	Efetuar os ajustes necessários ao Plano		
	Devolver aos parceiros a informação produzida na Comissão Local para a Interculturalidade (CLI),		
	Construir suportes/registos a utilizar na monitorização		
Balanco e registo das atividades realizadas na implementação das medidas delineadas	Refletir sobre o grau de execução Registrar em suporte escritos	Parceiros responsáveis pela implementação das medidas	Reuniões de trabalho Plano de Ação e de Execução Mapas de atividades e de execução

Referências Bibliográficas e Digitais

- Ata nº 21 da Comissão Local para a Interculturalidade, 2020.
- Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes, <http://www.acidi.gov.pt> › És Imigrante? › Serviços
- Constituição da República Portuguesa de 2 de abril de 1976.
- Declaração nº 30/2017, 3 de maio, Gabinetes do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Ministra da Administração Interna.
- Decreto-lei nº. 55/2018, de 6 de junho
- Despacho n.º 7675/2018, de 10 de agosto.
- Diagnóstico Social de Odemira, (2015), Município de Odemira.
- Despacho nº 25360/2001, de 16 de novembro, Ministério da Saúde.
- Eleições Autárquicas 2017, Arquivo, Município de Odemira.
- Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes (2015), Alto Comissariado para as Migrações, IP e Logframe, Consultoria e Formação, Lda, Lisboa.
- Hortas, Maria João (2013), Educação e Imigração: A Integração dos Alunos Imigrantes nas Escolas do Ensino Básico do Centro Histórico de Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
- Índice dos Municípios Amigos da Imigração e da Diversidade (2014), Alto Comissariado para as Migrações, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, <https://www.ine.pt/>.
- Instituto da Segurança Social, <http://www.seg-social.pt/>
- Leal, Marcelino, Sanches Isabel (2014), Português para Todos: A aprendizagem da Língua Portuguesa como Facilitadora da Interculturalidade e da Inclusão Social e Educativa, Revista Lusófona, 27.
- Lei de Bases da Segurança Social, Lei nº 4/2007, de 16 de janeiro.
- Lei de Bases da Saúde, Lei nº. 95/2019, de 4 de setembro.
- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (2ª alteração), Lei 142/2015, de 8 de setembro.
- Malheiros, Jorge (Coord), Fonseca, Lucinda (Coord), Latoeira, Cristina, Carmo, André, Esteves, Alina, Estêvão, Mafalda, McGarrigle, Jennifer, Moreno, Luís, Pereira, Sónia, Ramos, José Costa, Serra, Nuno, Torres, Yasmine (2011), Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal, Observatório da Imigração, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
- Malheiros, Jorge Macaísta (2010), Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade – Manual para Técnicos/as, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
- Malheiros, Jorge Macaísta (Coord), Esteves Alina (Coord), Rodrigues, Frederica, Estêvão, Mafalda, Mapril, José, Afonso, Carla (2013), Diagnóstico da População Imigrante em Portugal – Desafios e Potencialidades, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.
- Nunes, Cely, Avaliação de Projetos, Instituto de Educação Universidade de Lisboa.
- Odemira Integra, Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes, 2015-2017, Comissão Local para a Interculturalidade, Odemira.

- Odemira Integra+, Plano Municipal para a Integração de Migrantes, 2018-2020, Comissão Local para a Interculturalidade, Odemira.
- Olímpio, Marco, Texto de Apoio sobre Planeamento Estratégico Aplicado às Organizações sem Fins Lucrativos, 2001, Universidade de Évora, Estratéhttp://home.uevora.pt/~mosantos/download/PlaneamEstrategONGS_28Jul11.pdf.
- Plano de Ação da UE Contra o Racismo, 2020-2015, Comissão Europeia.
- Plano Estratégico para a Coesão e Integração, Secretaria de Estado para a integração e as Migrações
- Plano Municipal para a Igualdade de Género de Odemira 2016-2020, 2016, Município de Odemira.
- Plano Intermunicipal para a Igualdade de Género – Odemira e Aljezur, 2017-2020, 2017, Municípios de Odemira e Aljezur.
- Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, Resolução do Conselho de Ministros nº. 141/2019, de 20 de agosto
- PORDATA, www.pordata.pt/.
- Portaria nº. 223-A/2018, de 3 de agosto.
- Portaria nº. 226-A/2018, de 7 de agosto.
- Portaria nº. 181/2019, de 11 de junho.
- Programa Português para Todos, <https://www.iefp.pt/programa-ppt-portugues-para-todos>.
- Relatório Intercalar da Primeira Fase, 2020, Grupo de Projeto do Mira.
- Relatório das Visitas às IATA do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, 2020, Grupo de Projeto do Mira.
- Resolução do Conselho de Ministros nº. 179/2019, de 24 de outubro
- RIO-Rádio Internacional Odemira, <https://radiodemira.pt/>.
- Roteiro de Acompanhamento e Avaliação de Projectos de Intervenção Comunitária (2007), K’CIDADE.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, <https://sefstat.sef.pt/forms/Home.aspx>
- Silva, Maria do Carmo Vieira, Gonçalves Carolina (2011), Diversidade Linguística no Sistema Educativo Português: Necessidades e Práticas Pedagógicas nos Ensinos Básico e Secundário, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.

ANEXOS

ANEXO 1

Resultados do inquérito por questionário aplicado a cidadãos migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)

Tratamento dos dados recolhidos junto dos cidadãos migrantes, através da aplicação do inquérito por questionário. Foram recolhidos 136 questionários.

A. CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Género	
Masculino	98
Feminino	36
Não Responde	2
Total	136

2. Idade	
18 - 25 anos	22
26 - 35 anos	70
36 - 45 anos	26
46 - 55 anos	6
56 - 65 anos	2
Mais de 65 anos	1
Não Responde	9
Total	136

3. Estado Civil	
Casado	82
Solteiro	48
Divorciado	4
Viúvo	0
Não Responde	2
Total	136

4. País de Origem	
Bulgária	6
Ucrânia	15
Moldávia	8
Índia	23
Nepal	71
Holanda	1
Paquistão	3
Camboja	2
Bangladesh	3
Tailândia	1
Alemanha	1
Não Responde	2
Total	136

5. Ano de chegada ao concelho	
2008	1
2009	1
2010	1
2011	2
2012	2
2013	1
2014	6
2015	10
2016	12
2017	18
2018	27
2019	28
2020	8
Não responde	19
Total	136

6. Local de residência atual	
Freguesia do concelho de Odemira	94
Outro concelho	1
Não responde	41
Total	136
Freguesia do Concelho de Odemira	
S. Salvador e Sta. Maria	3
Boavista dos Pinheiros	2
S. Teotónio	79
Longueira/Almogrove	8
Vila Nova de Milfontes	2
Relíquias	0
Colos	0
Sabóia	0
S. Martinho das Amoreiras	0
Sta. Clara-a-Velha	0
S. Luís	0
Luzianes-Gare	0
Não responde	41
Total	135

9. Profissão	
Trabalhador agrícola	79
Capataz agrícola	1
Operador agrícola	1
Motorista	1
Gestor do projeto	1
Manutenção	1
Operador de rega	2
Ajudante de cozinha	1
Empregada doméstica	1
Trabalhador indiferenciado	1
Reformado	1
Comerciante	1
Chefe de cozinha	1
Embalador	2
Assistente de irrigação	1
Trabalhador independente	1
Não responde	40
Total	136

7. Qual o principal meio de vida	
Trabalho	108
Subsídio de desemprego	11
Outros apoios da Segurança Social	3
A cargo da família	5
Pequenos trabalhos esporádicos	0
Não Responde	9
Total	136

8. Se o seu principal meio de vida é o trabalho, considere as questões seguintes.	
Empregado	86
Desempregado	11
À procura de emprego	10
Desempregado e à procura de emprego	6
Não responde	23
Total	136
Desempregado há quanto tempo?	
1 semana	1
20 dias	1
1 mês	4
1 mês e meio	1
2 meses	4
3 meses	1
7 meses	1
8 meses	1
9 meses	1
11 meses	1
16 meses	1
Não responde	0
Total	17
À procura de emprego há quanto tempo?	
1 mês	4
2 meses	3
3 meses	3
1 ano	1
Não responde	5
Total	16

10. Regime de trabalho	
Permanente/regular	44
Ocasional	3
Sazonal	37
Não Responde	2
Não se aplica	50
Total	136

12. Tipo de vínculo contratual	
Contrato sem termo	27
Contrato com termo	50
Trabalho sem contrato	3
Outra Situação	1
Não Responde	5
Não se aplica	50
Total	136

11. Situação na profissão	
Trabalhador por conta de outrem	71
Trabalhador por conta própria sem empregados	5
Trabalhador por conta própria com empregados	6
Trabalhador familiar não remunerado	0
Outra situação	1
Não responde	3
Não se aplica	50
Total	136

13. Qual a sua religião?	
Sem religião	6
Católica	9
Budista	14
Ortodoxa	17
Islâmica	6
Protestante Evangélica	1
Hindu	65
Outra religião	12
Não responde	6
Total	136
Outra religião. Qual?	
Sikhismo	11
Kirant	1
Total	12

B. ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

14. Quais os principais motivos que o fez fixar-se no concelho de Odemira	
Local onde encontrou emprego	88
Boa qualidade do ambiente "natural" (clima, paisagem, etc.)	35
Boa imagem dos habitantes e do ambiente social	12
Local de residência de muitos migrantes provenientes da mesma origem	13
Proximidade face a familiares ou amigos	15
Nível de vida mais acessível	6
Pelos serviços e comércio que oferece	4
Facilidade de entrada em Portugal	9
Outro motivo	0
Não responde	4
Total	186

Nota: os inquiridos escolheram mais que uma opção

15. Como cidadão migrante residente no concelho de Odemira, qual o grau de dificuldade que sente face aos seguintes aspetos? (gradue a resposta de 1- nada difícil a 5- muito difícil)							
	1	2	3	4	5	NR	Total
Não conhecer ninguém / solidão	35	22	32	11	10	26	136
Clima	63	27	8	8	4	26	136
Desconhecimento da língua	15	23	26	17	32	23	136
Acesso à saúde	30	24	20	14	23	25	136
Regularização / legalização	28	28	28	12	7	33	136
Obtenção de documentos / burocracia dos serviços portugueses	31	26	21	16	18	24	136
Integração no mercado de trabalho	25	25	28	14	17	27	136
Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	22	27	19	24	17	27	136
Integração dos seus filhos na escola	41	13	13	7	4	58	136
Sucesso escolar dos seus filhos	13	9	4	3	4	103	136
Equivalências escolares	27	22	12	6	8	61	136
Habitação (acesso e custo)	21	14	12	12	39	38	136
Transportes	30	15	24	10	20	37	136
Comportamento / atitudes dos portugueses	47	32	16	6	7	28	136
Discriminação / racismo	45	23	17	6	9	36	136

16. No concelho de Odemira, os seus amigos são sobretudo	
Cidadãos migrantes da mesma nacionalidade	80
Migrantes de outras nacionalidades que são seus vizinhos	31
Portugueses que conheceu no trabalho	40
Portugueses que são seus vizinhos	16
Portugueses que conheceu noutros locais	16
Familiares	23
Não responde	7
Total	213

Nota: os inquiridos podiam escolher, no máximo, duas opções

17. Da seguinte lista de instituições, refira aquelas que conhece, aquelas que já utilizou e o modo como avalia os serviços prestados (ou que sabe que prestam)	Conhece			Frequentou/recorreu aos seus serviços			Como avalia o trabalho que aí lhe foi prestado? 1=Muito Bom 2= Bom 3= Razoável 4= Deficiente 5=Muito Deficiente						
	SIM	Não	NR	SIM	Não	NR	1	2	3	4	5	NR	NA
Câmara Municipal de Odemira	71	45	20	54	62	20	18	23	5	8	0	2	80
Total	136			136			136						
Junta de Freguesia	62	54	20	54	62	20	17	23	9	2	3	2	80
Total	136			136			136						
Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)	46	70	20	38	78	20	14	14	6	2	2	2	96
Total	136			136			136						
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	86	30	20	77	39	20	25	22	13	9	5	5	57
Total	136			136			136						
Serviço Local da Segurança Social de Odemira	86	30	20	77	39	20	20	30	14	6	5	4	57
Total	136			136			136						
Guarda Nacional Republicana (GNR)	77	38	21	59	57	20	23	14	12	2	7	2	75
Total	136			136			136						
Repartição de Finanças de Odemira	91	25	20	80	36	20	30	32	7	4	4	6	53
Total	136			136			136						
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	36	80	20	32	84	20	5	12	11	3	1	3	101
Total	136			136			136						
Centro de Saúde de Odemira	90	26	20	78	38	20	20	23	13	11	11	1	57
Total	136			136			136						
Banco	106	10	20	93	23	20	39	33	15	1	1	4	43
Total	136			136			136						
Escola	96	20	20	81	35	20	48	24	7	1	1	3	52
Total	136			136			136						
Estação de Correios de Odemira	89	27	20	77	39	20	28	31	11	2	1	6	57
Total	136			136			136						

18. De uma maneira geral, como considera o seu nível de integração no concelho de Odemira?	
Muito integrado	28
Integrado	55
Pouco integrado	34
Nada integrado	4
Não responde	15
Total	136

B. URBANISMO E HABITAÇÃO

19. Reside sozinho?	
Sim	26
Não	105
Não responde	5
Total	136

21. Vive com pessoas que não pertencem ao seu agregado familiar?	
Sim	53
Não	35
Não responde	17
Não se aplica	31
Total	136

Se sim, quantas?	
1 pessoa	12
2 pessoas	8
3 pessoas	7
4 pessoas	7
5 pessoas	4
6 pessoas	2
7 pessoas	2
8 pessoas	1
9 pessoas	1
10 pessoas	3
15 pessoas	2
21 pessoas	1
Não Responde	3
Total	53

20. Se não, vive com pessoas que pertencem ao seu agregado familiar?	
Sim	60
Não	32
Não responde	13
Não se aplica	31
Total	136

Se sim, quantas?	
1 pessoa	15
2 pessoas	18
3 pessoas	11
4 pessoas	9
5 pessoas	3
6 pessoas	2
8 pessoas	1
Não responde	1
Total	60

22. Qual o tipo de alojamento em que reside?	
Apartamento ou moradia	49
Parte de casa (<i>casa partilhada, quarto, etc.</i>)	60
Pensão ou residencial	3
Caravana, contentor ou outro	9
Outro tipo	3
Não responde	12
Total	136

Outro tipo (mencionar)	
Não responde	3
Total 3	3

D. PERCEÇÃO SOBRE SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO NO CONCELHO DE ODEMIRA

23. Já alguma vez se sentiu discriminado por motivos raciais ou étnicos no concelho de Odemira?	
Sim	69
Não	58
Não responde	9
Total	136

24. Se sim, em que situações já se sentiu discriminado?	
Num serviço público	18
Numa entrevista de emprego	10
No arrendamento de uma casa/quarto	29
Nos transportes públicos	8
Quando fazia compras num supermercado ou loja	12
Num café, restaurante ou serviço similar	6
No trabalho	20
Na escola	1
Outras situações	1
Não responde	2
Não se aplica	67
Total	174
<i>Nota: os inquiridos escolheram mais que uma opção</i>	
Outra situação, qual?	
Não responde	1
Total	1

E. RELAÇÕES COM O PAÍS DE ORIGEM

25. Desde que se encontra em Portugal já regressou ao seu país de origem?	
Sim	55
Não	69
Não responde	12
Total	136

26. se respondeu sim na questão anterior, diga por que motivos	
Acontecimentos familiares (casamentos, funerais,...)	22
Tratar de assuntos familiares	9
Levar/trazer bens	3
Negócios	2
Passar férias	28
Tratar de documentos	6
Outros motivos	5
Não Responde	1
Não se aplica	81
Não responde	12
Total	157
<i>Nota: os inquiridos escolheram mais que uma opção</i>	

27. Tem familiares dependentes no seu país de origem?	
Sim	105
Não <i>(passa para a questão 31)</i>	16
Não responde	15
Total	136

28. Se sim, mencione quais	
Esposa/marido	35
Filhos	29
Pais/Sogros	54
Irmãos	17
Outros familiares	24
Não responde	3
Não se aplica	31
Total	193
<i>Nota: os inquiridos escolheram mais que uma opção</i>	

29. Pretende trazer familiares do seu país de origem?	
Sim	83
Não	20
Não responde	2
Não se aplica	31
Total	136

30. Costuma enviar dinheiro para o seu país de origem?	
Sim	84
Não	18
Não responde	3
Não se aplica	31
Total	136

31. Gostaria de ir residir para outro país?	
Sim	42
Não	81
Não responde	13
Total	136

32. Se sim, qual seria o seu destino?	
O meu País de origem	13
Outros países da Europa	23
Norte de África	0
Outro	4
Não responde	2
Não se aplica	94
Total	136
Outro, qual?	
Estados Unidos da América	1
Reino Unido	1
Austrália	1
Todo o mundo	1
Total	4

ANEXO 2

**Resumo dos resultados das audições efetuadas
junto de cidadãos migrantes Nacionais de Países
Terceiros (NPT)**



TAIPA
20 ANOS



PT/2020/FAMI/590

RELATÓRIO DE AÇÃO					
Componente	Assembleia de mediadores (apresentação do projecto Bairros Saudáveis)				
Local	Concelho de Odemira	Data		Hora	
Parceiros Envolvidos	Juntas de freguesia: Boa vista dos Pinheiros; Longueira/Almograve; Vila nova de Milfontes;				
Outros Parceiros					
Dinamizadores	Jaromir Wimmer e Tânia Ramos				
Total Participantes NPT's	13	G.Masculino	11	G.Feminino	2
Descrição					
<p>Relatório de acção das 5 assembleias de mediadores que foram organizadas no âmbito do projecto Bairros saudáveis em algumas freguesias do concelho de Odemira.</p> <p>Foram realizadas 5 assembleias nas seguintes freguesias: São Teotónio; Boa vista dos Pinheiros; Santa Maria/São Salvador (Odemira); Longueira/Almograve e Vila Nova de Milfontes.</p> <p>Estiveram presentes mediadores de diversas nacionalidades, Índia, Nepal, Bangladesh, Paquistão e Ucrânia.</p> <p>Todas as assembleias foram dinamizadas pelo técnico do Giramundo.</p> <p>Relativamente a informação que foi recolhida, contámos com a participação activa dos mediadores nas assembleias. Partilhando algumas informações e ideias importantes que se poderão enquadrar nos projectos Bairros Saudáveis.</p> <p>Temas mais apresentados pelos mediadores das diferentes comunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acesso a aulas de português e a realização das mesmas em horários diferentes do pós-laboral. - Aulas de português em todas as freguesias. - Acesso ao emprego e melhor partilha de informação dos empregos disponíveis no concelho. - Actividades extra curriculares para crianças e jovens. - Melhoria do sistema de transportes. Implantação de Autocarros nocturnos (Rodoviária do Alentejo). - Ações de sensibilização de discriminação de género em todas as comunidades do concelho. - Mais informação sobre o SNS e como ter acesso aos cuidados de saúde primários (CSP). <p>Os participantes mostraram interesse e foram participando activamente na conversa, especialmente pessoas já integradas há algum tempo no território e com maior domínio da língua portuguesa. No geral, o objectivo principal de transmissão de algumas informações importantes e de potenciação de algum debate em torno das questões da integração das comunidades e de outros, foi alcançada.</p>					
ANEXOS					

Financiadores:



ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES E IF | HIGH COMMISSION FOR MIGRATION
Rua Álvaro Coutinho, 14 | 1150-025 Lisboa | T: +351 218 106 100 F: +351 218 106 117
www.acm.gov.pt



ANEXO 3

Inquéritos utilizados na recolha de dados junto das entidades locais

ÁREA: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

1. Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM Odemira, segundo o seu país de origem (as mais representativas), durante os anos de 2015, 2017 e 2019.

Nº cidadãos estrangeiros atendidos			
Pais de Origem	2015	2017	2019
Índia			
Nepal			
Bangladesh			
Ucrânia			
Tailândia			
Brasil			

2. Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM Odemira, segundo o género, durante os anos de 2015, 2017 e 2019.

Nº cidadãos estrangeiros atendidos					
2015		2017		2019	
H	M	H	M	H	M

4. Percentagem/Nº de cidadãos estrangeiros atendidos no CLAIM Odemira, segundo o motivo da sua deslocação, durante os anos de 2015, 2017 e 2019.

Ano	Motivo 1 Legalização/artigo88-2	Motivo 2 Legalização/outros	Motivo 3 Reagrupamento familiar	Motivo 4 Educação	Outros motivos
2015					
2017					
2019					

5. Nº de requerentes e de beneficiários do programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVR) do concelho de Odemira, por país de origem, durante os anos de 2015, 2017 e 2019.

País de origem	2015		2017		2019	
	Nº de Requerentes	Nº de Beneficiários	Nº de Requerentes	Nº de Beneficiários	Nº de Requerentes	Nº de Beneficiários



PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES (2020-2022)
RECOLHA DE DADOS QUANTITATIVOS

6. Nº de cidadãos estrangeiros que requerem o reagrupamento familiar, por país de origem, durante os anos de 2015, 2017 e 2019.

País de origem	2015	2017	2019
	Nº de Requerentes		





PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES (2020.2022)
RECOLHA DE DADOS QUANTITATIVOS

ÁREA: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

Junta de Freguesia de _____

1. Nº de Atestados de Residência emitidos pela Junta de Freguesia, a cidadãos estrangeiros, no ano de 2014, 2017 e 2019, segundo o seu país de origem e o género.

País de origem	Nº Atestados Residência					
	2014		2017		2019	
	H	M	H	M	H	M



ÁREA: MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

1. Nº de trabalhadores estrangeiros, segundo o seu país de origem, grupo etário e género, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

2014										
País de origem	Homens					Mulheres				
	Idade					Idade				
	18-24	25-34	35-44	45-55	+55	18-24	25-34	35-44	45-55	+55

2017										
País de origem	Homens					Mulheres				
	Idade					Idade				
	18-24	25-34	35-44	45-55	+55	18-24	25-34	35-44	45-55	+55



2019										
País de origem	Homens					Mulheres				
	Idade					Idade				
	18-24	25-34	35-44	45-55	+55	18-24	25-34	35-44	45-55	+55

2. Nº de trabalhadores estrangeiros temporários recrutados em 2014, 2017 e 2019, segundo a sua nacionalidade.

Pais de origem	2014	2017	2019

3. Nº de trabalhadores estrangeiros recrutados através de empresas de prestações de serviços, de trabalho temporário e do Centro de Emprego, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

Ano	Nº trabalhadores estrangeiros recrutados Empresas de prestações de serviços	Nº trabalhadores estrangeiros recrutados Empresas de trabalho temporário	Nº trabalhadores estrangeiros recrutados Centro de Emprego
2014			
2017			
2019			

ÁREA: URBANISMO E HABITAÇÃO

1. Nº de trabalhadores residentes em alojamentos **não clássicos** (só se considera como alojamento clássica o apartamento e a moradia) nos anos de 2014, 2017 e 2019.

Ano	Nº trabalhadores em alojamento não clássico
2014	
2017	
2019	

ÁREA: Relações Internacionais

1. Nº de trabalhadores contratados diretamente no seu país de origem nos anos de 2014, 2017 e 2019.

País de origem	2014	2017	2019
	Nº de trabalhadores contratados		

2. Nº visitas/contactos estabelecidos com as embaixadas dos países de origem dos trabalhadores, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

País de origem	2014	2017	2019
	Nº de visitas/contactos		

ÁREA: MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

1. Nº de cidadãos inscritos no Centro de Emprego, segundo o seu país de origem (incluindo Portugal) e género, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

País de origem	Nº cidadãos estrangeiros inscritos no Centro de Emprego					
	2014		2017		2019	
	H	M	H	M	H	M

2. Nº de colocações de emprego efetuadas ao longo de 2017 e 2019, no concelho de Odemira, segundo o seu país de origem (incluindo Portugal).

País de origem	2017	2019)
	Nº de colocações de emprego	

3. Nº de cidadãos desempregados no concelho de Odemira, nos anos de 2017 e 2019, segundo o género e o seu país de origem (incluindo Portugal).

País de origem	Nº cidadãos desempregados			
	2017		2019	
	H	M	H	M

4. Nº de cidadãos desempregados no concelho de Odemira, nos anos de 2017 e 2019 segundo o seu país de origem (incluindo Portugal) e as suas habilitações escolares.

País de origem	2017					2019				
	Nº cidadãos desempregados									
	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Ensino Secundário	Ensino Superior	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Ensino Secundário	Ensino Superior

ÁREA: MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

1. Nº de trabalhadores estrangeiros, segundo o seu país de origem, grupo etário e género, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

2014										
País de origem	Homens					Mulheres				
	Idade					Idade				
	18-24	25-34	35-44	45-55	+55	18-24	25-34	35-44	45-55	+55

2017										
País de origem	Homens					Mulheres				
	Idade					Idade				
	18-24	25-34	35-44	45-55	+55	18-24	25-34	35-44	45-55	+55

2. Nº de trabalhadores estrangeiros temporários recrutados em 2014, 2017 e 2019, segundo a sua nacionalidade.

País de origem	2014	2017	2019

3. Nº de trabalhadores estrangeiros recrutados através de empresas de prestações de serviços, de trabalho temporário e do Centro de Emprego, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

Ano	Nº trabalhadores estrangeiros recrutados Empresas de prestações de serviços	Nº trabalhadores estrangeiros recrutados Empresas de trabalho temporário	Nº trabalhadores estrangeiros recrutados Centro de Emprego
2014			
2017			
2019			

ÁREA: URBANISMO E HABITAÇÃO

1. Nº de trabalhadores residentes em alojamentos **não clássicos** (só se considera como alojamento clássico o apartamento e a moradia) nos anos de 2014, 2017 e 2019.

Ano	Nº trabalhadores em alojamento não clássico
2014	
2017	
2019	

ÁREA: Relações Internacionais

1. Nº de trabalhadores contratados diretamente no seu país de origem nos anos de 2014, 2017 e 2019.

País de origem	2014	2017	2019
	Nº de trabalhadores contratados		

2. Nº visitas/contactos estabelecidos com as embaixadas dos países de origem dos trabalhadores, nos anos de 2014,2017 e 2019.

País de origem	2014	2017	2019
	Nº de visitas/contactos		

ÁREA: EDUCAÇÃO E LÍNGUA

1. Nº de cidadãos estrangeiros residentes no concelho de Odemira, inscritos nas formações de Português Para Todos (PPT) ou Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), ou outra formação dentro da mesma tipologia, com outra designação, segundo o seu país de origem e género, nos anos letivos de 2017/2018 e 2020/2021.

País de origem	Nº Cidadãos estrangeiros inscritos									
	2017/2018			2020/2021						
	PPT		PFOL	(1)		PPT		PFOL	(1)	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M

Nota: Registrar a designação dos cursos de aprendizagem da língua portuguesa nos espaços abaixo:

(1) _____

(1) _____





ÁREA:SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

1. Nº de cidadãos estrangeiros que participam no Projeto Giramundo, segundo o género, grupos etários e o país de origem, entre junho de 2017 e maio de 2020.

País de origem	Mulheres			Homens		
	18-25	26-35	36-45	18-25	26-35	36-45
	anos	anos	anos	anos	anos	anos



2. Nº de cidadãos estrangeiros que participam no Projeto Giramundo, segundo o tipo de ação, entre junho de 2017 e maio de 2020.

Tipo de ação	Nº participantes



ÁREA: SAÚDE

1. N.º de Números de Utente atribuídos a cidadãos estrangeiros no concelho de Odemira, segundo o seu país de origem nos anos de 2014, 2017 e 2019.

País de origem	N.º Números Utente		
	2014	2017	2019



2. Nº de cidadãos estrangeiros com médico de família no Centro de Saúde de Odemira, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

Nº cidadãos estrangeiros com médico de família		
2014	2017	2019

3. Nº de utentes e de admissões ao SUB do Centro de Saúde de Odemira, segundo o país de origem (incluindo Portugal), nos anos de 2014, 2017 e 2019.

País de origem	2014		2017		2019	
	Nº utentes	Nº admissões	Nº utentes	Nº admissões	Nº utentes	Nº admissões

4. Nº de cidadãos estrangeiros acompanhados em consultas, por especialidade, e outros serviços de saúde no Centro de Saúde de Odemira, segundo o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

País de origem	Nº cidadãos estrangeiros - 2014					
	Planeamento Familiar	Saúde Infantil	Atendimento social	Medicina Geral e Familiar	Saúde Materna	Preparação para o parto

País de origem	Nº cidadãos estrangeiros - 2017					
	Planeamento Familiar	Saúde Infantil	Atendimento social	Medicina Geral e Familiar	Saúde Materna	Preparação para o parto

País de origem	Nº cidadãos estrangeiros - 2019					
	Planeamento Familiar	Saúde Infantil	Atendimento social	Medicina Geral e Familiar	Saúde materna	Preparação para o parto

8. Nº de médicos afetos ao Centro de Saúde de Odemira, com vínculo laboral por tempo indeterminado e como prestadores de serviços, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

2014		2017		2019	
Nº médicos com contrato por tempo indeterminado	Nº médicos contratados como prestadores de serviços	Nº médicos com contrato por tempo indeterminado	Nº médicos contratados como prestadores de serviços	Nº médicos com contrato por tempo indeterminado	Nº médicos contratados como prestadores de serviços

ÁREA: SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

1. Nº de NISS emitidos a cidadãos estrangeiros, residentes no concelho de **Odemira**, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

Ano	Nº NISS emitidos a cidadãos estrangeiros
2014	
2017	
2019	

2. Nº de NISS emitidos aos cidadãos estrangeiros, residentes no concelho de **Odemira**, dos 5 países de origem mais representativos, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

País de origem	Nº NISS emitidos a cidadãos estrangeiros		
	2014	2017	2019

3. Nº de cidadãos estrangeiros originários dos 5 países mais representativos, residentes no concelho de **Odemira**, com remunerações declaradas à Segurança Social, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

Pais de origem	2014	2017	2019

4. Valor total das contribuições pagas e das prestações sociais atribuídas pela Segurança Social a cidadãos estrangeiros originários dos 5 países mais representativos, residentes no concelho de **Odemira**, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

Pais de origem	2014		2017		2019	
	Contribuições (€)	Prestações sociais atribuídas (€)	Contribuições (€)	Prestações sociais atribuídas (€)	Contribuições (€)	Prestações sociais atribuídas (€)



PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES (2020.2022)
RECOLHA DE DADOS QUANTITATIVOS

5. N.º de cidadãos estrangeiros, originários dos 5 países mais representativos, residentes no concelho de Odemira, com abono de família, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

País de origem	2014	2017	2019





ÁREA: EDUCAÇÃO E LÍNGUA

Creche Os Calculinhos

1. Nº de crianças inscritas nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2020/2021, segundo a sua nacionalidade (incluindo nacionalidade portuguesa) e género.

Nacionalidade	Ano letivo 2014/2015		Ano letivo 2017/2018		Ano letivo 2020/2021	
	Nº crianças inscritas					
	H	M	H	M	H	M



2. Nº de encarregados de educação presentes em reuniões, com a Educadora de Infância nos anos letivos de 2014/2015, 2017/2018 e 2019/2020, segundo a sua nacionalidade (incluindo a portuguesa).

Nacionalidade	Nº Enc. Educação					
	2014/2015		2017/2018		2019/2020	
	H	M	H	M	H	M

2. Nº de crianças e jovens estrangeiros com processo aberto na CPCJ de Odemira, no ano de 2019, segundo a sua freguesia de residência.

Freguesia	Nº crianças/jovens
	2019
Boavista dos Pinheiros	
Colos	
Longueira/Almogrove	
Luzianes-Gare	
Relíquias	
Sabóia	
Santa Clara-a-Velha	
S. Luís	
S. Martinho das Amoreiras	
S. Salvador e Santa Maria	
S. Teotónio	
Vale de Santiago	
Vila Nova de Milfontes	

3. Principais problemáticas sinalizadas, por nº de crianças e jovens estrangeiros com processo de promoção e proteção na CPCJ de Odemira, no ano de 2019.

Problemáticas	Nº crianças/jovens
	2019
Abandono escolar	
Absentismo escolar	
Abandono	
Exposição a situações de violência doméstica	
Maus tratos	
Abuso sexual	
Prática de facto qualificado como crime	
Consumo de estupefacientes	
Ingestão de bebidas alcoólicas	
Exposição a modelos de comportamento desviante	
Negligência	
Exploração de trabalho infantil	
Bullying	
Outra 1:	
Outra 2:	
Outra 3:	

2. Nº de cidadãos do concelho de Odemira que solicitaram apoio como vítimas de violência doméstica, segundo o seu país de origem (incluindo Portugal), face à sua situação profissional, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

Ano	País de origem	Desempregado	Empregado	Incapacitado para o trabalho	Doméstica
2014					
2017					
2019					



ÁREA: SAÚDE

1. Nº de cidadãos residentes no concelho de Odemira sinalizados ao CRI do Alentejo Litoral, segundo o seu país de origem (incluindo Portugal) nos anos de 2014, 2017 e 2019.

País de origem	2014	2017	2019
	Nº cidadãos sinalizados		





PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES (2020-2022)
RECOLHA DE DADOS QUANTITATIVOS

2. Nº de cidadãos estrangeiros residentes no concelho de Odemira sinalizados ao CRI do Alentejo Litoral, segundo o seu tipo de dependência e o seu país de origem, nos anos de 2014, 2017 e 2019.

País de origem	2014	2017	2019
	Tipo de dependência		



ANEXO 4

**Inquérito por questionário aplicado a cidadãos
migrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT)**

QUESTIONÁRIO

O presente inquérito por questionário insere-se no processo de atualização do diagnóstico incluído no Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) 2020/2022 que está a ser desenvolvido pelo Município de Odemira em parceria com entidades públicas e privadas com responsabilidade na temática das Migrações.

Com este questionário pretende-se compreender melhor as condições em que vivem os cidadãos migrantes, que dificuldades enfrentam no seu dia-a-dia e como se sentem no seio da nossa comunidade.

O questionário é anónimo.

Agradecemos a sua colaboração e disponibilidade para o preenchimento do mesmo.

A. CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. GÉNERO	Coloque uma X na opção correta
1. Masculino	
2. Feminino	
2. IDADE _____ anos	
3. ESTADO CIVIL	
1. Casado	
2. Solteiro	
3. Divorciado	
4. Viúvo	
4. NATURALIDADE	
1. País de origem _____	
5. ANO DE CHEGADA AO CONCELHO DE ODEMIRA	
1. Ano em que chegou ao concelho. _____	
6. LOCAL DE RESIDÊNCIA ATUAL	
1. Freguesia do concelho de Odemira (<i>indicar qual</i>) _____	
2. Outro concelho	

7. QUAL O SEU PRINCIPAL MEIO DE VIDA?	Coloque uma X na opção correta
1.Trabalho	
2.Subsídio de desemprego	
3.Outros apoios da Segurança Social	
4.A cargo da família	
5.Pequenos trabalhos esporádicos	
8. SE O SEU PRINCIPAL MEIO DE VIDA É O TRABALHO, CONSIDERE AS QUESTÕES SEGUINTE. (se não, passe para a questão 13)	
1.Empregado	
2.Desempregado (<i>há quanto tempo</i>) _____	
3.À procura de emprego (<i>há quanto tempo</i>) _____	
9. PROFISSÃO	
1. Qual a sua profissão? _____	
10. REGIME DE TRABALHO	
1.Permanente/regular	
2.Ocasional	
3.Sazonal	
11. SITUAÇÃO NA PROFISSÃO	
1.Trabalhador por conta de outrem	
2.Trabalhador por conta própria sem empregados	
3.Trabalhador por conta própria com empregados	
4.Trabalhador familiar não remunerado	
5.Outra situação	
12. TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL (responder só se trabalha por conta de outrem)	
1.Contrato sem termo	
2.Contrato com termo	
3.Trabalho sem contrato	
4.Outra situação. Qual? _____	
13. QUAL É A SUA RELIGIÃO?	
1. Sem religião	
2. Católica	
3. Budista	
4. Ortodoxa	
5. Islâmica	
6. Protestante Evangélica	
7. Hindu	
8. Outra religião. Qual? _____	

B. ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

14. QUAIS OS PRINCIPAIS MOTIVOS QUE O FEZ FIXAR-SE NO CONCELHO DE ODEMIRA?	Coloque uma X na opção correta
1. Local onde encontrou emprego	
2. Boa qualidade do ambiente "natural" (clima, paisagem, etc.)	
3. Boa imagem dos habitantes e do ambiente social	
4. Local de residência de muitos migrantes provenientes da mesma origem	
5. Proximidade face a familiares ou amigos	
6. Nível de vida mais acessível	
7. Pelos serviços e comércio que oferece	
8. Facilidade de entrada em Portugal	
9. Outro motivo. Qual? _____ _____	

15. COMO CIDADÃO MIGRANTE RESIDENTE NO CONCELHO DE ODEMIRA, QUAL O GRAU DE DIFICULDADE QUE SENTE FACE AOS SEGUINTE ASPECTOS? (grade a resposta de 1-nada difícil a 5-muito difícil, colocando um círculo à volta dos números que escolher).	Nada difícil				Muito difícil
1. Não conhecer ninguém / solidão	1	2	3	4	5
2. Clima	1	2	3	4	5
3. Desconhecimento da língua	1	2	3	4	5
4. Acesso à saúde	1	2	3	4	5
5. Regularização / legalização	1	2	3	4	5
6. Obtenção de documentos / burocracia dos serviços portugueses	1	2	3	4	5
7. Integração no mercado de trabalho	1	2	3	4	5
8. Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	1	2	3	4	5
9. Integração dos seus filhos na escola	1	2	3	4	5
10. Sucesso escolar dos seus filhos					
11. Equivalências escolares	1	2	3	4	5
12. Habitação (acesso e custo)	1	2	3	4	5
13. Transportes	1	2	3	4	5
14. Comportamento / atitudes dos portugueses	1	2	3	4	5
15. Discriminação / racismo	1	2	3	4	5

16. NO CONCELHO DE ODEMIRA, OS SEUS AMIGOS SÃO SOBRETUDO (pode escolher, no máximo, duas opções):	Coloque uma X na opção correta
1. Cidadãos migrantes da mesma nacionalidade	
2. Migrantes de outras nacionalidades que são seus vizinhos	
3. Portugueses que conheceu no trabalho	
4. Portugueses que são seus vizinhos	
5. Portugueses que conheceu noutros locais	
6. Familiares	

17. DA SEGUINTE LISTA DE INSTITUIÇÕES, REFIRA AQUELAS QUE CONHECE, AQUELAS QUE JÁ UTILIZOU E O MODO COMO AVALIA OS SERVIÇOS PRESTADOS (ou que sabe que prestam).	Conhece (Coloque uma X)	Frequentou/recorreu aos seus serviços (Coloque uma X)	Como avalia o trabalho que aí lhe foi prestado? 1=Muito Bom 2= Bom 3= Razoável 4= Deficiente 5=Muito Deficiente
1. Câmara Municipal de Odemira			
2. Junta de Freguesia			
3. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)			
4. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)			
5. Serviço Local da Segurança Social de Odemira			
6. Guarda Nacional Republicana (GNR)			
7. Repartição de Finanças de Odemira			
8. Gabinete de Inserção Profissional (GIP)			
9. Centro de Saúde de Odemira			
10. Banco			
11. Escola			
12. Estação de Correios de Odemira			

18. DE UMA MANEIRA GERAL, COMO CONSIDERA O SEU NÍVEL DE INTEGRAÇÃO NO CONCELHO DE ODEMIRA?	Coloque uma X na opção correta
1. Muito integrado	
2. Integrado	
3. Pouco integrado	
4. Nada integrado	

C. URBANISMO E HABITAÇÃO

19. RESIDE SOZINHO?	Coloque uma X na opção correta
1. Sim	
2. Não	
20. SE NÃO, VIVE COM PESSOAS QUE PERTENCEM AO SEU AGREGADO FAMILIAR?	
1. Sim. Quantas? _____	
2. Não	
21. VIVE COM PESSOAS QUE NÃO PERTENCEM AO SEU AGREGADO FAMILIAR?	
1. Sim. Quantas? _____	
2. Não	
22. QUAL O TIPO DE ALOJAMENTO EM QUE RESIDE?	
1. Apartamento ou moradia	
2. Parte de casa (casa compartilhada, quarto, etc.)	
3. Pensão ou residencial	
4. Caravana, contentor ou outro	
5. Outro tipo (mencionar) _____	

D- PERCEÇÃO SOBRE SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO NO CONCELHO DE ODEMIRA

23. JÁ ALGUMA SE SENTIU DISCRIMINADO POR MOTIVOS RACIAIS OU ÉTNICOS NO CONCELHO DE ODEMIRA?	Coloque uma X na opção correta
1. Sim	
2. Não	
24. SE SIM, EM QUE SITUAÇÕES JÁ SE SENTIU DISCRIMINADO?	
1. Num serviço público	
2. Numa entrevista de emprego	
3. No arrendamento de uma casa/quarto	
4. Nos transportes públicos	
5. Quando fazia compras num supermercado ou loja	
6. Num café, restaurante ou serviço similar	
7. No trabalho	
8. Na escola	
9. Outras situações. Quais? _____ _____	

E- RELAÇÕES COM O PAÍS DE ORIGEM

25. DESDE QUE SE ENCONTRA EM PORTUGAL JÁ REGRESSOU AO SEU PAÍS DE ORIGEM?	Coloque uma X na opção correta
1. Sim	
2. Não	
26. SE RESPONDEU SIM NA QUESTÃO ANTERIOR, DIGA POR QUE MOTIVOS.	
1. Acontecimentos familiares (casamentos, funerais,...)	
2. Tratar de assuntos familiares	
3. Levar/trazer bens	
4. Negócios	
5. Passar férias	
6. Tratar de documentos	
7. Outros motivos	
27. TEM FAMILIARES DEPENDENTES NO SEU PAÍS DE ORIGEM?	
1. Sim	
2. Não (<i>passar para a questão 31</i>)	
28. SE SIM, MENCIONE QUAIS.	
1. Esposa/marido	
2. Filhos	
3. Pais/Sogros	
4. Irmãos	
5. Outros familiares	
29. PRETENDE TRAZER FAMILIARES DO SEU PAÍS DE ORIGEM?	
1. Sim	
2. Não	
30. COSTUMA ENVIAR DINHEIRO PARA O SEU PAÍS DE ORIGEM?	
1. Sim	
2. Não	
31. GOSTARIA DE IR RESIDIR PARA OUTRO PAÍS?	
1. Não	
2. Sim	
32. SE SIM, QUAL SERIA O SEU DESTINO?	
1. O meu país de origem	
2. Outros países da Europa	
3. Norte de África	
4. Outro. Mencione qual. _____	

Obrigada pela sua colaboração!

QUESTIONNAIRE

This questionnaire survey is part of the updating diagnosis included in the Municipal Plan for the Integration of Migrants (PMIM) 2020/2022 that is being developed by the Municipality of Odemira in partnership with public and private entities with responsibility on the Migrations subject.

It aims to better understand the conditions in which migrant citizens live the difficulties they face in their daily lives and how they feel within our community.

The questionnaire is anonymous.

We appreciate your cooperation and availability to complete it.

A. CHARACTERIZATION OF THE RESPONDENT

1. GENDER	Put an X in the correct option
1. Male	
2. Female	
2. AGE _____ years	
3. MARITAL STATUS	
1. Married	
2. Single	
3. Divorced	
4. Widow	
4. PLACE OF BIRTH	
1. Origin Country _____	
5. YEAR OF ARRIVAL IN THE COUNCIL OF ODEMIRA	
1. Year you arrived in Odemira council _____	
6. CURRENT PLACE OF RESIDENCE	
1. Parish of the municipality of Odemira (indicate which) _____	
2. Another county _____	

7. WHAT IS THE MAIN SOURCE OF YOUR INCOME?	Put an X in the correct option
1. Work	
2. Unemployment benefit	
3. Other Social Security support	
4. Supported by family	
5. Sporadic little jobs	
8. IF YOUR MAIN LIFE SUPPORT IS WORK, CONSIDER THE FOLLOWING QUESTIONS. (if not, go to question 13)	
1. Employee	
2. Unemployed (how long) _____	
3. Looking for a job (how long) _____	
9. OCCUPATION	
1. What's your profession? _____	
10. WORK REGIME	
1. Permanent / regular	
2. Ocasional	
3. Seasonal	
11. PROFESSIONAL SITUATION	
1. Employee	
2. Self-employed without employees	
3. Self-employed with employees	
4. Unpaid family worker	
5. Other situation	
12. TYPE OF CONTRACTUAL LINK (answer only if you work for others)	
1. Endless contract	
2. Term contract	
3. Work without contract	
4. Another situation. What? _____	
13. WHAT IS YOUR RELIGION?	
1. Without religion	
2. Catholic	
3. Buddhist	
4. Orthodox	
5. Islamic	
6. Evangelical Protestant	
7. Hindu	
8. Another religion. What? _____	

B. WELCOME AND INTEGRATION

14. WHAT ARE THE MAIN REASONS FOR YOU TO STAY IN THE COUNCIL OF ODEMIRA?	Put an X in the correct option
1. Place where you found a job	
2. Good quality of the "natural" environment (climate, landscape, etc.)	
3. Good image of the inhabitants and the social environment	
4. Place of residence of many migrants from the same country	
5. Proximity to family or friends	
6. Most affordable lifestyle	
7. For the services and commerce it offers	
8. Easy way of entry into Portugal	
9. Other reasons. What?	

15. AS A MIGRANT CITIZEN RESIDENT IN THE COUNCIL OF ODEMIRA, WHAT IS THE DEGREE OF DIFFICULTY THAT YOU FEEL ABOUT THE FOLLOWING ASPECTS? (grade the response from 1-not at all difficult to 5 - very difficult, putting a circle around the numbers you choose).	Nothing difficult				Very difficult
1. Not knowing anyone / loneliness	1	2	3	4	5
2. Climate	1	2	3	4	5
3. Not knowing the language	1	2	3	4	5
4. Access to health	1	2	3	4	5
5. Regularization / legalization	1	2	3	4	5
6. Obtaining documents / bureaucracy from Portuguese services	1	2	3	4	5
7. Integration into the working market	1	2	3	4	5
8. Obtaining a profession corresponding to qualifications and experience	1	2	3	4	5
9. Integrating of children into school	1	2	3	4	5
10. Your children's school success	1	2	3	4	5
11. School equivalences	1	2	3	4	5
12. Accommodation (access and cost)	1	2	3	4	5
13. Transport	1	2	3	4	5
14. Behavior / attitudes of the Portuguese	1	2	3	4	5
15. Discrimination / racism	1	2	3	4	5

16. IN THE COUNTY OF ODEMIRA, YOUR FRIENDS ARE OVERALL (you can choose a maximum of two options):	Put an X in the correct option
1. Migrant citizens of the same nationality	
2. Migrants of other nationalities who are neighbours	
3. Portuguese people you met at work	
4. Portuguese who are your neighbours	
5. Portuguese people you met in other places	
6. Family members	

17. FROM THE FOLLOWING LIST OF INSTITUTIONS, REVIEW THOSE YOU KNOW, THOSE YOU HAVE ALREADY USED AND THE WAY YOU EVALUATE THE SERVICES PROVIDED (or know that they provide).	Knows (Place an X)	Attended / used their services (Place an X)	How do you evaluate the work done there? 1 = Very Good 2 = Good 3 = Reasonable 4 = Deficient 5 = Very Deficient
1. Odemira City Council			
2. Parish Council			
3. Local Support Center for the Integration of Migrants (CLAIM)			
4. Foreigners and Borders Service (SEF)			
5. Local Social Security Service in Odemira			
6. Republican National Guard (GNR)			
7. Odemira Finance Office			
8. Professional Insertion Office (GIP)			
9. Odemira Health Center			
10. Bank			
11. School			
12. Odemira Post Office			

18. IN GENERAL, HOW DO YOU CONSIDER YOUR INTEGRATION IN ODEMIRA?	Put an X in the correct option
1. Very integrated	
2. Integrated	
3. Little integrated	
4. Not integrated	

C. URBANISM AND HOUSING

19. DO YOU LIVE ALONE?	Put an X in the correct option
1. Yes	
2. No	
20. IF NOT, DO YOU LIVE WITH PEOPLE WHO BELONG TO YOUR FAMILY?	
1. Yes. How many? _____	
2. No	
21. DO YOU LIVE WITH PEOPLE WHO DO NOT BELONG TO YOUR FAMILY?	
1. Yes. How many? _____	
2. No	
22. WHAT TYPE OF ACCOMMODATION DO YOU LIVE IN?	
1. Apartment or house	
2. Part of the house (shared house, bedroom, etc.)	
3. Pension or residential	
4. Caravan, container or other	
5. Other type (mention) _____	

D- PERCEPTION OF DISCRIMINATION SITUATIONS IN THE COUNCIL OF ODEMIRA

23. HAVE YOU EVER FELT DISCRIMINATED FOR RACIAL OR ETHNIC REASONS IN THE COUNCIL OF ODEMIRA?	Put an X in the correct option
1. Yes	
2. No	
24. IF YES, IN WHICH SITUATIONS HAVE YOU FELT DISCRIMINATED?	
1. In a public service	
2. In a job interview	
3. When renting a house / room	
4. On public transport	
5. When shopping at a supermarket or store	
6. In a cafe, restaurant or similar service	
7. At work	
8. At school	
9. Other situations. Which are? _____	

E- RELATIONS WITH THE ORIGIN COUNTRY

25. SINCE YOU ARE IN PORTUGAL HAVE YOU RETURNED TO YOUR ORIGIN COUNTRY?	Put an X in the correct option
1. Yes	
2. No	
26. IF YOU ANSWERED YES IN THE PREVIOUS QUESTION, TELL THE REASONS.	
1. Family events (weddings, funerals,...)	
2. Dealing with family matters	
3. Take / bring goods	
4. Business	
5. Vacation	
6. Handling documents	
7. Other reasons	
27. DO YOU HAVE DEPENDENT FAMILY MEMBERS IN YOUR ORIGIN COUNTRY?	
1. Yes	
2. No (go to question 32)	
28. IF YES, MENTION WHICH .	
1. Wife / husband	
2. Children	
3. Parents / in-laws	
4. Brothers	
5. Other family members	
29. DO YOU WANT TO BRING FAMILY FROM YOUR ORIGIN COUNTRY?	
1. Yes	
2. No	
30. DO YOU SEND MONEY TO YOUR ORIGIN COUNTRY?	
1. Yes	
2. No	
31. WOULD YOU LIKE TO LIVE IN ANOTHER COUNTRY?	
1. No	
2. Yes	
32. IF YES, WHAT WOULD YOUR DESTINATION BE?	
1. My origin country	
2. Other countries in Europe	
3. North Africa	
4. Another. Mention which one. _____	

Thank you for your collaboration!

प्रश्नोत्तरी

वर्तमान प्रश्नावली सर्वेक्षण, प्रवासियों के एकीकरण के लिए नगर योजना (पीएमआईएम) 2020/2022 में शामिल निदान को अद्यतन करने की प्रक्रिया का हिस्सा है, जिसे ओडेमिरा के नगर पालिका द्वारा सार्वजनिक और निजी संस्थाओं के साथ भागीदारी में विकसित किया जा रहा है, जिसके विषय में जिम्मेदारी है माइग्रेशन।

इस प्रश्नावली का उद्देश्य उन परिस्थितियों को बेहतर ढंग से समझना है जिनमें प्रवासी नागरिक रहते हैं, वे अपने दैनिक जीवन में किन कठिनाइयों का सामना करते हैं और वे हमारे समुदाय के भीतर कैसा महसूस करते हैं।

प्रश्नावली अनाम है।

इसे पूरा करने के लिए हम आपके सहयोग और उपलब्धता की सराहना करते हैं।

A. उत्तरदाता का विवरण

1. लिंग	x को सही विकल्प में रखें
1. पुलिंग	
2. स्त्रीलिंग	
2. उम्र _____ वर्ष	
3. वैवाहिक स्थिति	
1. विवाहित	
2. एकल	
3. तलाकशुदा	
4. विधुर	
4. जन्म स्थान	
1. मूल देश _____	
5. ओडेमिरा के नगरपालिका में प्रवेश का वर्ष	
1. जिस वर्ष में आप नगरपालिका में पहुंचे। _____	

6. वर्तमान पता	
1. ओडेमिरा की नगर पालिका पैरिश (संकेत दें कि कौन सा है) _____	
2. अन्य प्रांत	

7. आपकी आय का मुख्य स्रोत क्या है	x को सही विकल्प में रखें
1. काम	
2. बेरोजगारी लाभ	
3. अन्य सामाजिक सुरक्षा समर्थन	
4. परिवार द्वारा समर्थित	
5. छिटपुट छोटी नौकरियां	
8. यदि आपकी आय का मुख्य स्रोत काम है, तो पूछे गए प्रश्नों का उत्तर दें। (यदि नहीं, तो प्रश्न 13 पर जाएं)	
1. कर्मचारी	
2. बेरोजगार (कब से) _____	
3. मैं नौकरी की तलाश में हूँ (कब से) _____	
9. पेशा	
1. आपका पेशा क्या है? _____	
10. काम करने का मॉडल	
1. स्थायी / नियमित	
2. कभी-कभार	
3. मौसमी	
11. काम की स्थिति	
1. कर्मचारी	
2. कर्मचारियों के बिना स्वरोजगार	
3. कर्मचारियों के साथ स्वायत्त काम	
4. अवैतनिक परिवार कार्यकर्ता	
5. अन्य स्थिति	
12. अनुबंध का प्रकार (केवल दूसरों के लिए काम करने पर जवाब दें)	
1. अंतहीन अनुबंध	
2. अवधि अनुबंध	
3. बिना अनुबंध के काम	
4. अन्य स्थिति? _____	
13. आपका धर्म क्या है?	
1. गैर धार्मिक	

2. कैथोलिक	
3. बौद्ध	
4. ऑर्थोडॉक्स	
5. इस्लाम	
6. इंजील प्रोटेस्टेंट	
7. हिंदू	
8. अन्य धर्म. कौनसा? _____	

B. स्वागत और एकीकरण

14. आपके ओडेमिरा नगरपालिका में ठहरने के मुख्य कारण क्या हैं?	x को सही विकल्प में रखें
1. स्थान जहाँ आपको नौकरी मिली	
2. "प्राकृतिक" पर्यावरण (जलवायु, परिदृश्य, आदि) की अच्छी गुणवत्ता	
3. निवासियों और सामाजिक वातावरण की अच्छी छवि	
4. एक ही मूल से कई प्रवासियों का निवास स्थान	
5. परिवार या दोस्तों से निकटता	
6. सस्ती जीवन शैली	
7. जो सेवाएँ और व्यापार प्रदान करता है	
8. देश में प्रवेश में आसानी	
9. अन्य कारण क्या हैं? _____	

15. ओडेमिरा के देश में एक आप्रवासी के रूप में, आप किन कठिनाइयों को महसूस कर सकते हैं? कठिनाइयों की डिग्री चुनें 1- कुछ भी मुश्किल नहीं है 5 – बहुत कठिन, आपके द्वारा चुने गए नंबरों के चारों ओर एक घेरा डालना	कुछ भी मुश्किल नहीं है				बहुत कठिन
1. अकेलापन	1	2	3	4	5
2. जलवायु	1	2	3	4	5
3. पुर्तगाली बोलना नहीं जानते	1	2	3	4	5
4. स्वास्थ्य तक पहुंच	1	2	3	4	5
5. नियमितिकरण / वैधीकरण	1	2	3	4	5
6. पुर्तगाली सेवाओं से दस्तावेज़ प्राप्त करना / पुर्तगाली सेवाओं से नौकरशाही	1	2	3	4	5
7. श्रम बाजार में एकीकरण	1	2	3	4	5
8. योग्यता और अनुभव के अनुरूप पेशा प्राप्त करना	1	2	3	4	5
9. अपने बच्चों को स्कूल में एकीकृत करना	1	2	3	4	5
10. आपके बच्चों की स्कूल में सफलता	1	2	3	4	5
11. स्कूल के समकक्ष	1	2	3	4	5
12. आवास (पहुंच और लागत)	1	2	3	4	5
13. परिवहन	1	2	3	4	5
14. पुर्तगाली रवैया / व्यवहार	1	2	3	4	5
15. भेदभाव / जातिवाद	1	2	3	4	5

16. ओडेमिरा में आपके दोस्त कौन हैं? (आप अधिकतम दो विकल्प चुन सकते हैं):	x को सही विकल्प में रखें
1. एक ही राष्ट्रियता के प्रवासी नागरिक	
2. अन्य राष्ट्रियताओं के प्रवासी जो पड़ोसी हैं	
3. पुर्तगाली लोग जिनसे आप काम के दौरान मिले थे	
4. पुर्तगाली जो आपके पड़ोसी हैं	
5. पुर्तगाली लोग जिनसे आप दूसरी जगहों पर मिले थे	
6. परिवार के सदस्य	

17. इंस्टीट्यूट्स की सूची से, जो आप जानते हैं, जो पहले से ही इस्तेमाल किया गया है और आपको बताई गई सेवाओं का मूल्यांकन कैसे किया जाता है	जानता है (एक x लगाओ)	उनकी सेवाओं में भाग लिया / उपयोग किया (एक x लगाओ)	आप वहां किए गए कार्यों का मूल्यांकन कैसे करते हैं? 1=बहुत अच्छा 2= अच्छा 3= पर्याप्त है 4= खराब 5=बहुत बुरा
1. ओडेमीरा नगर परिषद			
2. पैरिश काउंसिल			
3. प्रवासियों के एकीकरण के लिए स्थानीय सहायता केंद्र (CLAIM)			
4. विदेशी और सीमा सेवा (SEF)			
5. ओडेमीरा में स्थानीय सामाजिक सुरक्षा सेवा			
6. रिपब्लिकन नेशनल गार्ड (GNR)			
7. ओडेमीरा वित्त कार्यालय			
8. व्यावसायिक सम्मिलन कार्यालय (GIP)			
9. ओडेमीरा स्वास्थ्य केंद्र			
10. बैंक			
11. स्कूल			
12. ओडेमीरा पोस्ट ऑफिस			

18. सामान्य तौर पर, आप ओडेमीरा में अपने एकीकरण के स्तर पर कैसे विचार करते हैं?	X को सही विकल्प में रखें
1. बहुत एकीकृत	
2. एकीकृत	
3. थोड़ा एकीकृत	
4. कुछ भी एकीकृत नहीं	

C. आवास

19. क्या आप अकेले रहते हो?	X को सही विकल्प में रखें
1. हाँ	
2. नहीं	
20. यदि नहीं, तो क्या आप रिश्तेदारों के साथ रहते हैं?	
1. हाँ कितने? _____	
2. नहीं	
21. क्या आप ऐसे लोगों के साथ रहते हैं जो आपका परिवार नहीं हैं?	
1. हाँ कितने? _____	
2. नहीं	
22. आप जिस घर में रहते हैं, वह कैसा है?	
1. अपार्टमेंट या घर	
2. घर का हिस्सा (साझा घर, बेडरूम, आदि)	
3. पेंशन या आवासीय	
4. करवन, कंटेनर या अन्य	
5. अन्य प्रकार (उल्लेख करें) _____	

D- ओडिमिरा में जातिवाद / भेदभाव

23. क्या आपने कभी नस्लीय या जातीय कारणों से ओडिमिरा में भेदभाव महसूस किया है?	X को सही विकल्प में रखें
1. हाँ	
2. नहीं	
24. यदि हाँ, तो कहाँ?	
1. एक सार्वजनिक सेवा में	
2. एक नौकरी के लिए साक्षात्कार में	
3. एक घर / कमरे को किराए पर लेते समय	
4. सार्वजनिक परिवहन पर	
5. सुपरमार्केट या स्टोर पर खरीदारी करते समय	

7

6. एक कैफे, रेस्तरां या इसी तरह की सेवा में	
7. काम पर	
8. स्कूल में	
9. अन्य परिस्थितियां। कौन से? _____ _____	

E- मूल देश के साथ संबंध

25. क्या आप पुर्तगाल पहुंचने के बाद अपने देश लौटे हैं?	X को सही विकल्प में रखें
1. हाँ	
2. नहीं	
26. यदि आपने हां कहा है पिछले प्रश्न में, फिर कारण बताएं.	
1. पारिवारिक कार्यक्रम (शादियाँ, अंतिम संस्कार,...)	
2. पारिवारिक मामलों से निपटने के लिए	
3. सामान लाने के लिए	
4. व्यापार	
5. अवकाश	
6. दस्तावेजों को संभालने के लिए	
7. अन्य कारण	
27. क्या आपका कोई परिवार है जो आपके मूल देश में आप पर निर्भर है?	
1. हाँ	
2. नहीं (प्रश्न 32 पर जाएं)	
28. यदि हाँ, तो किसे बताएं	
1. पत्नी / पति	
2. बच्चे	
3. माता-पिता / ससुराल	
4. भाई बंधु	
5. परिवार के अन्य सदस्य	

29. क्या आप अपने मूल देश से परिवार के सदस्यों को लाने का इरादा रखते हैं?	
1. हाँ	
2. नहीं	
30. क्या आप आमतौर पर अपने देश में पैसा भेजते हैं?	
1. हाँ	
2. नहीं	
31. क्या आप किसी अन्य देश में रहना पसंद करेंगे?	
1. नहीं	
2. हाँ	
32. यदि हां, तो आप कहाँ जाना चाहेंगे?	
1. अपने मूल देश	
2. यूरोप के अन्य देश	
3. उत्तरी अफ्रीका	
4. अन्य जगह, कौन सा उल्लेख करें _____	

आपके सहयोग के लिए धन्यवाद!



integra^{3G}

Integração de Migrantes

2020-2022

- PlanoMunicipal -

Odemira
MUNICÍPIO